



Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Relatório de Gestão do exercício de 2017

São Paulo - SP, 2018

Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Relatório de Gestão do exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 161/2017 e 163/2017 e Portaria TCU nº 65/2018.

São Paulo - SP, 2018

SIGLAS E ABREVIações

AAPF	Anotação de Atividade Profissional do Farmacêutico
ABED	Associação Brasileira de Educação à Distância
ABFH	Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAEF	Comissão Assessora de Educação Farmacêutica
CAT	Controle de Atendimento
CE	Ceará
CEP	Comitê de Educação Permanente
CES	Câmara de Educação Superior
CFF	Conselho Federal de Farmácia
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
CNE	Conselho Nacional de Educação
Coren-SP	Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo
CP	Consulta Pública
CR	Certidão de Regularidade
CRBM	Conselho Regional de Biomedicina
Crefito	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Cremesp	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
CRF-SC	Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina
CRF-SP	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária
CRN	Conselho Regional de Nutrição
CRO-SP	Conselho Regional de Odontologia do Estado de São Paulo
CVS	Centro de Vigilância Sanitária
DF	Distrito Federal
DN	Decisão Normativa
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
DPOC	Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
DRS	Diretoria Regional de Saúde
DST	Doença Sexualmente Transmissível
DTI	Departamento de Tecnologia da Informação
EaD	Ensino à Distância
EC	Estado de Conservação
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FCAFAS	Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde
FDE	Fora de Especificação
FEM	Fiscalização Eletrônica Móvel
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FURP	Fundação para o Remédio Popular

FVEEP	Ficha de Verificação do Exercício Ético-Profissional
FR	Fator de Reavaliação
GPS	<i>Global Positioning System</i>
GTAC	Grupo Técnico de Ações na Comunidade
GTAM	Grupo Técnico de Apoio aos Municípios
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	Índice de Desempenho da Fiscalização
IES	Instituições de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MIP	Medicamento Isento de Prescrição
MPF	Ministério Público Federal
MP	Medida Provisória
MS	Ministério da Saúde
MTC	Medicina Tradicional Chinesa
NAC	Não Atender Convocações
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidades
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidades – Técnica
NEEST	Núcleo de Estudos Estratégicos
NPA	Não Prestação de Assistência
NRM	Notificação de Recolhimento de Multa
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAF	Programa de Assistência ao Farmacêutico
PANC	Plantas Alimentícias não-convencionais
PB	Paraíba
PECR	Prazo de Emissão da Certidão de Regularidade
PED	Processo Ético Disciplinar
PhD	Título Acadêmico de Doutor
PI	Piauí
PIC	Práticas Integrativas e Complementares
PJ	Pessoa Jurídica
PL	Projeto de Lei
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
POP	Procedimento Operacional Padrão
PR	Paraná
PUB	Período de Utilização do Bem
PVU	Período de Vida Útil
RAJ	Regiões Administrativas Judiciárias
RT	Responsável Técnico
SAF	Semana de Atenção Farmacêutica
SECOL	Secretaria dos Colaboradores
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SES-GTI	Grupo Técnico Interdisciplinar da Secretaria Estadual de Saúde

SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINFAR	Sindicato dos Farmacêuticos
SNGPC	Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados
SRG	Sem Registro
SRT	Sem Responsável Técnico
SISDIA	Sistema de Diária
SVS	Secretaria de Vigilância Sanitária
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USP	Universidade de São Paulo
VBR	Valor do Bem Novo
VISA	Vigilância Sanitária
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

TABELAS

Tabela 1	Total de Termos Lavrados conforme Irregularidade Constatada	38
Tabela 2	PEDs instaurados em 2017, distribuídos segundo o motivo da instauração	55
Tabela 3	Comparativo de número geral dos canais de atendimento 2016 <i>versus</i> 2017	58
Tabela 4	Farmacêutico na Praça simultâneo (setembro/2017)	62
Tabela 5	Serviços farmacêuticos da ação simultânea (setembro/2017)	63
Tabela 6	Outras edições do Farmacêutico na Praça (2017)	63
Tabela 7	Serviços farmacêuticos das outras edições do farmacêutico na praça realizados pelas Seccionais	64
Tabela 8	Dados do Farmacêutico na Comunidade em 2017	67
Tabela 9	Dados quantitativos da SAF 2017	70
Tabela 10	Informações detalhadas sobre as campanhas/veiculações realizadas	76
Tabela 11	Lei e Projeto de Lei revogados com a articulação do CRF-SP	82
Tabela 12	Dados quantitativos das atualizações online realizados em 2017	91
Tabela 13	Dados quantitativos das capacitações <i>on line</i> disponíveis na Academia Virtual de Farmácia 2017	91
Tabela 14	Eventos realizados pelo CRF-SP em 2017	93
Tabela 15	Eficácia do processo de Orientação Farmacêutica mediante convocação dos profissionais por demanda interna	113
Tabela 16	Duração máxima do trâmite processual de acordo com ano de instauração	114
Tabela 17	Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional	117
Tabela 18	Comparativo de número de exigências 2016 <i>versus</i> 2017	134
Tabela 19	Distribuição do efetivo de colaboradores do CRF-SP de acordo com o cargo	140
Tabela 20	Efetivo de colaboradores do CRF-SP agrupados em funções gratificadas e em cargos de livre nomeação e exoneração	142
Tabela 21	Faixa etária dos colaboradores do CRF-SP de acordo com os cargos	142
Tabela 22	Distribuição nos departamentos do CRF-SP de estagiários de nível superior, no final de 2017	143
Tabela 23	Distribuição do Grau de Escolaridade de acordo com os cargos	145
Tabela 24	Taxas de depreciação de bens móveis e bens intangíveis	166

QUADROS

Quadro 1	Resoluções do CFF aplicadas no atendimento do CRF-SP	10
Quadro 2	Deliberações aplicadas no atendimento do CRF-SP	12
Quadro 3	Macroprocesso da Fiscalização do Exercício Profissional	21
Quadro 4	Macroprocesso da Ética Profissional	23
Quadro 5	Macroprocesso do atendimento à pessoa física e jurídica	25
Quadro 6	Macroprocesso de ações para a sociedade	26
Quadro 7	Macroprocesso de ações para o farmacêutico	26
Quadro 8	Macroprocesso de ações de apoio à educação farmacêutica	27
Quadro 9	Capacitação fiscal realizada pelo Departamento de Fiscalização do CRF-SP	54
Quadro 10	Ações das Comissões Assessoras no Farmacêutico na Praça (setembro 2017)	63
Quadro 11	Procedimentos Operacionais Padrão e respectivos apêndices elaborados para padronizar a realização do “Farmacêutico na Praça”	64
Quadro 12	POPs revisados pelas Comissões Assessoras	66
Quadro 13	Relação de documentos e materiais elaborados e revisados	69
Quadro 14	Consultas Públicas: Apreciações e Proposições	78
Quadro 15	Minuta de Projeto de Lei sobre Uso Racional de Medicamentos apresentadas pelo CRF-SP a Vereadores	80
Quadro 16	Minuta de Projetos de Lei sobre serviços farmacêuticos em farmácias, incluindo a aplicação de vacinas, apresentadas pelo CRF-SP	81
Quadro 17	Avaliação de Projetos de Leis	83
Quadro 18	Participação em Conselhos Municipais de Saúde	84
Quadro 19	Cursos presenciais realizados em 2017	87
Quadro 20	Workshops de Judicialização realizados em 2017	93
Quadro 21	Palestras Técnicas das Comissões Assessoras	97
Quadro 22	Pareceres das Comissões Assessoras	98
Quadro 23	Trabalhos do CRF-SP apresentados em Congressos	101
Quadro 24	Palestras nas Instituições de Ensino Superior	103
Quadro 25	Dados relativos à Palestra “Iniciando minha carreira e buscando valorização profissional”, comparativo 2016 e 2017	107
Quadro 26	Temas de cursos à distância disponibilizados aos profissionais inscritos no CRF-SP de 2014 a 2017	117
Quadro 27	Distribuição da lotação efetiva do CRF-SP em 2017	141
Quadro 28	Mão de obra temporária	148

GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de constatações fiscais de atividades privativas sendo exercidas por leigo entre 2015 e 2017.	36
Gráfico 2	Taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares no período compreendido entre 2012 e 2017.	38
Gráfico 3	Taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável (%) no período compreendido entre 2014 e 2017.	40
Gráfico 4	Taxa de indevida e não efetiva assistência farmacêutica no período correspondente entre 2014 e 2017.	41
Gráfico 5	Comparativo entre 2014 e 2017 dos motivos que culminaram na emissão de multas.	42
Gráfico 6	Principais motivos das orientações e inspeções realizadas em 2017.	45
Gráfico 7	Principais motivos de convocação dos profissionais na sede e seccionais do CRF-SP em 2017.	46
Gráfico 8	Número de Orientações Farmacêuticas e Orientações por Fiscal no período compreendido entre 2014 e 2017.	47
Gráfico 9	Quantidade de Termos de Intimação analisados e cancelados por mês, no ano de 2017.	48
Gráfico 10	Comparativo entre os principais motivos de cancelamento de Termos de Intimação, no ano de 2017.	49
Gráfico 11	Quantidade de Recursos recebidos por mês, no ano de 2017.	50
Gráfico 12	Quantidade de ofícios emitidos por mês, no ano de 2017.	50
Gráfico 13	Quantidade de NRMs emitidas por mês, no ano de 2017.	51
Gráfico 14	Quantidade de reincidências emitidas por mês, no ano de 2017.	52
Gráfico 15	Total de NRMs e reincidências emitidas por mês, no ano de 2017.	52
Gráfico 16	Total de NRMs e reincidências emitidas, por tipo de infração, no ano de 2017.	53
Gráfico 17	Total de NRMs e reincidências emitidas por faixa, em 2017.	53
Gráfico 18	Comparativo de Receitas 2016/2017.	119
Gráfico 19	Comparativo de Despesas 2016/2017.	119
Gráfico 20	Atendimento à solicitação via <i>chat</i> .	158
Gráfico 21	Nota atribuída ao atendimento via <i>chat</i> .	158
Gráfico 22	Atendimento à solicitação via telefone.	159
Gráfico 23	Nota atribuída ao atendimento via telefone.	159
Gráfico 24	Tempo de espera do atendimento pessoal.	160
Gráfico 25	Ambiente de espera do atendimento pessoal.	160
Gráfico 26	Objetividade e clareza do funcionário no atendimento pessoal.	161
Gráfico 27	Consulta prévia às informações no portal.	161
Gráfico 28	Clareza e objetividade das informações do portal.	161

FIGURAS

Figura 1	Organograma orgânico do CRF-SP	15
Figura 2	Folder do GTAC sobre a divulgação das ações para a comunidade	61
Figura 3	Materiais de divulgação e orientação da SAF 2017	70
Figura 4	Logo da Campanha Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya	72
Figura 5	Logo da Campanha Farmacêuticos Contra H1N1	73
Figura 6	Material Orientativo “Aprenda sobre quedas”	75
Figura 7	Aplicativo Farmacêutico	157

APÊNDICE

Apêndice 1	Nota Explicativa das Demonstrações Contábeis	173
Apêndice 2	Orçamento anual	205
Apêndice 3	Demonstrativo da Receita	208
Apêndice 4	Demonstrativo das Despesas por Grupo e Elementos de Despesa	217
Apêndice 5	Despesas por Modalidade de Licitação	220
Apêndice 6	Rendimentos de Conselheiros na função de Diretoria – ano calendário 2017	221
Apêndice 7	Rendimentos de Conselheiros – ano calendário 2017	222
Apêndice 8	Rendimentos de Conselheiros na função de Diretoria – ano calendário 2016	223
Apêndice 9	Rendimentos de Conselheiros – ano calendário 2016	224
Apêndice 10	Balanço Orçamentário	225
Apêndice 11	Despesas com Pessoal	235
Apêndice 12	Balanço Financeiro	236
Apêndice 13	Demonstrativo de Execução dos restos a pagar não processados	239
Apêndice 14	Demonstrativo de Execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados	240
Apêndice 15	Balanço Patrimonial	241
Apêndice 16	Demonstração dos Fluxos de Caixa	243
Apêndice 17	Variações Patrimoniais	245

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. VISÃO GERAL	7
2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas.....	7
2.2. Finalidades e competências	7
2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	8
2.4. Breve histórico da entidade.....	14
2.5. Organograma	15
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	19
3.1 Planejamento Organizacional.....	19
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	27
3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	30
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	30
3.3 Desempenho orçamentário.....	31
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	31
3.3.2 Execução descentralizada com transferência de recursos	33
3.3.3 Informações sobre realização das receitas.....	33
3.3.4 Informações sobre execução das despesas	33
3.4 Desempenho operacional	33
3.4.1 Fiscalização do exercício profissional.....	34
3.4.2 Ética profissional	54
3.4.3 Atendimento as pessoas físicas e jurídicas.....	57
3.4.4 Ações para a sociedade	60

3.4.4.1	Orientador.....	61
3.4.4.2	Disciplinar.....	77
3.4.5	Ações para o farmacêutico	85
3.4.5.1	Orientador.....	85
3.4.5.2	Programa de Assistência ao Farmacêutico – PAF.....	101
3.4.6	Ações de apoio à educação farmacêutica.....	103
3.4.6.1	Orientador.....	103
3.4.6.2	Disciplinar.....	107
3.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	110
3.5.1	Análise e Indicadores de desempenho econômico-financeiro.....	118
4	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	120
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	120
4.1.1	Diretoria	122
4.1.2	Comissão de Tomada de Contas	127
4.1.3	Superintendência.....	127
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados	128
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna.....	131
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	131
4.4.1	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	132
4.5	Gestão de riscos e controles internos.....	132
4.6	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados.....	135
4.7	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	136
5	ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	138
5.1	Gestão de pessoas	138
5.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	147

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	147
5.1.4. Contratação de mão de obra temporária	148
5.2. Gestão da Tecnologia da Informação	149
5.2.1. Principais sistemas de informações	151
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	155
6.1 Canais de acesso do cidadão	155
6.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	157
6.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	162
6.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	162
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	163
7.1 Desempenho financeiro no exercício	163
7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	163
7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	167
7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	168
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	169
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	169
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	169
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	170
9 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	171
9.1 Fundo de assistência	171
9.2 Planejamento para 2018	171

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta aos órgãos de controle e à sociedade a prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, e de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 161/2017, da Decisão Normativa nº 163/2017 e da Portaria nº 65/2018, todas do Tribunal de Contas da União, destacando suas principais atribuições, pontos relevantes da gestão e atividades desempenhadas no exercício de 2017, apresentados para melhor compreensão, sempre que possível, na forma de figuras, gráficos, quadros e tabelas.

O CRF-SP tem como missão contribuir para a salvaguarda e promoção da saúde da sociedade, zelando pelos princípios éticos do exercício profissional, por meio da conscientização e da fiscalização das atividades farmacêuticas.

Em 2017, o CRF-SP proporcionou ao farmacêutico ferramentas para o exercício da profissão com excelência em prol da saúde pública. Em atendimento a sua diretriz orientadora, buscou melhorar os índices de assistência farmacêutica, auxiliar o profissional na resolução de dúvidas relacionadas ao desempenho de suas atividades profissionais diárias, além de aperfeiçoar o conhecimento técnico e legal.

Nesse sentido, preparou o farmacêutico para enfrentar as epidemias de dengue, zika e chikungunya. Nessa mesma linha, os farmacêuticos tiveram à disposição a capacitação presencial e *on line* sobre Febre Amarela, que também contou com materiais técnicos. Estas iniciativas buscaram ampliar a assistência farmacêutica de qualidade para a sociedade, bem como, aumentar a conscientização de que a farmácia é local de promoção e proteção à saúde da população.

Outra campanha que mereceu destaque em 2017 foi promovida no Dia do Uso Racional de medicamentos e na primeira Semana do Uso Racional de Medicamentos da cidade de São Paulo, criada pela Lei Municipal nº 16.448/16. Em 05/05/17, em parceria com o CRF-SP, os alunos do curso de Farmácia da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP), sob coordenação das docentes Dra. Sílvia Storpirtis e Dra. Maria Aparecida Nicoletti, respectivamente

coordenadora e farmacêutica-responsável da Farmácia Universitária da USP levaram orientação sobre uso racional de medicamentos aos frequentadores do restaurante central da Cidade Universitária, localizado ao lado da Farmácia Universitária. Na tarde do 08/05/17, por meio de ações realizadas em parceria do CRF-SP com a Câmara Municipal de São Paulo, os munícipes e vereadores que passaram pelo hall da Câmara receberam orientação farmacêutica para melhor utilizar os medicamentos. Já no período da noite foi realizada sessão solene em homenagem a um ano da aprovação da Lei nº 16.448/16, na qual foram homenageadas duas personalidades da área farmacêutica por suas atuações de destaque em prol do uso racional de medicamentos: Prof^a. Dra. Silvia Storpirtis, professora e coordenadora da Farmácia Universitária da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP e o Prof. Dr. Fernando de Sá Del Fiol, reitor da Universidade de Sorocaba. Após sessão solene foi realizado o Seminário Uso Racional de Medicamentos. Foi promovida ainda campanha com a “*hashtag*” USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS – EU APOIO, que ganhou força em todo o Estado e mobilizou profissionais, estudantes e pacientes, entre eles o filósofo, historiador e um dos maiores palestrantes do país, Leandro Karnal, que teve mais de 7 mil curtidas e 650 compartilhamentos em seu *post* no *Facebook*, reforçando para a população a importância da orientação farmacêutica no tratamento terapêutico.

Para que os pacientes possam ser cada vez mais beneficiados com a prática clínica do farmacêutico e fomentar essa discussão entre os profissionais, na comemoração pelo Dia do Farmacêutico, o CRF-SP tratou desse tema, fazendo um amplo seminário, inclusive com a apresentação de experiências internacionais de sucesso. Ainda neste ano proporcionou uma reflexão com o tema “Ética e Empregabilidade, com a presença do Professor Renato Janine Ribeiro (ex-ministro da Educação e Professor Titular da USP).

Na sua atribuição fiscalizadora intensificou o número de inspeções nas áreas identificadas como potencialmente de risco para a sociedade, obtendo redução do número de estabelecimentos irregulares ou ilegais corroborada pelo aumento do índice de assistência farmacêutica.

O CRF-SP, em 2017, apurou um aumento no saldo financeiro de R\$ 5.149.125,86. O superávit apurado justifica-se pelo melhor desempenho da

arrecadação e aprimoramento de controle dos gastos, inclusive com reflexo de melhores desempenhos em processos licitatórios.

Em reconhecimento aos trabalhos realizados, em conformidade com as melhores práticas de Administração, Governança e Controle de Gestão, o CRF-SP recebeu na Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais, que ocorreu em Brasília em 28/11/2017, o Prêmio "Boas Práticas nas Contratações Públicas" em duas categorias:

- “Entidade com maior tempo de adoção de Pregões na forma eletrônica”;
- “Entidade com o maior número de Pregões Eletrônicos realizados”.

As ações realizadas ao longo do ano demonstraram o empenho do CRF-SP na defesa da saúde da sociedade por meio da fiscalização e da capacitação do farmacêutico, além da busca constante de melhorias na gestão administrativa.

A Alta Administração deste Conselho, juntamente com seus colaboradores e farmacêuticos voluntários, têm trabalhado para que o CRF-SP seja, no âmbito farmacêutico, referência na proteção da saúde da sociedade.

2. VISÃO GERAL

2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O CRF-SP é uma autarquia federal com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira que foi criado pela Lei 3.820, de 11/11/1960.

Razão Social	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo
Denominação Abreviada	CRF-SP
CNPJ	60.975.075/0001-10
Natureza Jurídica	Autarquia Federal
Código CNAE	84.11-6-00
Endereço Eletrônico	diretoria@crfsp.org.br
Página Internet	www.crfsp.org.br
Contato	(11) 3067-1490
Endereço Postal	Rua Capote Valente, nº 487 – 9º andar
Cidade	São Paulo
Bairro	Pinheiros
Estado	São Paulo
CEP	05409-001

2.2. Finalidades e competências

O artigo 1º da Lei nº 3.820/1960 conceitua como finalidade dos Conselhos Regionais de Farmácia zelar pela observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no país.

Art. 1º - Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.

Destarte, a principal finalidade do CRF-SP é fiscalizar a profissão farmacêutica, vigiando e punindo qualquer infração à lei ou ao Código de Ética Farmacêutica (Resolução do CFF nº 596/14), por meio do uso do poder de polícia que lhe é conferido pela lei.

Segundo o artigo 10 da lei supracitada, são competências do CRF-SP a:
Art. 10. - As atribuições dos Conselhos Regionais são as seguintes:

- a. registrar os profissionais de acordo com a presente lei e expedir a carteira profissional;*
- b. examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta lei e decidir;*
- c. fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;*
- d. organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal;*
- e. sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;*
- f. eleger seu representante e respectivo suplente para o Conselho Federal;*
- g. dirimir dúvidas relativas à competência e âmbito das atividades profissionais farmacêuticas, com recurso suspensivo para o Conselho Federal.*

Missão:

Contribuir para a salvaguarda e promoção da saúde da sociedade, zelando pelos princípios éticos do exercício profissional, por meio da conscientização e da fiscalização das atividades farmacêuticas.

Visão:

Ser referência na proteção da saúde da sociedade no âmbito farmacêutico.

Valores:

Ética, Transparência, Gestão Eficiente, Credibilidade, Inovação e Responsabilidade Socioambiental.

2.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Em 21 de novembro de 1960 publicou-se no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 3.820 que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia,

cujo artigo primeiro dispõe o seguinte:

Art.1 - Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.

As atividades do CRF-SP são disciplinadas pelo Regimento interno, que é revisado sempre que necessário, sendo vigente o editado em 2015¹, nos termos da Resolução do CFF nº 603/14.

Com relação à prestação de contas desta autarquia ao Conselho Federal de Farmácia, CFF, importa destacar que o procedimento consta da Resolução do CFF nº 531/10, da seguinte forma:

Art. 1º - O orçamento e suas alterações, o plano de trabalho, os relatórios de gestão, o processo de contas dos dirigentes e demais responsáveis abrangidos pelos incisos I e VI do artigo 5º da Lei Federal nº 8.443 de 16 de julho de 1992 e, ainda, todo e qualquer relatório ou peça contábil que nortearão o adequado andamento da contabilidade e da administração serão confeccionados, organizados e apresentados a Auditoria do Conselho Federal de Farmácia para emissão de parecer e encaminhamento à Comissão de Tomada de Contas que emitirá parecer e relatório e em seguida encaminhará ao seu Plenário para apreciação e julgamento, de acordo com as disposições desta resolução.

A fiscalização constitui atividade precípua da entidade nos termos descritos na alínea "c", do artigo 10 da Lei n.º 3.820/60, a fim de verificar a fiel observância dos princípios da ética e disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no Estado de São Paulo, segundo normas de

¹ Protocolado e registrado em microfilme no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, sob o nº 1.388.595, no dia 10/09/2015.

execução estabelecidas pelo Decreto nº 85.878/81, incluindo a constatação do cumprimento legal pelas pessoas jurídicas de direito público e privado dos ditames previstos no artigo 24 da Lei nº 3.820/60 e na Lei nº 13.021/14. Sua atividade, em 2017, foi regida pela Ordem de Serviço nº 02/16 de 19/01/16, editada em consonância com as disposições contidas na Resolução do CFF nº 600/14, que regulamentava o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia entre outras providências, além das diretrizes aprovadas pelo Plenário do CRF-SP. A Resolução do CFF nº 600/14 foi revogada pela Resolução do CFF nº 648/17, publicada no DOU em 11/11/17.

Quanto ao Processo Administrativo Fiscal, as atividades atualmente são regulamentadas pela Resolução do CFF nº 566/12, complementadas pelas Deliberações do CRF-SP nº 03/16 e 21/17, que tratam, respectivamente, sobre a fixação do valor da multa a ser aplicada e o prazo para o farmacêutico justificar ausência perante o CRF-SP.

Em se tratando da apuração ética o anexo II da Resolução do CFF nº 596/14, que aprova o Código de Processo Ético, determina o trâmite processual.

O atendimento do CRF-SP segue procedimentos previstos em Resoluções editadas pelo CFF, Deliberações e Portarias editadas pelo CRF-SP, entre outras legislações, apresentadas nos Quadros 1 e 2:

Quadro 1. Resoluções do CFF aplicadas no atendimento do CRF-SP.

Resolução do CFF	Ementa
232/92	Dispõe sobre a assunção da Responsabilidade Técnica nas Farmácias Homeopáticas. (REVOGADA pela Res. CFF nº 319/97 – entretanto utilizamos para analisar se o profissional está habilitado para assumir homeopatia considerando o ano que ele ingressou na faculdade)
319/97	Dispõe sobre prerrogativas para exercício da responsabilidade técnica em homeopáticos. (REVOGADA pela Res. CFF nº 335/98 – entretanto utilizamos para analisar se o profissional está habilitado para assumir homeopatia considerando o ano que ele ingressou na faculdade)
335/98	Dispõe sobre prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em homeopatia e revoga a Resolução nº 319/97. (REVOGADA pela Res. CFF nº 440/05 – entretanto utilizamos para analisar se o profissional está habilitado para assumir homeopatia considerando o ano que ele ingressou na faculdade)
440/05	Dá nova redação à Resolução nº 335/98 do Conselho Federal de Farmácia, que dispõe sobre as prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em homeopatia.

Continua

Resolução do CFF	Ementa
444/06	Dispõe sobre a regulação de cursos de pós-graduação lato sensu de caráter profissional.
485/08	Dispõe sobre o Âmbito Profissional de Técnico de Laboratório de Nível Médio em Análises Clínicas.
507/09	Institui a Anotação de Atividade Profissional do Farmacêutico (AAPF).
516/09	Define os aspectos técnicos do exercício da Acupuntura na Medicina Tradicional Chinesa como especialidade do farmacêutico.
521/09	Dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento de inscrição e a averbação nos Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.
561/12	Acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 15 da Resolução/CFF nº 444/06.
572/13	Dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação.
576/13	Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução/CFF nº 440/05, que dispõe sobre as prerrogativas para o exercício da responsabilidade técnica em homeopatia.
581/13	Institui o título de especialista profissional farmacêutico, sem caráter acadêmico, dispondo sobre os procedimentos e critérios necessários para a sua certificação e registro.
584/13	Inclui o Capítulo XV no Anexo I da Resolução nº 387, de 13 de dezembro de 2002, que regulamenta as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica.
586/13	Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências.
595/13	Dispõe sobre a nova redação do artigo 31 da Resolução/CFF nº 521/09.
600/14	Regulamenta o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências.
611/15	Dispõe sobre as atribuições clínicas do farmacêutico no âmbito da floralterapia, e dá outras providências.
616/15	Define os requisitos técnicos para o exercício do farmacêutico no âmbito da saúde estética, ampliando o rol das técnicas de natureza estética e recursos terapêuticos utilizados pelo farmacêutico em estabelecimentos de saúde estética.
621/16	Altera os artigos 5º, 14, 15, 17, 18, 19 e 20 da Resolução nº 584, de 29 de agosto de 2013, que inclui o Capítulo XV no Anexo I da Resolução nº 387, de 13 de dezembro de 2002, que regulamenta as atividades do farmacêutico na indústria farmacêutica.
623/16	Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução/CFF nº 565/12, estabelecendo titulação mínima para a atuação do farmacêutico na oncologia.
638/17	Dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento, a baixa e a averbação nos Conselhos Regionais de Farmácia, além de outras providências.
640/17	Dá nova redação ao artigo 1º da Resolução/CFF nº 623/16, estabelecendo titulação mínima para a atuação do farmacêutico em oncologia
643/17	Altera os artigos 2º e 14 da Resolução nº 581, de 29 de agosto de 2013, que institui o título de especialista profissional farmacêutico, sem caráter acadêmico, dispondo sobre os procedimentos e critérios necessários para a sua certificação e registro.

Continua

644/17	Altera o § 2º do artigo 7º e o Anexo II da Resolução nº 582, de 29 de agosto de 2013, que dispõe sobre a regulamentação de cursos livres para a especialização profissional farmacêutica, sem caráter acadêmico, a serem reconhecidos pelo Conselho Federal de Farmácia.
645/17	Dá nova redação aos artigos 2º e 3º e inclui os anexos VII e VIII da Resolução/CFF nº 616/15.
650/17	Dispõe sobre a correção dos valores das anuidades devidas aos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.
651/17	Dá nova redação a alínea “a”, do artigo 30, da Resolução/CFF nº 638/17.
654/18	Dispõe sobre os requisitos necessários à prestação do serviço de vacinação pelo farmacêutico e dá outras providências.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Quadro 2. Deliberações aplicadas no atendimento do CRF-SP

Deliberação do CRF-SP	Ementa
59/00	Estabelece critérios para o cadastramento simplificado.
118/14	Fixa critérios para a assunção de múltiplas responsabilidades técnicas.
05/15	Dispõe sobre o procedimento de análise interna para restituição de valores, referente a pagamentos equivocados.
13/15	Estabelece parâmetros para a concessão do Selo de Assistência Farmacêutica e do Selo Farmácia Estabelecimento de Saúde.
18/15	Estabelece novos parâmetros para a concessão, cancelamento e retirada da Certidão de Regularidade e revoga a Deliberação 09/2015.
10/17	Altera a Deliberação nº 11, de 22 de fevereiro de 2016
01/17	Dispõe sobre o cancelamento de inscrição de pessoa física em razão de óbito.
25/16	Dispõe sobre os valores das taxas referentes ao CRF-SP, para o exercício de 2017.
24/16	Dispõe sobre os valores das anuidades referentes ao CRF-SP, para o exercício de 2017.
21/16	Dispõe sobre o prazo para o Farmacêutico justificar ausência.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Outras normativas:

✓ Lei nº 5.991/73 – dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências;

✓ Lei nº 8.666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

✓ Lei nº 13.021/14 – Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

✓ Resolução do Ministério da Educação nº 01/07 – Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização;

✓ Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação nº 08/07 – Altera o art.4º e revoga o art.10 da Resolução CNE/CES nº 01/2002, que estabelece normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;

✓ Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação nº 4/09 – Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

✓ Portaria do Ministério de Estado da Justiça nº 2.524/08 – Dispõe sobre a expedição de Cédula de Identidade para Estrangeiros maiores de 51 (cinquenta e um) anos e deficientes físicos de qualquer idade;

✓ Acórdão do CFF nº 22.432/14 – Credencia a entidade e reconhece o concurso de Título de Especialista Profissional Farmacêutico em Homeopatia a ABFH;

✓ Acórdão do CFF nº 24.218/15 – Reconhece o concurso de Título de Especialista Profissional Farmacêutico em Farmácia Homeopática do Instituto Homeopático François Lamasson;

✓ OF. Circular nº 07714-2014/ASS.COM/CFF – Encaminhamentos aos Conselhos Regionais de Farmácia orientando a respeito do registro de especialista na área clínica;

✓ Portaria do CRF-SP nº 05/01 – Regulamenta o uso da chancela mecânica de assinaturas;

✓ Medida Provisória 2190-34 de 23/08/2001 – altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;

✓ Portaria do CRF-SP nº 15/06 – Altera a Portaria 05/2001 que regulamenta o uso da chancela.

2.4. Breve histórico da entidade

O CRF-SP foi criado com respaldo na Lei nº 3.820/60, combinado com a Resolução do CFF nº 02, de 24 de agosto de 1961. Na presença de membros do CFF foram empossados pela figura do presidente, Dr. Jayme Torres, os primeiros conselheiros efetivos e suplentes do CRF-SP (anteriormente denominado CRF-8). Em seguida os membros do Conselho Regional elegeram sua diretoria, que teve como primeiro presidente o Dr. Myrcio de Paula Pereira.

Logo foram iniciadas as providências para estruturação, e as primeiras reuniões aconteceram na sede do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos, que gentilmente colocou suas instalações à disposição da diretoria. Rapidamente foi encontrado um local provisório para instalação da sede. Tratava-se de um conjunto situado na Av. Liberdade, nº 834, 6º andar. Atualmente com sede própria situada na Rua Capote Valente, nº 487, Jardim América - São Paulo, possui 3 sub sedes na cidade de São Paulo e 28 seccionais estrategicamente alocadas em todo o Estado de forma a viabilizar o acesso dos profissionais, representantes de estabelecimentos e da população.

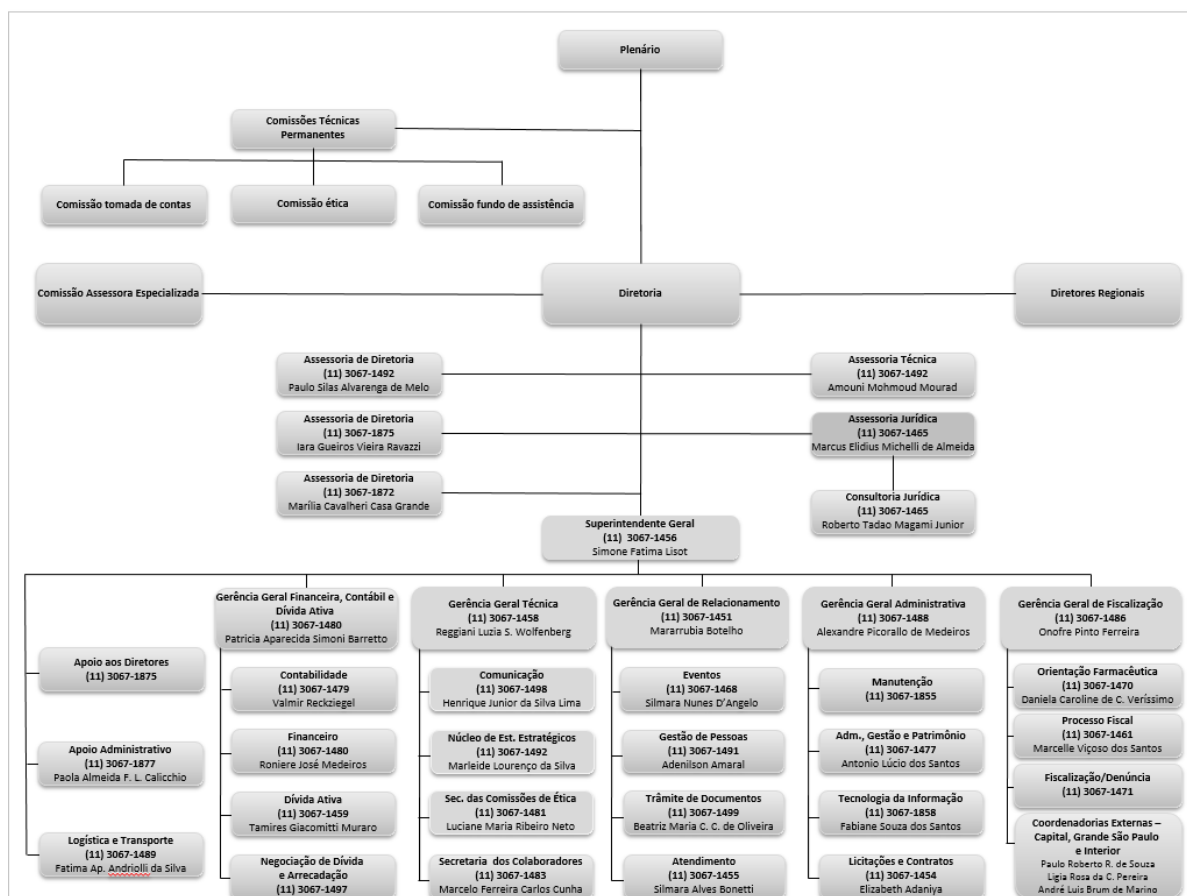
Quando da sua criação, as preocupações iniciais foram o estudo do Regimento Interno, que deveria disciplinar as atividades do Conselho, e a determinação das medidas necessárias à estruturação do setor administrativo, que tornaria possível iniciar o recebimento de inscrições de pessoas físicas e registro de pessoas jurídicas. Em pouco mais de dois meses já haviam sido protocolizados cerca de 700 pedidos de inscrição de profissionais e estabelecimentos farmacêuticos.

Em 2017 o número de inscritos superou 60 mil profissionais e 27 mil estabelecimentos inscritos e ativos, sendo assim, para cumprir com seus objetivos institucionais contou com 291 funcionários efetivos.

2.5. Organograma

O CRF-SP é uma pessoa jurídica de direito público cujas decisões são emanadas de dois órgãos colegiados, denominados Plenário e Diretoria. O primeiro é composto por 15 (quinze) conselheiros, sendo 13 (treze) efetivos e 02 (dois) suplentes. A Diretoria, por sua vez, é composta de Conselheiros integrantes do primeiro, denominados Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Diretor-Tesoureiro, responsáveis pelas decisões de caráter *interna corporis* da autarquia. Além disso, possui as Comissões de caráter permanente ou temporário e as Câmaras Técnicas Especializadas. A Figura 1 apresenta o Organograma orgânico do CRF-SP.

Figura 1: Organograma orgânico do CRF-SP.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

A seguir apresenta-se as áreas estratégicas do CRF-SP com as respectivas competências e responsáveis por estas.

O Departamento de Fiscalização internamente é dividido, para fins gerenciais, em atividades de fiscalização externa, setor de denúncia, setor de processo fiscal e setor de orientação farmacêutica.

Área Estratégica Fiscalizadora	Departamento de Fiscalização
Competências	Responsável pelo gerenciamento estratégico das atividades atinentes à Fiscalização. Gerencia as ações exercidas pelos farmacêuticos fiscais (conforme previsto no § 2º do Artigo 2º do Anexo I da Resolução do CFF nº 600/14 e 648/17) em atividade externa nas 44 áreas de fiscalização, bem como as ações desempenhadas pela coordenadoria externa (Capital, Grande São Paulo e Interior) e os setores de Processo Fiscal (análise de recursos), Orientação Farmacêutica e Denúncia, a fim de atender o disposto na alínea "c", do artigo 10 da Lei n.º 3.820/60.
Titular	Onofre Pinto Ferreira
Cargo	Gerente Geral de Fiscalização
Período de atuação	Desde 01 de abril de 2012

Área Estratégica Fiscalizadora	Coordenadoria Externa
Competências	Responsável pela coordenação operacional das atividades de fiscalização externa, visando a unicidade, integralidade e otimização das ações de fiscalização. Executada por três farmacêuticos fiscais, é responsável pela supervisão das inspeções realizadas por meio da análise de roteiros, inspeções conjuntas, avaliação quantitativa e qualitativa do trabalho exercido pelos fiscais, além da integração com outras autoridades competentes.
Titular	Lígia Rosa da Costa Pereira
Cargo	Coordenador de Fiscalização Externa – Capital e Grande São Paulo
Período de atuação	Desde 21 de maio de 2012
Titular	Paulo Roberto Ribeiro de Souza
Cargo	Coordenador de Fiscalização Externa – Interior I e Litoral
Período de atuação	Desde 01 de janeiro de 2014
Titular	André Luís Brum de Marino
Cargo	Coordenador de Fiscalização Externa – Interior II
Período de atuação	Desde 01 de fevereiro de 2016

Área Estratégica Fiscalizadora	Setor de Processo Fiscal (Análise de recurso)
Competências	Responsável pelo trâmite dos Termos de Visita e dos Termos de Intimação lavrados nas inspeções de fiscalização, seguindo os critérios estabelecidos pela Resolução do CFF nº 566/12, análise dos recursos interpostos aos Termos, emissão de multas e reincidências após decisão do Plenário do CRF-SP, trâmite de recurso às multas e encaminhamento de informações para instauração de Processo Ético-Disciplinar (PED).
Titular	Marcelle Viçoso dos Santos
Cargo	Coordenadora do Processo Fiscal
Período de atuação	Desde 07 de janeiro de 2016

Área Estratégica Fiscalizadora	Setor de Orientação Farmacêutica
Competências	Responsável por prestar informações técnicas e demais esclarecimentos aos profissionais farmacêuticos sobre assuntos relacionados ao seu âmbito de atuação, Código de Ética Farmacêutica e legislação vigente. Compreende um canal direto de comunicação (via e-mail, <i>chat</i> e telefone) que visa orientação e aperfeiçoamento do conhecimento técnico e legal do profissional com conseqüente melhor prestação de serviços à sociedade. Além disso, visa prevenir a instauração de processos éticos.
Titular	Daniela Caroline de Camargo Veríssimo
Cargo	Coordenadora da Orientação Farmacêutica
Período de atuação	Desde 18 de junho de 2015

Área Estratégica Fiscalizadora	Setor de Denúncia
Competências	Responsável pelo recebimento e tramitação interna das denúncias encaminhadas voluntariamente ao CRF-SP (telefone, e-mail, correio e protocolos presenciais), envolvendo profissionais e estabelecimentos farmacêuticos e que comprometam e coloquem em risco a saúde da população. Caso seja verificado que os fatos denunciados envolvem aspectos de âmbito de outros órgãos, a denúncia devidamente fundamentada é encaminhada formalmente ao órgão competente para a devida apuração.
Titular	Joyce Beatriz Tavella Breda
Cargo	Farmacêutica Fiscal
Período de atuação	Desde 09 de janeiro de 2017

Área Estratégica Disciplinar	Secretaria Central das Comissões de Ética
Competências	Responsável pelo apoio administrativo, técnico e jurídico à apuração de infrações éticas. Secretaria os farmacêuticos que compõem a Comissão de Ética da Sede, as Comissões de Ética Descentralizadas que atuam nas Seccionais desta Entidade e Conselheiros Regionais para que sejam garantidos o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal em todos os PEDs instaurados, conforme disposto na Resolução do CFF nº 596/14.
Titular	Luciane Maria Ribeiro Neto
Cargo	Gerente
Período de atuação	Desde 03 de fevereiro de 2014

Área Estratégica Cartorial		Departamento de Atendimento
Competências	Responsável pelo atendimento público externo pelos canais: pessoal, telefônico, <i>chat</i> , e-mail, <i>WhatsApp</i> , esclarecendo dúvidas referente a procedimentos para regularização de pessoas físicas e jurídicas perante o CRF-SP, realizando pré-análise de documentos e protocolizando as diversas solicitações nos 32 pontos de atendimento.	
Titular	Silmara Alves Bonetti	
Cargo	Gerente	
Período de atuação	Desde 11 de janeiro de 2010	
Titular	Luciana Maria Leite Ferraz	
Cargo	Coordenadora	
Período de atuação	Desde 02 de maio de 2017	

Área Estratégica Cartorial		Departamento de Trâmites de Documentos
Competências	Responsável pela análise de documentos de pessoa física e jurídica com emissão da carteira e cédula de identidade profissional e certidões, após a verificação da regularidade da documentação apresentada.	
Titular	Beatriz Maria Chueiri Campos de Oliveira	
Cargo	Gerente	
Período de atuação	Desde 01 de novembro de 2006	

Área Estratégica Orientadora		Gerência Geral Técnica
Competências	Responsável pelos departamentos de Núcleo de Estudos Estratégicos (NEEST), Secretaria dos Colaboradores (SECOL) e Assessoria Técnica que exercem atividades relacionadas a ações para a sociedade, para o farmacêutico e de apoio à educação farmacêutica	
Titular	Reggiani Luzia Schinatto	
Cargo	Gerência Geral Técnica	
Período de atuação	Desde 01 de janeiro de 2010	

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento Organizacional do CRF-SP envolve práticas gerenciais, voltadas à obtenção de resultados, decorrente da fixação de metas e ações voltadas ao cumprimento da missão institucional de zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas na sua circunscrição.

O Plano Estratégico do CRF-SP está vinculado às diretrizes estabelecidas para o respectivo ano. As diretrizes apresentadas abaixo foram determinadas nos objetivos dos macroprocessos institucionais do CRF-SP.

Diretriz 1: Fiscalizadora

Objetivo 1: Manter a fiscalização em estabelecimentos que explorem atividades onde se faça necessária a atuação de farmacêutico.

Meta: Índice de 100% no atendimento à fiscalização normativa no ano.

Diretriz 2: Disciplinar

Objetivo 1: Garantir a eficácia e a razoável duração do trâmite de PED nesta instância.

Meta: Prazo máximo de conclusão do trâmite de PED de 3 anos.

Diretriz 3: Cartorial

Objetivo 1: Atender com qualidade os usuários do CRF-SP.

Meta: 80% de satisfação do usuário no ano do exercício.

Objetivo 2: Diminuir o prazo para a emissão da certidão de regularidade.

Meta: Emitir em até 48 horas 50% das solicitações e de 48 a 72 horas, as demais solicitações.

Diretriz 4: Orientadora

Objetivo 1: Capilaridade da capacitação técnica.

Meta: Ampliar o acesso a capacitação técnica ofertando 2 novos temas de atualização/capacitação *online* por ano.

O Plano Operacional visa implementar ações que permitam a

contribuição direta ao Plano Estratégico.

Macroprocessos finalísticos

O Plano Estratégico do Biênio 2014/2015 do CRF-SP estabeleceu 6 macroprocessos sob a ótica das competências constitucionais e legais, bem como dos resultados esperados segundo as necessidades da sociedade. São eles: fiscalização do exercício profissional, ética profissional, atendimento a pessoas físicas e jurídicas, ações para a sociedade, para o farmacêutico e de apoio à educação farmacêutica, voltadas à melhoria da qualidade de vida da população e exercício ético da profissão.

Para 2016, a Entidade analisou este plano e optou pela estratégia de execução dos objetivos estabelecidos no planejamento de modo progressivo e seletivo, em médio e longo prazo, estendendo-os para o ano de 2017.

A seguir são apresentados os macroprocessos com os respectivos processos, produtos e necessidades. Ressalta-se que a organização institucional está em contínua análise crítica. Dessa forma, as definições dos macroprocessos e de seus respectivos procedimentos poderão evoluir por meio de acréscimos, supressões e redefinições de seus escopos visando a melhoria contínua.

◆ Fiscalização do Exercício Profissional

A fiscalização do exercício profissional é competência legal do CRF-SP, conforme previsto no artigo 10 da Lei nº 3.820/60. Decorrente disso tem como missão orientar e fiscalizar o profissional farmacêutico de forma a torná-lo consciente da importância da conduta ética da profissão em benefício da saúde pública, buscando a regularidade e o resguardo da assistência farmacêutica à população.

As diretrizes da fiscalização seguem as decisões aprovadas pelos Conselheiros Regionais em Reunião Plenária e o planejamento para esta atividade está regulamentado pela Resolução do CFF nº 600/14 e pela Resolução do CFF nº 648/17. Todos os procedimentos adotados em fiscalização pelos fiscais do CRF-SP estão devidamente embasados na legislação vigente.

Com o objetivo de garantir assistência farmacêutica à população, há a diretriz de intensificação de fiscalização dos estabelecimentos ilegais e irregulares,

ou seja, maior frequência de inspeções fiscais nesses estabelecimentos. São considerados estabelecimentos ilegais aqueles que não possuem registro e não tem farmacêutico responsável técnico perante o CRF-SP. Estabelecimentos irregulares são aqueles que já possuem registro no CRF-SP, entretanto estão sem farmacêutico como responsável técnico ou não possuem assistência farmacêutica integral prevista em lei.

O CRF-SP possui um quadro de 63 farmacêuticos fiscais, sendo que 14 fiscais atuam internamente em cargos de: superintendência, gerências, coordenação e orientação, 03 coordenadores externos e 46 fiscais atuam na fiscalização externa. Para garantir a qualidade do trabalho realizado, o Estado de São Paulo foi dividido em 44 áreas de fiscalização, com um profissional fixo em cada área e 02 fiscais itinerantes para dar suporte e substituí-los em eventuais licenças e férias.

Quadro 3. Macroprocesso da Fiscalização do Exercício Profissional.

Fiscalização do Exercício Profissional	
Processo 1 Fiscalizador	Fiscalização dos estabelecimentos que explorem atividades onde se faça necessária a atuação de farmacêutico.
Produto	Termos de inspeção e ficha de verificação* (minimamente uma vez ao ano, em todos os estabelecimentos fiscalizados).
	Termo de inspeção de intimação/auto de infração* (estabelecimentos sem registro; sem responsável técnico; sem assistência farmacêutica no horário integral de funcionamento; sem a devida prestação de assistência farmacêutica; constatação de leigo exercendo atividade privativa da profissão e constatação de farmacêuticos em quantidade insuficiente para a realização das atividades privativas da profissão, para as quais, pela legislação vigente, há necessidade de profissionais distintos).
Necessidade	Intensificar a fiscalização dos estabelecimentos ilegais e irregulares.
*Fichas elaboradas em consonância com a Resolução do CFF nº 600/14	
Processo 2 Orientador	Orientação farmacêutica no ato da inspeção
Produto	Orientação preventiva e orientação corretiva ao farmacêutico acerca das não conformidades constatadas.
Necessidade	Dar conhecimento ao profissional das obrigações legais atreladas as não conformidades, constituindo uma ferramenta educativa para minimizar futuras infrações éticas.
Processo 3 Orientador	Orientação farmacêutica mediante convocação por demanda interna
Produto	Orientação ao farmacêutico acerca de assuntos específicos que chegaram ao conhecimento do CRF-SP
Necessidade	Esclarecer os fatos identificados ou encaminhados ao CRF-SP, visando obter esclarecimentos e, quando necessário, dar conhecimento ao profissional da não conformidade constatada em descumprimento à legislação vigente com a finalidade de corrigir e evitar infrações éticas.

Continua

Processo 4 Orientador	Orientação farmacêutica por demanda espontânea
Produto	Orientação ao farmacêutico acerca de questionamentos técnicos e legais (telefone, e-mail ou <i>chat online</i>)
	Orientação ao farmacêutico acerca das exigências técnicas e legais da assunção de responsabilidade técnica
Necessidade	Esclarecer questionamentos técnicos e legais dos profissionais.
Processo 5 Fiscalizador	Apresentação ao Presidente do CRF-SP de relatórios de fiscalização envolvendo condutas antiéticas de profissionais inscritos
Produto	Informação sobre condutas profissionais para análise da viabilidade de instauração de PED
Necessidade	Atender ao regulamentado no Anexo II da Resolução do CFF nº 596/14 para apuração ética da não conformidade
Processo 6 Disciplinar	Denúncia
Produto	Ofícios a outros órgãos e entidades referentes a não conformidades identificadas em inspeção fiscal ou de conhecimento do CRF-SP que não são de competência deste
	Relatórios de apuração de denúncias
Necessidade	Dever-Poder de agir da administração pública para que outras autoridades tomem medidas cabíveis, atendendo ao disposto no artigo 10, alínea “c” da Lei nº. 3.820/60.
	Apurar os fatos para fins de encaminhamentos às esferas ética, civil e criminal
Processo 7 Fiscalizador	Análise de recursos aos termos de inspeção fiscal
Produto	Ofícios de respostas
	Encaminhamento de recurso ao CFF
Necessidade	Atender ao estabelecido na Resolução do CFF nº 566/12
Processo 8 Fiscalizador	Execução
Produto	Emissão e encaminhamento de multas
	Instauração e Instrução do processo administrativo
Necessidade	Aplicar a penalidade aos infratores (estabelecimentos ilegais e irregulares)
	Atender ao direito de recurso

◆ Ética Profissional

O CRF-SP, em sua competência disciplinar, é regulamentado pela Resolução do CFF nº 596/14, que aprova o Código de Ética Farmacêutica (Anexo I), o Código de Processo Ético (Anexo II) e estabelece as infrações e as regras de

aplicação das sanções disciplinares (Anexo III).

Em cumprimento ao disposto na alínea c do artigo 10 da Lei nº 3.820/60 o CRF-SP constituiu a Comissão de Ética Estadual, que é formada pelo conjunto da Comissão de Ética da Sede e das Comissões de Ética Descentralizadas (nas Seccionais do CRF-SP), que é conduzida pelo Conselho de Presidentes das Comissões de Ética.

As comissões de ética, que compõem as Câmaras Técnicas Permanentes, têm a competência de analisar e decidir sobre a viabilidade de abertura de PED e sua instrução para julgamento, com emissão de relatórios conclusivos, que contém, além do sucinto relato dos fatos, apreciação das provas acolhidas e apreciação do valor probatório das provas com indicação da infração e dispositivos do Código de Ética e se houve ou não culpa. São compostas por no mínimo 3 (três) farmacêuticos devidamente inscritos no CRF-SP, nomeados pela Diretoria e homologados pelo Plenário.

Em 2017, 24 Comissões de Ética atuaram na tramitação de PED no Estado alocadas uma na Sede e 23 em seccionais (Adamantina, Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Fernandópolis, Franca, Guarulhos, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Zona Leste).

Quadro 4. Macroprocesso da Ética Profissional

Ética Profissional	
Processo 1 Disciplinar	Análise e decisão sobre a viabilidade de abertura de PED, com base nos indícios apresentados na denúncia recebida
Produto	Parecer de viabilidade elaborado pela Comissão de Ética
Necessidade	Subsidiar o despacho do Presidente do CRF-SP pelo arquivamento ou pela instauração de PED
Processo 2 Disciplinar	Instrução Processual, respeitando o devido processo legal e garantindo a ampla defesa e o contraditório
Produto	Relatório conclusivo com a apreciação do valor probatório das provas
Necessidade	Subsidiar o julgamento do PED
Processo 3 Disciplinar	Julgamento
Produto	Acórdão de decisão plenária
Necessidade	Aplicar sanção disciplinar

Continua

Processo 4 Disciplinar	Recurso
Produto	Acórdão de decisão plenária do CFF
Necessidade	Atender ao direito de recurso conforme disposto na Res. do CFF nº 596/14
Processo 5 Disciplinar	Execução
Produto	Execução da penalidade
Necessidade	Zelar pela saúde da sociedade
Processo 6 Disciplinar	Revisão
Produto	Acórdão de execução da decisão proferida em PED em plenária
Necessidade	Revisar PED disciplinar após a apresentação de novos fatos ou na hipótese de a decisão condenatória ter sido fundada em depoimento, exame pericial ou documento cuja falsidade vier a ser comprovada

◆ Atendimento às pessoas físicas e jurídicas

O CRF-SP visa atender o usuário com qualidade e segurança nas informações. Conta com 6 canais de atendimento: pessoal, telefônico, eletrônico, por e-mail, por *chat* e por *WhatsApp*. O atendimento pessoal, telefônico e por e-mail são realizados em todas as seccionais, sub sedes e na Sede do CRF-SP. O atendimento por *chat* e *WhatsApp* são exclusivamente realizados por funcionários da Sede e atendem todo o Estado de São Paulo.

O atendimento realiza uma checagem dos documentos no ato do atendimento, registrando as solicitações como protocolos. Estes protocolos juntamente com os documentos seguem para o Departamento de Trâmite de Documentos que executa o procedimento por meio da inserção de dados no cadastro e análise da documentação, que se desdobram na emissão de documentos ou ofícios, e conclui com a digitalização do processo iniciado pelo protocolo que garante a segurança e a rastreabilidade da informação.

Quadro 5. Macroprocesso do atendimento à pessoa física e jurídica.

Atendimento de pessoa física e jurídica	
Processo 1	Controle de distribuição de documentos nas áreas da sede do CRF-SP
Produto	Listagem de encaminhamento de documentos datadas e assinadas
Necessidade	Rastreabilidade e controle dos documentos protocolizados.
Processo 2	Protocolização de documentos com registro das informações em sistema informatizado
Produto	Registro das informações no cadastro de pessoa física e jurídica do CRF-SP
Necessidade	Cadastro atualizado para consulta de todas as áreas do CRF-SP, em tempo real e garantir o atendimento do requisitante.
Processo 3	Análise de documentos protocolizados e inserção de dados no cadastro informatizado do CRF-SP
Produto	Emissão de certidões, carteiras e cédulas de identidade profissional
Necessidade	Conferência de regularidade à pessoa física e jurídica

◆ Ações para a sociedade

As ações do CRF-SP para a sociedade visam, principalmente, a promoção do Uso Racional de Medicamentos e a garantia do direito à assistência farmacêutica por meio de atividades de educação em saúde, palestras, ações na comunidade, entrevistas em veículos de comunicação, veiculação de publicidade, participação em projetos de leis que versam sobre questões de saúde e contatos com gestores públicos para melhoria da assistência farmacêutica oferecida aos cidadãos, contribuindo desta forma, para a eficácia e a segurança no uso de medicamentos.

Quadro 6. Macroprocesso de ações para a sociedade.

Ações para a sociedade	
Processo 1	Orientador
Produto	Educação em saúde por meio de palestras e ações diretamente nas comunidades
	Materiais impressos e disponíveis para <i>download</i>
	Aplicativo para celular
	Veiculação de campanhas e entrevistas em meios de comunicação de massa
	Portal na Internet
Necessidade	Contribuir na promoção da saúde
	Promover à sociedade informação relacionada à saúde, em especial sobre o uso racional de medicamentos e o direito à assistência farmacêutica

Continua

Ações para a sociedade	
Processo 2	Disciplinar
Produto	Regularização da assistência farmacêutica na rede pública municipal
	Participação em Conselhos de Saúde Estadual e Municipais
	Ações junto a agentes políticos buscando intervenções em medidas provisórias, projetos de lei, leis municipais, revisão de normas e contribuições a consultas públicas
Necessidade	Garantir assistência farmacêutica e o uso racional de medicamentos
	Contribuir na propositura de políticas de saúde
	Zelar pela saúde pública

♦ Ações para o farmacêutico

As ações do CRF-SP para o farmacêutico visam, principalmente, a atualização e aprimoramento profissional por meio de realização de capacitações técnicas para que o farmacêutico promova o Uso Racional de Medicamentos e ofereça produtos e serviços de qualidade à população, a qual é assegurada pela atuação de farmacêuticos tecnicamente habilitados e conscientes de seu papel social.

Quadro 7. Macroprocesso de ações para o farmacêutico.

Ações para o farmacêutico	
Processo 1	Orientador
Produto	Curso presencial, capacitações e atualizações à distância
	Materiais técnicos impressos e disponíveis para download (fascículos, manuais, cartilhas, informes técnicos)
	Eventos diversos (congressos, encontros, seminários, fóruns, palestras, workshop, simpósios e mesas redondas)
	Revista do Farmacêutico e Boletins Eletrônicos
	Aplicativo para celular
	Descentralização
	Divulgação das ações do CRF-SP em eventos acadêmicos-científicos
	Manual de Orientação – Prescrição e dispensação de medicamentos utilizados em odontologia
	Plantão da Diretoria do CRF-SP
Necessidade	Assegurar a oferta de produtos e serviços farmacêuticos de qualidade à população
	Promover ao farmacêutico informações relacionadas ao exercício da profissão
	Estimular que o farmacêutico atue clinicamente em benefício da saúde pública

◆ Ações de apoio à educação farmacêutica

O CRF-SP realiza ações com o objetivo de contribuir na formação e aprimoramento de profissionais conscientes de seu papel social e ético perante a população.

Quadro 8. Macroprocesso de ações de apoio à educação farmacêutica.

Ações de apoio à educação farmacêutica	
Processo 1	Orientador
Produto	Livreto – Ensino de Deontologia e Legislação Farmacêutica.
	Palestras
	Prêmio Paulo Minami
	Projeto IES Parceira
	Realização de ações contrárias aos cursos de Graduação na modalidade de ensino a distância (EaD).
Necessidade	Subsidiar o ensino de deontologia e legislação farmacêutica
	Destacar a importância do farmacêutico para a sociedade e a ética profissional
	Destacar as diversas áreas de atuação do farmacêutico e sua contribuição para sociedade em cada uma destas
	Promover a divulgação de Resoluções relacionadas ao âmbito profissional e à educação farmacêutica.
	Incentivar o desempenho acadêmico e aproximação com as Instituições de Ensino Superior, a fim de zelar pela formação ética.
Processo 2	Disciplinar
Produto	Participação no Grupo de Trabalho de Educação do Fórum dos Conselhos de Atividades Fim da Saúde
Necessidade	Contribuir na formação ética dos profissionais
	Zelar pela qualidade da educação farmacêutica

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O plano de ação da entidade teve os seguintes objetivos:

Objetivo 1	Expansão e desenvolvimento contínuo da área de Tecnologia da Informação
Projeto 1	Implantação de serviço de segurança de rede para monitoramento, balanceamento de tráfego e gestão de autenticação dos usuários e VPNs - Serviço de <i>firewall</i> .
Meta	Melhorar a qualidade e segurança das conexões principalmente em transações <i>online</i> e em nuvem até dezembro de 2017
Projeto 2	Desenvolvimento de sistema para controle do processo de cobrança e negociação de dívidas da autarquia.
Meta	Implantação do sistema até dezembro de 2017
Projeto 3	Farmasis - ERP (<i>Enterprise Resource Planning</i>)
Meta	Desenvolver sistema único para utilização pelos Conselhos, por meio da adesão a convênio orquestrado pelo CFF até dezembro 2017.

Objetivo 2		Capacitação técnica para contribuir na atuação ética e tecnicamente consciente do farmacêutico na sociedade
Projeto 1	Fascículo Farmácia Estabelecimento de Saúde	
Meta	Publicar 1 edição por ano	
Projeto 2	Revista do Farmacêutico	
Meta	Publicar 4 edições por ano	
Projeto 3	Atualização de Cartilhas das Comissões Assessoras	
Meta	Atualizar 3 cartilhas por ano	
Projeto 4	Eventos relacionados a áreas de atuação do farmacêutico	
Meta	Realizar 80 eventos por ano	
Projeto 5	Congresso	
Meta	Realizar 1 congresso a cada 2 anos	
Projeto 6	Cursos presenciais	
Meta	Realizar 2 cursos por seccional e 10 cursos na sede por ano	
Projeto 7	Atualizações/capacitações <i>online</i>	
Meta	Disponibilizar 2 novos temas por ano na plataforma de ensino à distância do CRF-SP	

Objetivo 3		Capacitação da equipe de fiscalização
Projeto 1	Capacitações sobre boas práticas farmacêuticas nos diversos ramos do âmbito profissional	
Meta	Promover 8 h de treinamento para cada fiscal em 2017	
Projeto 2	Capacitação sobre procedimentos adotados na fiscalização e orientação farmacêutica	
Meta	Promover 8 h de treinamento para cada fiscal em 2017	

Objetivo 4		Fiscalização focada na irregularidade
Projeto 1	Intensificar a fiscalização em empresas irregulares	
Meta	Realizar 3 inspeções no ano em cada estabelecimento ilegal ou irregular	

Objetivo 5		Apoio à educação farmacêutica
Projeto 1	Promover discussões sobre a criação de um projeto de lei acerca do exame de proficiência/avaliação do egresso/graduação em EaD Promover discussões sobre o exame de proficiência/avaliação do egresso	
Meta	Realizar 2 reuniões por ano sobre o assunto	
Projeto 2	Promover discussões e acompanhamento sobre a qualidade e diretrizes para os cursos de Farmácia	
Meta	Promover 1 fórum de discussão por ano	

Objetivo 6		Contribuição para os avanços da profissão
Projeto 1	Incentivar a prática da atuação clínica do farmacêutico (Resolução do CFF nº 585/13)	
Meta	Realizar 5 cursos/palestras/eventos por ano sobre o tema	
Projeto 2	Incentivar a regulamentação do serviço de vacinação em farmácias	
Meta	Aprovação de projeto de lei em 2 municípios do Estado no corrente ano	
Projeto 3	Incentivar a implantação de consultórios farmacêuticos no Estado de São Paulo	
Meta	Obter a aprovação de regulamentação pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo (CVS) no corrente ano	

Objetivo 7		Promoção do uso racional de medicamentos
Projeto 1	Fomentar discussões e implementar ações do Farmacêutico na dispensação e correta orientação aos usuários sobre os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) e condicionados à prescrição – Incentivar o Uso Racional de Medicamentos	
Meta	Apresentar minuta de projeto de lei sobre o tema em 1 município por ano	
Projeto 2	Fomentar discussões sobre judicialização da saúde	
Meta	Realizar <i>workshops</i> de judicialização em parceria com o poder judiciário em 5 municípios paulistas) no corrente ano	

Objetivo 8		Diminuição dos prazos de conclusão dos PED
Projeto 1	Capacitação dos novos membros das Comissões de Ética no trâmite processual	
Meta	Promover a capacitação de 100% dos novos membros no corrente ano	
Projeto 2	Capacitação dos agentes administrativos que secretariam as Comissões de Ética	
Meta	Promover a capacitação de 100% dos agentes administrativos até dezembro de 2017	
Projeto 3	Capacitação permanente dos presidentes das Comissões de Ética	
Meta	Promover 2 capacitações por ano dos presidentes das Comissões de Ética	

Objetivo 9		Melhoria do atendimento
Projeto 2	Capacitações comportamentais e técnicas de funcionários do atendimento	
Meta	Realizar treinamento anual	
Projeto 5	Aperfeiçoar o indicador PECR (Prazo de Emissão de Certidão de Regularidade)	
Meta	Adequação do mecanismo de coleta de dados para análise do indicador PECR no corrente ano.	

Objetivo 10		Ações para a sociedade
Projeto 1	Farmacêutico na Praça	
Meta	Realizar 1 farmacêutico na Praça simultâneo (abrangendo no mínimo 20 cidades, além da Capital) no ano	
Projeto 2	Palestras na Comunidade	
Meta	Ministrar 50 palestras no ano para o público em geral	
Projeto 3	Semana de Atenção Farmacêutica (SAF)	
Meta	Atingir 5.000 alunos de escolas de ensino fundamental II e médio com palestras da SAF	
Projeto 4	Campanhas de Educação em Saúde	
Meta	Promover 1 Campanha por ano	

3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Para subsidiar o cumprimento de suas competências institucionais no exercício, o Planejamento Estratégico do CRF-SP é pautado pelas diretrizes estabelecidas pela Diretoria e Colaboradores, ratificado pelo Plenário e são desenvolvidos pelas áreas, destacando-se aquelas responsáveis por executar os macroprocessos que foram estabelecidos atendendo a missão da instituição.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Conforme previsto pela Resolução do CFF nº 600/14, o farmacêutico fiscal deve cumprir meta normativa de fiscalização diária. O cumprimento desta meta, bem como a redução na taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares é monitorado mensalmente por meio dos Mapas Diários e Mensais de Produtividade de cada fiscal, analisados pelo respectivo Coordenador de Fiscalização Externa. Os dados são compilados em um relatório de atividade fiscal com encaminhamento mensal ao CFF.

Quanto ao compromisso de concluir o trâmite processual nesta instância em até 3 anos, regularmente os prazos de cada passo da apuração da infração ética são monitorados e quando necessário apresentados para análise crítica ao Conselho de Presidentes das Comissões de Ética para propostas de ações que permitam o

cumprimento da meta. Este Conselho se reúne no mínimo 4 vezes ao ano quando são analisados os relatórios que apresentam o andamento de cada PED.

Ademais, no que toca a responsabilidade do julgamento destes PED são realizadas reuniões plenárias de acordo com as necessidades identificadas, respeitando o prazo prescricional.

A fim de monitorar o grau de satisfação dos usuários com o atendimento do CRF-SP as respostas às pesquisas de satisfação são avaliadas periodicamente a fim de acompanhar os resultados e adotar medidas cabíveis para o cumprimento da meta.

O acompanhamento da diretriz relacionada à capilaridade da capacitação técnica é realizado periodicamente por meio de dados apresentados nas reuniões do Comitê de Educação Permanente (CEP) do CRF-SP, que é responsável por avaliar os dados e propor ações para o cumprimento da meta.

3.3 Desempenho orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Conteúdo não aplicável à Unidade Prestadora de Contas (UPC): Autarquia Pública Federal fiscalizadora da profissão não é regida pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e por não integrar o Orçamento Geral da União.

O orçamento inicial do CRF-SP para o ano de 2017, elaborado segundo os conceitos técnicos formais estabelecidos na Lei nº 4.320/64 orçou as receitas e fixou a despesas nos montantes iguais a R\$ 70.510.000,00 (setenta milhões, quinhentos e dez mil reais). Durante o exercício de 2017 foi efetuada Reformulação, para mais em R\$ 815.535,00, e ficando com final de R\$ 71.325.535,00 (setenta e um milhões, trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos e trinta e cinco reais).

A abertura de créditos suplementares, no exercício de 2017, foi com base em recursos provenientes de excesso de arrecadação. Tendo como justificativas a estimativa de arrecadação de taxas de inscrições em concurso público, não orçadas para o exercício correspondente, no importe de R\$ 515.535,00, além de projeção de incremento na arrecadação de dívida ativa administrativa de R\$ 150.000,00 e de dívida ativa executiva de R\$ 150.000,00. Perfazendo assim o total de Reformulação

para mais, em R\$ 815.535,00 (oitocentos e quinze mil e quinhentos e trinta e cinco reais).

O Orçamento de 2017 foi aprovado conforme deliberação da Reunião Plenária nº 11/16 de 21/11/2016 (trecho 5.13) e a 1ª Reformulação pela decisão da Reunião Plenária nº 11/17 de 20/11/2017 (trecho 7.21).

A execução orçamentária demonstra a observância do cumprimento dos orçamentos elaborados atingindo as previsões de recebimentos e cumprimento dos objetivos estabelecidos no orçamento aprovado.

As receitas arrecadadas alcançaram em 2017 a cifra de R\$ 71.941.359,00, principalmente decorrente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.155.278,73, ou seja, 5,85 % e, incremento em Outras Receitas Correntes (nestas compreendidas inclusive a Dívida Ativa (Administrativa e Judicial) no importe de R\$ 5.444.146,97, 40,95% no período 2017/2016.

Observe-se que a partir do exercício de 2017, inclusive, as arrecadações de Dívida Ativa (Administrativa e Judicial), foram reclassificadas contabilmente do grupo de Receita de Serviços para o grupo de Outras Receitas Correntes, sendo que este por sua vez é composto pela arrecadação de Multas de Infrações e de arrecadação de Dívida Ativa.

As despesas empenhadas pela entidade alcançaram em 2017 a cifra de R\$ 68.426.702,53 ante aos R\$ 66.278.047,26 de 2016, com crescimento de 3,24% em relação a 2016, principalmente representado pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.317.468,07 (6,91%) no período 2017/2016.

Conforme o Demonstrativo do Balanço Orçamentário, no encerramento do exercício de 2017 foi apresentado um Superávit apurado no sistema Orçamentário no montante de R\$ 3.514.656,47 (três milhões, quinhentos e catorze mil reais, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), justificado pelo melhor desempenho da Arrecadação e aprimoramento de controle dos gastos, inclusive com reflexo de melhores desempenhos em processos licitatórios. A Nota Explicativa das Demonstrações Contábeis na íntegra se encontra no Apêndice 1, sendo este tópico tratado no item 7 referente ao Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, e o orçamento anual está apresentado no Apêndice 2.

3.3.2 Execução descentralizada com transferência de recursos

A Lei nº 3.820/60 que cria o CFF e os Conselhos Regionais de Farmácia, estabelece que as receitas auferidas são distribuídas à razão de $\frac{1}{4}$ ao primeiro e $\frac{3}{4}$ aos respectivos Regionais, nos termos dos artigos 26 e 27, não havendo transferência de recursos a outras entidades ou execução orçamentária descentralizada nas seccionais do CRF-SP.

3.3.3 Informações sobre realização das receitas

As receitas arrecadadas alcançaram em 2017 a cifra de R\$ 71.941.359,00 o que correspondeu a uma evolução de R\$ 8.698.177,76, ou seja, 13,75% em relação à 2016, principalmente decorrente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.155.278,73 (5,85) % e, incremento em Outras Receitas Correntes (nestas compreendidas inclusive a Dívida Ativa, Administrativa e Judicial) no importe de R\$ 5.444.146,97, ou seja, 40,95% no período 2017/2016. O Demonstrativo da Receita está apresentado no Apêndice 3.

3.3.4 Informações sobre execução das despesas

As despesas empenhadas pela entidade alcançaram em 2017 a cifra de R\$ 68.426.702,53 ante aos R\$ 66.278.047,26 de 2016, com crescimento de 3,24% em relação a 2016, principalmente representado pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.317.468,07, 6,91% no período 2017/2016. Justifica-se a relação percentual acima, o fato da redução de R\$ 2.147.458,30 (144,03%) de 2017 em relação a 2016, dos gastos com Investimentos. Os apêndices 8 e 9 apresentam, respectivamente, Demonstrativo das Despesas por Grupo e Elementos de Despesa e Despesas por Modalidade de Licitação.

3.4 Desempenho operacional

Os resultados operacionais estão evidenciados pela natureza e quantidade dos produtos oriundos dos processos, quando possível comparativamente ao ano anterior, e segregados por macroprocessos.

3.4.1 Fiscalização do exercício profissional

A atividade de fiscalização realizada pelos farmacêuticos fiscais ocorre conforme previsto na Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 600 de 25 de julho de 2014 e nº 648 de 30 de agosto de 2017, e seguindo também diretrizes aprovadas pelo Plenário do CRF-SP. Todos os procedimentos adotados em fiscalização externa pelos fiscais estão devidamente descritos no Manual de Fiscalização que atualmente encontra-se em sua 10ª edição.

Os fiscais realizam fiscalização externa, orientação farmacêutica para profissionais convocados nas seccionais, sede e orientação durante as inspeções fiscais.

No ato da fiscalização são lavrados termos de visita ou termos de intimação/auto de infração. Periodicamente também são preenchidas fichas de verificação do exercício profissional e orientação farmacêutica quando necessário.

Em 2017, as inspeções fiscais ocorreram mediante lavratura de termos de visita eletrônico (Fiscalização Eletrônica Móvel – FEM), mantendo-se o preenchimento dos termos de intimação/auto de infração de forma manual, sendo esses enviados à sede do CRF-SP semanalmente via malote.

Os termos, as fichas de verificação do exercício profissional e orientações farmacêuticas lavrados no formato eletrônico são transmitidos diariamente pelos fiscais ao sistema interno do CRF-SP e na sequência são enviados aos fiscalizados por e-mail.

Em 2017, foram lavrados um total de 88.137 documentos fiscais (termos de visita, termos de intimação/auto de infração e autos de infração à distância) no estado, sendo que foram emitidas 543 Notificações de Recolhimento de Multa (NRMs)/Reincidências em face da ausência de registro e de responsável técnico farmacêutico perante o CRF-SP, 11.735 (NRMs)/Reincidências por falta de responsável técnico farmacêutico perante o CRF-SP, 1.800 (NRMs)/Reincidências por estar sem farmacêutico no ato da inspeção, 252 (NRMs)/Reincidências por não prestação de assistência farmacêutica (NPA), 477 (NRMs)/Reincidências por outros motivos (atividades privativas sendo executadas por leigos e farmacêutico sem vínculo declarado perante o CRF-SP).

Os autos de infração à distância são sanções aplicáveis pelo CRF-SP, segundo art. 22 do Anexo I da Resolução nº 648/17 do CFF, no qual o CRF poderá, após fiscalização presencial na qual se constate ausência de registro (SRG e SCD) ou da assunção de RT (SRT), autuar o estabelecimento à distância a cada 30 dias até a efetiva regularização.

Resolução nº 648/17 do CFF- Regulamenta o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências.

Anexo I - Regulamento de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia

(...)

Capítulo III - Dos Conselhos Regionais de Farmácia

Art. 22 Os Conselhos Regionais de Farmácia, após pelo menos uma fiscalização presencial na qual se constate a ausência de registro ou da assunção de responsável técnico, poderão autuar à distância a empresa ou estabelecimento, a cada 30 (trinta) dias e até a efetiva regularização, desde que inicialmente seja observado o prazo do artigo 17 da Lei Federal nº 5.991/73 c/c o do artigo 12 da Lei Federal nº 13.021/14.

Parágrafo único – O CRF deverá promover nova visita presencial decorridos 6 (seis) meses para renovação do procedimento de emissão do auto de infração à distância.

Em relação aos Autos de Infração emitidos à distância (reincidências), no ano de 2017, foram lavrados 6.688 autos, considerando que não houve regularização perante o CRF-SP. A média de termos lavrados, *in loco*, por mês foi igual a 6.787. Quanto à Ficha de Verificação do Exercício-Ético Profissional (FVEEP), foram preenchidas 24.917 fichas.

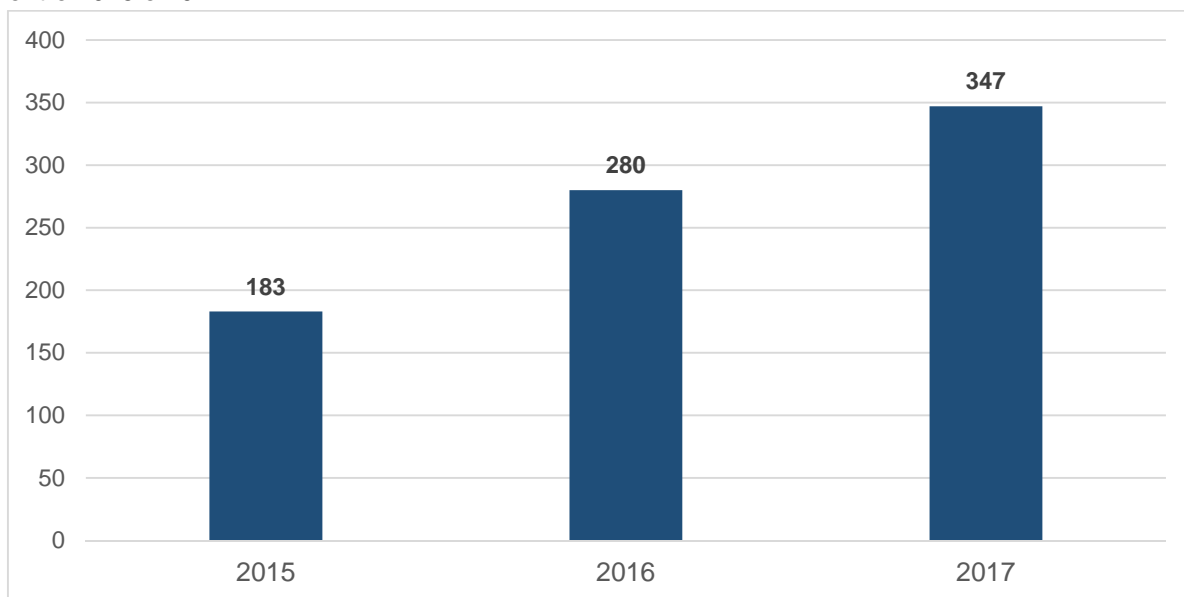
No exercício de 2017, foram realizadas 52.634 constatações de presença, representando 59,72% de devida e efetiva assistência farmacêutica, ao tempo que foram constatadas 3.993 ausências não justificadas de profissionais farmacêuticos, representando 4,53% de indevida e não efetiva assistência farmacêutica.

Ressalta-se que foram realizadas inspeções no horário declarado em Termo de Compromisso pelo farmacêutico, bem como, fora do horário de assistência

declarado pelo profissional em Termo de Compromisso, como forma de garantir a assistência farmacêutica à população durante todo o horário de funcionamento nas farmácias (com e sem manipulação) e distribuidoras, nos termos do artigo 6º da Lei nº 13.021/14 e artigo 11 da MP nº 2.190-34/01.

O número de autuações decorrente da constatação de atividades privativas sendo exercidas por leigos têm aumentado gradativamente (Gráfico 1), perfazendo um aumento de 89,62% quando comparado ao exercício de 2015, evidenciando os esforços e compromisso do CRF-SP na defesa do âmbito profissional farmacêutico, regulamentado no art. 1º do Decreto n.º 85.878/81, e garantindo a sociedade cuidados a saúde por profissional devidamente habilitado. Os treinamentos em boas práticas farmacêuticas e preenchimento de FVEEP, além dos treinamentos em fundamentação legal dos autos de infração contribuíram para o aumento observado.

Gráfico 1. Número de constatações fiscais de atividades privativas sendo exercidas por leigos, entre 2015 e 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Quanto ao preenchimento da FVEEP, necessário para observar o cumprimento da legislação vigente no exercício profissional, adota-se o “índice de atendimento à meta de preenchimento de FVEEP”, tendo como meta 90% do número médio de estabelecimentos registrados no exercício anterior (26.370 estabelecimentos). Esta margem justifica-se pela impossibilidade de preenchimento

de FVEEP em estabelecimentos fechados, encerrados ou com as atividades ainda não iniciadas no decorrer do ano.

Índice de atendimento à meta de preenchimento de FVEEP (%) = (número de lavraturas de termos com FVEEP realizados no corrente ano/ número de estabelecimentos registrados no exercício anterior) x 100

Foram preenchidas 24.917 FVEEP, sendo que a eficácia alcançada do índice foi de 94,49%, indicando que a meta foi atingida.

Visando acompanhar as constatações fiscais de estabelecimentos ilegais e irregulares, faz-se uso do indicador “taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares”, cuja meta não é estabelecida em face da dependência de fatores externos não passíveis de controle quantitativo. Os fatores externos independem de qualquer conduta ou ação por parte deste conselho e podem ser advindos, por exemplo, de aumento do número de estabelecimento irregulares influenciado pela ausência de mão de obra qualificada; carência de farmacêuticos em determinadas regiões, motivadas por questões geográficas ou até mesmo por questões de segurança pública, resultando, por exemplo, em assistência deficitária no período noturno em diversas periferias das áreas metropolitanas; insuficiência orçamentária alegada por diversos estabelecimentos públicos (municípios) e privados (ex.: farmácia hospitalar de Santa Casa) para contratação de farmacêuticos em número suficiente para garantir a assistência farmacêutica integral; opção do fiscalizado em “querer permanecer irregular”, dentre outros.

Neste contexto, para fins de análise, são comparados os resultados auferidos nos últimos 04 (quatro) anos, utilizando-se a fórmula descrita abaixo.

Taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares (%) = [(número de estabelecimentos sem registro, sem cadastro, sem responsável técnico e sem assistência farmacêutica integral oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano) / (total de estabelecimentos regulares, ilegais e irregulares oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano)] x 100

Na Tabela 1, são apresentados o total de termos lavrados conforme irregularidade constatada, incluindo a porcentagem de estabelecimentos ilegais e irregulares frente ao número de termos lavrados no período de estudo, incluindo os autos de infração emitidos à distância.

Tabela 1. Total de termos lavrados conforme Irregularidade Constatada.

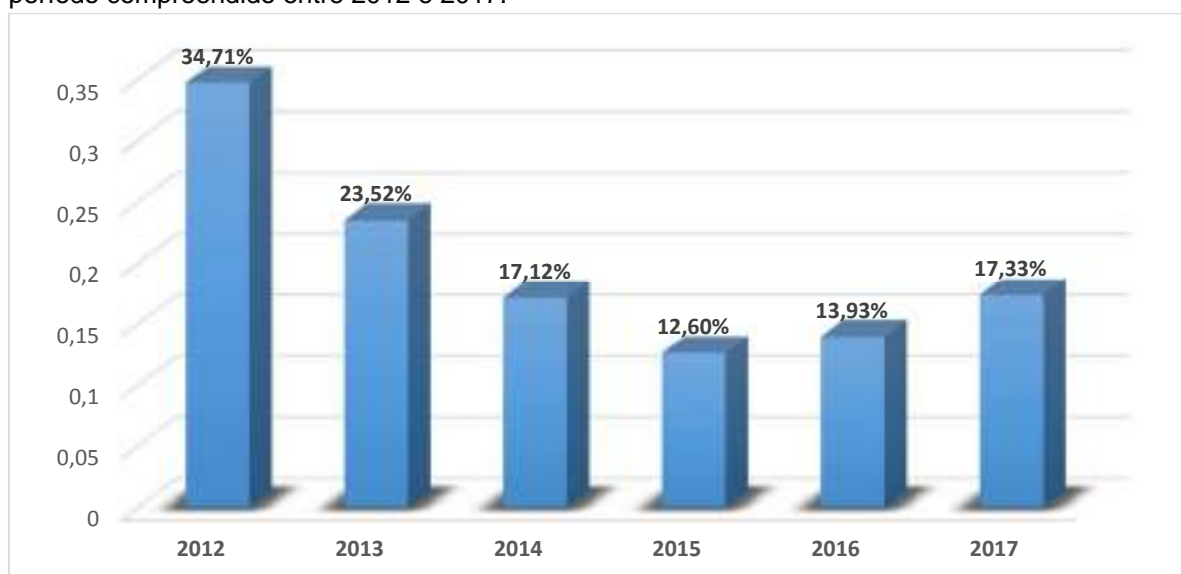
Exercício	Ilegais		Irregulares		Ilegais (% total)	Irregulares (% total)
	Sem Registro	Sem Cadastro	Sem RT	Assistência Parcial		
2014	1091	5554	6203	2373	7,48%	9,65%
2015	793	3368	4444	2209	4,85%	7,76%
2016	671	4333	4172	1846	6,33%	7,61%
2017	601	7561	4942	2171	9,26%	8,07%

RT: Farmacêutico responsável técnico

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017

No Gráfico 2, observa-se que a taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares tem reduzido consideravelmente nos últimos anos. Considerando o período avaliado, de 2012 a 2017, foi possível observar uma redução de 17,38%, ratificando a efetividade da fiscalização. Há de ressaltar que o aumento observado nos últimos dois anos é resultado da efetivação da Lei nº 13.021/14, que possibilitou a reversão de decisões judiciais antigas pautadas na Lei nº 5.991/73 para algumas farmácias municipais e farmácias privativas hospitalares e similares.

Gráfico 2. Taxa de constatação fiscal de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e irregulares no período compreendido entre 2012 e 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Quanto à intensificação da fiscalização em estabelecimentos ilegais e irregulares, além da manutenção da rotina nos demais estabelecimentos, faz-se uso do “Índice de inspeções noturnas, inspeções em finais de semana ou feriados e autos de infração à distância”, cuja meta é atender 100% da estimativa estabelecida no Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP para o corrente ano (7.065 inspeções noturnas, 9.420 inspeções em finais de semana ou feriados e 4.000 autos de infração à distância).

Índice de inspeções noturnas, inspeções em finais de semana ou feriados e autos de infração à distância (%) = $(\sum n^{\circ} \text{inspeções noturnas, } n^{\circ} \text{inspeções em finais de semana ou feriados, } n^{\circ} \text{autos de infração à distância realizados no corrente ano} / n^{\circ} \text{inspeções noturnas, } n^{\circ} \text{inspeções em finais de semana ou feriados e } n^{\circ} \text{autos de infração à distância estabelecidos no Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP para o referido ano}) \times 100$

No ano de 2017 foram realizadas 8.272 inspeções entre 18:00 h e 06:00 h, 10.747 inspeções em finais de semana ou feriados, além de 6.688 autos de infração à distância, compreendendo uma eficácia de 125,49%.

No tocante aos estabelecimentos irregulares, a partir do conceito extraído das resoluções do CFF e do conhecimento adquirido pelo histórico de fiscalização ao longo dos anos pelo CRF-SP, é previsível inferir que o sábado, domingo, feriado e período noturno são os dias e horários mais recorrentes quanto à provável constatação de assistência farmacêutica deficitária. Sendo assim, considerando a importância em intensificar a fiscalização em estabelecimentos irregulares, em atendimento as diretrizes do regional estabelecidas no item 2.3 do Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP 2017, este conselho requereu a cada fiscal trabalhar, minimamente, um sábado e um domingo (ou feriado) ao mês, ou seja, 20 inspeções (mínimo de 10 inspeções/dia deliberado pelo Plenário para o respectivo exercício), e realizar um mínimo de 15 (quinze) visitas noturnas ao mês que contribuiu que o índice de inspeções noturnas, inspeções em finais de semana ou feriados e autos de infração à distância atingisse 125,49%.

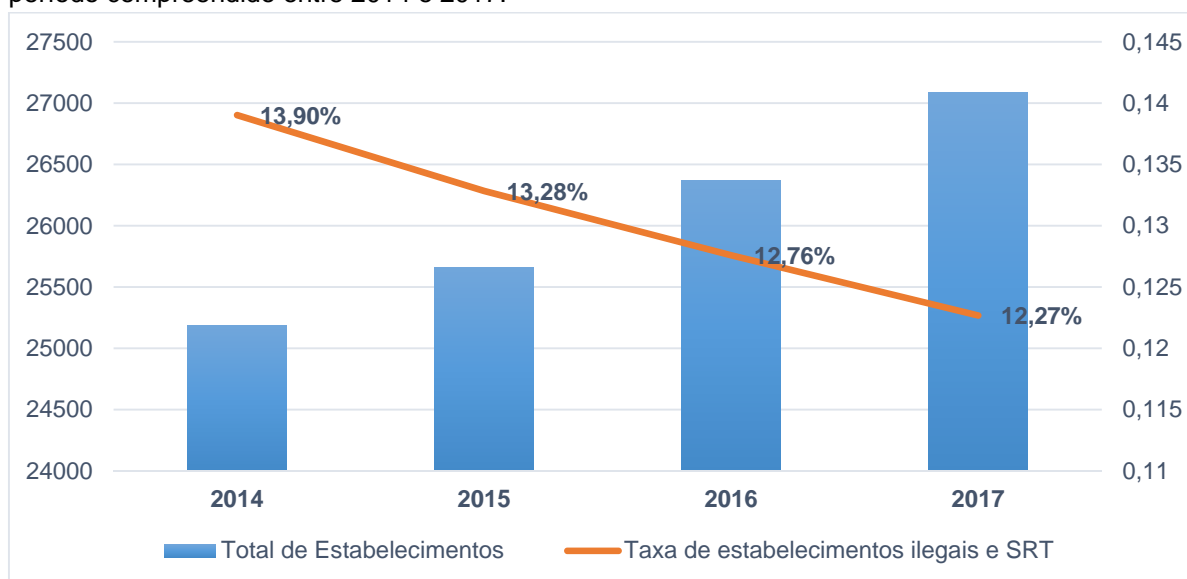
Visando avaliar a proporção de estabelecimentos ilegais e sem farmacêutico responsável, faz-se uso do indicador “taxa de estabelecimentos

farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável”, cuja meta também não é estabelecida em face da dependência de fatores externos não passíveis de controle quantitativo.

Taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável (%) = [(média mensal do número de estabelecimentos sem registro, sem cadastro e sem responsável técnico oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano) / (média mensal do número de estabelecimentos regulares, ilegais e irregulares oriundos do Relatório Mensal de Atividade de Fiscalização no referido ano)] x 100

Corroborando com as constatações fiscais, o número de estabelecimentos ilegais e sem farmacêutico responsável perante o CRF-SP reduziu cerca de 1,63% nos últimos quatro anos (Gráfico 3).

Gráfico 3. Taxa de estabelecimentos farmacêuticos ilegais e sem farmacêutico responsável (%) no período compreendido entre 2014 e 2017.



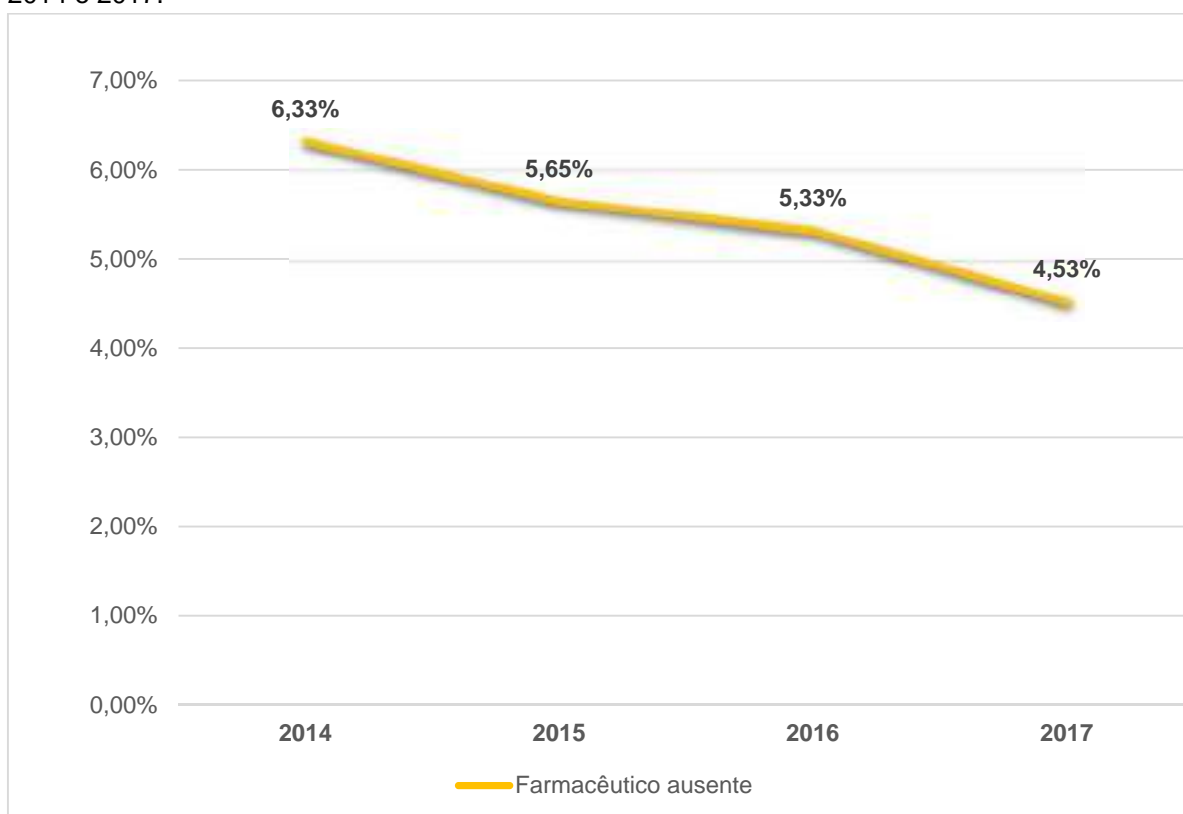
Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Visando aferir o cumprimento da assistência farmacêutica firmada pelos profissionais em termos de compromisso, faz-se uso do indicador de “taxa de indevida e não efetiva assistência farmacêutica em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada” (com constatações fiscais de farmacêuticos ausentes):

Taxa de indevida e não efetiva assistência farmacêutica (%) = nº de constatações fiscais de farmacêuticos ausentes, sem justificativa prévia, em estabelecimentos com assistência farmacêutica declarada no referido ano / nº total de termos lavrados no referido ano) x 100

A avaliação do indicador supracitado nos últimos 4 (quatro) anos visa demonstrar a efetividade das ações desta entidade na conscientização gradativa da importância do cumprimento da assistência farmacêutica firmada em termo de compromisso. A efetividade caracteriza-se pela redução de 1,8% da constatação de indevida e não efetiva assistência farmacêutica no corrente ano (Gráfico 4).

Gráfico 4. Taxa de indevida e não efetiva assistência farmacêutica no período compreendido entre 2014 e 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

A diminuição gradativa do índice de estabelecimentos ilegais e sem farmacêutico responsável corroborada pela redução da taxa de indevida e não efetiva assistência farmacêutica, demonstra a efetividade dos trabalhos realizados pela fiscalização.

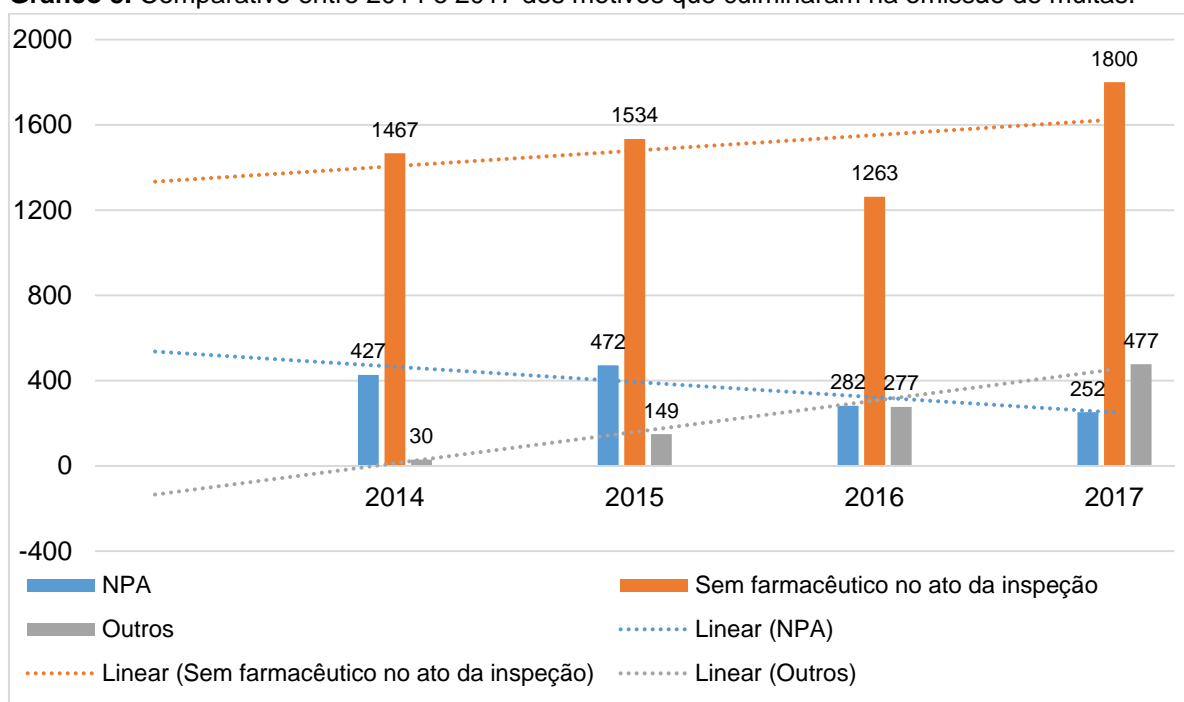
Entre 2014 e 2017, observou-se também uma redução de 59,02% nas autuações decorrente da constatação de NPA, possível reflexo das orientações

realizadas aos farmacêuticos acerca da necessidade de garantir a efetiva assistência ao estabelecimento ao qual detém responsabilidade técnica, bem como orientação acerca da necessidade de justificar suas ausências conforme estabelece Resolução do CFF nº 596/14 e Deliberação do CRF-SP nº 21/16 (Gráfico 5).

Neste mesmo período, houve um aumento de 22,7% nas autuações decorrente da constatação do funcionamento do estabelecimento sem a presença de farmacêutico (assistência insuficiente/parcial), reflexo da intensificação das inspeções fiscais em estabelecimentos irregulares. Ocorreu também um aumento das autuações decorrente da constatação de atividades privativas sendo exercidas por pessoa não habilitada legalmente, evidenciando os esforços e compromisso do CRF-SP na defesa do âmbito profissional farmacêutico, regulamentado no artigo 1º do Decreto nº 85.878/81.

Essas ações garantem a sociedade acesso a estabelecimento de saúde dentro dos critérios sanitários exigidos e cuidados a saúde por profissional devidamente habilitado.

Gráfico 5. Comparativo entre 2014 e 2017 dos motivos que culminaram na emissão de multas.



Dados: NPA – Não prestação de Assistência; sem farmacêutico no ato da inspeção – assistência parcial/insuficiente; outros: constatação de atividades privativas sendo exercidas por pessoa não habilitada legalmente ou farmacêutico sem vínculo perante o CRF-SP.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

O Setor de Denúncia tem como função receber as denúncias, analisar a viabilidade de apuração dos fatos pelo CRF-SP e montar um processo administrativo que contempla o fluxo de medidas tomadas para apuração dos fatos denunciados.

Qualquer cidadão pode fazer a denúncia, podendo inclusive ocorrer de maneira anônima. O sigilo do denunciante é sempre mantido. As denúncias são recebidas via correio, telefone (é disponibilizado no portal do CRF-SP um contato gratuito de 0800), e-mail e protocolos presenciais na sede, sub sedes ou seccionais do CRF-SP. Caso o denunciante se identifique e forneça seus contatos, será informado a respeito da tramitação do processo.

Caso seja verificado que os fatos denunciados envolvem aspectos de âmbito de outros órgãos, a denúncia devidamente fundamentada é encaminhada formalmente ao órgão competente para a devida apuração.

Para apuração das denúncias recebidas são solicitadas inspeções especiais nos estabelecimentos, convocação dos farmacêuticos envolvidos para esclarecimentos, solicitação de inspeções conjuntas com outros órgãos, sempre no sentido de embasar a ocorrência da irregularidade para fins de encaminhamentos da esfera ética, civil e criminal.

No ano de 2017, o CRF-SP recebeu 1.165 denúncias, que em conjunto com as irregularidades detectadas nas ações da fiscalização, geraram a demanda de 1.500 ofícios a farmacêuticos, estabelecimentos e outros órgãos públicos (Anvisa; Conselho Municipal de Saúde; Coren-SP; CRBM; Crefito; Cremesp; CRF-SC; CRMV; CRN; CRO-SP; Delegacias; Faculdades; Ministério da Agricultura; Ministério Público; Sinfar; Visas Municipais).

Com fundamento no inciso I, artigo 30 da Lei nº 8.666/93, o Departamento de Fiscalização também expediu 38 Certidões para fins de Licitações, certificando os estabelecimentos registrados e com Responsável Técnico(a) Farmacêutico(a) após solicitação dos interessados.

Em 2017 o Setor de Orientação Farmacêutica realizou 9.290 atendimentos telefônicos e 3.437 e-mails com esclarecimentos de dúvidas foram respondidos. O atendimento realizado via *chat online* atendeu 2.017 farmacêuticos para esclarecimentos de dúvidas técnicas e de legislação. A somatória desses dados demonstra os atendimentos realizados aos farmacêuticos que procura

espontaneamente o CRF-SP para esclarecimentos de dúvidas relativas ao âmbito profissional.

Observa-se que a demanda espontânea para esclarecimentos de orientação farmacêutica é maior em épocas que há mudanças relevantes em normas que impactam em procedimentos diários da profissão farmacêutica. Nos últimos anos, não houveram grandes mudanças em procedimentos farmacêuticos publicadas em normativas do Conselho Federal de Farmácia ou Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Com relação aos atendimentos para orientação por meio de convocação dos farmacêuticos para comparecimento na sede e seccionais do CRF-SP, em 2017 foram efetuadas 1.094 convocações e orientações. Dos farmacêuticos convocados, 7 profissionais não atenderam à convocação realizada e foram encaminhadas ao presidente do CRF-SP informações para a viabilidade de abertura de PED, devido ao descumprimento do art. 18, inciso IV da Resolução do CFF nº 596/14.

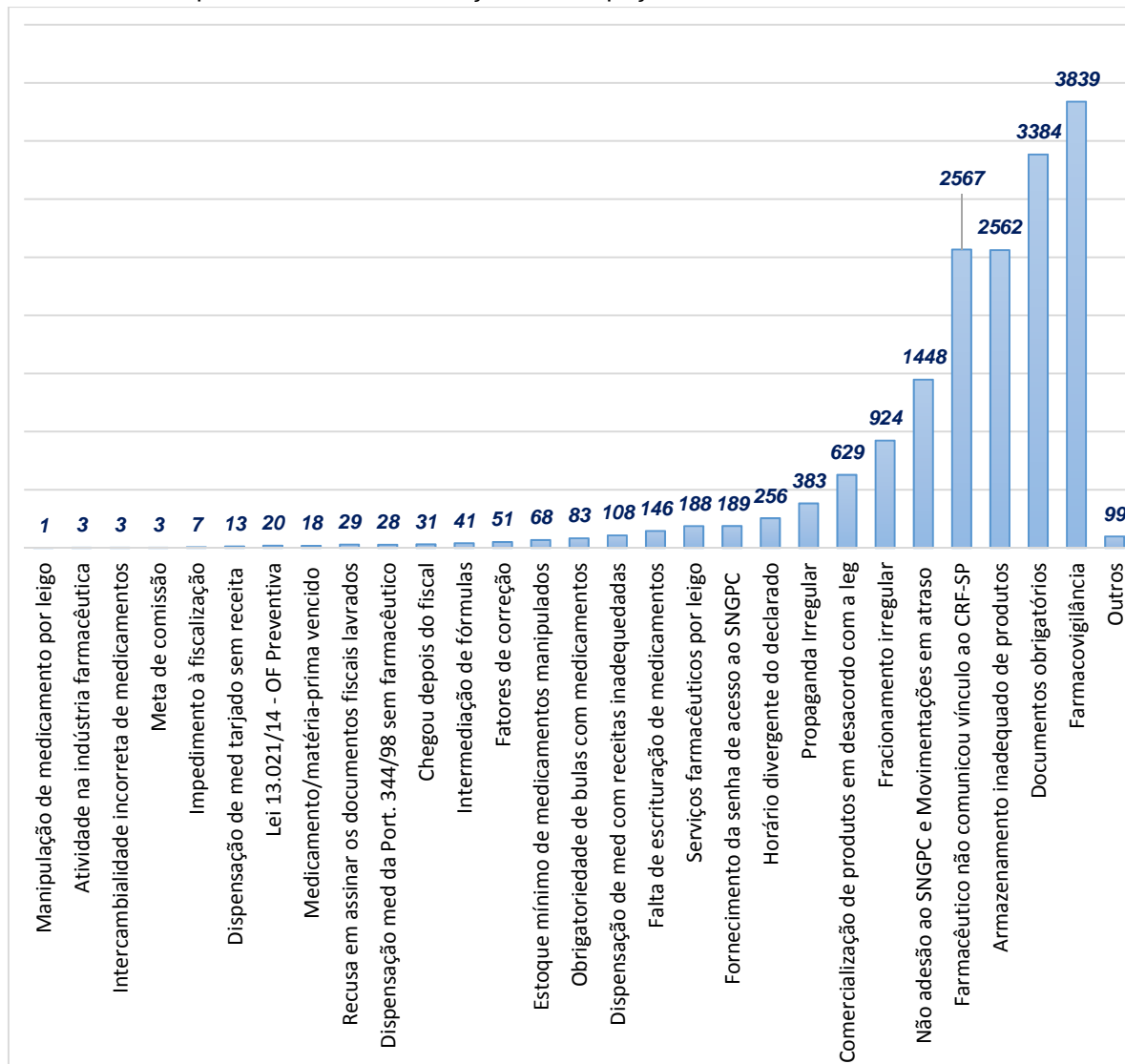
As orientações realizadas durante as inspeções fiscais somaram 17.268. No total foram realizadas 18.362 orientações farmacêuticas no ano de 2017 conforme gráfico 6.

O Setor de Orientação Farmacêutica revisou as orientações padronizadas utilizadas pela equipe de fiscais externos do CRF-SP. Foram padronizados novos termos de orientação farmacêutica para atendimento de convocação e para orientação farmacêutica em inspeção. Atualmente estão disponíveis 32 modelos de termos para serem utilizados durante a inspeção fiscal contendo legislação sobre os principais problemas observados nos estabelecimentos. Há 39 modelos de termos para serem utilizados durante os atendimentos presenciais que ocorrem mediante convocação na sede e seccionais do CRF-SP.

Pode-se destacar os seguintes motivos de orientação ao profissional que é convocado para comparecimento na sede e seccionais: necessidade de prestação de assistência farmacêutica conforme legislação vigente; ausência de documentos obrigatórios nos estabelecimentos fiscalizados (como por exemplo licença sanitária); irregularidades com relação à escrituração eletrônica de medicamentos sujeitos ao controle da Portaria SVS/MS nº 344/98 e antimicrobianos; armazenamentos inadequado de produtos e orientações e esclarecimentos sobre denúncias

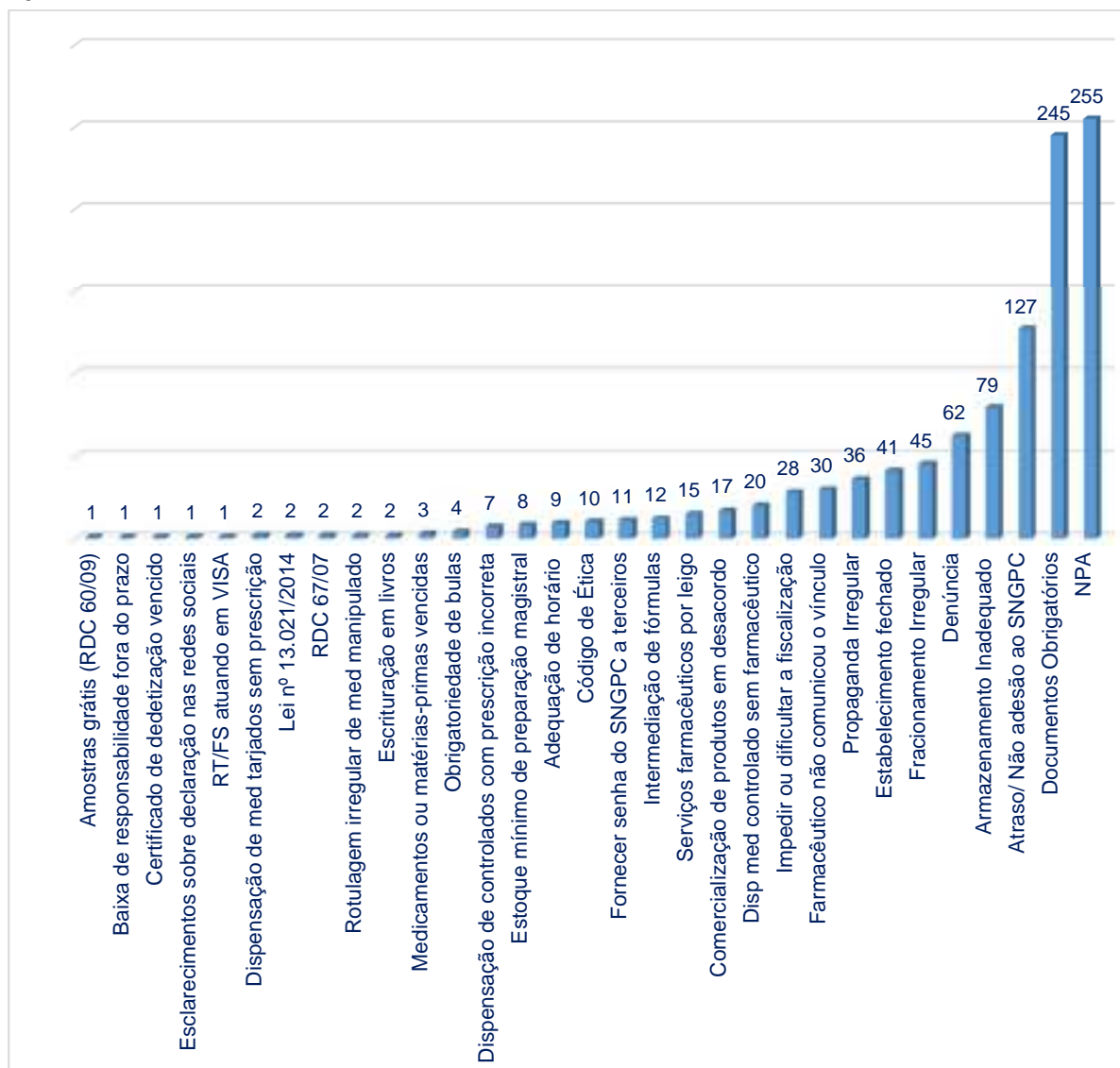
envolvendo não conformidades em geral. No Gráfico 7 estão relacionados os dados de principais motivos de convocação dos profissionais em 2017.

Gráfico 6. Principais motivos das orientações em inspeção realizadas em 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 7. Principais motivos de convocação dos profissionais na sede e seccionais do CRF-SP em 2017.



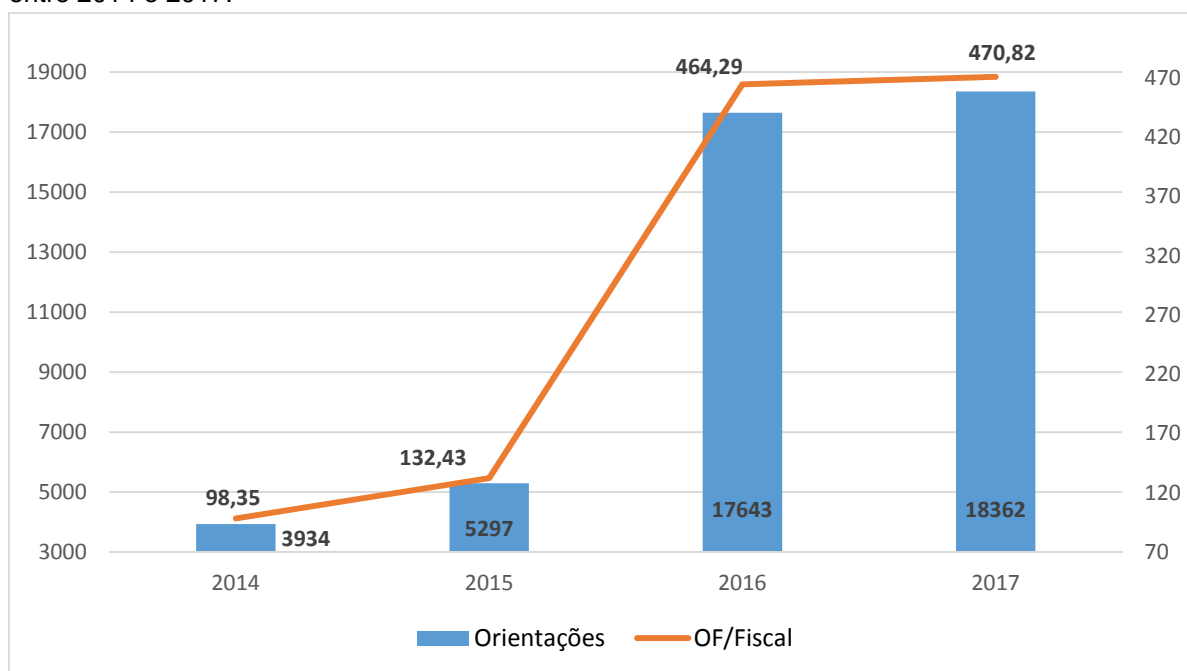
Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Com respeito à orientação farmacêutica, o CRF-SP visa a diminuição e prevenção de infrações graves, que prejudicam os serviços prestados à população e a coloquem em risco.

O Gráfico 8 indica que a diretriz da fiscalização do CRF-SP de orientar os farmacêuticos acerca das não conformidades constatadas estão sendo cumpridas pela equipe de fiscais, uma vez que o número total de orientações aumentou consideravelmente ao longo dos anos. Observa-se que a eficácia do processo de orientação também acompanhou esse crescimento, já que a média de orientações realizadas por fiscal cresceu 4,03% quando comparado ao exercício de 2016,

demonstrando que os treinamentos realizados com a equipe têm gerado resultados positivos. Em 2016 diversos treinamentos com a equipe de fiscais foram realizados focando procedimentos de orientação ao farmacêutico. Verifica-se que tais treinamentos foram efetivos e os fiscais têm aplicado na rotina de fiscalização.

Gráfico 8. Número de Orientações Farmacêuticas e Orientações por Fiscal no período compreendido entre 2014 e 2017.



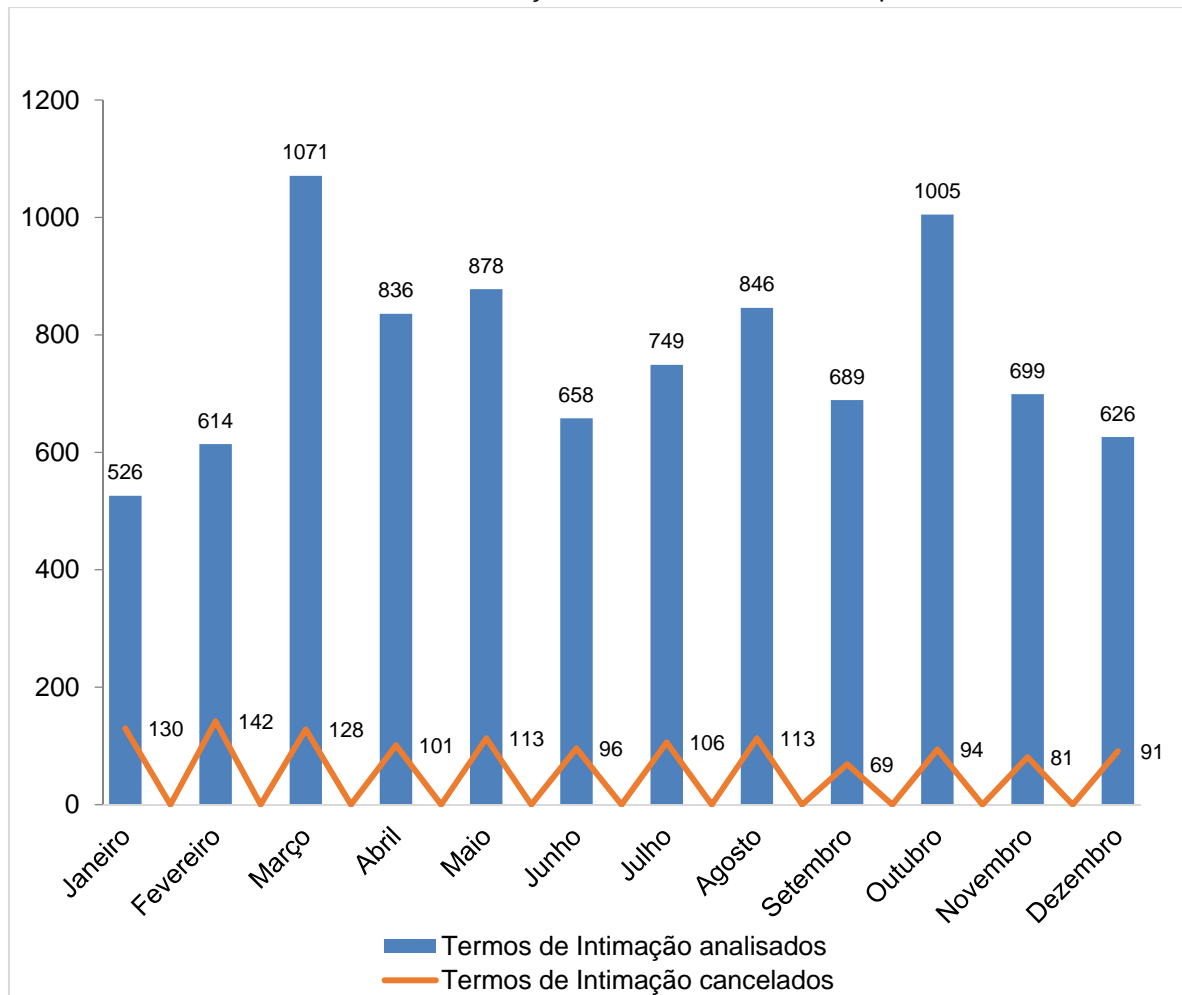
Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Cabe destacar a dificuldade decorrente da limitação imposta pela Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 600/14, que regulamenta o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais e dá outras providências, visto que a análise da atividade de fiscalização por meio do Índice de Desempenho da Fiscalização (IDF) é meramente quantitativa. Desta forma, o trabalho qualitativo do CRF-SP na observação do cumprimento ético das atividades farmacêuticas por meio da aplicação da FVEEP, além das ações de orientação farmacêutica acerca das não conformidades constatadas, não é considerado pelo CFF, comprometendo o desenvolvimento do IDF do CRF-SP.

No ano de 2017, foram analisados, com fundamento no dever-poder de autotutela da administração, no Setor de Processo Fiscal, 9.197 Termos de Intimação, dos quais 1.264 foram cancelados. O gráfico 9 demonstra a quantidade de

termos analisados e cancelados, por mês, enquanto o gráfico 10 reporta os principais motivos que culminaram na desconstituição dos autos:

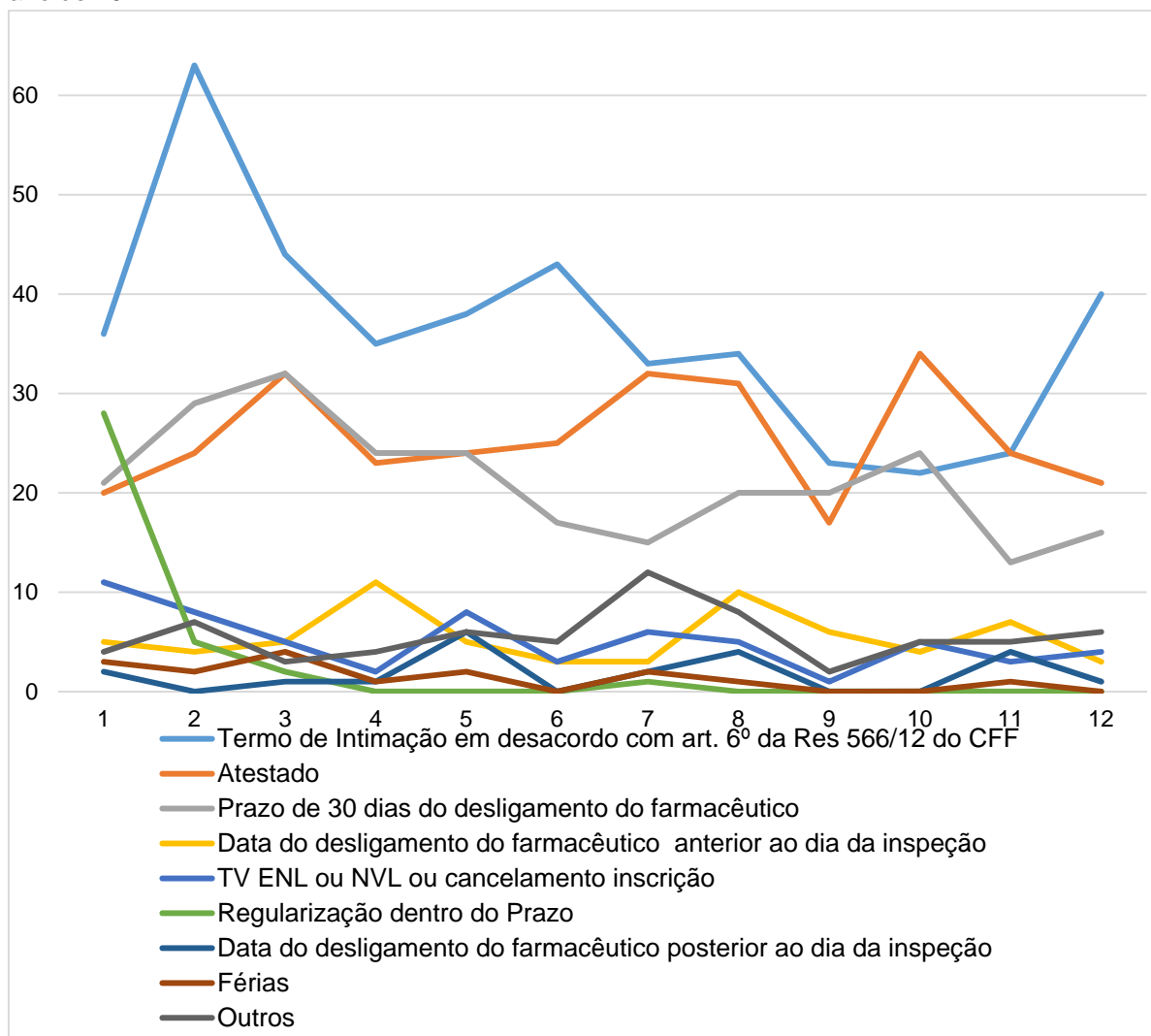
Gráfico 9. Quantidade de Termos de Intimação analisados e cancelados por mês, no ano de 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Após a lavratura do Termo de Intimação, há um prazo, definido pela legislação vigente, para apresentação de recurso ao Auto. Em 2017 foram recebidos 7.382 recursos e emitidos 7.563 ofícios, apresentados nos Gráficos 11 e 12:

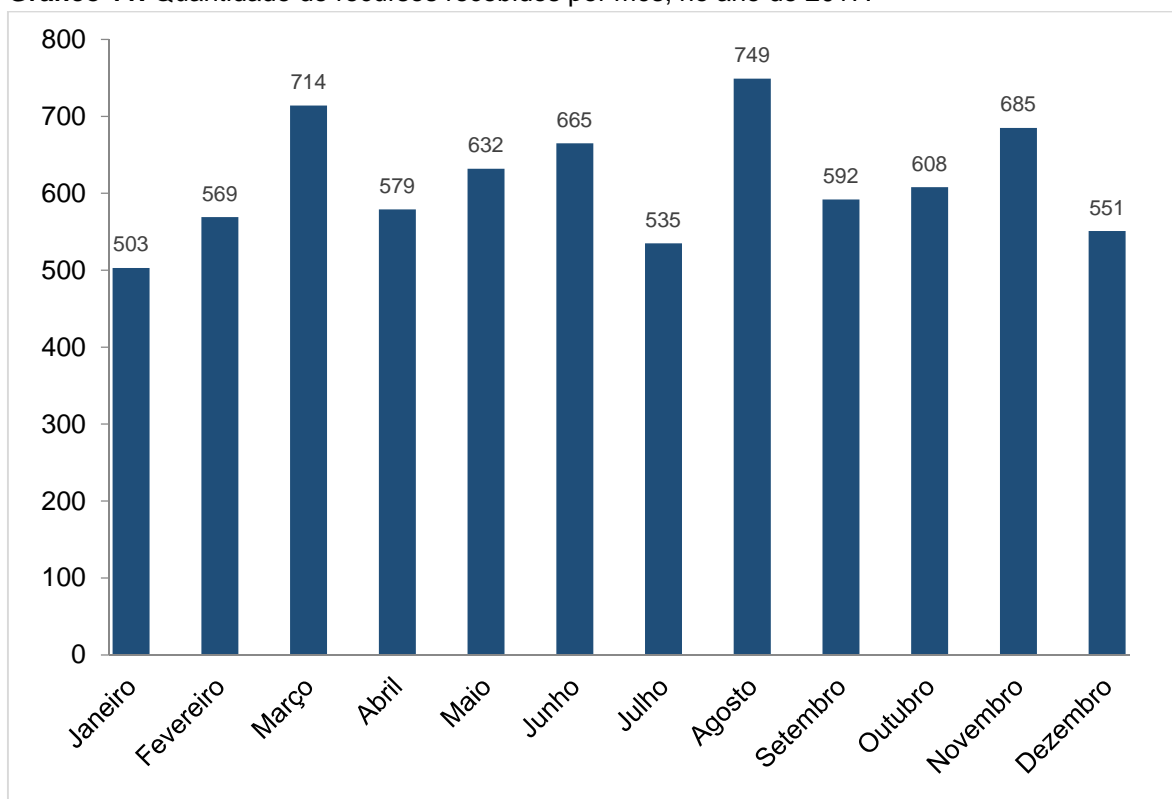
Gráfico 10. Comparativo entre os principais motivos de cancelamento de Termos de Intimação, no ano de 2017.



Dados: Outro - licença Maternidade; inspeção no horário de intervalo do profissional; certidão de óbito; demanda judicial; data do desligamento do farmacêutico ocorreu no mesmo dia da inspeção; comunicado prévio de ausência profissional; comparecimento ao CRF-SP ou Vigilância Sanitária; TI lavrado antes da emissão da reincidência. TV = Termo de Visita; ENL = empresa com atividades encerradas no local; NVL: empresa não vinculada.

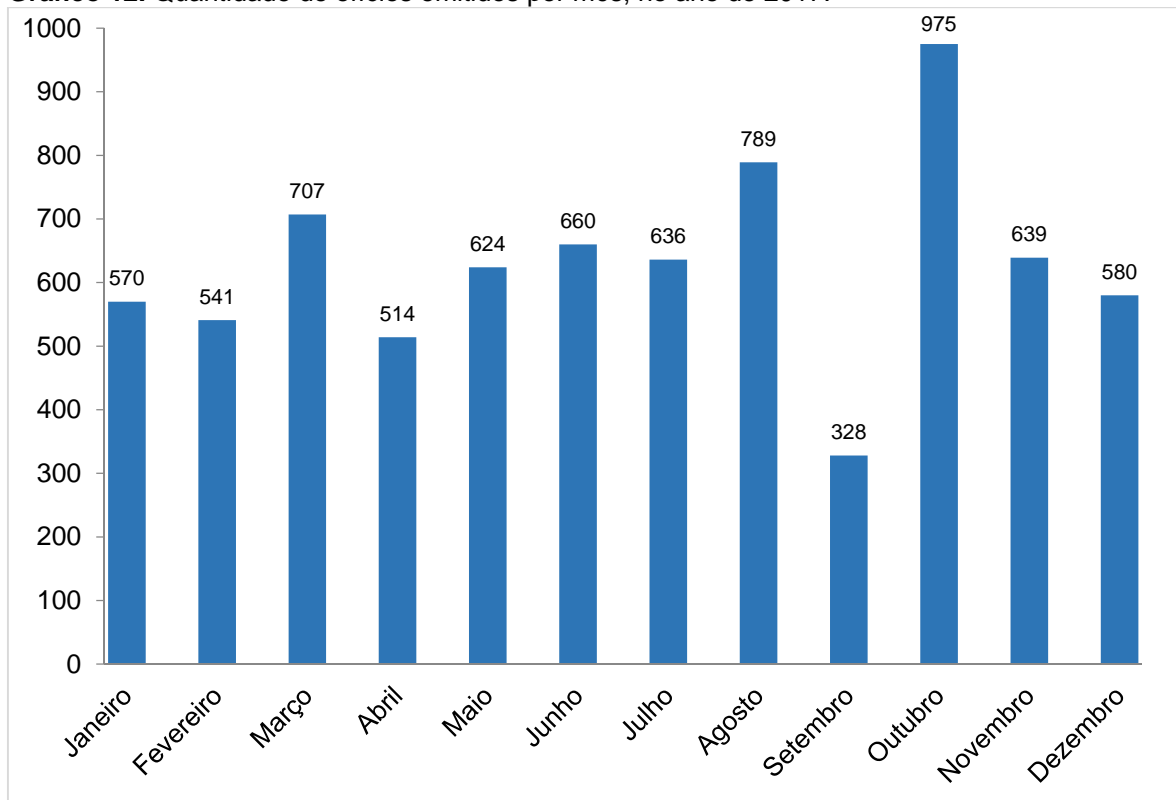
Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 11. Quantidade de recursos recebidos por mês, no ano de 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

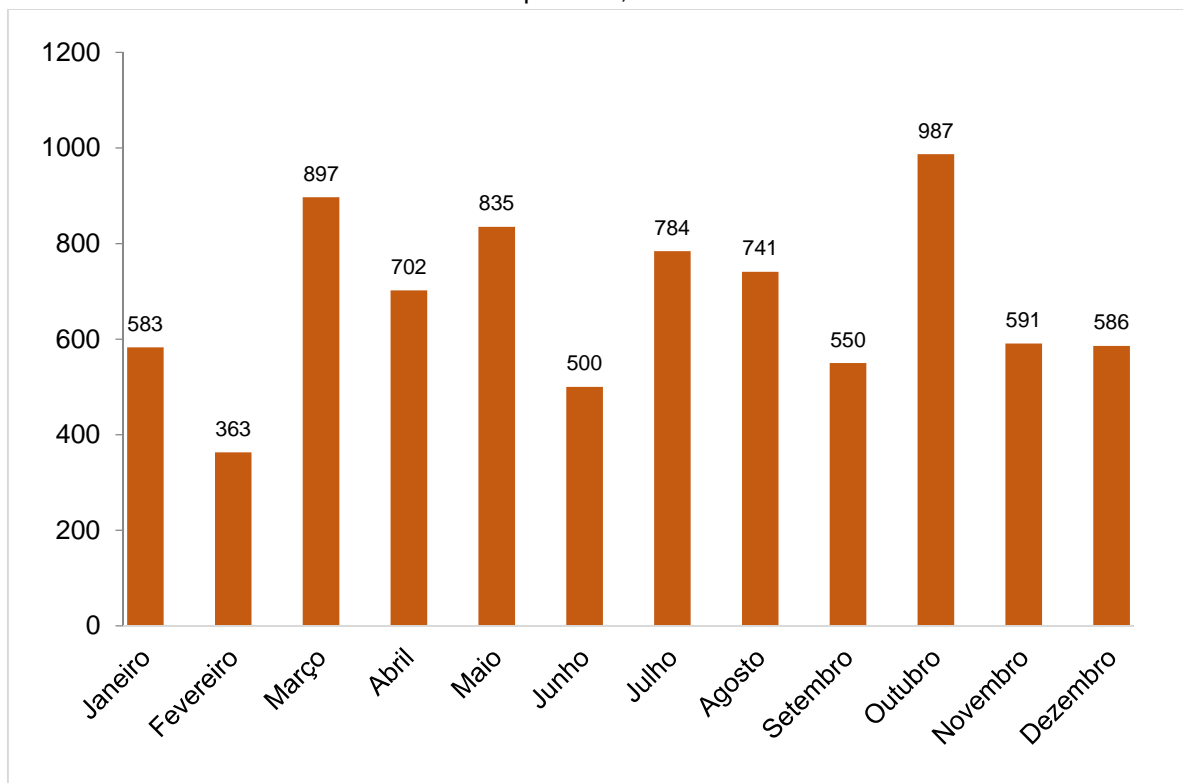
Gráfico 12. Quantidade de ofícios emitidos por mês, no ano de 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

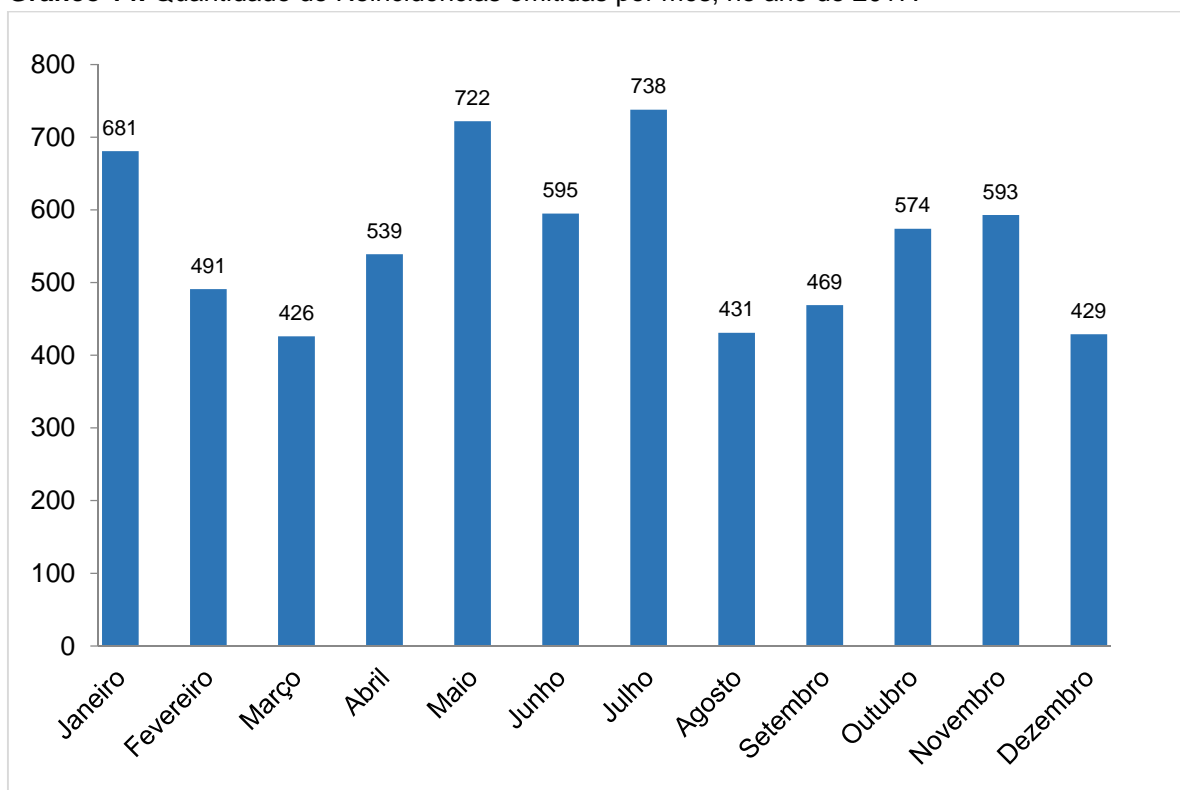
Após decisão do Plenário e da Diretoria do CRF-SP, o setor de Processo Fiscal realiza a emissão das NRMs e dos Autos de Infração à distância (reincidências), para os casos de não regularização, conforme prevê a Lei nº 3.820/60, artigo 22 da Resolução do CFF nº 648/17 e § 1º, artigo 6º, da Resolução nº 566/12, do CFF. Em 2017 foram emitidas 8.119 NRMs e 6.688 reincidências, conforme demonstra os gráficos a seguir:

Gráfico 13. Quantidade de NRMs emitidas por mês, no ano de 2017



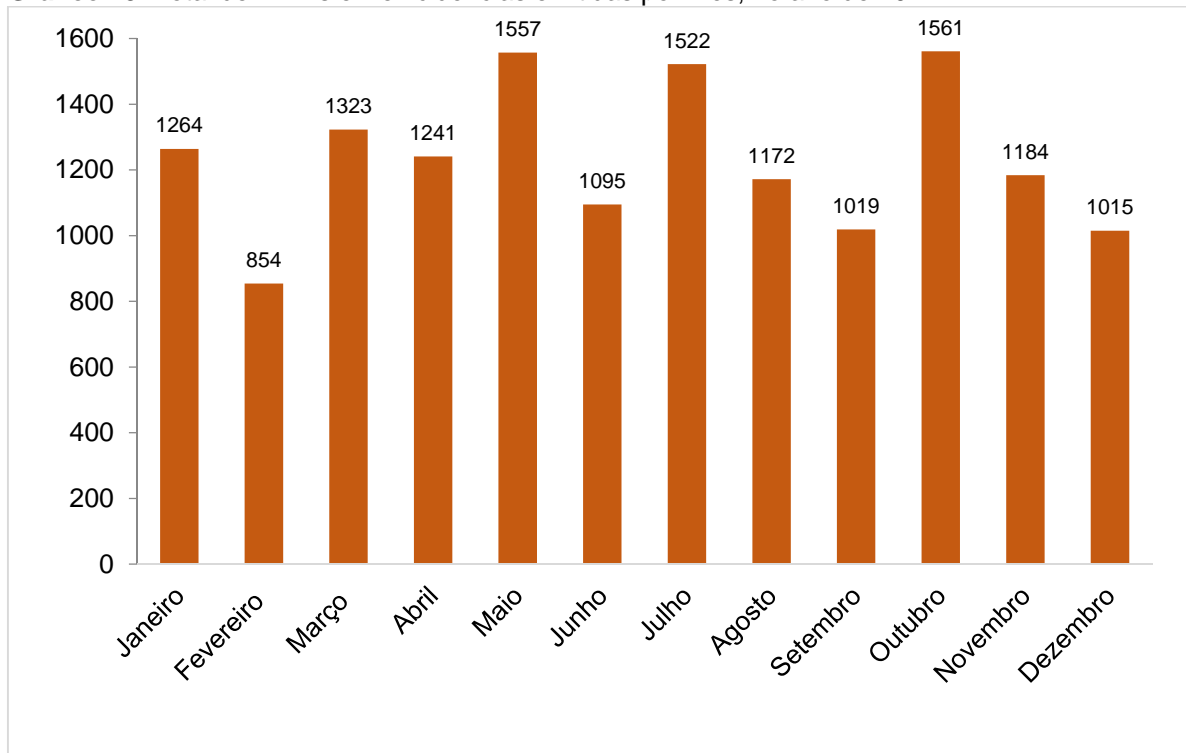
Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 14. Quantidade de Reincidências emitidas por mês, no ano de 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

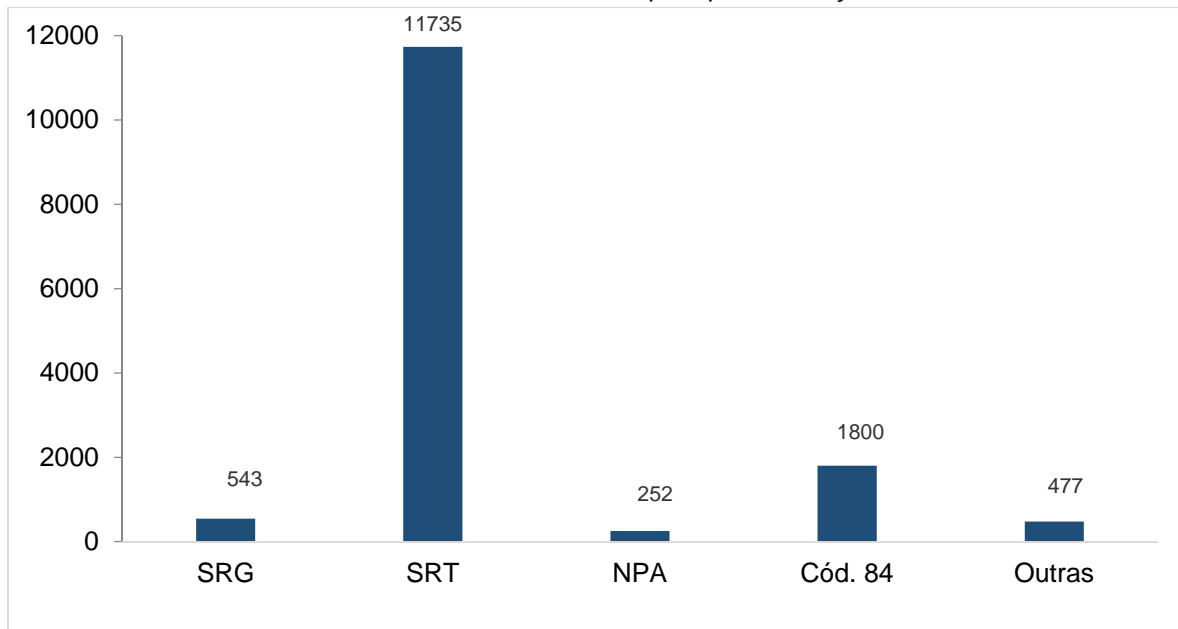
Gráfico 15. Total de NRMs e Reincidências emitidas por mês, no ano de 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

O gráfico 16 demonstra os principais motivos que culminaram na emissão das NRMs e reincidências, enquanto que o gráfico 17 reporta a distribuição por faixa:

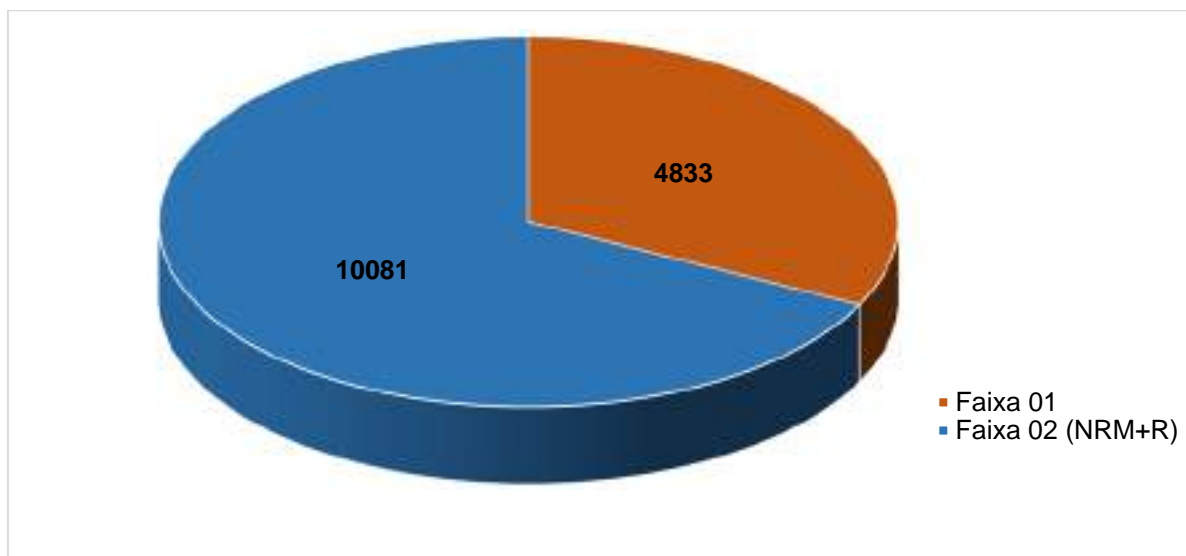
Gráfico 16. Total de NRMs e Reincidências emitidas, por tipo de infração, no ano de 2017.



Dados: SRG = sem registro; SRT = sem responsável técnico; NPA = não prestação de assistência; cód.84 = sem farmacêutico no ato da inspeção; outras = atividades privativas sendo executadas por leigos e farmacêutico sem vínculo perante o CRF-SP.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 17. Total de NRMs e Reincidências emitidas por faixa, em 2017.



Dados: Faixa 01 = valor de multa de 03 salários mínimos regionais; Faixa 02 = valor de multa de 06 salários mínimos regionais.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Conforme disposto na Resolução nº 566/12, do CFF, poderá o estabelecimento interpor recurso em segunda instância ao CFF, referente à NRM emitida pelo Conselho Regional. No ano de 2017 foram encaminhados 592 recursos ao CFF.

Foram realizadas capacitações para a equipe de fiscais visando a qualificação para a melhoria dos trabalhos realizados.

Quadro 9. Capacitação fiscal realizada pelo Departamento de Fiscalização do CRF-SP.

Finalidade	Qualificação da equipe de fiscais
Data	21/01/2017
Título	Capacitação sobre boas práticas em verificação do exercício profissional em drogarias e farmácias, e cálculo do fator de correção de insumos farmacêuticos - Resolução CFF nº. 625/16.
Ministrante	Gerente Geral de Fiscalização e Coordenadores de Fiscalização, e Dr. Wagner Miguel e Dra. Lúcia Gonzaga (representantes da Anfarmag).
Carga Horária	08 horas
Data	06 a 08 /10/2017
Título	Congresso Farmacêutico de São Paulo.
Data	09/10/2017
Título	Capacitação fiscal em boas práticas em distribuição e transportes.
Ministrante	Dr. Paulo R. R. Souza - Coordenador de Fiscalização.
Carga Horária	04 horas
Data	09/10/2017
Título	Qualificação fiscal em procedimentos de fiscalização.
Ministrante	Gerente Geral de Fiscalização e Coordenadores de Fiscalização.
Carga Horária	04 horas

3.4.2 *Ética profissional*

Em 2017, foram instaurados 201 PEDs distribuídos, segundo o motivo, conforme apresentado na Tabela 2.

Os PED instalados em 2017 corresponderam a 140, dos quais 85 (60,7%) foram instalados pelas Comissões de Ética Descentralizadas e 55 (39,3%) foram instalados pela Comissão de Ética da Sede. Dos 140 PED instalados, 3 (2,1%) encontram-se em trâmite nas Comissões de Ética.

Tabela 2. PEDs instaurados em 2017 distribuídos segundo o motivo da instauração

Motivo	Nº de PED	Porcentagem (%)
NPA	73	36,3
Denuncia	54	26,9
Irregularidades Profissionais/Sanitárias	46	22,9
Irregularidades em atestado de saúde	11	5,5
Declarações em redes sociais	7	3,5
Não atender a convocações (NAC)	7	3,5
Desacato	1	0,5
Por dois ou mais motivos	1	0,5
Outros	1	0,5
Total	201	100

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

Com relação aos PEDs concluídos pelas Comissões de Ética em 2017, estes corresponderam a 173, dos quais 107 (61,8%) foram instalados pelas Comissões de Ética Descentralizadas e 66 (38,2%) instalados pela Comissão de Ética da Sede. Nesse número de processos concluídos em 2017 (173) somam-se 36 processos instalados em 2016, porém concluídos em 2017 e 137 processos instalados e concluídos em 2017.

No referente ano, foram julgados em reunião plenária do CRF-SP 165 PED, sendo que 19 (11,5%) indiciados ingressaram com interposições de recurso contra a decisão do CRF-SP.

Visando atender o plano estratégico foram tomadas ações voltadas à capacitação dos envolvidos no trâmite processual (membros das comissões de ética e agentes administrativos que secretariam estas comissões). Estas capacitações aconteceram de forma presencial e/ou com material orientativo e visavam fornecer conhecimento técnico-jurídico e dar diretrizes aos trabalhos administrativos relacionados.

Ressalta-se que com relação a capacitação dos novos membros das comissões de ética no trâmite processual a meta que visava promover a capacitação de 100% dos novos membros no corrente ano não foi atingida. Em razão de questões relacionadas à data de homologação da nomeação pelo Plenário do CRF-SP ou disponibilidade dos voluntários membros das comissões de ética em conciliar a agenda para a realização de treinamento em conjunto e, ainda, a ausência de PED na respectiva região. Sendo assim, será prioritária para 2018 a capacitação dos

membros nomeados para a gestão 2018/2019, caso estes não tenham sido capacitados.

O treinamento conjunto de membros de Comissões de Ética e agentes administrativos ocorrerá por meio remoto e terá como objetivo o aperfeiçoamento dos procedimentos de realização da sessão de depoimento do indiciado e da oitiva de testemunhas durante o trâmite processual.

No corrente ano foram realizadas 2 capacitações aos presidentes das comissões de ética em que foram abordados a elaboração de parecer de viabilidade e os questionamentos a serem realizados em audiência. Dessa forma a meta foi cumprida.

- Conselheiros e Presidentes de Comissões de Ética: discussão sobre as penalidades previstas na Res. CFF nº 596/14 e suas implicações para o exercício profissional;

- Membros Comissões de Ética: treinamento para elaboração de parecer de viabilidade, questionamentos a serem realizados em audiência;

- Agentes administrativos das Secretarias Descentralizadas: treinamento em conjunto com os Presidentes das Comissões de Ética.

Foi realizado o monitoramento das não conformidades na execução das atividades inerentes aos agentes administrativos quando do trâmite de PED, o que motivou a revisão periódica da instrução de trabalho.

Para a classe farmacêutica, promoveu-se a divulgação de informações relacionadas a ética profissional por meio da Revista do Farmacêutico, do portal do CRF-SP e de outros mecanismos de comunicação.

Para promover o exercício ético da profissão o CRF-SP organizou um seminário com o tema “Ética e empregabilidade”, no qual foi discutida a influência da formação na conduta ética, os dilemas éticos na relação profissional, os desafios do CRF-SP, além de apontamentos sobre ética na empregabilidade e teve a participação do Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, Ex-Ministro de Estado da Educação, como ministrante.

Como contribuição na formação do futuro farmacêutico, sempre que solicitado, membros das Comissões de Ética realizaram palestras nas Instituições de Ensino Superior sobre o tema “Ética Farmacêutica”. A Secretaria também

contribuiu na elaboração de material de apoio ao ensino de deontologia: *Ensino de deontologia e legislação farmacêutica: conceitos e práticas – 3ª. Edição*, disponível na versão impressa e online.

No decorrer do ano a Secretaria Central da Comissões de Ética teve contribuição na elaboração da Deliberação do CRF-SP nº 02/17 – Aprova o enunciado das Súmulas 27 e 28 a saber:

Súmula 27 - Aplicam-se os artigos 23, 24, 45 e 46 da Resolução CFF 357/01, para fins de documentar o contato com o profissional prescriptor e evidenciar sua expressa confirmação em relação à alteração da prescrição de medicamentos industrializados e/ou manipulados. Ou seja, o farmacêutico, após o contato com o prescriptor para esclarecimentos de dúvidas ou eventuais problemas detectados na avaliação da prescrição, deverá anotar no verso da receita as alterações realizadas, datar e assinar, com o ciente do paciente ou responsável pela aquisição ou terceiro, retendo cópia para arquivo. Não se aplica esta Súmula a medicamentos regulamentados pela Portaria SVS/MS 344/98;

Súmula 28 - Em se tratando de medicamentos alopáticos e fitoterápicos, considerando a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 98/2016 que dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição, bem como o item 5.17.2 da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 87/08, o farmacêutico poderá prescrever medicamentos, a serem manipulados, observados os ditames do artigo 5º da Resolução 586/13, editada pelo Conselho Federal de Farmácia.

3.4.3 Atendimento as pessoas físicas e jurídicas

O departamento de atendimento realiza:

a. Atendimento para esclarecer dúvidas, orientações e realizar pequenas alterações de cadastro, tais como, alterações de endereços, telefones e e-mail de profissionais inscritos. Este tipo de atendimento é realizado pelos seis canais de atendimento, a saber: pessoal, telefônico, e-mail, *chat*, *WhatsApp* e eletrônico;

b. Atendimento para realizar protocolos e exigências, o qual resulta na emissão e entrega de um número de protocolo ao usuário. Este tipo de atendimento é realizado apenas pelos canais pessoal ou, dependendo do assunto, pelo canal eletrônico.

Existem ferramentas para registrar todos os atendimentos realizados. No entanto, nas sub sedes e seccionais, os funcionários do atendimento realizam atividades diversas, dando apoio a todos os departamentos da Sede em todas as questões administrativas desses locais. Portanto, não são registrados todos os atendimentos telefônicos. Os atendimentos que geram emissão de protocolos são fielmente registrados, tendo em vista que o usuário recebe um número que corresponde ao recebimento de seus documentos pelo funcionário do CRF-SP. Neste relatório são apresentados os resultados de todos os canais de atendimento, sendo que os resultados de atendimentos telefônicos são somente os da Sede do CRF-SP, cujos funcionários são setorizados e focados nesta atividade. A Tabela 3 demonstra o número de atendimentos realizados pelo tipo de canal.

Tabela 3: Comparativo de número geral dos canais de atendimento 2016 *versus* 2017.

Tipo de canal	2016	2017	Aumento
Pessoal	115.676	130.269	11,20%
Telefônico Sede	38.847	40.202	3,49%
E-mail	13.351	15.552	16,48%
Chat	16.533	18.368	11,10%
WhatsApp	1.980	6.501	228,33%
Eletrônico	48.253	59.968	24,27%
Aplicativo	1.931	2.020	4,40%
Total	236.571	272.880	13,31%

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Os assuntos do atendimento pessoal estão divididos em protocolos, exigências e orientações/outros. Número de atendimentos feitos de forma presencial em 2017, aumentou em 11,20%. O número de protocolos aumentou em 11,24%. No relatório anterior, referente ao ano de 2016, os resultados de números de protocolos não se tratavam de “protocolos autenticados”, mas sim, de todos os atendimentos com o assunto “protocolo”. Os números abrangiam protocolos abertos e não autenticados e outras alterações que os funcionários fizeram no sistema de atendimento utilizando o tipo de atendimento “protocolo”. Portanto, para que os resultados refletissem o número de processos que efetivamente entraram para a

tramitação no CRF-SP, considera-se neste relatório somente os “protocolos autenticados”. Também foi percebida a necessidade de realizar algumas alterações no sistema de atendimento, a fim de quantificar os assuntos de atendimentos, quando se tratam de “orientações”. Também está sendo corrigido neste relatório de 2017, os resultados de atendimentos do tipo “orientações/outros”. No relatório de 2016, foram inseridos os dados de atendimentos telefônicos na tabela de atendimentos presenciais.

O número de protocolos feitos pelo atendimento eletrônico foi de 59.968, aumento de 19,54% em comparação à 2016, sendo que a maior parte do aumento se trata de comunicados de ausência realizados por farmacêuticos que vão se ausentar dos estabelecimentos sob sua responsabilidade, que representam 16,67% desse aumento. Já os comunicados de ausência feitos pelo aplicativo do CRF-SP, resultou em 2.020 protocolos em 2017, aumento de apenas 4,5% comparando-se com 2016, cujo resultado foi de 1.930.

Em 2017, houve 15.351 atendimentos por e-mail. Comparando-se com 2016 houve aumento de cerca de 16% neste tipo de atendimento. Percebe-se que em 2017, o número de e-mails foi mais dividido durante os meses do ano, sem ser tão concentrado no primeiro trimestre, como no ano anterior. Não existem dados estatísticos que confirmem os motivos dessa mudança de cenário.

Pelo canal *chat* foram 18.368 atendimentos, sendo que 16.351 atendimentos foram realizados pelo departamento de atendimento e 2.017 pelo departamento de orientação farmacêutica. No geral, houve aumento de 11% no número de atendimentos via *chat*, comparando-se com 2016.

Houve 8.957 respostas à pesquisa de satisfação, sendo que 85% das respostas demonstraram satisfação com o atendimento via *chat*.

O total de ligações na Central Telefônica da Sede do CRF-SP resultou em 40.202 ligações. As ligações de entrada ocuparam em média, 3 minutos e 16 segundos cada, resultado semelhante à 2016. Cerca de 16% de ligações foram abandonadas pelo usuário, apesar de cada funcionário ocupar em média, 46% do seu tempo em ligações. Comparando-se ao resultado de 2016, percebe-se que houve maior número de ligações abandonadas, ou seja, o usuário desiste de esperar atendimento na fila de espera. De acordo com a pesquisa de satisfação enviada à

todos os farmacêuticos atendidos por telefone, respondida por 871 profissionais, 85% atribuíram nota que correspondem a satisfação. Na questão sobre o atendimento a solicitação, 89% responderam que foram atendidos na ligação, resultados semelhantes ao obtido em 2016, que demonstram que o serviço de atendimento telefônico manteve-se com qualidade.

O aumento de 228,33% no canal por *WhatsApp*, deve-se ao fato de que em 2016, iniciou-se no início do segundo semestre. Ainda assim, para estabelecer uma média considerando os números de um semestre, o aumento seria de 65%, o que demonstra aceitação dos usuários por esse novo canal. Não foi possível determinar quais assuntos foram responsáveis pelo aumento nos atendimentos telefônicos, *chat*, e-mail e *WhatsApp*.

Diante do exposto, percebe-se que há necessidade de monitorar estes canais, a fim de melhor gerenciar os resultados. As Seccionais/Sub sedes também realizam atendimentos telefônicos e por e-mail, no entanto, nem sempre é possível registrar os atendimentos telefônicos no sistema de atendimento, tendo em vista que os funcionários fazem atendimentos presenciais simultâneos. Portanto, não foram incluídos nesta análise estes dados de atendimentos telefônicos e por e-mail nas Seccionais/Sub sedes.

O treinamento anual previsto foi realizado em 30/09/2017. Tratou-se de um treinamento técnico de procedimentos para todos os funcionários das sub sedes e seccionais, no Plenário da Sede do CRF-SP, com carga horária de 8h. Este treinamento teve como objetivo capacitar os funcionários para que possam esclarecer todas as dúvidas dos usuários do CRF-SP e diminuir o número de exigências pós protocolos de solicitação, a fim de cumprir o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 5º do Decreto nº 9.094/2017.

3.4.4 Ações para a sociedade

O CRF-SP tem como Visão ser referência na orientação e desenvolvimento para o exercício da profissão, além de garantir atendimento confiável e de qualidade à sociedade. Neste contexto, essa entidade contribui na disseminação do conhecimento à população, por meio de ações

educativas/orientativas e disciplinares. Dessa forma, tem-se como um dos macroprocessos finalístico as ações para a sociedade.

O “Grupo Técnico de Ações na Comunidade” (GTAC), criado em 2014 pelo CRF-SP que tem a missão de implementar estratégias, avaliar, padronizar e auxiliar no desenvolvimento de ações para a comunidade de forma alcançar os seguintes objetivos:

- a. valorizar o farmacêutico para que ele possa ser referência como profissional de saúde para a sociedade;
- b. tornar o farmacêutico referência em medicamentos para a população, para que esta possa obter maior eficácia e segurança no uso de medicamentos;
- c. tornar o farmacêutico reconhecido como profissional da saúde de forma a integrar efetivamente as equipes multi-profissionais;
- d. contribuir com a qualidade de vida da população.

Em 2017, além do grupo contribuir na realização e organização das ações para a sociedade desenvolveu um folder com o objetivo de divulgar essas ações voltadas para a sociedade e ampliar a participação dos farmacêuticos.

Figura 2. Folder do GTAC sobre a divulgação das ações para a comunidade



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017

3.4.4.1 Orientador

O papel orientador desta Entidade está especificado no processo 1 do macroprocesso denominado “Ações para a sociedade”, previsto no planejamento organizacional. Abaixo estão especificadas cada uma das atividades desenvolvidas em 2017 com esse objetivo.

a. Farmacêutico na Praça

Ação promovida pelo CRF-SP para orientar a população sobre o uso racional de medicamentos, os perigos da automedicação, a importância das medidas de prevenção, acompanhamento e controle de doenças crônicas e do farmacêutico como profissional de saúde em suas áreas de atuação. É desenvolvida por farmacêuticos voluntários que, além de efetuarem orientação, podem prestar serviços farmacêuticos gratuitos, como por exemplo, aferição de pressão arterial e glicemia capilar e conta também com o auxílio de acadêmicos de Farmácia.

Para a realização da ação, podem ser firmadas parcerias, por exemplo, para divulgação, ampliação do número de voluntários e aquisição de material e infraestrutura e não é permitido serviços realizados por outros profissionais da saúde. A ação se efetiva em espaços públicos - abertos - que contam com grande circulação de pessoas, como praças, parques, etc. É realizada pelo menos uma vez por ano de forma simultânea em todo o Estado de São Paulo.

No período de 16/09/17 a 23/09/17, foi realizada a edição simultânea em 27 locais, com a participação de 25 seccionais e sede do CRF-SP, em cumprimento ao projeto 1 do objetivo 10, cumprindo a meta de realizar um Farmacêutico na Praça simultâneo abrangendo no mínimo 20 cidades além da capital. Além dessas edições, algumas seccionais realizaram ações durante o ano nas respectivas regiões.

A ação Farmacêutico na Praça organizada nas seccionais, envolve os diretores, funcionários e membros das comissões, além de farmacêuticos que se dispõem a participar. A seguir apresenta-se os dados do farmacêutico na praça simultâneo, e também das outras edições realizadas pelas seccionais durante o ano.

Tabela 4. Farmacêutico na Praça simultâneo (setembro de 2017).

Farmacêutico na Praça simultâneo (setembro de 17)	
Seccionais/Sede participantes*	27
Farmacêuticos voluntários	278
Acadêmicos voluntários	296
Atendimentos realizados	18.051

*número de locais onde foram realizados o Farmacêutico na Praça.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Tabela 5. Serviços farmacêuticos da ação simultânea (setembro 2017).

Serviços realizados	Total
Aferição de glicemia capilar	4.661
Aferição de pressão arterial	4.712
Outros serviços (auriculoterapia, teste de hepatite C e de obesidade e orientações)	8.678
TOTAL	18.051

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Quadro 10. Ações das Comissões Assessoras no Farmacêutico na Praça (setembro 2017).

Comissão e Grupo Técnico	Serviços Prestados
Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas	Teste de Hepatite C
Comissão Assessora de Distribuição e Transporte	Distribuição de folderes e orientação sobre armazenamento e transporte correto de medicamentos
Comissão Assessora de Farmácia	Orientação de obesidade e tabagismo
Comissão Assessora de Homeopatia	Distribuição de Folder e Orientação sobre medicamentos homeopáticos
Comissão Assessora de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	Orientação sobre plantas medicinais e fitoterápicos
Grupo Técnico sobre Cuidados Farmacêuticos ao Idoso	Distribuição de Folder e Orientação sobre os riscos de quedas

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Conforme pode ser observado no quadro 10, em 2017, destaca-se a participação das Comissões Assessoras e grupos técnicos no Farmacêutico na Praça realizado na Sede e nas Seccionais, com a prestação de serviços específicos relacionados às suas áreas de atuação.

Apresenta-se a seguir dados das outras edições do Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais, durante o decorrer do ano de 2017.

Tabela 6. Outras edições do Farmacêutico na Praça (2017).

Outras ações Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais	
Total eventos	10
Seccionais participantes*	6
Farmacêuticos voluntários	34
Acadêmicos voluntários	84
Atendimentos realizados	2.786

*número de seccionais onde foram realizadas outras edições de Farmacêutico na Praça.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Tabela 7. Serviços farmacêuticos das outras edições do Farmacêutico na Praça realizados pelas Seccionais.

Serviços realizados	Total
Aferição de glicemia capilar	929
Aferição de pressão arterial	960
Outros serviços (orientações e teste de Hepatite C)	897
TOTAL	2.786

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

A fim de padronizar a realização do “Farmacêutico na Praça”, em 2017 foram elaborados diversos procedimentos operacionais padrão (POPs), conforme quadros apresentados a seguir.

Quadro 11. Procedimentos Operacionais Padrão e respectivos apêndices elaborados para padronizar a realização do “Farmacêutico na Praça”.

POPs	Objetivos/apêndice
POP 1 – Farmacêutico na Praça - Seccionais	<p>Padronizar as ações relacionadas ao Farmacêutico na Praça. Este material apresenta as responsabilidades dos envolvidos, bem como descrição das atividades e formulários e documentos associados</p> <p>Apêndice 1 – Modelo de requerimento de autorização do uso do solo</p> <p>Apêndice 2 – Modelo de requerimento de autorização para prestação de serviços</p> <p>Apêndice 3 – Modelo padrão de ofício para a Secretaria de Saúde do Município</p> <p>Apêndice 4 – Modelo padrão de ofício para o Conselho Municipal de Saúde</p> <p>Apêndice 5 – Orientações sobre captação de patrocínio</p> <p>Apêndice 6 – Modelo de portfólio comercial do Farmacêutico na Praça</p> <p>Apêndice 7 – Modelo padrão de e-mail para convite aos farmacêuticos da região</p> <p>Apêndice 8 – Modelo padrão de e-mail para convite aos acadêmicos de Farmácia da região</p> <p>Apêndice 9 – Modelo padrão de e-mail para os coordenadores de curso para convite aos acadêmicos de Farmácia da região</p> <p>Apêndice 10 – Modelo padrão de e-mail para encaminhamento de pacientes para UBS</p> <p>Apêndice 11 – Capacitação dos voluntários</p> <p>Apêndice 12 – Materiais para realização dos serviços</p> <p>Apêndice 13 – Formulário de Acompanhamento – Farmacêutico na Praça e Farmacêutico na Comunidade</p> <p>Apêndice 14 – Carta de agradecimento ao farmacêutico voluntário</p> <p>Apêndice 15 – Carta de agradecimento ao patrocinador</p>
POP 2 – Aferição de Glicemia Capilar	<p>Apêndice 1 – Diabetes Mellitus</p> <p>Apêndice 2 – Declaração de Serviços Farmacêuticos – Diabetes e Hipertensão</p> <p>Apêndice 3 – Fluxograma 1 – Sem diagnóstico de diabetes</p> <p>Apêndice 4 – Fluxograma 2 – Com diagnóstico de diabetes ($\leq 200\text{mgdL}$)</p> <p>Apêndice 5 – Fluxograma 3 – Com diagnóstico de diabetes ($\geq 200\text{mgdL}$)</p> <p>Apêndice 6 – Questionário</p> <p>Apêndice 7 – Carta de Esclarecimento</p> <p>Apêndice 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</p>

Continua

POPs	Objetivos/apêndice
POP 3 – Aferição de Pressão Arterial	Padronizar os serviços de aferição de hipertensão arterial sistêmica, bem como a orientação ao paciente Apêndice 1 – Hipertensão Arterial Sistêmica Apêndice 2 – Declaração de Serviços Farmacêuticos – Diabetes e Hipertensão Apêndice 3 – Fluxograma 1 – Sem diagnóstico de hipertensão Apêndice 4 – Fluxograma 2 – Com diagnóstico de hipertensão (< 140 x < 90 mmHg) Apêndice 5 – Fluxograma 3 – Com diagnóstico de hipertensão (≥ 140 x ≥ 90 mmHg) Apêndice 6 – Questionário Apêndice 7 – Carta de Esclarecimento Apêndice 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
POP 4 – Auriculoterapia	Padronizar o serviço de auriculoterapia com sementes, bem como a orientação ao paciente Apêndice 1 – Auriculoterapia e Acupuntura Apêndice 2 – Declaração de Serviços Farmacêuticos – Auriculoterapia
POP 5 – Hepatite C	Padronizar o procedimento de triagem para Hepatite C, bem como o encaminhamento de pacientes para os serviços de saúde especializado em casos positivos Apêndice 1 – Hepatite C Apêndice 2 – Declaração de Serviços Farmacêuticos – Hepatite C
POP 6 – Interpretação de exames laboratoriais	Padronizar a interpretação de exames laboratoriais levando em que essa é uma das atribuições clínicas do farmacêutico Apêndice 1 – Exames Laboratoriais
POP 7 – Obesidade	Padronizar as orientações sobre obesidade, cálculo de índice de massa corporal (IMC) e circunferência abdominal (CA) Apêndice 1 – Obesidade Apêndice 2 – Declaração de Serviços Farmacêuticos – Obesidade
POP 8 – Palestra de acolhimento	Padronizar a palestra de acolhimento, que esclarece a população sobre a ação, bem como mostra a importância do farmacêutico. Além de apresentar as atribuições clínicas desse profissional
POP 9 – Teatro de acolhimento	Padronizar o teatro de acolhimento, que aborda a diferença entre medicamento similar, genérico e de referência Apêndice 1 – Medicamento Genérico Apêndice 2 – Medicamento Referência Apêndice 3 – Medicamento Similar Apêndice 4 – Crachá do farmacêutico
POP 10 – Acidente com perfuro- cortante	Padronizar o procedimento quando ocorrer exposição a material biológico, devido à acidente com materiais perfuro-cortantes Apêndice 1 – Ficha de registro de acidente com material perfuro-cortante

Continua

POPs	Objetivos/apêndice
POP 11 – Perfil da população atendida no Farmacêutico na Praça	Padronizar o procedimento a ser adotado para a pesquisa sobre o “Perfil da população atendida no Farmacêutico na Praça” Apêndice 1 – Carta de Esclarecimento Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Apêndice 3 – Declaração de Serviços Farmacêutico – Diabetes e Hipertensão Apêndice 4 – Questionário
POP 12 – Responsabilidades dos acadêmicos de Farmácia	Padronizar as ações dos estudantes de Farmácia Apêndice 1 – Carta de Esclarecimento Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Apêndice 3 – Declaração de Serviços Farmacêutico – Diabetes e Hipertensão Apêndice 4 – Questionário

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Quadro 12. POPs revisados pelas Comissões Assessoras.

Comissões Assessoras	Materiais atualizados
Acupuntura	Auriculoterapia
Análises Clínicas e Toxicológicas	Interpretação de exames laboratoriais
	Hepatite C
Farmácia	Aferição de pressão arterial
	Aferição de glicemia capilar
	Obesidade

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Importante destacar que para a realização do “Farmacêutico na Praça” simultâneo, tanto na Sede quanto nas seccionais, o CRF-SP firmou parcerias com empresas que disponibilizaram estrutura, materiais e farmacêuticos voluntários. Com relação aos materiais foram enviados para as seccionais:

- Tiras para glicosímetros;
- Glicosímetros;
- Esfigmomanômetros.

Em 2017, o CRF-SP inovou ao realizar no Farmacêutico na Praça uma pesquisa devidamente inscrita na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer consubstanciado do CEP nº 1.792.460) a fim de identificar o perfil da população atendida na ação quanto ao uso de medicamentos. A pesquisa teve como objetivo correlacionar, por meio de entrevista, as características da população quanto ao conhecimento acerca da prática do Uso Racional de Medicamentos e sobre diabete e hipertensão arterial, bem como orientar sobre essas doenças e sobre as boas práticas de armazenamento de medicamentos e seu correto descarte. Participaram voluntariamente da pesquisa mais de 2.900 pessoas

maiores de 18 anos. Os resultados serão publicados em 2018 e poderão servir como fonte de informação para outras ações do CRF-SP para salvaguarda da saúde e de outras Entidades em favor do Uso Racional de Medicamento.

b. Farmacêutico na Comunidade

Ação voltada à comunidade, realizada pelo CRF-SP em conjunto com outras entidades em eventos como Virada Cultural, Agita São Paulo, Ação Global, Ação de Prefeituras, Aniversários de Prefeituras ou ainda realizada pelo CRF-SP em empresas, escolas, igrejas, etc., com atendimento exclusivo para público específico. É desenvolvida por farmacêuticos voluntários que, além de orientar a população sobre o uso racional de medicamentos, os perigos da automedicação, a importância das medidas de prevenção, acompanhamento e controle de doenças crônicas e do farmacêutico como profissional de saúde, podem prestar serviços farmacêuticos gratuitos, como por exemplo, aferição de pressão arterial e glicemia capilar. A ação conta também com o auxílio de acadêmicos e pode ocorrer serviços realizados por outros profissionais da saúde.

A seguir apresenta-se os dados da ação Farmacêutico na Comunidade em 2017.

Tabela 8. Dados do Farmacêutico na Comunidade em 2017.

Farmacêutico na Comunidade em 2017	
Total de eventos*	23
Seccionais participantes	10
Farmacêuticos voluntários	82
Acadêmicos voluntários	77
Atendimentos realizados	3.693

*número de locais onde foram realizados o Farmacêutico na Comunidade.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

c. Semana de Assistência Farmacêutica – SAF

A SAF foi instituída pela Lei Estadual nº 10.687/00, de autoria do Deputado Renato Simões. Conforme previsto, são realizadas palestras, debates e discussões de temas relacionados à assistência farmacêutica, com o objetivo de proporcionar uma adequada informação aos estudantes (ensino fundamental e médio) e à comunidade escolar sobre os seguintes temas:

- a) o correto uso dos medicamentos e os perigos da automedicação;

b) a diferenciação entre a dispensação e a simples comercialização de medicamentos;

c) o papel do estabelecimento farmacêutico como instituição sanitária e seu papel na saúde pública;

d) prevenção à falsificação e à propaganda enganosa de medicamentos.

Até 2016, a cada ano o CRF-SP elegia um *slogan* a ser trabalhado. Entretanto, a partir de 2017, os temas serão bianuais, dessa forma haverá mais tempo para capacitação de voluntários, bem como para o agendamento de palestras. Sendo assim, o *slogan* escolhido para os próximos dois anos é “Ostentação de remédio não. Converse com um farmacêutico”, que trata do tema uso racional de medicamentos e aborda diversos aspectos sobre medicamentos, tais como definição e para que servem, onde e como comprar, guardar e descartar, como utilizá-los, e também suas interações e riscos para a saúde. Além disso, destaca a importância do farmacêutico, que está à disposição da sociedade para esclarecer dúvidas sobre medicamentos e saúde. Ressalta-se que a escolha do tema foi devido à análise das sugestões enviadas pelos Diretores Regionais, assim como das escolas que receberam a SAF em 2016, que identificaram a importância de esclarecer à população os riscos associados ao uso indiscriminado de medicamentos, bem como, orientar sobre a compra, armazenamento e descarte dos mesmos.

Importante ressaltar que as palestras são realizadas por farmacêuticos voluntários. Estes farmacêuticos são capacitados anualmente para que atualizem seus conhecimentos sobre o assunto e abordem o tema com linguagem simples, objetiva, dinâmica e compatível com o público a ser atingido.

A fim de subsidiar os farmacêuticos interessados em participar da SAF, dar suporte aos funcionários das seccionais e apresentar o projeto para as Diretorias de Ensino Regionais e escolas, o CRF-SP elaborou e revisou os documentos e materiais apresentados no Quadro 13 a seguir.

Quadro 13. Relação de documentos e materiais elaborados e revisados.

Documentos	Objetivos
Check list para a realização da SAF	Documento com orientações sobre as atividades a serem realizadas antes, durante e após as palestras, para a diretoria regional, funcionários dos seccionais e farmacêuticos voluntários palestrantes
Folder orientativo	Material elaborado para orientar os estudantes das escolas
Formulário de informações da escola – SAF	Documento que deverá ser preenchido e enviado ao palestrante com as informações sobre a escola e o responsável pela SAF na escola após o agendamento de palestra
Formulário de acompanhamento da SAF e palestras na comunidade	Documento que deverá ser assinado pelo Diretor Regional ou Vice-Diretor corroborando com os dados de palestras realizadas
Lista de presença	Documento que deverá ser preenchido com os dados da escola e assinado pelos alunos participantes das palestras. É essencial o envio deste documento à Secol para quantificação dos resultados da SAF e posterior emissão do certificado ao farmacêutico e acadêmico de Farmácia;
Material de apoio para as palestras	Informações técnicas a fim de subsidiar os palestrantes. Deverá ser lido pelo farmacêutico voluntário antes de ministrar a palestra
Ofício para as Diretorias de Ensino Regionais – SAF 2017 e Ofício para as escolas – SAF 2017	Modelos de ofícios que auxiliarão o contato com as escolas e oferta de palestras
Palestra SAF	Material padronizado que deverá ser utilizado pelo farmacêutico voluntário ao ministrar palestras nas escolas. Deverá ser encaminhado ao farmacêutico após o agendamento das palestras
Pesquisas de avaliação do professor-coordenador-diretor – SAF	Documento que auxilia na definição do tema da SAF do ano subsequente, bem como no aprimoramento e qualidade do conteúdo das palestras
Projeto SAF para as escolas – SAF 2017	Documento a ser apresentado para as diretorias regionais de ensino e coordenadores das escolas, a fim de esclarecer sobre a SAF
Questionário dos alunos – SAF	Documento a ser utilizado após as palestras para avaliar se 10% dos alunos participantes sabem informar quem é o farmacêutico e onde encontrá-lo
Termo de adesão para trabalho voluntário	Documento elaborado e deverá ser preenchido por todo voluntário que ministrar palestras

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Em 2017, ocorreram 34 capacitações presenciais em todo o Estado, que contou com a participação de 276 farmacêuticos e acadêmicos.

Além disso, a partir do mês de julho, a capacitação foi disponibilizada na Academia Virtual de Farmácia (ferramenta detalhada no item c), contando com a participação de 70 farmacêuticos.

Quanto à divulgação, a SAF 2017 foi destaque no portal do CRF-SP, redes sociais, Canal Farmacêutico e Revista do Farmacêutico, além de contar com cartazes para afixação nas escolas e folders informativos a serem entregues aos estudantes (Figura 3).

Figura 3. Materiais de divulgação e orientação da SAF 2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

A Tabela 9 apresenta os dados quantitativos da SAF 2017.

Tabela 9. Dados quantitativos da SAF 2017.

Alunos	Escolas	Palestras
7.541	91	154

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Analisando a tabela 8, verifica-se que as palestras da SAF atingiram mais de 7.000 alunos no Estado de São Paulo, ultrapassando a meta estabelecida para o ano de 2017 de 5.000 alunos, dando cumprimento ao projeto 3 do objetivo estratégico 10.

Vale ressaltar que a realização da SAF é guiada pelo compromisso ético e educacional do CRF-SP, sem qualquer cobrança ou caráter comercial, tendo como objetivo principal a promoção da saúde pública.

O foco da SAF sempre foi tornar o adolescente um agente multiplicador, ou seja, um disseminador de informações para a família, amigos, vizinhos e seu grupo de convívio. Este trabalho possibilita que a sociedade possa ter o farmacêutico como um educador em saúde e um profissional acessível e preparado para esclarecer dúvidas e fornecer orientações.

d. Palestras na Comunidade

Devido à crescente demanda (sede e seccionais), houve a necessidade de padronizar palestras com temas de interesse da comunidade (Conselhos Municipais de Saúde, igrejas, pastorais, empresas e associações) para as diversas faixas etárias de público.

Atualmente o CRF-SP conta com seis temas de palestras padronizados são eles:

- Dengue, Zika e Chikungunya;
- DST/AIDS;
- H1N1;
- Saúde na melhor idade;
- Síndrome metabólica;
- Uso racional de medicamentos.

Em 2017, foram realizadas 84 palestras em diversos locais como igrejas, unidades básicas de saúde, centros comunitários, farmácias, universidades, entre outros, alcançando o total de 3.487 participantes ultrapassando-se a meta, que era a realização de 50 palestras, conforme projeto 2 do objetivo 10 estabelecido. Desta forma o CRF orientou a população sobre temas de importância a saúde pública.

e. Campanhas de Educação em Saúde

As campanhas desenvolvidas pelo CRF-SP têm o objetivo de incentivar e fornecer ferramentas para que o farmacêutico promova o uso racional de medicamentos e/ou contribua ativamente no combate a determinadas doenças (especialmente em casos de epidemia), atuando na orientação da população sobre as formas de prevenção e cuidados, identificando casos suspeitos e encaminhando-os para o serviço de saúde especializado.

Tais campanhas são de grande relevância para a saúde pública, pois as farmácias e drogarias são os estabelecimentos de saúde de mais fácil acesso aos cidadãos brasileiros e o farmacêutico, profissional de saúde, pode desenvolver um papel muito importante na luta contra esses males, contribuindo na diminuição dos índices e na melhora da qualidade de vida dos pacientes.

Em 2017, a entidade realizou duas campanhas de educação em saúde, capacitando 1.749 farmacêuticos, são elas: Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya e Farmacêuticos contra H1N1. A realização de campanhas de educação em saúde foi um dos projetos da Entidade para 2017 visando atingir o objetivo de realizar ações para a comunidade, além de contribuir com a capacitação do farmacêutico. Com a realização de duas campanhas, esta Autarquia superou a meta estabelecida para o ano no projeto 4 do objetivo estratégico 10. A seguir descrição detalhada de cada uma das campanhas realizadas.

Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya

Figura 4. Logo da Campanha Farmacêuticos Contra a Dengue, Zika e Chikungunya.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2016.

A campanha “Farmacêuticos contra a dengue” teve início em 2015. Contudo, o aumento de casos de chikungunya e zika despertou no CRF-SP a

necessidade de ampliar a campanha, que, no início de 2016, passou a ser denominada “Farmacêuticos contra a dengue, zika e chikungunya”.

Em 2017, o CRF-SP deu continuidade a essa campanha, oferecendo as mesmas ferramentas já desenvolvidas para o farmacêutico que deseja integrar a campanha. Essas ferramentas foram apresentadas no relatório de 2016 e estão descritas a seguir:

- Cartaz para afixar no estabelecimento que ingressar na campanha;
- Ficha de atendimento farmacêutico a pacientes com suspeita de dengue, zika ou chikungunya;
- Folder para distribuição aos pacientes orientados durante as palestras;
- Manejo do paciente com suspeita de dengue, zika ou chikungunya;
- Manual de Orientação ao Farmacêutico;
- Material para ministrar as palestras na comunidade;
- Orientações para a utilização do algoritmo e da ficha de atendimento;
- Palestras de capacitação *online*, por meio da Academia Virtual de Farmácia do CRF-SP.

Em 2016, preocupado com a epidemia da gripe H1N1 no Estado de São Paulo, o CRF-SP desenvolveu a campanha “Farmacêuticos Contra H1N1”.

Farmacêuticos contra H1N1

Figura 5. Logo da Campanha Farmacêuticos contra H1N1.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2016.

Em 2017, o CRF-SP deu continuidade a essa campanha, oferecendo as mesmas ferramentas já desenvolvidas para o farmacêutico que deseja integrar a campanha. Essas ferramentas foram apresentadas no relatório de 2016 e estão descritas a seguir:

- Cartaz para afixar no estabelecimento que ingressar na campanha;
- Manejo do paciente com suspeita de H1N1;
- Ficha de atendimento farmacêutico a pacientes com suspeita de H1N1;
- Folder para distribuição aos pacientes orientados durante as palestras;
- Material para ministrar as palestras na comunidade;
- Orientações para a utilização do algoritmo e da ficha de atendimento;
- Palestra de capacitação *online*, por meio da Academia Virtual de Farmácia do CRF-SP.

Além das duas campanhas o CRF-SP também promoveu aos Farmacêuticos Paulistas uma capacitação sobre Febre Amarela, que foi realizada de forma presencial e disponibilizada na “Academia Virtual de Farmácia”. A capacitação abordou a epidemiologia da doença, vacinas disponíveis, cuidados farmacêuticos e diagnóstico laboratorial. Essa capacitação visa que o farmacêutico possa prestar uma assistência de qualidade aos pacientes atingidos pela doença, bem como, contribuir com a prevenção.

f. Farmacêutico Bom de Sangue

Ação realizada pelo CRF-SP, em parceria com outras entidades especializadas, que visa incentivar farmacêuticos e estudantes de Farmácia a doarem sangue, além de mostrar para a população a importância deste ato.

Em 2017 foram realizadas três ações (duas pela seccional de Osasco e uma pela seccional de São José dos Campos), sendo que 82 pessoas realizaram a doação.

g. Orientação Farmacêutica para Crianças

Apresentações teatrais realizadas por farmacêuticos e acadêmicos de Farmácia voluntários em escolas ou outros locais para crianças, preferencialmente de 3 a 8 anos, com o intuito de orientá-las sobre os perigos da automedicação visto que a intoxicação acidental com medicamentos em crianças tem uma alta incidência. Durante o ano de 2017 foram realizadas três ações na Seccional Zona Leste.

h. Material Orientativo

Com o objetivo de auxiliar o farmacêutico na orientação da população, principalmente idosa, foi desenvolvido em 2017, o folder “Aprenda sobre quedas”. A intenção deste folder é alertar e orientar a população idosa dos riscos associados a quedas que podem estar relacionados ao uso de medicamentos.

Figura 6. Material orientativo “Aprenda sobre quedas”.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

i. Veiculação de campanhas publicitárias e entrevistas em meios de comunicação

As campanhas publicitárias e entrevistas concedidas por representantes desta Entidade visam informar a sociedade sobre questões de saúde, em especial o uso racional de medicamentos e o direito à assistência farmacêutica.

Os problemas de saúde oriundos da automedicação e da combinação de medicamentos com bebidas alcoólicas foram os temas mais abordados pela imprensa a partir das entrevistas concedidas pelos especialistas do CRF-SP. Cerca de 40% do total de reportagens abordaram esses dois temas centrais. Considerando dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX 2015), 49% das intoxicações registradas no Estado de São Paulo são decorrentes do uso inadequado de medicamentos. Nesse sentido, as orientações prestadas pelos profissionais do CRF-SP, por meio da mídia, seguramente contribuíram para esclarecer e orientar a população sobre esse grave problema de saúde pública e sobre a importância do uso racional de medicamentos.

A liberação dos anorexígenos para tratamento de obesidade, o uso de Fosfoetanolamina (medicamento em estudo de combate ao câncer), e o descarte correto de medicamentos também foram temas muito abordados nas entrevistas.

Em menor índice aparecem ainda as questões relativas à graduação farmacêutica na modalidade exclusiva no EaD e o crescimento da venda de medicamentos no país.

Conclui-se que as 94 entrevistas concedidas ao longo de 2017 por especialistas do CRF-SP e por seus diretores abordaram temas relativos à saúde pública e de interesse direto da população e dos farmacêuticos.

Em 2017, com o objetivo de melhor atingir a sociedade, foi realizada uma campanha por meio de uma agência de publicidade no Dia Nacional do Farmacêutico (20/01), cujo tema principal foi “*Farmacêutico – Para toda a cura a melhor fórmula. Faz bem ouvir seu Farmacêutico*”.

Tabela 9. informações detalhadas sobre as campanhas/veiculações realizadas.

Peça	Período de divulgação	Localidade
Painel Rodoviário	12/01 a 12/04	Rodovia dos Bandeirantes (sentido Jundiaí/SP - km 66)
Outdoor	09/01 a 22/01	São José Rio Preto, Sorocaba, Santo André, Piracicaba, Bragança Paulista, Guarulhos, Marília, Adamantina, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Osasco, Registro, Santos, Avaré, São João da Boa Vista, Ribeirão Preto, Franca, Araraquara, Araçatuba e Campinas (1 inserção em cada cidade)
Outdoor	10/01 a 23/01	Fernandópolis, Presidente Prudente, Bauru e Barretos (1 inserção em cada cidade)
Rádio	18 a 20/01	CARAGUA FM 89,5, CULTURA 95,5 FM de Araçatuba; CBN Campinas; CBN São José do Rio Preto; CBN Ribeirão Preto; 93 FM Adamantina; Rádio BAND Barretos; MORADA DO SOL Araraquara; ÁGUAS QUENTES DE FERNANDÓPOLIS AM; TRÊS COLINAS Franca; Rádio JOVEM PAN Marília; MIX 90,3 FM Avaré.
Rádio	20/01	ELDORADO FM 107,3 São Paulo e Rádio ESTADÃO São Paulo (6 inserções em cada rádio em horário rotativo)
TV	20/01	TV Band Estado de São Paulo - Jornal da Band (1 inserção)
Jornal	20/01	O Estado de S. Paulo (1/2 página)
Internet	20/01	Banner portal Estadão - Canal São Paulo + Saúde + Mobile
Metrô	15/01 a 13/02	Painéis nas estações Consolação, Clínicas, Sé e Luz

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

A instituição também contratou a partir de julho de 2017 uma agência especializada da produção de peças exclusivas para divulgação de campanhas nas mídias sociais e envio de e-mail *marketing*. No período referente ao segundo semestre de 2017 a agência desenvolveu, em média, 45 peças mensais.

Essas peças abordaram temas distintos como o risco da automedicação, divulgação de cursos da Academia Virtual de Farmácia e de informações relativas ao combate de epidemias de dengue, chikungunya, zika e febre amarela. Também foram desenvolvidos uma série expressiva de *posts* para divulgação nas redes sociais de cursos, encontros, seminários e congressos de atualização profissional promovidos pelo CRF-SP, além das ações realizadas em apoio às comunidades como o Farmacêutico na Praça e Semana de Assistência Farmacêutica, entre outras.

Essas ações resultaram em mais de 2,4 milhões de visualizações no *Facebook* ao longo de seis meses, e outras milhares no *Instagram*, *Youtube* e *LinkedIn*. O custo unitário médio mensal por impacto comprovado (visualização) ficou abaixo de R\$ 0,05 (cinco centavos).

A página do *Facebook* do CRF-SP fechou o ano de 2017 com mais de 51 mil seguidores (e 52 mil curtidas). No *Instagram* a instituição possuía em dezembro de 2017 cerca de 6 mil seguidores e mais 4 mil no *LinkedIn*.

3.4.4.2 Disciplinar

A atuação disciplinar do CRF-SP voltada a sociedade tem como objetivo garantir a assistência farmacêutica, o uso racional de medicamentos e contribuir na propositura de políticas de saúde em benefício da saúde pública. Esta atuação foi tratada no processo 2 do macroprocesso denominado de “Ações para a sociedade”, previsto no planejamento operacional. Abaixo apresenta-se as atividades realizadas para alcance desse objetivo.

a. Regularização da Assistência Farmacêutica na rede pública municipal

O Grupo Técnico de Apoio aos Municípios (GTAM) foi criado no início de 2012 com o objetivo de auxiliar as prefeituras quanto à regularização da Assistência Farmacêutica da rede pública de seus municípios. São realizadas reuniões com os gestores e farmacêuticos das prefeituras interessadas para estudar a realidade de cada município e oferecer um modelo a ser seguido e um acordo de ajuste.

Durante o ano de 2017 o GTAM discutiu a situação de 83 prefeituras do Estado de São Paulo, sendo:

- Realizadas 47 reuniões com municípios;
- Firmados 13 acordos;

- Assinados 02 Termos de Ajuste de Conduta (TAC);
- Cancelados 19 acordos e/ou TAC executados.

Além das negociações propriamente ditas, o GTAM desenvolveu outras ações, como os *Workshops* “Judicialização da saúde”, que tinham como objetivo discutir sobre o cenário atual da judicialização da saúde e expor aos farmacêuticos, gestores e judiciário como a atuação do farmacêutico pode auxiliar na redução dos custos envolvidos na compra de medicamentos por ações judiciais. O CRF-SP promoveu em 2017 os workshops “Judicialização da Saúde” em dez municípios.

Os municípios foram escolhidos com base nos critérios abaixo:

- Prefeituras que possuem mais ações judiciais;
- Prefeituras de diferentes macrorregiões do CRF-SP;
- Prefeituras de diferentes regiões administrativas judiciárias (RAJ).

O evento era aberto à participação de farmacêuticos, gestores municipais, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Diretorias Regionais de Saúde (DRS) e pesquisadores de assuntos relacionados ao tema. Além disso, devido a importância do tema, foram realizados em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e obteve apoio de diversas DRS e OAB locais.

b. Gerais

Ainda considerando a competência disciplinar do CRF-SP, esta Autarquia também contribui na elaboração/revisão de normas. Considerando esse quesito, em 2016, atuamos da seguinte forma:

✓ **Contribuição em consultas públicas:** conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 14. Consultas Públicas: Apreciações e Proposições.

CP	Assunto	Comissões envolvidas
CP Anvisa nº 328/2017	Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação.	Comissão Assessora de Farmácia Comissões Assessoras Regionais de Farmácia Comissões Técnicas Setor de Orientação Farmacêutica Secretaria dos Colaboradores
CP Anvisa Guia 08/2017	Investigação de resultados fora de especificação (FDE).	Comissão Assessora de Indústria

Continua

		Conclusão
CP	Assunto	Comissões envolvidas
CP Anvisa nº 376/2017	Publica a Lista de referências para avaliação de segurança e efetividade de medicamentos dinamizados.	Comissão Assessora de Homeopatia
CP Anvisa nº 375/2017	Dispõe sobre os limites de potência para registro e notificação de medicamentos dinamizados.	Comissão Assessora de Homeopatia
CP Anvisa nº 373/2017	Dispõe sobre o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação de medicamentos dinamizados industrializados.	Comissão Assessora de Homeopatia
CP Anvisa nº 343/2017	Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem, bem como as Boas Práticas de Transporte de Medicamentos.	Comissão Assessora de Distribuição e Transporte
CP CIT Minuta PNAB	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Comissão Assessora de Saúde Pública Comissão Técnica da Seccional Zona Sul Comissão Técnica de Presidente Prudente

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

✓ **Consultório Farmacêutico:** Durante o ano de 2016, o CRF-SP havia encaminhado proposta de revisão da Portaria CVS nº 04/11, para que no Estado de São Paulo o “consultório farmacêutico” fosse enquadrado no CNAE 8650-0/99. Em meados de 2017, o IBGE publicou atualização da CNAE, incluindo o “consultório farmacêutico” na classificação supracitada. Com base nessa atualização, o CVS revogou a Portaria CVS nº 04/11, substituindo-a pela Portaria CVS nº 01/17, que disciplina o licenciamento dos estabelecimentos de interesse da saúde no Estado de São Paulo e inclui “estabelecimento ou consultório isolado no qual se presta assistência farmacêutica” na descrição “atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente”. Com isso houve cumprimento da meta prevista no projeto 3 do objetivo 6.

✓ **Apresentação de minuta de projeto de lei sobre Uso Racional de Medicamentos:** conforme demonstrado no Quadro 15.

Quadro 15. Minuta de projeto de lei sobre Uso Racional de Medicamentos apresentados pelo CRF-SP a vereadores.

Prefeitura	PL	Status	Ementa
Ribeirão Preto	29/2017	Aprovado como Lei 13.983/17	Inclui no Calendário Oficial de Ribeirão Preto a "Semana do Uso Racional de Medicamentos".
Aguaí	32/2017	Aprovado como Lei 2.666/17	Dispõe sobre a semana do Uso Racional de Medicamentos, e dá outras providências.
Fernandópolis	82/2017	Aprovado como Lei 4.662/17	Institui a semana do Uso Racional de Medicamentos, e dá outras providências.
Bauru	206/17	Aprovado como Lei 6.992/17	Dispõe sobre a instituição da "Semana do Uso Racional de Medicamentos" e dá outras providências.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Essa atividade vai ao encontro ao projeto 1, contido no objetivo 7 (Promoção do Uso Racional de Medicamentos), contribuindo desta forma, para a atuação política em prol da eficácia e a segurança no uso de medicamentos.

Além de apresentar minutas de PL que levaram a aprovação de leis nas prefeituras listadas acima, o CRF-SP promoveu e participou de discussões sobre o assunto, com o intuito de conscientizar a população sobre os riscos da automedicação, a importância do uso racional de medicamentos e do farmacêutico para a promoção da saúde, incentivando estudos e experiências inovadoras na área.

Com a apresentação e aprovação de 04 projetos de lei superou-se a meta estabelecida de apresentar minuta de projeto de lei sobre o tema em 1 município por ano.

✓ **Apresentação de minuta de projeto de lei sobre serviços farmacêuticos em farmácias, incluindo a aplicação de vacinas:** conforme demonstrado no Quadro 16.

A regulamentação dos serviços farmacêuticos em farmácias incluindo a aplicação de vacinas permite regulamentar procedimento a ser adotado para o licenciamento das farmácias. Desta forma, a sociedade será beneficiada pela ampliação do acesso ao cuidado à saúde.

Quadro 16. Minuta de projetos de lei sobre serviços farmacêuticos em farmácias, incluindo a aplicação de vacinas, apresentadas pelo CRF-SP.

Prefeitura	PL	Status	Ementa
Aguai	31/2017	Aprovado como Lei nº 2.665/2017	Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências
Campinas	30/2017	Em tramitação na Câmara Municipal	Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e dá outras providências
Taboão da Serra	50/2017	Aprovado na Câmara Municipal, aguardando publicação	Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias, e fixa outras providências

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Além de apresentar a minuta de PL nas prefeituras listadas acima, o CRF-SP participou ativamente de todas as discussões promovidas pela Anvisa sobre o assunto, inclusive contribuindo para a Consulta Pública Anvisa nº 328/17, que culminou na publicação da RDC Anvisa nº 197/17. Vale ressaltar que a Diretoria do CRF-SP realizou, em 14/02/17, uma reunião com as Diretorias Executivas das Redes de Farmácia a fim de esclarecer sobre os entraves legais e também apresentar as ações desenvolvidas pela entidade em prol da implantação dos serviços de vacinação em farmácias. Com essas ações foi cumprida a meta prevista no projeto 2 do objetivo estratégico 6. Essa ação também está prevista no processo 2 (disciplinar) do macroprocesso “ações para a sociedade”, visto que também é uma forma de contribuir na proposição de políticas de saúde em benefício da sociedade. A disponibilização e aplicação de vacinas em farmácias facilita o acesso da população a esse serviço, diminuindo seu custo.

✓ **Articulação para retirada de minuta de projeto de lei, e revogação de lei sobre Doação de Medicamentos junto a vereadores dos seguintes municípios:**

Essa atividade vai ao encontro ao projeto 1, contido no objetivo 7 (Promoção do Uso Racional de Medicamentos).

Em 2017, o CRF-SP promoveu articulação para retirada e revogação de minuta de Projeto de lei e lei referentes a doação de medicamentos que não garantiam a população o acesso a medicamentos seguros, considerando as diretrizes para doação de medicamentos da Organização Mundial de Saúde (OMS),

que preconizam a não-doação de medicamentos dispensados anteriormente para pacientes ou que foram entregues a profissionais de saúde como amostras-grátis.

Tabela 11. Lei e projeto de lei revogados com a articulação do CRF-SP.

Prefeitura	PL	Lei	Ementa
Araçatuba	12/17	-	Dispõe sobre a criação da Farmácia Participativa no Município
Presidente Venceslau	-	3477/17	Dispõe sobre a revogação da lei ordinária Municipal nº 3321/15, que institui o Programa de Doação de Medicamentos no município de Presidente Venceslau.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

✓ **Representação do CRF-SP:**

○ Representante da Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar participou da Comissão de Concurso da Autarquia Hospitalar Municipal, a fim de avaliar as condições e o conteúdo programático relacionados ao farmacêutico no edital;

○ Representantes das Comissões de Homeopatia e Saúde Pública participaram de uma reunião para apresentação do Programa de Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares (PICs) – Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família – na Secretaria Municipal de Saúde. Outros Conselhos Profissionais da área da saúde também foram convidados para verificação da necessidade de inserção dos profissionais no processo seletivo e avaliação do conteúdo programático do programa.

✓ **Participação em Audiências Públicas:**

○ Representante da Comissão Assessora de Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa participou da Audiência Pública realizada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, para debater o PL nº 1549/03, que disciplina o exercício profissional de Acupuntura. Para fomentar a discussão, foram convidados os Conselhos Profissionais da área da Saúde (Conselhos Federais de Medicina, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia), a Sociedade Brasileira de Acupuntura, o Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura e a Federação Brasileira das Sociedades de Acupuntura e Práticas Integrativas em Saúde e o Conselho Nacional de Saúde;

○ Um representante da Comissão Assessora de Saúde Pública participou de uma Audiência Pública, no dia 28 de setembro de 2017, na Assembleia Legislativa

de São Paulo, para debater o tema “A FURP e a política de medicamentos no Estado de São Paulo”. A audiência abriu espaço para a sociedade, entidades de classe e profissionais ligados à política de medicamentos do Estado de São Paulo, bem como aos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo explanarem sobre suas ações e perspectivas a respeito do tema. Além disso, foi discutido o papel da Fundação para o Remédio Popular (FURP) nas políticas de saúde pública e sociais da população, bem como o fechamento das mesmas.

✓ **Resolução sobre a Propaganda Farmacêutica:** as Comissões Assessoras, Comitês e Grupos Técnicos do CRF-SP encaminharam contribuições para a proposta de Resolução para o CFF, elaborada pelo Comitê de Direitos e Prerrogativas Profissionais, que define os requisitos para atuação do farmacêutico na publicidade, propaganda ou anúncio das suas atividades profissionais, e dá outras providências.

✓ **Elaboração de Diretrizes para Conferências Estaduais e Municipais:** a Comissão Assessora de Saúde Pública discutiu e elaborou Diretrizes para as seguintes Conferências: Conferência Estadual de Saúde da Mulher; Conferência Estadual de Vigilância em Saúde; e V Conferência Livre de Saúde de São José do Rio Preto.

✓ **Avaliação de Projetos de Leis:** em 2017, as Comissões Assessoras e os Grupos do CRF-SP avaliaram e sugeriram alterações em projetos de leis pertinentes à área farmacêutica, conforme quadro abaixo:

Quadro 17. Avaliação de Projetos de Leis.

Projetos de Leis	Comissões Assessoras e Grupos
PL nº 668/11 - Regulamenta o exercício profissional dos técnicos de Farmácia	Todas as Comissões
PL nº 538/11 - Altera o art. 21 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para incluir o transporte desses produtos como atividade sujeita a licenciamento dos órgãos sanitários	Distribuição e Transporte
PL nº 3762/12 - Dispõe sobre a padronização da identificação de farmácias e drogarias	Farmácia, Farmácia Estabelecimento de Saúde
PL da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo nº 27/17 - Dispõe sobre os serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado	Farmácia, Farmácia Estabelecimento de Saúde

Continua

Projetos de Leis	Comissões Assessoras e Grupos
PL nº 3747/15 – Regulamenta a profissão de Biotecnologista e cria os Conselhos Federais e Regionais de Biotecnologia	Indústria
PL nº 2121/11 – Dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias	Resíduos e Gestão ambiental
PL nº 5152/16 – Dispõe sobre responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado	Resíduos e Gestão ambiental
PL nº 7064/14 – Dispõe sobre o recolhimento de medicamentos vencidos e a devolução de medicamentos excedentes ainda em validade, e dá outras providências	Resíduos e Gestão ambiental
PL nº 7464/17 – Acrescenta o art. 8-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a devolução dos medicamentos não utilizados pelo consumidor, junto às farmácias que realizaram sua dispensação, e a restituição dos valores pagos	Resíduos e Gestão ambiental
PL nº 98/17 – Altera a Lei nº 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece	Farmácia, Farmácia Estabelecimento de Saúde, Indústria e Saúde Pública

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

c. Participação em Conselhos Municipais de Saúde

Conforme previsto no processo 2 (disciplinar) do macroprocesso “ações para a comunidade” e com o objetivo de contribuir na proposição de políticas públicas e beneficiar a saúde da população mantém a participação de farmacêuticos voluntários como representantes em conselhos municipais de saúde. Atualmente conta-se com a participação de farmacêuticos voluntários em 17 municípios.

Quadro 18. Participação em Conselhos Municipais de Saúde

Seccional	Representante
Aparecida (Pertence à Seccional de São José dos Campos)	Dra. Mary Brasilio Ude
Araçatuba	Dr. Ricardo Wagner Ferrari Machado Dr. Gustavo de Abreu Mattos (suplente)
Araraquara	Dra. Helena Rocco Dra. Leila Gobatto Jorge (suplente)
Avaré	Dr. Juarez Marchetti Dra. Denise Cristina De Oliveira Lopes (suplente)
Bauru	Dra. Maria Benedita Esgotti Dra. Karla Panice Pedro (suplente)
Bragança Paulista	Dr. Eli Cristiano de Meneses
Campinas	Dr. Rafael Souza Santos

Continua

Seccional	Representante
Guarujá (Pertence à Seccional de Santos)	Dr. Maurício Marassi
Guarulhos	Dra. Vanessa Scaldelai Sandor Dra. Larissa Salim Sanches (suplente)
Limeira (Pertence à Seccional de Piracicaba)	Dr. Ézio José Campos Filho Dra. Caliane Oliveira de Santana (suplente) Dra. Carolina Nardi Duarte Dra. Maria Simone Rodrigues (suplente)
Marília	Dra. Mafalda Biagini
Presidente Prudente	Dr. João Alfredo Guinossi Amaral Gurgel
Santa Isabel (Pertence à Seccional de Mogi das Cruzes)	Dra. Eliane Aguiar Bonfim Oliveira Dra. Marli Aparecida Machado (suplente)
Santo André	Dr. Marcos Machado Ferreira
Santos	Dra. Alana Simoni Dariza
São João da Boa Vista	Dr. Sérgio Eduardo Goulart Dr. Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. (suplente)
São José dos Campos	Dr. André Luís dos Santos

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

3.4.5 Ações para o farmacêutico

3.4.5.1 Orientador

Um dos macroprocessos finalísticos definidos pela gestão desta Entidade é a promoção de ações orientativas voltadas para o farmacêutico. Em resumo, o CRF-SP disponibiliza os seguintes produtos ao profissional: cursos presenciais e à distância, materiais técnicos impressos e disponíveis para *download* (fascículos, cartilhas, manuais, informes técnicos), eventos diversos (seminários, fóruns, encontros, palestras, workshops, simpósios, mesas redondas), divulgação das ações do CRF-SP em eventos acadêmicos-científicos, Revista do Farmacêutico, e-mails divulgando as ações do CRF-SP, aplicativo para celular denominado “CRF-SP”.

Essas ações visam, principalmente, a atualização e aprimoramento profissional por meio de realização de capacitações técnicas para que o farmacêutico promova o Uso Racional de Medicamentos e ofereça produtos e serviços de qualidade à população, a qual é assegurada pela atuação de farmacêuticos tecnicamente habilitados e conscientes de seu papel social.

a. Cursos presenciais

Os cursos essenciais do CRF-SP têm como objetivo trabalhar para o aperfeiçoamento dos farmacêuticos e, dessa forma, contribuir para atender as necessidades da sociedade de forma mais adequada. Sendo assim, o CEP criado em maio de 2008, desenvolve atividades como:

- Planejamento da grade de cursos e atualizações *online* oferecidos pelo CRF-SP;
- Avaliação do conteúdo programático dos cursos e atualizações *online*, bem como do respectivo material didático;
- Análise mensal das avaliações realizadas pelos participantes dos cursos presenciais;
- Identificação e avaliação de novos ministrantes.

Nesse contexto, para definir a grade de cursos e atualizações online para 2017, o CEP considerou os temas mais frequentes sugeridos pelos participantes de cursos e comissões assessoras. Outra ferramenta utilizada na definição de temas foi a pesquisa desenvolvida pelo CEP e disponibilizada no portal do CRF-SP.

Em 2017, o CRF-SP promoveu 110 cursos gratuitos, com 38 temas diferentes, que alcançaram 3.520 participantes, sendo 3.010 farmacêuticos e havendo em média, 27 profissionais por curso.

Observa-se analisando os dados apresentados no quadro 19 que foi cumprida a meta proposta no projeto 6, contido no objetivo 2 (capacitação técnica). O CRF-SP mantém 28 seccionais e a meta era a realização de 2 cursos por ano em cada seccional e 10 cursos por ano na sede. Porém, durante o ano avaliou-se a demanda e a necessidade de realização de novos cursos, o que gerou o aumento na quantidade de cursos oferecidos.

A realização dos cursos presenciais também objetivou dar cumprimento às metas estabelecidas para o projeto 1 (incentivar a atuação do farmacêutico na área clínica– Resolução do CFF nº 585/13) do objetivo 6 (contribuição para os avanços da profissão), visto que foram realizados mais de 10 cursos pertinentes à atuação clínica do profissional. Todos esses cursos estão relacionados no quadro 19 e demonstram a superação da meta proposta.

Quadro 19. Cursos presenciais realizados em 2017.

Local	Data	Tema
São Paulo	07 e 09/03/2017	Prescrição Farmacêutica - sistema gastrointestinal e geniturinário
	14/03/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	12/04/2017	Cuidados farmacêuticos: Atuação Clínica na Farmácia
	18 e 19/04/2017	Boas Práticas Farmacêuticas na Manipulação de Medicamentos Veterinários
	26 e 27/04/2017	Cuidados Farmacêuticos na Síndrome Metabólica com ênfase em Obesidade e Dislipidemia
	02/05/2017	Primeiros Socorros
	09 e 10/05/2017	Farmacovigilância na Indústria
	23 e 24/05/2017	Indicadores e Sistema de Qualidade na Logística Farmacêutica
	03/06/2017	Farmacoeconomia aplicada à Área Hospitalar
	13/06/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	20 e 21/06/2017	Cuidados Farmacêuticos na Saúde da Mulher
	27 e 28/06/2017	Cuidados Farmacêuticos em Vacinação
	11/07/2017	Cuidados Farmacêuticos na Gestação e Lactação
	25 e 26/07/2017	Interferência de Medicamentos em Exames Laboratoriais
	21/11/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Antimicrobianos
	28 e 29/11/2017	Gestão de Pessoas/Liderança Farmacêutica
05/12/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis	
Adamantina	18/03/2017	Gestão de Pessoas/Liderança Farmacêutica
	22/07/2017	Assistência Farmacêutica no SUS
Araçatuba	18/02/2017	Cuidados Farmacêuticos na Oncologia
	27/05/2017	Farmácia Clínica aplicada à Farmácia Hospitalar
	01/07/2017	Assistência Farmacêutica no SUS
Araraquara	04/03/2017	Prescrição Farmacêutica – Sistema Respiratório
	27/05/2017	Gestão de Resíduos
Avaré	11/02/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Psicofármacos
	13/05/2017	Prescrição Farmacêutica de Medicamentos Fitoterápicos
Barretos	18/02/2017	Prescrição Farmacêutica – Sistema Respiratório
	01/04/2017	Farmácia Clínica aplicada à Farmácia Hospitalar
	10/06/2017	Assistência Farmacêutica no SUS
Bauru	04/03/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Dermocosméticos
	20/05/2017	Gestão de Pessoas/Liderança Farmacêutica
	15/07/2017	Cuidados Farmacêuticos na Pediatria

Continua

Local	Data	Tema
Bragança Paulista	04/03/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	22/07/2017	Cuidados Farmacêuticos na Síndrome Metabólica com ênfase em Obesidade e Dislipidemia
	23/11/2017	Curso: Portaria nº 344/98 e suas atualizações
Campinas	11/02/2017	Curso: Portaria nº 344/98 e suas atualizações
	20/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Síndrome Metabólica com ênfase em Obesidade e Dislipidemia
	08/07/2017	Cuidados Farmacêuticos em Vacinação
	11/11/2017	Cuidados Farmacêuticos na Oncologia
Caraguatuba	08/04/2017	Portaria 344/98 e suas atualizações
	03/06/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Dermocosméticos
Fernandópolis (Jales)	27/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Síndrome Metabólica com ênfase em Obesidade e Dislipidemia
Fernandópolis	08/07/2017	Prescrição Farmacêutica – Sistema Respiratório
Franca	18/03/2017	Interações Medicamentosas – MIPs
	20/05/2017	Medicamentos sob Controle Especial e Antimicrobianos com Ênfase no SNGPC
Guarulhos	04/02/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	20/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Dermocosméticos
	08/07/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Suplementos Alimentares
Jundiaí	04/02/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Dermocosméticos
	08/04/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	01/07/2017	Primeiros Socorros
Marília	25/03/2017	Cuidados Farmacêuticos na Síndrome Metabólica com ênfase em Obesidade e Dislipidemia
	27/05/2017	Prescrição Farmacêutica – Sistema Respiratório
	29/07/2017	Cuidados Farmacêuticos na Oncologia
Mogi das Cruzes	04/02/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	13/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Saúde da Mulher
	08/07/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Suplementos Alimentares
Osasco	18/02/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	20/05/2017	Gestão de Resíduos
	01/07/2017	Cuidados Farmacêuticos: Atuação Clínica na Farmácia
Piracicaba	25/03/2017	Cuidados Farmacêuticos na Saúde do Idoso
	13/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Oncologia
	29/07/2017	Indicadores e Sistema de Qualidade na Logística Farmacêutica
	25/11/2017	Interações Medicamentosas – MIPs

Continua

Local	Data	Tema
Presidente Prudente	04/02/2017	Prescrição Farmacêutica – Dor, Febre e Cefaleia
	25/03/2017	Cuidados Farmacêuticos na Pediatria
	03/06/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	11/11/2017	Cuidados Farmacêuticos na Gestação e Lactação
Registro	25/03/2017	Cuidados Farmacêuticos na Oncologia
	13/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Síndrome Metabólica com ênfase em Obesidade e Dislipidemia
	24/06/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	22/07/2017	Interações Medicamentosas – MIPs
Ribeirão Preto	04/02/2017	Cuidados Farmacêuticos na Pediatria
	08/04/2017	Cuidados Farmacêuticos na Saúde do Idoso
	01/07/2017	Indicadores e Sistema de Qualidade na Logística Farmac�tica
Santo André	04/03/2017	Gestão de Pessoas/Lideranç� Farmac�tica
	13/05/2017	Portaria n� 344/98 e suas atualizações
	08/07/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	05/08/2017	Farmácia Clínica aplicada � Farmácia Hospitalar
Santos	04/03/2017	Cuidados Farmacêuticos na Pediatria
	20/05/2017	Cuidados Farmacêuticos em Vacinação
	01/07/2017	Indicadores e Sistema de Qualidade na Logística Farmac�tica
São João da Boa Vista	18/02/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Suplementos Alimentares
	01/04/2017	Cuidados Farmacêuticos na Síndrome Metabólica com ênfase em Obesidade e Dislipidemia
	03/06/2017	Gestão de Pessoas/Lideranç� Farmac�tica
São José do Rio Preto	25/03/2017	Gestão de Pessoas/Lideranç� Farmac�tica
	20/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Gestação e Lactação
	25/05/2017	Cuidados farmacêuticos em pacientes com asma e DPOC
	29/06/2017	Cuidados farmacêuticos na síndrome metabólica com ênfase em obesidade e dislipidemia
	22/07/2017	Interações Medicamentosas – MIPs
	13/11/2017	Cuidados Farmacêuticos na Dispensação de Psicofármacos
São José dos Campos	11/02/2017	Interpretação de Exames Laboratoriais - Curso I
	01/04/2017	Interpretação de Exames Laboratoriais - Curso II
	10/06/2017	Cuidados Farmacêuticos em Vacinação
	09/12/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
Sorocaba	04/03/2017	Cuidados Farmacêuticos: Atuação Clínica na Farmácia
	27/05/2017	Avaliação de Exames Laboratoriais para Acompanhamento Farmacoterapêutico
	01/07/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
	11/11/2017	Cuidados farmacêuticos em vacinação

Continua

Local	Data	Tema
Zona Leste	18/02/2017	Portaria 344/98 e suas atualizações
	01/04/2017	Como Montar uma Farmácia: passo a passo
	17 e 18/05/2017	Cuidados Farmacêuticos na Gestação e Lactação
	10/06/2017	Farmacoeconomia no SUS
	19 e 20/07/2017	Cuidados Farmacêuticos na Saúde da Mulher
	22 e 23/08/2017	Cuidados Farmacêuticos em Vacinação
	16 e 17/11/2017	Introdução à Medicina Tradicional Chinesa (MTC)
Zona Leste (sub sede)	01/11/2017	Técnicas de Aplicação de Injetáveis
Zona Sul	04/02/2017	Farmacoeconomia aplicada à Área Hospitalar
	08/04/2017	Avaliação de Exames Laboratoriais para Acompanhamento Farmacoterapêutico
	09/12/2017	Cuidados Farmacêuticos em Vacinação

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

b. Ensino à distância (EaD)

A Academia Virtual de Farmácia, plataforma de ensino à distância do CRF-SP, lançada em 2014, é uma ferramenta oferecida aos farmacêuticos inscritos no CRF-SP que facilita o acesso a capacitações e atualizações on-line e proporciona flexibilidade no horário de estudo.

O objetivo deste projeto é disseminar o conhecimento para atingir grande número de profissionais, visando a sua atualização e aperfeiçoamento.

Em 2017, foram lançados oito novos temas de atualizações na plataforma de ensino à distância do CRF-SP. Atingindo a meta proposta no projeto 7, objetivo 2. A Tabela 12 apresenta os dados quantitativos das atualizações *online* realizadas em 2017.

Além das atualizações, também foram disponibilizadas capacitações *online* em 2017 na Academia Virtual de Farmácia, com os seguintes temas: “A nutrição nas diversas fases da vida”, “Capacitação Febre amarela”, “Formação em políticas públicas”, “Capacitação Semana de Assistência Farmacêutica (SAF)” e “Série- Terapia Antimicrobiana”. A Tabela 13 apresenta os dados de 2017 de todas as capacitações *online* disponíveis na Academia Virtual de Farmácia.

Tabela 12. Dados quantitativos das atualizações *online* realizadas em 2017.

Tema	Quantidade de módulos	Carga horária total aproximada	Quantidade de participantes
Avaliação de exames laboratoriais para acompanhamento farmacoterapêutico	7	3h	355
Boas práticas em farmácia homeopática	16	3h	15
Casos práticos em infrações sanitárias	6	4h	173
Cuidados farmacêuticos em pacientes com asma e DPOC	6	3h	116
Cuidados farmacêuticos em pacientes com diabetes	12	4h	45
Cuidados farmacêuticos em pacientes com febre	5	4h	109
Cuidados farmacêuticos em pacientes com hipertensão	5	3h	504
Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso	17	8h	152
Eventos adversos e farmacovigilância	8	4h	190
Medicamentos sob controle especial e antimicrobianos com ênfase no SNGPC	9	5h	360
Portaria nº 344/98 e suas atualizações	4	2h30 min	74
Prescrição farmacêutica - introdução	4	2h	391

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Tabela 13. Dados quantitativos das capacitações *online* disponíveis na Academia Virtual de Farmácia 2017.

Tema	Quantidade de módulos	Carga horária total aproximada	Quantidade de participantes
A nutrição nas diversas fases da vida	3	1h30	5
Capacitação Dengue, Zika e Chikungunya	8	4	140
Capacitação Dengue, Zika e Chikungunya [Parte 2]	5	2h30min	100
Capacitação Febre Amarela	4	3	89
Formação em Políticas Públicas	2	4	86
Capacitação Influenza- com ênfase na H1N1	4	3	66
Capacitação Semana de Assistência Farmacêutica (SAF)	1	1	70
Capacitação Responsabilidade técnica x legislação farmacêutica	4	2	369
Série – Terapia antimicrobiana	22	4	2.370

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

c. Material técnico

1. Fascículo Farmácia Estabelecimento de Saúde: Fascículo Farmácia Estabelecimento de Saúde: Em novembro de 2017 foi lançado o fascículo Farmácia Estabelecimento de Saúde com o tema: “Cuidados Farmacêuticos no tratamento de pacientes com dislipidemias”, com tiragem de mil exemplares. Os fascículos são produzidos com o objetivo de contribuir com o uso

racional de medicamentos, a valorização do farmacêutico, um ambiente compatível com as reais necessidades da população e, principalmente, com a melhoria da saúde pública. Esses materiais são publicados anualmente e disponibilizados para *download* gratuito no portal da entidade. O lançamento desse fascículo vai ao encontro do estabelecido no projeto 1, objetivo 2 (capacitação técnica), cumprindo-se a meta estabelecida para o ano;

2. Livretos: foi realizado o lançamento de 04 livretos, a saber: “Ensino de Deontologia e Legislação Farmacêutica: conceitos e práticas”, 3ª edição; “Manual de Orientação ao Farmacêutico: atuação em recintos alfandegados – portos”, “Manual de Orientação: Prescrição e Dispensação de Medicamentos Utilizados em Odontologia” e material de apoio para a SAF 2017, além da revisão do livreto “Conheça o CRF-SP”;

3. Cartilhas: foram revisadas 3 cartilhas das Comissões Assessoras: Análises Clínicas e Toxicológicas, Farmácia Hospitalar e Saúde Pública, cumprindo-se o projeto 3 do objetivo 2. Além disso foi publicada a Cartilha “Direitos e Prerrogativas Profissionais”, 2ª edição;

4. Informativos técnicos: foram publicados 03 informativos técnicos, a saber: ômega 3; BCAA e orientações para a utilização de auto teste de HIV;

5. Apresentações em *PowerPoint*: foram elaboradas 49 apresentações em *PowerPoint* para auxiliar os voluntários do CRF-SP e demais farmacêuticos inscritos a abordar sobre assuntos relacionados à atuação do farmacêutico nas diversas áreas de atuação e também prestar orientações para a população.

Os materiais de 1 a 4 supracitados estão disponíveis para download gratuito no Portal do CRF-SP (www.portal.crfsp.org.br).

d. *Workshop* de Judicialização

Em 2017, o GTAM organizou 10 *Workshop* sobre judicialização da saúde com o objetivo de debater as causas e problemas decorrentes da judicialização, conscientizando farmacêuticos e outros profissionais da saúde, gestores, membros do Ministério Público e Judiciário a buscarem soluções e entendimentos que contribuam para o bem comum, além de apresentar aos demais atores envolvidos com a problemática o papel do farmacêutico como um profissional que pode orientar,

avaliar e propor alternativas terapêuticas e contribuir com o uso racional de medicamentos e recursos públicos.

Quadro 20. Workshops de Judicialização realizados em 2017.

Local	Data	Participantes
Jundiaí	13/02	79
Piracicaba	16/03	140
Presidente Prudente	25/04	131
Votuporanga	11/05	150
Barretos	26/06	62
Araraquara	25/08	64
São José do Rio Preto	25/09	99
São Paulo	06/10	113
Santo André	30/10	20
Ribeirão Preto	24/11	67

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Conforme observado no Quadro 20 foram realizadas 10 edições do *Workshop* de Judicialização em 2017 ultrapassando-se o estabelecido no projeto 2 do objetivo 7, com a participação de mais de 800 profissionais.

e. Eventos

Em 2017, foram realizados 122 eventos com a participação de 5.614 farmacêuticos e acadêmicos de Farmácia, conforme detalhado na Tabela 14.

Tabela 14. Eventos realizados pelo CRF-SP em 2017

Data	Eventos	Total de participantes
03/02/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	51
10/02/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	49
13/02/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	79
17/02/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	43
24/02/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	45
08/03/2017	Palestra sobre Febre Amarela	28
10/03/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	44
14/03/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	9
16/03/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	140
17/03/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	44
18/03/2017	Âmbito Farmacêutico I - Fórum de Farmacêuticos Clínicos e Hospitalares: Dos materiais hospitalares ao cuidado do paciente	83

Continua

Data	Eventos	Total de participantes
18/03/2017	Âmbito Farmacêutico I - Seminário de Suplementos Alimentares – Novas Fronteiras para o Farmacêutico	53
18/03/2017	Âmbito Farmacêutico I - Seminário sobre Atenção Farmacêutica ao Idoso	63
18/03/2017	Âmbito Farmacêutico I - Simpósio de Farmácia Magistral	88
21/03/2017	Campanha Farmacêuticos Contra a Febre Amarela	42
23/03/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	26
24/03/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	47
25/03/2017	Em busca de excelência profissional	28
28/03/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	9
30/03/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	8
31/03/2017	Encontro de Farmacêuticos Proprietários de Farmácia	46
04/04/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	11
06/04/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	17
08/04/2017	II Fórum Direitos e Prerrogativas Profissionais: “Propaganda e Marketing: Profissionais de Saúde nas Mídias Sociais”	71
12/04/2017	Reunião com apresentação sobre Assistência Farmacêutica em Farmácia Hospitalar	31
13/04/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	45
18/04/2017	<i>Workshop</i> para farmacêuticos de redes de farmácia	22
25/04/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	131
27/04/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	12
28/04/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	42
04/05/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	13
10/05/2017	Oficina Atuação do Farmacêutico no SUS	24
10/05/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	13
11/05/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	150
12/05/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	12
19/05/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	38
27/05/2017	Validação de Métodos e Equipamentos	39
27/05/2017	Âmbito Farmacêutico II – VII Seminário de Acupuntura	46
27/05/2017	Âmbito Farmacêutico II – Cuidado Farmacêutico na Farmácia: Como desenvolver?	76
31/05/2017	“Internet das coisas e a logística no setor de saúde”	16
02/06/2017	Encontro de Farmacêuticos Proprietários de Farmácia	46
10/06/2017	Simpósio de Saúde do Idoso – “O papel do farmacêutico no cuidado ao idoso”	77
24/06/2017	“Prescrição Farmacêutica: uma importante ferramenta na prevenção de doenças crônicas e degenerativas”	16
24/06/2017	IV Seminário de Resíduos e Gestão Ambiental	85
26/06/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	62
30/06/2017	Seminário Políticas Públicas de Saúde	31

Continua

Data	Eventos	Total de participantes
01/07/2017	“Princípios e Soluções para Controle de Contaminação” e “Não Conformidades, Controle de Mudanças e Planos de Ação”	39
15/07/2017	IX Seminário de Análises Clínicas e Toxicológicas	34
15/07/2017	III Encontro de Farmacêuticos Clínicos	100
15/07/2017	I Seminário de Farmácia Homeopática: Farmácia Clínica	13
15/07/2017	VII Seminário de Saúde Pública	39
18/07/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	12
18/07/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	37
19/07/2017	Ciclo de Palestras – O Farmacêutico Clínico Especialista: Cuidados Farmacêuticos em Pediatria e Neonatal	42
20/07/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	32
22/07/2017	Seminário de Antibióticos – “Terapia Antimicrobiana”	86
25/07/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	35
27/07/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	29
29/07/2017	“Desenvolvimento de Produtos Farmacêuticos”	43
29/07/2017	IV Encontro de Jovens Farmacêuticos	154
01/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	25
02/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	14
03/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos – “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	30
04/08/2017	Encontro de Farmacêuticos Proprietários de Farmácia	24
04/08/2017	<i>Workshop</i> para farmacêuticos de redes de farmácia	13
09/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	71
10/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	15
17/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	16
22/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	97
23/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	27
25/08/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	64
25/08/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	46
29/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	30
31/08/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - “Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia”	52

Continua

Data	Eventos	Total de participantes
01/09/2017	Encontro de Farmacêuticos Proprietários de Farmácia	10
01/09/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	38
05/09/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	64
12/09/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	30
14/09/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	53
20/09/2017	Ciclo de Palestras – O Farmacêutico Clínico Especialista: Cuidados Farmacêuticos em Insuficiência Renal	55
21/09/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	97
22/09/2017	Como evitar infrações sanitárias em estabelecimentos farmacêuticos	33
25/09/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	99
26/09/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	30
28/09/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	11
30/09/2017	BPF com ênfase em Integridade de Dados / Tendências para a Qualidade em Produtos Farmacêuticos	28
03/10/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	38
18/10/2017	Como reduzir a carga tributária na sua farmácia?	32
19/10/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	24
24/10/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	42
25/10/2017	Mudança de postura do profissional farmacêutico - Valorização profissional	21
25/10/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	51
26/10/2017	Ciclo de palestras "A nutrição nas diversas fases da vida"	22
27/10/2017	Farmacêuticos em Debate – Farmácia Estética	36
27/10/2017	Mudança de postura do profissional farmacêutico - Valorização profissional	83
30/10/2017	<i>Workshop</i> Judicialização da Saúde	20
31/10/2017	XVII Encontro Paulista de Farmacêuticos - "Rumos da Profissão: Piso Salarial, EaD e Técnicos de Farmácia"	13
06/11/2017	Ciclo de palestras "A nutrição nas diversas fases da vida"	30
07/11/2017	Cuidados Farmacêuticos em Dislipidemias e Lançamento do XII Fascículo do Projeto Farmácia Estabelecimento de Saúde	64
13/11/2017	Ciclo de palestras "A nutrição nas diversas fases da vida"	17
16/11/2017	Ciclo de palestras "A nutrição nas diversas fases da vida"	28
21/11/2017	<i>Workshop</i> para farmacêuticos de redes de farmácia	15
21/11/2017	Ciclo de palestras "A nutrição nas diversas fases da vida"	13

Continua

Data	Eventos	Conclusão
		Total de participantes
23/11/2017	Ciclo de palestras “A nutrição nas diversas fases da vida”	24
24/11/2017	Workshop Judicialização da Saúde	67
25/11/2017	Seminário de Ética	95
27/11/2017	Ciclo de palestras “A nutrição nas diversas fases da vida”	9
02/12/2017	Cadeia Logística Farmacêutica – da Indústria ao Consumidor	69
07/12/2017	Ciclo de palestras “A nutrição nas diversas fases da vida”	24
09/12/2017	III Seminário de Logística Farmacêutica do CRF-SP	51
09/12/2017	Seminário de Suplementos Alimentares	44
16/12/2017	III Simpósio de Segurança do Paciente - A Qualidade como Ferramenta na Segurança do Paciente	40

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Com a realização desses eventos superou-se as metas estabelecida no projeto 4 (realização de 80 eventos), objetivo 2 (capacitação técnica) e projeto 1 (incentivar a atuação do farmacêutico na área clínica – Resolução do CFF nº 585/13), objetivo 6 (contribuição para os avanços da profissão), visto que foram realizados mais de 10 eventos pertinentes à atuação clínica do profissional.

✓ **Palestras Técnicas:** durante as reuniões ordinárias de algumas comissões assessoras em 2017 foram realizadas palestras técnicas, a fim de difundir o conhecimento entre os membros, capacitando-os para aprimorar as discussões de seu respectivo âmbito de atuação.

Quadro 21. Palestras Técnicas das Comissões Assessoras.

Comissões Assessoras	Tema
Acupuntura	Efeitos da acupuntura e da auriculoterapia francesa na dor e inflamação de pacientes com lombociatalgia
	Utilização da Acupuntura em tratamento para anemia
Distribuição e Transporte	A conformidade dos veículos e as boas práticas no transporte
Homeopatia	Liderança e Trabalho em Equipe
	Policrestos: Staphysagria, Ignatia amara, Pulsatilla
Plantas Medicinais e Fitoterápicos	Palestra Medicina chinesa em animais
	Fichas de referências de especificações de qualidade de matérias-primas fitoterápicas
	Sinergismo de efeito antibacteriano do alecrim do campo e própolis verde com antibióticos clássicos
	<i>Cannabis sativa</i>
	Óleos Essenciais
	Fitoterapia em feridas
	Nanocosméticos
Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANC)	

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

✓ 1º Seminário “A prática colaborativa interprofissional”

Representantes das Comissões Assessoras de Educação Farmacêutica, Farmácia Hospitalar e Saúde Pública participaram do evento supracitado, no dia 26 de maio de 2017, no Centro de Convenções Rebouças. O seminário foi promovido pelo Grupo Técnico Interdisciplinar da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GTI) e teve o objetivo de sensibilizar os integrantes dos Conselhos Regionais das Profissões da área de Saúde sobre a importância da integração interprofissional e o desafio nas suas dimensões de educação, prática e regulação.

f. Emissão de Pareceres

Algumas Comissões Assessoras discutiram e emitiram pareceres sobre diversos assuntos pertinentes para a área da Farmácia, a fim de sanar as dúvidas dos farmacêuticos solicitantes, conforme quadro a seguir.

Quadro 22. Pareceres das Comissões Assessoras.

Comissões Assessoras	Assuntos
Análises Clínicas e Toxicológicas	Solicitação de exames laboratoriais em um consultório farmacêutico dentro de um laboratório de análises clínicas
	Exames laboratoriais que podem ser solicitados pelo farmacêutico
Análises Clínicas e Indústria	Indicação de bibliografias sobre cálculos farmacêuticos
Farmácia	Aluguel de produtos ortopédicos em Farmácias
Farmácia Clínica	Fórmulas que estimam a função renal
Resíduos e Gestão Ambiental	Farmácia Caseira
	Pós-graduação em Resíduos e Gestão Ambiental
Saúde Pública	Fornecimento de pílula do dia seguinte sem prescrição médica
	Distribuição de medicamentos a pacientes do SUS em farmácia particular

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

g. Educação continuada em Análises Clínicas

O projeto de Educação Continuada em Análises Clínicas e Toxicológicas foi lançado durante o VIII Seminário de Análises Clínicas e Toxicológicas em 2014. No ano de 2017 foram publicados os módulos 8 com questões das áreas de hematologia microbiologia, toxicologia e química analítica. Desde o lançamento do primeiro módulo, o projeto contou com 2.192 participações.

h. Revista do Farmacêutico, boletins eletrônicos e portal

✓ Revista do Farmacêutico

A revista aborda temas de interesse do profissional com seções como Técnica e Prática, Ética Profissional, Questões Jurídicas e temas desenvolvidos pelas Comissões Assessoras e Grupos Técnicos do CRF-SP como acupuntura, análises clínicas e toxicológicas, saúde pública, cuidados farmacêuticos aos idosos, distribuição e transporte e pesquisa clínica, entre outros, além de trazer informações sobre as principais ações desenvolvidas pelo CRF-SP na defesa do âmbito e da profissão. Pelo menos 50% do espaço editorial da revista é destinado a discussão de temas técnicos. Foram publicadas 5 edições da Revista do Farmacêutico (edição nº 128, 129, 130, 131 e 132), com tiragem oscilando entre 57.000 e 60.000 exemplares cada uma. Essas publicações também estão disponíveis no portal da entidade. Com essa atividade houve cumprimento da meta estabelecida no projeto 2 (Revista do Farmacêutico) do objetivo 2 (capacitação técnica).

✓ **Canal farmacêutico (boletim eletrônico do CRF-SP):** foram enviadas 61 edições do Canal Farmacêutico

✓ Portal

Ao longo de 2017 foram publicadas 772 notícias e reportagens no portal da instituição. Pelo menos 50% desse total são referentes à divulgação de resoluções da Anvisa, que interferem diretamente no dia a dia do farmacêutico, desde de novas regulamentações, alterações de antigas regulamentações até a informação sobre lotes de medicamentos ou de reagentes químicos que deveriam ser retirados de uso ou venda ao consumidor por diversos motivos (problemas na fabricação, contaminação, distribuição irregular, falta de registro entre outros).

Também foram publicadas no portal da instituição uma quantidade expressiva de reportagens e notícias de estímulo à atualização profissional do farmacêutico e à participação em encontros e congressos voltados também para a atualização e aperfeiçoamento profissional, sendo a imensa maioria deles gratuitos.

A “Judicialização da Saúde” foi outro tema que mereceu destaque entre a reportagens publicadas no ano 2017. Essas reportagens foram originadas a partir de uma série de encontros promovidos pelo CRF-SP.

Também merecem destaque as reportagens de divulgação de ações realizadas pelo próprio CRF-SP e o esclarecimento sobre lei e projetos de lei que impactariam sobre o exercício da profissão.

Praticamente a totalidade das informações publicadas pelo portal da instituição foram voltadas para orientar o farmacêutico no exercício correto da profissão no seu dia a dia, orientar a população, incentivar e destacar a importância da constante atualização profissional e discutir temas relevantes à profissão.

O portal do CRF-SP na *internet* recebe, em média, 100 mil acessos por mês, sendo que 70% desses acessos são originados a partir de *desktops* e 30% por meio de dispositivos móveis, indicando a necessidade de a instituição, a partir de 2018, investir na atualização tecnológica do seu portal, notadamente com utilização da tecnologia conhecida como responsiva, que possui a característica de adequar ao *sites de internet* automaticamente para a tela dos dispositivos móveis, facilitando assim a navegação por meio de *smartphones, tablets* etc.

i. Divulgação das ações do CRF-SP em eventos acadêmicos-científicos

Uma forma de reforçar as ações do CRF-SP e seu papel como referência na orientação do farmacêutico é a divulgação dos resultados alcançados na comunidade acadêmico-científica. Além disso, a divulgação na comunidade acadêmico-científica contribui para a valorização e reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos farmacêuticos paulistas, que representam cerca de um terço dos profissionais brasileiros.

O Quadro 23 apresenta informações sobre os trabalhos do CRF-SP apresentados em congressos durante o ano de 2017.

Quadro 23. Trabalhos do CRF-SP apresentados em congressos.

Evento	Local	Título do Trabalho	Apresentação	Data
I Congresso Brasileiro de Ciências Farmacêuticas	Foz do Iguaçu/ PR	Ferramentas para a promoção do Uso Racional de Medicamentos	Pôster	15 a 18/11/17
VII Congresso Norte e Nordeste de Ciências Farmacêuticas	Teresina/PI	A importância da orientação farmacêutica na conduta ética do farmacêutico atuante em farmácias e drogarias	Pôster	14 a 16/11/17
XI Congresso Brasileiro de Farmácia Hospitalar	Brasília/ DF	Análise da regularidade das farmácias hospitalares do estado de São Paulo perante o CRF-SP	Pôster	15 a 17/06/17
44 Congresso Brasileiro de Análises Clínicas	João Pessoa/ PB	Projeto educação continuada em Análises Clínicas e Toxicológicas do CRF-SP	Pôster e Oral	12 a 14/06/17

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

3.4.5.2 Programa de Assistência ao Farmacêutico – PAF

O PAF é totalmente gratuito e tem como objetivos contribuir na inserção ou recolocação do farmacêutico inscrito regularmente no CRF-SP, no mercado de trabalho, assim como, propiciar facilidades e condições exclusivas para aquisição de serviços e produtos, de modo a valorizar o profissional farmacêutico.

a) PAF Emprego

O PAF Emprego é uma ferramenta que busca contribuir com a inserção do farmacêutico, inscrito regularmente no CRF-SP, no mercado de trabalho, promovendo a aproximação entre candidatos e empregadores de diversos ramos de atividades. Visando atingir este objetivo, diariamente, são divulgadas novas oportunidades de vagas.

Todas as vagas divulgadas são previamente analisadas em relação à regularidade da empresa junto ao CRF-SP e a legislação trabalhista.

Por meio do PAF Empregos também são divulgados, após prévia análise e do Departamento Jurídico do CRF-SP, editais de Concursos Públicos que contam com vagas de interesse do farmacêutico; processos seletivos para obtenção de bolsas de estudos em Programas de Aprimoramento Profissional e Residência Multiprofissional; oportunidades de estágios para acadêmicos do Curso de Graduação em Farmácia e, desde 10/11/2017, passou a ser disponibilizado o formulário para cadastramento de perito farmacêutico.

O PAF Emprego disponibilizou, no ano de 2017, 3.660 vagas de empregos; 227 editais de concursos públicos e 97 processos seletivos para residência multiprofissional e programas de aperfeiçoamento profissional. Em comparação ao ano de 2016, verificasse um aumento de 6% no número de vagas divulgadas e aumento de 26% no número de residência multiprofissional e programas de aperfeiçoamento profissional divulgados pelo programa.

b) PAF Descontos

O PAF Descontos é composto por empresas regulares que se dispõem a proporcionar condições especiais e descontos exclusivos tanto para os farmacêuticos regularmente inscritos, quanto para seus dependentes diretos e funcionários do CRF-SP. Destaca-se que para participar do programa não há custo ou benefício ao CRF-SP. Em contrapartida ao desconto propiciado, a empresa conta com a divulgação de sua marca, produtos e serviços no hot site do PAF – CRF-SP, no jornal interno - *Coffee Break*; nos eventos promovidos pelo órgão, dentre outros.

No exercício de 2017 foram firmadas 45 novas parcerias, refletindo em uma queda de 25% em relação ao ano de 2016.

Em 2017, 93 profissionais farmacêuticos foram beneficiados com descontos voltados à área educacional.

c) PAF Empresa

É um programa especial que estende vantagens e benefícios oferecidos pelos parceiros comerciais PAF às empresas de propriedade de farmacêuticos e, também, aos farmacêuticos empreendedores que pretendem investir em seu próprio negócio. Atualmente o PAF Empresa oferece 26 categorias de produtos/serviços ao empresário farmacêutico, a saber: alarmes/monitoramento, análises laboratoriais, arquitetura e interiores, assessoria contábil, assessoria previdenciária, assessoria financeira, certificação digital, consultoria e assessoria técnica; curso de desenvolvimento profissional, editora, imobiliária, purificação de água, planos de saúde, seguro PME, plano odontológico, assistência de informática, banco, serviços gráficos, calibração, consultoria tributária, produtos para laboratórios; *software* para farmácias/drogarias, iluminação, livraria, tecnologia financeira e cartões de benefícios. Em 2016, este programa contava com um total 44 empresas parceiras.

Em 2017 foram efetivadas mais 13 parcerias, totalizando 57 empresas, o que demonstra um aumento percentual de 29,54% em seu número de parceiros.

Empresas de menor porte integram o PAF Regional, que consiste em parcerias com empresas das regiões das seccionais, e divulgação de vagas regionais. Em 2017, o CRF-SP contou com parcerias regionais em 11 seccionais.

3.4.6 Ações de apoio à educação farmacêutica

As ações de apoio à Educação Farmacêutica representam um dos macroprocessos finalísticos do CRF-SP e se dividem em dois tipos: ações orientativas e ações disciplinares.

3.4.6.1 Orientador

Em consonância com o Plano de Gestão da Entidade foram realizadas ações orientativas de apoio à educação farmacêutica para atender as seguintes necessidades: destacar a importância do papel do farmacêutico para a sociedade e de sua atuação ética; promover a divulgação de resoluções relacionadas ao âmbito profissional e à educação farmacêutica. Estas ações do CRF-SP visam contribuir na formação de profissionais conscientes de seu papel social. Para tanto, disponibilizou-se para as Instituições de Ensino Superior (IES) alguns produtos, como, por exemplo, livreto de Ensino de Deontologia e Legislação Farmacêutica e palestras.

✓ **Palestras:** em 2017 foram realizadas 92 palestras, envolvendo 51 IES e 54 ministrantes, conforme detalhado no quadro abaixo, que inclui ainda os temas abordados.

Quadro 24. Palestras nas Instituições de Ensino Superior

Data	Tema	IES
22/03/2017	Atuação do farmacêutico na Saúde Pública	Faculdade Campo Limpo Paulista
08/04/2017	Ética no exercício profissional	Universidade Federal de São Paulo
11/04/2017	As atribuições do Conselho Regional de Farmácia	Universidade Metodista de Piracicaba
12/04/2017	Prescrição de fitoterápicos	Universidade de Sorocaba
17/04/2017	Cuidados farmacêuticos e atuação do profissional em estabelecimentos de saúde	Faculdade de Ciências Sociais de Agrárias de Itapeva
18/04/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Estética	Centro Universitário Teresa D'Ávila
18/04/2017	Introdução à profissão farmacêutica, conceito da profissão, a farmácia como profissão sanitária e a natureza da profissão farmacêutica	Universidade Estadual de Campinas

Continua

Data	Tema	IES
25/04/2017	Atuação do farmacêutico em Homeopatia	Fundação Educacional de Fernandópolis
27/04/2017	Nova postura do farmacêutico frente às atuais realidades do mercado	Fundação Educacional de Fernandópolis
04/05/2017	Uso racional de medicamentos	Fundação Paulista de Tecnologia e Educação
05/05/2017	A importância social do farmacêutico	Universidade Paulista - Campinas
08/05/2017	Atuação do farmacêutico em Indústria	Universidade Paulista - Campinas
10/05/2017	Atuação do farmacêutico em Análises Clínicas e Toxicológicas	Fundação Educacional de Votuporanga
10/05/2017	Consultório farmacêutico	Universidade Metodista de Piracicaba
10/05/2017	Erros pré-analíticos em exames laboratoriais	Universidade São Francisco
10/05/2017	Toxicologia Forense	Universidade Metodista de Piracicaba
10/05/2017	Uso racional de antibióticos e RDC 20/11	Fundação Educacional de Votuporanga
16/05/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Clínica	Faculdade Anhanguera de Taubaté
17/05/2017	Me formei. E agora?	Faculdade da Aldeia de Carapicuíba
17/05/2017	Empregabilidade	Faculdade da Aldeia de Carapicuíba
20/05/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Clínica	Faculdades Integradas de Bauru
24/05/2017	Atuação do farmacêutico em Acupuntura	Faculdades Integradas de Bauru
29/05/2017	Uso racional de medicamentos	Faculdade Sudoeste Paulista
07/06/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Hospitalar	Faculdades Integradas Maria Imaculada
08/08/2017	Medicamentos falsificados	Universidade Estadual de Campinas
11/08/2017	Mudança de postura profissional farmacêutica	Centro Universitário de Votuporanga
14/08/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Clínica	Centro Universitário de Rio Preto
22/08/2017	Atuação do farmacêutico em Análises Clínicas e Toxicológicas	Universidade Federal de São Paulo
24/08/2017	Atuação do farmacêutico em Acupuntura	Universidade Estadual Paulista - Araraquara
29/08/2017	Atuação do farmacêutico em Homeopatia	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
11/09/2017	Uso racional/seguro de medicamentos por idosos	Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio
12/09/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Clínica	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
12/09/2017	Uso racional/seguro de medicamentos por idosos	Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio
18/09/2017	Atuação do farmacêutico na Saúde Pública	Fundação Herminio Ometto - diurno

Continua

Data	Tema	IES
18/09/2017	Atuação do farmacêutico na Saúde Pública	Fundação Herminio Ometto - noturno
21/09/2017	Farmácia clínica e prescrição farmacêutica	Faculdade Campo Limpo Paulista
22/09/2017	Atuação do farmacêutico em Homeopatia	Faculdade Campo Limpo Paulista
23/09/2017	Mudança de postura do profissional farmacêutico: novo cenário de atuação	Faculdades Integradas de Ourinhos
25/09/2017	Atuação do farmacêutico em Homeopatia	Universidade de São Paulo
25/09/2017	Interdisciplinaridade e atenção domiciliar do paciente idoso	Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
25/09/2017	Prescrição farmacêutica	Universidade de Franca
25/09/2017	Prescrição farmacêutica	Centro Universitário São Camilo
25/09/2017	Serviços farmacêuticos e atenção farmacêutica	Universidade Paulista - Limeira
26/09/2017	Atuação do farmacêutico em Fitoterapia	Universidade de Franca
26/09/2017	Prescrição farmacêutica	Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal
27/09/2017	A importância do farmacêutico na gestão de resíduos químicos	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Liberdade
27/09/2017	As novas perspectivas da profissão farmacêutica	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Santo Amaro
27/09/2017	Medicamentos falsificados	Centro Universitário Barão de Mauá
27/09/2017	O farmacêutico que eu quero ser	Universidade Cruzeiro do Sul
27/09/2017	Prescrição farmacêutica	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Liberdade
27/09/2017	Prescrição farmacêutica	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Santo Amaro
28/09/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Clínica	Universidade Braz Cubas
28/09/2017	Atuação do farmacêutico na Pesquisa Clínica	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Liberdade
28/09/2017	Atuação do farmacêutico na Pesquisa Clínica	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Liberdade
28/09/2017	Desafios do novo farmacêutico	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Liberdade
29/09/2017	Atuação do farmacêutico na Saúde Pública	Universidade Cruzeiro do Sul
29/09/2017	Desafios do novo farmacêutico	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Santo Amaro
29/09/2017	Medicamentos falsificados	Universidade Cruzeiro do Sul
29/09/2017	Novas perspectivas no tratamento do Mal de Alzheimer	Faculdades Metropolitanas Unidas - Campus Liberdade
29/09/2017	Prescrição farmacêutica	Faculdades Associadas de Ensino
02/10/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Estética	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
09/10/2017	Atuação do farmacêutico em Indústria	Universidade de Santo Amaro - diurno
09/10/2017	Atuação do farmacêutico em Indústria	Universidade de Santo Amaro - noturno
10/10/2017	Me formei. E agora?	Faculdade de Jaguariúna
10/10/2017	A liberação de agentes anorexígenos no Brasil	Universidade São Francisco

Continua

Data	Tema	IES
10/10/2017	Atuação do farmacêutico em Homeopatia	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
10/10/2017	Prescrição farmacêutica	Universidade Brasil
17/10/2017	Atuação clínica do farmacêutico: aspectos técnicos, éticos e legais	Centro Universitário de Rio Preto
18/10/2017	A importância social do farmacêutico	Faculdade Anhanguera de Jundiá
20/10/2017	Consultório farmacêutico	Fundação Herminio Ometto
23/10/2017	O farmacêutico que eu quero ser	Universidade Presbiteriana Mackenzie
23/10/2017	Prescrição farmacêutica	Universidade Paulista - Limeira
24/10/2017	Medicamentos falsificados	Faculdade de Jaguariúna
26/10/2017	Empregabilidade	Faculdades Integradas Maria Imaculada
27/10/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Hospitalar	Universidade Anhanguera - Campus Belenzinho
27/10/2017	Novas atribuições e responsabilidades do farmacêutico	Universidade Metodista de São Paulo
30/10/2017	Atuação do farmacêutico em Acupuntura	Fundação Herminio Ometto - diurno
30/10/2017	Atuação do farmacêutico em Acupuntura	Fundação Herminio Ometto - noturno
30/10/2017	Introdução a Interpretação de exames laboratoriais	Faculdade de Pindamonhangaba
30/10/2017	Perspectivas de mercado e futuro da profissão farmacêutica	Faculdade de Pindamonhangaba
31/10/2017	A prática da prescrição farmacêutica	Faculdade de Pindamonhangaba
31/10/2017	Medicamentos falsificados	Centro Universitário de Adamantina
01/11/2017	Serviços farmacêuticos e atenção farmacêutica	Centro Universitário de Adamantina
06/11/2017	Atuação do farmacêutico em Fitoterapia	Universidade Anhanguera de Taubaté
07/11/2017	Prescrição farmacêutica	Faculdade Marechal Rondon
07/11/2017	Prescrição farmacêutica	Universidade Paulista - Ribeirão Preto
08/11/2017	Atuação do farmacêutico em Farmácia Clínica	Faculdade Sudoeste Paulista
08/11/2017	Atuação do farmacêutico em Indústria	Universidade Anhanguera de Taubaté
08/11/2017	Interações medicamentosas	Universidade de Marília
09/11/2017	Me formei. E agora?	Faculdade Sudoeste Paulista
09/11/2017	Prescrição farmacêutica	Universidade Paulista - Assis
16/11/2017	Antimicrobianos com foco em pesquisa e desenvolvimento	Faculdade Anhanguera - Campus Campo Limpo

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Além das palestras com os temas especificados no quadro acima, o CRF-SP ministrou em Instituições de IES o tema: “Iniciando minha carreira e buscando

valorização profissional”, atendendo um total de 333 acadêmicos, em 13 IES. Vale destacar, que em 2017, ocorreu um aprimoramento desse projeto. Após treinamento dos diretores regionais do CRF-SP, estes passaram a efetuar as palestras em suas regiões, salvo nos casos daqueles que não conseguiram participar da capacitação. Esta otimização gerou, comparado ao ano de 2016, o aumento do número de palestras efetuadas e de acadêmicos atendidos e a diminuição dos valores gastos para a execução do projeto em 2017.

Em 2016, foram realizadas 7 (sete) palestras que atenderam 154 acadêmicos e teve um custo de R\$ 6.177,63. Já em 2017 o grupo realizou 13 (treze) palestras que atenderam 333 acadêmicos e teve o custo de R\$ 3.412,72. Houve uma redução de cerca de 45% no custo do projeto e um aumento de aproximadamente 120% no número de acadêmicos atendidos, conforme pode ser observado no Quadro 25.

Quadro 25. Dados relativos à palestra “Iniciando minha carreira e buscando valorização profissional”, comparativo 2016 e 2017.

	2016	2017
Palestras realizadas	7	13
Acadêmicos atendidos	154	333
Custo Total do projeto	R\$ 6.177,63	R\$ 3.412,72

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

✓ **Prêmio Paulo Minami:** Com o objetivo de incentivar o desempenho acadêmico e zelar pela formação ética, o CRF-SP criou o Prêmio Paulo Minami. O prêmio consiste na entrega de medalha e certificado aos melhores alunos dos cursos de Farmácia indicados pelas Instituições de Ensino Superior. Em 2017, foram entregues 47 medalhas para formandos de 38 IES.

✓ **Projeto IES Parceira:** foi criado com o objetivo de estreitar os laços entre o CRF-SP e as IES que possuem curso de graduação em Farmácia devidamente autorizado ou reconhecido pelo CNE/MEC ou Conselho Estadual de Educação. Em 2017, a Universidade de Ribeirão Preto, a Universidade Oeste Paulista e as Faculdades Integradas Maria Imaculada participaram do projeto.

3.4.6.2 Disciplinar

Em consonância com o Plano de Gestão da Entidade foram realizadas ações disciplinares de apoio à educação farmacêutica para atender as seguintes

necessidades: contribuir na formação ética de profissionais e zelar pela qualidade da educação farmacêutica. Abaixo apresenta-se as ações realizadas:

✓ **Realização de ações contrárias aos cursos de graduação na modalidade EaD:**

O CRF-SP por entender que a formação do farmacêutico 100% em modalidade EaD pode impactar na atuação do profissional na promoção, recuperação e garantia da saúde da população, visto que é necessário conhecimentos e desenvolvimentos de habilidades e atitudes que devem ser trabalhadas de forma prática e integrada, tomou as seguintes ações:

- Envio de Ofício ao Ministério Público e Secretaria de Defesa do Consumidor;
- Envio da Moção de Repúdio e de Notificação Extrajudicial para recomendar o não oferecimento de cursos de farmácia EaD a todas as IES do Estado de São Paulo;
- Encaminhamento de Ofício ao Ministro de Estado da Educação sobre o não oferecimento de curso EaD em graduação na Farmácia com posicionamento do CRF-SP;
- Envio do modelo de Moção de Repúdio para que os Diretores Regionais apresentassem às autoridades da região (vereadores, prefeitos, presidentes de associações, etc.), que repercutiu na aprovação da Moção de Repúdio por 10 Câmaras Municipais de Vereadores, 01 Conselho Municipal de Saúde e 01 Fórum Regional de Conselhos Municipais de Saúde;
- Divulgação pelos canais de comunicação do CRF-SP (Portal, Revista do Farmacêutico e *facebook*) o posicionamento contrário aos cursos de graduação em Farmácia na modalidade EaD;
- Divulgação do posicionamento do CRF-SP por meio de matérias e entrevistas na imprensa;
- Revisão do parecer contrário aos cursos de graduação em Farmácia na modalidade EaD;
- Elaboração de documento contendo as disciplinas/conteúdos/unidades curriculares que devem ser ministradas presencialmente nos cursos de graduação em Farmácia, publicada posteriormente como Deliberação;

- Elaboração de um documento contendo 10 argumentos contrários à graduação em Farmácia na modalidade EaD para apresentação aos Senadores, Deputados Federais e Estaduais e distribuição em eventos sobre o assunto;

- Participação no Encontro das profissões da área de saúde para debater o EaD na graduação promovido pelo CFF e o Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), com essas ações cumpriu-se a meta estabelecida no projeto 1 do objetivo 5;

- Realização do XI Fórum de Diretrizes Curriculares – Consequências da Graduação em EaD na Formação do Farmacêutico, com a realização desse fórum foi cumprida a meta estabelecida no projeto 2 do objetivo 5;

- Participação em Audiência Pública do Conselho Nacional de Educação na Câmara de Educação Superior;

- Participação na Audiência Pública sobre o PL nº 5414/16 da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados;

- Participação no 23º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância.

✓ **Grupo de Trabalho de Educação do Fórum dos Conselhos e Atividade Fim de Saúde:** durante o ano de 2017 o grupo de trabalho realizou 14 reuniões na Ordinárias na Sede dos Conselhos Profissionais ou na Alesp, e aprofundou as discussões sobre os cursos de graduação 100% a distância na área da saúde. Os 13 conselhos profissionais da área da saúde se posicionaram contrários à realização desses cursos. E, para tentar coibir o funcionamento e a abertura de novos cursos, o grupo criou uma campanha conjunta, publicou Moção de repúdio contra as Instituições de Ensino públicas ou privadas, que mantêm em funcionamento cursos de graduação na área da saúde exclusivamente na modalidade EaD. Realizou o II Encontro Estadual dos Conselhos da Área da Saúde: avaliação do egresso e do progresso. Além disso, apresentou a publicação do PL Alesp nº 52/2017, que proíbe o funcionamento dos cursos de graduação, de nível superior, voltados à formação de profissionais da área de saúde, na modalidade EaD, na sua totalidade, no Estado, e os Projetos de Lei estaduais que tratam sobre o assunto (PL nº 547/16; PL nº 710/16 e PL nº 52/17);

✓ IX Encontro Nacional das Farmácias Universitárias (Enfaruni):

Representantes da Caef participaram do evento supracitado, que ocorreu nos dias 23 a 25 de agosto de 2017, no auditório da Faculdade de Farmácia Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará em Fortaleza – CE, e discutiu a Gestão das Farmácias Universitárias, local de aprendizado para alunos essencial na formação do farmacêutico.

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores apresentados a seguir são utilizados pelo CRF-SP para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance de metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados e dos processos de trabalho, identificar a necessidade de ações corretivas e a implantação de novas ações.

Com relação às diretrizes estabelecidas para o macroprocesso de Fiscalização do Exercício Profissional, estas visam resguardar os interesses da sociedade e da própria autarquia, a partir da apuração de irregularidades envolvendo o exercício profissional que configuram condições de risco à saúde da população.

Conforme previsto pela Resolução do CFF nº 600/14, o farmacêutico fiscal deve cumprir meta de fiscalização diária compreendida de 10 a 15 inspeções. O cumprimento de tal meta é monitorado mensalmente por meio de Mapa Mensal de Produtividade. Neste contexto, foi estabelecido no Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP – Exercício 2017 a meta de fiscalização diária de 10 inspeções por fiscal, totalizando 86.300 termos (82.300 inspeções *in loco* e 4.000 autos de infração à distância). O cumprimento de tal meta é monitorado mensalmente por meio de Mapa Mensal de Produtividade. Para tanto, emprega-se um indicador que demonstra o atendimento à meta de fiscalização normativa de 10 inspeções/dia, tendo como meta 100% de atendimento no referido ano:

Índice de atendimento à meta de fiscalização normativa (%) = (número de lavraturas de termos realizados no corrente ano/ número de lavraturas de termos estimado para o corrente ano) x 100

Foram lavrados 88.137 termos (termos de visita, termos de intimação/auto de infração e autos de infração à distância), sendo que a eficácia alcançada do índice foi de 107,09%. Quando comparado ao exercício de 2016, observamos um aumento

de 8,5% na relação de termos lavrados por fiscal. Em parte, este aumento pode ser justificado pela otimização do trabalho alcançado pela Fiscalização Eletrônica Móvel implantada integralmente em 2017, que facilitou o preenchimento de documentos fiscais, inclusive a realização de orientações farmacêuticas no ato da inspeção, atendendo uma diretriz de Fiscalização Orientativa instituída em 2016 e mantida no referido ano.

O IDF atribuído pela Resolução do CFF nº 600/14 é meramente quantitativo, não reconhecendo ações diferenciadas em prol da qualidade de fiscalização. Tais ações são importantes por conferir qualidade à atividade fiscalizadora, corroborado pelos números de atividades privativas constatadas e orientações farmacêuticas realizadas em 2016.

Analisando os motivos que culminaram na emissão de multas no período de 2014 até 2017, observou-se uma redução na quantidade de autuações envolvendo estabelecimentos sem registro, perante o CRF-SP, e um aumento de autuações por estar sem farmacêutico responsável técnico perante este Regional.

Destaca-se, novamente, o advento da Lei nº 13.021/14, que reafirmou a obrigatoriedade dos estabelecimentos farmacêuticos, públicos e privados, manterem profissional farmacêutico responsável técnico. Com a publicação da referida Lei, os estabelecimentos públicos que até então possuíam amparo judicial para não serem autuados por este Regional foram incluídos gradativamente na fiscalização, acarretando em um aumento de autuações por estar em funcionamento sem farmacêutico responsável técnico, perante o CRF-SP (aumento de 277,23% nos últimos 04 anos).

Com relação ao processo de orientação farmacêutica realizada mediante convocação dos profissionais por demanda interna, realizou-se uma avaliação nas inspeções fiscais posteriores à data de convocação do profissional se o problema abordado durante o atendimento de orientação farmacêutica ainda persistia ou não. Das 1.094 orientações farmacêuticas realizadas na sede ou seccionais do CRF-SP mediante convocações, foi calculada efetividade para 845 das orientações realizadas, uma vez que algumas orientações não foram consideradas no levantamento devido aos seguintes motivos:

- Profissional desvinculou-se da empresa antes de ocorrer nova inspeção fiscal;

- Ausência de nova inspeção fiscal após a data da orientação que avaliasse a não conformidade abordada durante o atendimento de orientação;

- Assuntos tratados em orientação relacionado a denúncias não foram analisados, uma vez que há acompanhamento específicos do Setor de Denúncias para estes casos.

Das 845 não conformidades que geraram Orientações Farmacêuticas, 620 não foram mais constatadas em inspeções fiscais posteriores à data de atendimento do profissional, sendo que a eficácia alcançada do índice foi de 73,37%. Este indicador será utilizado no exercício de 2018 para acompanhamento da meta a ser estabelecida.

Índice de eficácia das Orientações Farmacêuticas realizadas mediante convocação (%) = (número de não conformidades não verificadas em inspeção após Orientação Farmacêutica/número total de não conformidades que geraram Orientação Farmacêutica) x 100

Na Tabela 15 foram relacionadas as não conformidades que geraram a orientação farmacêutica e a eficácia do processo de orientação para cada assunto.

Com relação à diretriz estabelecida para o macroprocesso de Ética Profissional, que visa atingir os interesses da sociedade, do profissional e da própria Autarquia, possui como objetivo primordial o trâmite processual em tempo razoável em atenção ao artigo 5º inciso LXXVIII da Constituição Federal, respeitando-se também os princípios do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal.

Tabela 15. Eficácia do processo de Orientação Farmacêutica mediante convocação dos profissionais por demanda interna.

Assunto da Orientação Farmacêutica	Total	Eficácia (%)
Não prestação de assistência	235	82,1
Ausência de documentos obrigatórios	202	63,4
Não adesão/atraso das transmissões ao SNGPC	112	64,3
Armazenamento inadequado	65	63,1
Fracionamento inadequado	41	90,2
Propaganda em desacordo com a legislação	34	94,1
Impedimento ao ato de fiscalização	27	96,3
Farmacêutico não comunicou vínculo profissional ao CRF-SP	20	70,0
Dispensação de controlados na ausência de farmacêutico	18	88,9
Comercialização de produtos alheios ao ramo	15	26,7
Fornecimento da senha de acesso ao SNGPC a terceiros	11	63,6
Serviços farmacêuticos exercidos por leigo ou realização de serviços não previstos em legislação	11	81,8
Intermediação de Fórmulas	10	70,0
Manipulação por leigo	10	100,0
Estoque mínimo de preparação magistral e Rotulagem Inadequada	9	88,9
Adequação de horários de funcionamento /assistência	7	42,9
Dispensação realizada mediante receituários incompletos	5	100,0
Irregularidades na Escrituração de controlados nos livros	3	66,7
Obrigatoriedade de bula acompanhando medicamentos	3	33,3
Dispensação de medicamento sujeito à prescrição sem apresentação desta	2	100,0
Medicamento/matéria-prima vencido no ato da inspeção, armazenados em local não segregado	2	50,0
Farmacêutico atuando concomitantemente na fiscalização sanitária e em estabelecimento farmacêutico	1	100,0
Ausência de treinamento com a equipe	1	0,0

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

Assim, apesar da punibilidade por falta sujeita a PED prescrever em cinco anos, tem-se como meta que os processos éticos disciplinares sejam apurados nesta instância no prazo máximo de três anos a partir do conhecimento da infração ética profissional pelo Presidente do CRF-SP. Para acompanhamento anual utiliza-se um indicador de Celeridade Processual que demonstra a efetividade do mesmo.

$$\text{Celeridade Processual (\%)} = \left(\frac{\text{n}^\circ \text{ de processos com tempo de trâmite processual superior a 3 anos não julgados}}{\text{n}^\circ \text{ de processos com tempo de trâmite processual superior a 3 anos julgados no corrente ano}} \right) \times 100$$

Tabela 16. Duração máxima do trâmite processual de acordo com ano de instauração.

Ano de Julgamento		Ano de instauração		
		2015	2016	2017
2016	Nº de PED pendentes de julgamento	111	124*	
	Nº de PED julgados	90	18	
	Eficácia	81%	15%	
	Duração máxima do trâmite processual	2 anos	1 ano	
2017	Nº de PED pendentes de julgamento	21	106	201
	Nº de PED julgados	22	93	50
	Eficácia	100%	89,5%	24,9%
	Duração máxima do trâmite processual	3 anos	2 anos	1 ano

*Foram instaurados 126 PED dos quais 1 PED foi impetrado mandado de segurança e está *sub judice* 1 PED anulado.

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Em razão de não haver processos pendentes de julgamento com tempo de trâmite processual superior a três anos obteve-se Celeridade Processual de 100% o que indica que a meta foi atingida. Ressalta-se que o mesmo foi observado em 2016.

O CRF-SP tem como diretriz atender com qualidade os usuários, desta forma, monitora-se por meio do Índice de Satisfação do Usuário se a meta de 80% das respostas serem consideradas satisfatórias foi atingida.

O Índice de Satisfação do Usuário tem como base os resultados de três pesquisas de satisfação realizadas pelo departamento:

1º – Pesquisa realizada por meio de e-mail destinada aos profissionais farmacêuticos que foram atendidos pessoalmente em todas as unidades do CRF-SP (P1). Nesta pesquisa, o tópico “Objetividade e clareza do funcionário” é o indicador utilizado no qual são oferecidas 4 opções de resposta: Excelente, Bom, Regular e Ruim. As opções Excelente e Bom são consideradas respostas satisfatórias.

2º – Pesquisa realizada por meio de e-mail destinada aos profissionais farmacêuticos que foram atendidos via telefone na Sede do CRF-SP (P2). Nesta pesquisa a pergunta “Dê uma nota de 1 a 5 para o atendimento realizado, sendo 5 a melhor nota” é o indicador utilizado, no qual são oferecidas as opções de nota 1, a pior e 5, a melhor. As notas 4 e 5 serão os indicadores de satisfação nesta pesquisa.

3º – Pesquisa realizada por meio do serviço de *chat* do CRF-SP (P3), o usuário é convidado a responder uma pesquisa no final do atendimento, no qual ele pode responder a seguinte pergunta “Qual a sua nota para o atendimento? De 1 a 5, sendo 5 a melhor nota” é o indicador utilizado, no qual são oferecidas as opções de

nota 1, a pior e 5, a melhor. As notas 4 e 5 serão os indicadores de satisfação nesta pesquisa.

Após coletadas as informações, é feita a média ponderada de cada resultado usando como critério de ponderação a quantidade de pesquisas realizadas por cada meio, assim, chegando ao Índice de Satisfação do Usuário. A média ponderada é expressa pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Satisfação do Usuário (\%)} = (P1*N1) + (P2*N2) + (P3*N3) / T$$

Legenda: P1 = Percentual de satisfação da pesquisa 1; P2 = Percentual de satisfação da pesquisa 2; P3 = Percentual de satisfação da pesquisa 3; N1 = Quantidade de respostas da pesquisa 1; N2 = Quantidade de respostas da pesquisa 2; N3 = Quantidade de respostas da pesquisa 3; T = N1+N2+N3 = Total de pesquisas respondidas.

Em 2017, 2.713 farmacêuticos que foram atendidos pessoalmente responderam à pesquisa de satisfação enviada por e-mail, sendo que o resultado de satisfação foi de 96,07%. Após o atendimento telefônico, participaram da pesquisa 871 profissionais farmacêuticos, sendo que 84,66% atribuíram nota que correspondem a satisfação. Após o atendimento via *chat*, a pesquisa de satisfação foi respondida por 8.957 pessoas, dos quais, 76,19% demonstraram estarem satisfeitas.

No ano de 2017, atingiu-se o Índice de Satisfação do Usuário de 81,08%, superando em 1,08% a meta para o respectivo período.

Com relação à diminuição de prazo de emissão de Certidão de Regularidade (CR), o indicador utilizado foi o PECCR - Prazo de Emissão da Certidão de Regularidade. Não foram consideradas as Pessoas Jurídicas que solicitaram Renovação de CR pelo atendimento eletrônico, cujas as solicitações foram indeferidas.

Para efeito de cálculo, determinou-se o número de dias existentes entre a autenticação do protocolo e a expedição da CR e enquadrados em um dos 4 períodos, a saber:

- ✓ Expedido no 1º ou 2º dia – excelente (E)
- ✓ Expedido no 3º ou 4º dia – bom (B)
- ✓ Expedido no 5ª dia – regular (R)
- ✓ Expedido do 6º dia em diante – crítico (C)

Os protocolos com autenticação na sexta-feira tiveram mais 2 dias na contagem da tramitação (sábado e domingo), portanto, embora pudessem estar no prazo real correspondente a (E), entraram na classificação (B) porque não foram expedidos no 1º ou 2º dia; cerca de 2% dos pedidos de renovação pelo atendimento eletrônico necessitaram de visita fiscal para finalização da análise, cujo prazo, em média, é de 30 dias, portanto, estes entraram na classificação (C).

Para cálculo da eficácia do procedimento foi aplicada a seguinte fórmula, para cada um dos critérios de classificação de prazo de emissão:

$$PECR (\%) = (n^\circ \text{ total de CR emitidas no mês de amostragem} / n^\circ \text{ de CR classificadas pelo critério de prazo de emissão}) \times 100$$

O número de certidões emitidas para o período de 01/05/17 a 30/05/17 foi 367, distribuídas de acordo com o critério de prazo de expedição da seguinte forma:

✓ Total de E = 82,28%

✓ Total de B= 16,35%

✓ Total de R= 0,30%

✓ Total de C = 1,08%

Esse resultado atende parcialmente a meta, visto que 1,38% das certidões foram emitidas em prazo superior a 72 horas, porém 1,08% desses casos possuem justificativas aceitáveis para o prazo de emissão, pois se tratavam de casos em que foi necessário solicitar inspeção fiscal e aguardar o resultado.

Vale ressaltar que em 2017, 7,09% do total de solicitações de Certidão de Regularidade foram emitidos em menos de 24 horas. Portanto, o indicador de PECR será avaliado visando considerar a possibilidade de incluir a referência E+ que corresponderá às Certidões de Regularidade emitidas no mesmo dia.

Preocupado com a capacitação técnica dos profissionais em razão dos benefícios a serem proporcionados à sociedade, o CRF-SP objetiva a capilaridade das suas capacitações ofertadas aos farmacêuticos.

Sendo assim, para atingir os objetivos das ações promovidas para o farmacêutico, com destaque aos cursos à distância (EaD), disponibilizados aos profissionais inscritos no CRF-SP pela *internet*, foram analisados dois aspectos: a) temas disponibilizados e b) índice de aplicabilidade do tema relacionado à realidade profissional, estabelecendo-se duas metas anuais:

- ✓ Aumento de dois temas por ano.
- ✓ Índice igual ou maior que 80% a aplicabilidade do tema à realidade

profissional.

a. Temas disponibilizados

Quadro 26. Temas de cursos à distância disponibilizados aos profissionais inscritos no CRF-SP de 2014 a 2017.

Ano	Tema
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos adversos e farmacovigilância
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos adversos e farmacovigilância • Prescrição farmacêutica - introdução
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Casos práticos em infrações sanitárias • Cuidados farmacêuticos em pacientes com hipertensão • Eventos adversos e farmacovigilância • Prescrição farmacêutica - introdução
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de exames laboratoriais para acompanhamento Farmacoterapêutico • Boas práticas em farmácia homeopática • Casos práticos em infrações sanitárias • Cuidados farmacêuticos em pacientes com asma e DPOC • Cuidados farmacêuticos em pacientes com diabetes • Cuidados farmacêuticos em pacientes com febre • Cuidados farmacêuticos em pacientes com hipertensão • Cuidados farmacêuticos na saúde do idoso • Eventos adversos e farmacovigilância • Medicamentos sob controle especial e antimicrobianos com ênfase no SNGPC • Portaria nº344/98 e suas atualizações • Prescrição farmacêutica - introdução

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

b. Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional

Após a realização de cada curso, os participantes foram convidados a responder uma pesquisa de satisfação. Para a medição foram consideradas as respostas à seguinte questão: - O conhecimento adquirido é aplicável (útil) à sua realidade profissional?

Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional (%) = (nº de respostas positivas / total de respostas) x 100

Tabela 17. Índice de aplicabilidade do tema à realidade profissional.

Ano	Índice de aplicabilidade
2014	100%
2015	97%
2016	94%
2017	100%

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Os dados obtidos permitem observar que a meta foi atingida e ocorreu aumento em dois temas no ano de 2017, relativo ao ano anterior. Vale destacar que a meta de índice igual ou maior que 80% na aplicabilidade do tema à realidade profissional foi atingida para todos os temas.

O aumento do número de temas disponibilizados para salvaguardar a saúde da população e os altos índices de aplicabilidade à realidade profissional indicam que as capacitações técnicas contribuem para o aprimoramento e melhor atuação do profissional e com isso, aprimora o atendimento à população.

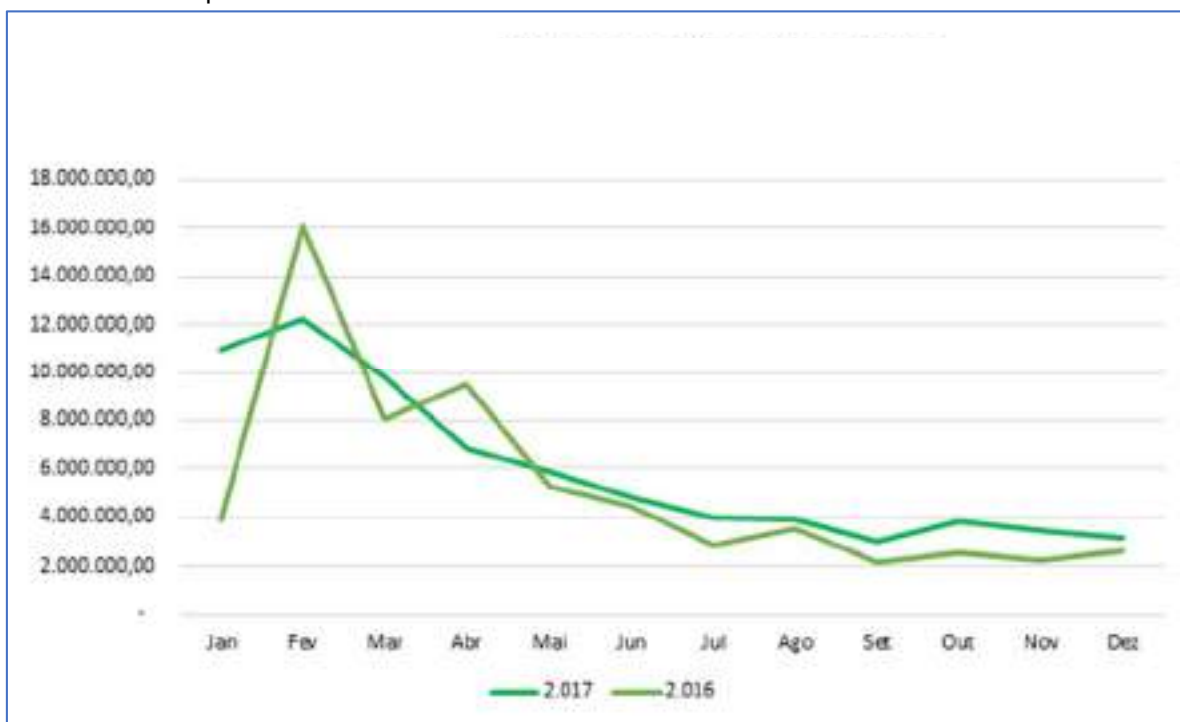
3.5.1 Análise e Indicadores de desempenho econômico-financeiro

As receitas arrecadadas alcançaram em 2017 a cifra de R\$ 71.941.359,00 o que correspondeu a uma evolução de R\$ 8.698.177,76 ou 13,75% em relação à 2016, principalmente decorrente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.155.278,73 ou 5,85 % e, incremento em Outras Receitas Correntes (nestas compreendidas inclusive a Dívida Ativa (Administrativa e Judicial) no importe de R\$ 5.444.146,97 ou 40,95% no período 2017/2016.

O incremento na arrecadação da Dívida Ativa (Administrativa e Judicial) refletiu especialmente as mudanças implementadas com cisão do departamento jurídico, criando o departamento de Dívida Ativa, e revisão das diretrizes do departamento de Negociação de Dívidas (antigo departamento de Cobrança) que objetivaram o aumento de arrecadação e redução da inadimplência. Estes Departamentos ficaram sob a gestão da Gerência Geral Financeira, Contábil e de Dívida Ativa criada em 20 de fevereiro de 2017.

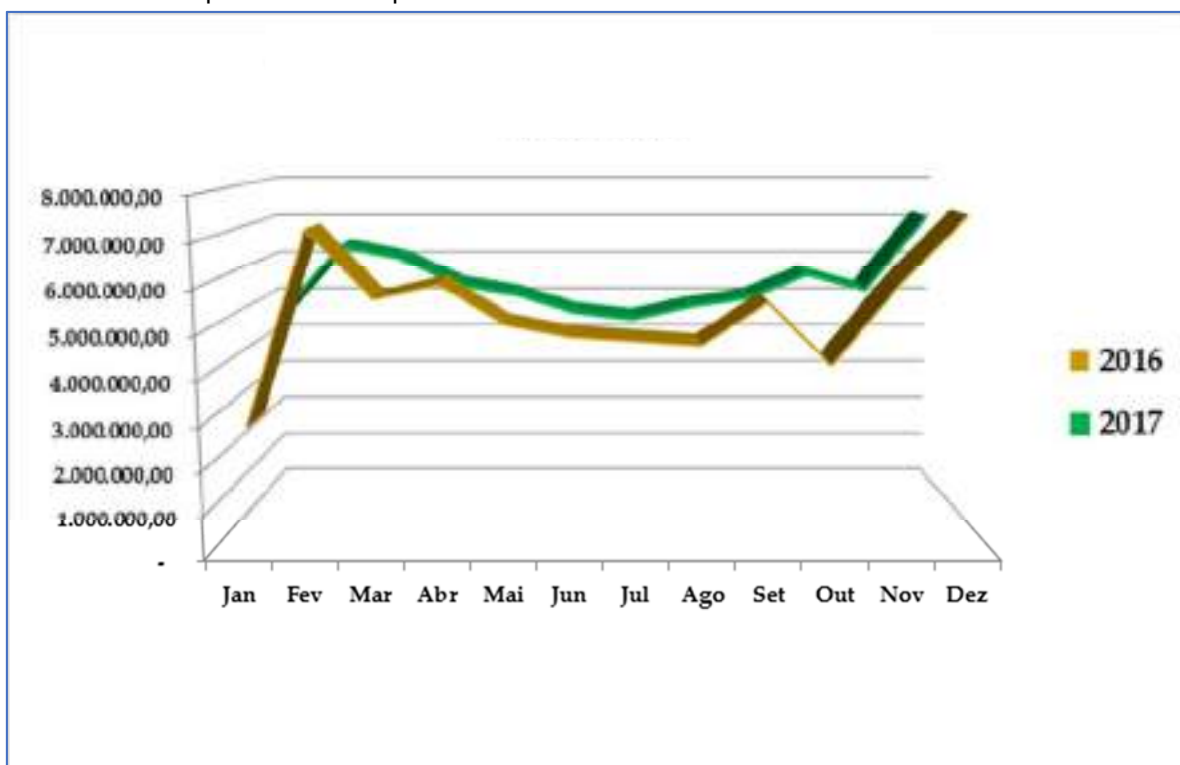
As despesas empenhadas pela entidade alcançaram em 2017 a cifra de R\$ 68.426.702,53 ante aos R\$ 66.278.047,26 de 2016, com crescimento de 3,24 % em relação a 2016, principalmente representada pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.317.468,07 – 6,91% no período 2017/2016. Justifica-se a relação percentual acima, o fato da redução de R\$ 2.147.458,30 – 144,03%, de 2017 em relação a 2016, dos gastos com Investimentos.

Gráfico 18. Comparativo de Receitas 2016/2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 19. Comparativo de Despesas 2016/2017.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

O CRF-SP possui como instância máxima seu Plenário, composto por quinze conselheiros, sendo treze efetivos e dois suplentes, e será composto de dezoito conselheiros sendo quinze efetivos e três suplentes a razão de um por período de mandato. As atribuições estão previstas no Regimento Interno desta autarquia da seguinte forma:

Art. 9º - Compete privativamente ao Plenário, como órgão deliberativo dirigido pelo Presidente do CRF-SP, além daquelas atribuições pertinentes colacionadas no artigo 10 da Lei Federal nº 3.820/60:

- I - Elaborar e aprovar as normas de funcionamento de suas reuniões;
- II - Zelar pela execução de suas atribuições, definidas em leis e nas resoluções do Conselho Federal de Farmácia e neste Regimento;
- III – Criar Câmaras Técnicas de julgamento, com a participação de, ao menos, um membro da Diretoria, para apreciar e emitir pareceres nos processos administrativos fiscais;
- IV - Appreciar e julgar os pareceres das Comissões;
- V - Decidir sobre a suspensão do Presidente à deliberação do Plenário;
- VI – Aprovar as propostas da Diretoria de criação de seccionais ou sub sedes na área de sua competência administrativa;
- VII - Appreciar e julgar os processos administrativos de sua competência, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60;
- VIII - Deliberar sobre as penalidades de sua competência previstas em lei, bem como a sua aplicação;
- IX - Deliberar sobre pedidos de inscrição;
- X - Deliberar sobre a aquisição, alienação e doação de bens imóveis referentes ao patrimônio do Conselho Regional de Farmácia, quando o valor ultrapasse o limite da dispensa de licitação;

- XI - Apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Conselho Regional de Farmácia e suas alterações, submetendo-as à aprovação do Conselho Federal de Farmácia;
- XII - Apreciar e julgar os balancetes trimestrais, o relatório e a prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia, mesmo nas excepcionais hipóteses de intempestividade, impossibilidade ou negativa de análise pela Comissão de Tomada de Contas, o que deverá ser expressamente justificado pelo gestor, submetendo-os posteriormente à análise do Conselho Federal de Farmácia;
- XIII - Eleger, dentre seus próprios membros efetivos, a Comissão de Tomada de Contas;
- XIV - Aprovar o plano anual da fiscalização apresentado pela Diretoria;
- XV – Suscitar conflito de competência perante o Conselho Federal de Farmácia referente às suas atividades de registro e fiscalização, em relação a outro Conselho Regional de Farmácia, observados os limites territoriais dos Estados a que pertencerem;
- XVI - Deliberar sobre conflito de atribuição, suspeição ou impedimento entre relatores;
- XVII - Decidir sobre assunto não incluído expressamente na competência das câmaras técnicas especializadas;
- XVIII - Sugerir propostas relativas a projetos de lei ou providências para o aprimoramento da profissão farmacêutica ou atualização de suas normas, remetendo-as ao Conselho Federal de Farmácia, quando de âmbito federal, ou, ainda, enviando-as ao Poder Legislativo da esfera competente;
- XIX - Decidir sobre viagens e gastos de Diretores, Conselheiros, Colaboradores ou empregados ao exterior, desde que representando a autarquia, respeitadas as disposições legais vigentes;
- XX - Cassar ou afastar temporariamente das funções de Conselheiro ou Diretor aqueles que não cumprirem este Regimento Interno, as Resoluções do Conselho Federal de Farmácia, observando-se o direito

ao devido processo legal e ampla defesa, além do quórum mínimo necessário;

XXI - Deliberar sobre processos submetidos pelo relator ou pelas câmaras técnicas especializadas;

§ 1º - As decisões do Plenário se darão sob a forma de deliberações a serem editadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias da aprovação de cada ato, na forma estabelecida pela Resolução nº 90/70 ou outra que a substituir, devendo ser publicadas no átrio do Conselho Regional de Farmácia ou no seu sítio eletrônico e, quando necessário ou exigido por lei, no Diário Oficial da União ou no órgão de Imprensa Oficial no âmbito da competência do Conselho Regional de Farmácia.

§ 2º - A cassação ou o afastamento temporário de Diretor ou Conselheiro exige o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

Integram-se a este as Comissões de caráter permanente ou temporário e as Câmaras Técnicas Especializadas.

Governança, em fase inicial de estruturação, tem apoio na gestão de riscos e controles internos das áreas do CRF-SP que permitem à Alta Administração a adequada avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão.

4.1.1 Diretoria

A Diretoria do CRF-SP é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro, todos profissionais eleitos nos termos do artigo 12 da Lei nº 3.820/60, e cujas atribuições estão elencadas no Regimento Interno da autarquia da seguinte forma:

Art. 30 - São atribuições da Diretoria:

I - promover os atos de administração e gestão do Conselho Regional de Farmácia;

II - cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário;

III - assinar as atas de suas reuniões;

IV - nomear membros das Comissões Assessoras, escolhidos dentre os farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia, integrantes ou não do Plenário, exceto os da Comissão de Tomada de Contas;

V - indicar o supervisor farmacêutico fiscal do setor de fiscalização, quando se fizer necessário;

VI - admitir e dispensar o pessoal necessário ao serviço do Conselho Regional de Farmácia;

VII - propor a criação de seccionais ou sub sedes na área de competência do Conselho Regional de Farmácia, bem como nomear os respectivos coordenadores Diretores Regionais;

VIII - apresentar ao Plenário do Conselho Regional de Farmácia para apreciação e julgamento, os processos relativos:

a) à proposta orçamentária para o exercício seguinte e suas alterações durante o ano;

b) aos balancetes trimestrais;

c) ao relatório bianual de gestão;

d) à prestação de suas contas, todas organizadas de acordo com os atos normativos ou recomendações do Conselho Federal de Farmácia, com observância dos padrões estabelecidos e dos prazos fixados;

IX - analisar e encaminhar ao Plenário os pareceres e as decisões das Comissões;

X - analisar e encaminhar ao Plenário o plano anual de fiscalização.

Art. 31 - Compete ao Presidente, além da responsabilidade administrativa do Conselho Regional de Farmácia e do contato permanente com o Conselho Federal de Farmácia:

I - representar o Conselho Regional de Farmácia, adotando providências compatíveis com as suas atribuições e os interesses da profissão, podendo designar profissionais ou servidores para atuar junto a órgãos ou autoridades públicas ou particulares, para solução de casos específicos, ressalvada a hierarquia do Conselho Federal de Farmácia definida na Lei Federal nº 3.820/60;

II - outorgar procurações para a defesa dos interesses do Conselho Regional de Farmácia junto aos órgãos do Poder Judiciário;

III - zelar pelas prerrogativas do Conselho Regional de Farmácia, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60 e deste Regimento Interno;

- IV - presidir as sessões plenárias e as reuniões da Diretoria;
- V - convocar reuniões ordinárias ou extraordinárias do Plenário;
- VI - resolver questões de ordem e requerimentos que lhes sejam formulados, sem prejuízo de reapreciação pelo Plenário;
- VII - proferir voto de desempate em processos submetidos ao Plenário;
- VIII - proceder à distribuição dos processos, mediante sorteio, designando relatores substitutos, se necessário;
- IX - despachar os processos e documentos urgentes e determinar a realização de inspeção na hipótese de afastamento legal do relator, quando não houver substituto;
- X - decidir "ad referendum" do Plenário quando configurada a hipótese de urgência ou perecimento de direito, submetendo tal decisão ao Plenário do Conselho Regional de Farmácia no prazo de 30 (trinta) dias;
- XI - promover os pedidos formulados de vista e de cópia de processo;
- XII - decidir, com base na legislação aplicável, sobre pedido de sustentação oral relativo a processo a ser submetido ao Plenário;
- XIII - expedir certidões requeridas;
- XIV - dar posse aos membros da Comissão de Tomada de Contas;
- XV - definir a composição das câmaras técnicas especializadas, as comissões temporárias e permanentes, à exceção da tomada de contas;
- XVI - designar os assessores ou empregados para atuarem, em caráter permanente, junto às câmaras ou comissões do Conselho;
- XVII - nomear empregados, efetivos ou não, para desempenho de funções comissionadas do quadro de pessoal do Conselho Regional de Farmácia;
- XVIII - administrar os recursos humanos, materiais, tecnológicos, orçamentários e financeiros do Conselho Regional de Farmácia;
- XIX - remeter à entidade competente, no prazo previsto, a proposta orçamentária para o exercício seguinte, aprovada pelo Plenário do Conselho Regional de Farmácia;
- XX - assinar acordos e convênios de cooperação;
- XXI - mandar instaurar inquéritos, sindicâncias ou processos administrativos;

XXII - admitir, demitir e punir os empregados efetivos e funções de livre nomeação e exoneração do Conselho Regional de Farmácia, com aprovação da Diretoria;

XXIII - assinar, juntamente com o Tesoureiro, todos os documentos contábeis que envolvam direitos ou obrigações do Conselho Regional de Farmácia;

XXIV - assinar documentos referentes ao CRF-SP, inclusive procurações, cujo objetivo não seja abrangido pelo disposto no inciso anterior e, juntamente com o Secretário-Geral, as atas das reuniões Plenárias dos Conselhos Regionais de Farmácia;

XXV - assinar a correspondência que, pela natureza, deva ser subscrita pelo Presidente;

XXVI - dar ciência ao Plenário dos expedientes de interesse geral e do segmento profissional farmacêutico;

XXVII - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Plenário;

XXVIII - dar conhecimento e cumprimento às resoluções do Conselho Federal de Farmácia, firmando os atos de sua execução;

XXIX - assinar as deliberações do plenário e promover sua publicação no átrio, no sítio eletrônico do Conselho Regional de Farmácia e, quando necessário, na Imprensa Oficial;

XXX - suspender decisões do Plenário no prazo de 15 (quinze) dias a contar a partir do primeiro dia útil da realização da reunião, convocando-o no prazo de 30 (trinta) dias para deliberação;

XXXI - recorrer com efeito suspensivo ao Conselho Federal de Farmácia contra a decisão do Plenário que rejeitar a suspensão;

XXXII - proceder, nos termos das normativas em vigor, a remessa ao Conselho Federal de Farmácia, da receita prevista no artigo 26 da Lei Federal nº 3.820/60.

Art. 32 - Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nos seus impedimentos e ausências ocasionais, por motivo de cassação, licença, férias ou afastamento legal, e sucedê-lo no restante do mandato, no caso de vacância;

II - executar as atribuições que lhe forem deferidas pelo Plenário ou pela Diretoria;

III - supervisionar as ações de fiscalização do exercício profissional.

Art. 33 - Compete ao Secretário-Geral, além das gestões dos serviços administrativos internos:

I - substituir o Vice-Presidente ou o Tesoureiro, nos seus impedimentos e ausências ocasionais;

II - responder pelo expediente do Conselho Regional de Farmácia;

III - secretariar as reuniões plenárias e as da Diretoria, elaborando seus atos preparatórios, suas atas e decisões, providenciando os encaminhamentos devidos e a respectiva publicação, quando for o caso;

IV - solicitar ao Presidente os atos de nomeação do pessoal necessário aos serviços da secretaria;

V - organizar o cadastro dos profissionais inscritos no Conselho, bem como das empresas, mantendo-o atualizado e remetendo-o ao Conselho Federal de Farmácia;

VI - executar outras atribuições que lhe forem deferidas pelo Plenário ou pela Diretoria.

Art. 34 - Compete ao Tesoureiro, além da gestão financeira do Conselho Regional de Farmácia, em obediência às normas de Contabilidade Pública:

I - fiscalizar a arrecadação da receita e a realização da despesa, além de preparar o orçamento anual e elaborar as contas do exercício;

II - assinar, juntamente com o Presidente, todos os documentos de conteúdo econômico que importem em responsabilidade para o Conselho Regional de Farmácia, ou desonerem terceiros de obrigação financeira para com ele, inclusive cheques, contratos, títulos e quaisquer outros papéis, bem como a correspondência relativa ao setor;

III - conferir a demonstração mensal das rendas recebidas pelo Conselho Regional de Farmácia;

IV - examinar os processos de prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia, para atendimento das disposições em vigor;

V - solicitar ao Presidente os atos de nomeação do pessoal necessário à execução dos serviços da Tesouraria;

VI - substituir o Secretário-Geral nos seus impedimentos e ausências ocasionais;

VII - executar as atribuições que lhe forem outorgadas pela Diretoria.

A Diretoria e os Conselheiros regionais possuem, respectivamente, um mandato de dois e quatro anos. Em São Paulo, o Conselho possui diretores regionais, farmacêuticos que representam o CRF-SP nas 28 Seccionais do Estado, sendo todas essas atividades exercidas voluntariamente.

4.1.2 Comissão de Tomada de Contas

A Comissão é constituída de 3 membros efetivos e, pelo menos, 1 suplente, todos Conselheiros Efetivos sem cargo na Diretoria, eleitos pelo Plenário para fiscalizar, examinar e emitir parecer sobre as contas do respectivo exercício para o qual foram eleitos, cabendo aos integrantes a escolha do seu Presidente, conforme estabelecido pelo Regimento Interno, em seu artigo 36. A Comissão de Tomada de Contas foi eleita pelo Plenário na primeira Reunião Plenária Ordinária em 18 de janeiro de 2016 com mandato equivalente ao período de gestão da Diretoria eleita.

A Comissão se reúne mensalmente ou em periodicidade diferente de acordo com a demanda.

4.1.3 Superintendência

A Superintendência define diretrizes sob a orientação da Diretoria do CRF-SP visando o cumprimento dos objetivos estratégicos, dirige, organiza, orienta e coordena as unidades administrativas da Entidade facilitando o processo de tomada de decisões e o cumprimento do Plano de Trabalho estabelecido e aprovado pelo Plenário.

Acompanha o desenvolvimento das ações e resultados obtidos, monitorando a qualidade dos serviços oferecidos, além de representar a Diretoria e a Entidade quando designada.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Relação dos agentes responsáveis pela entidade:

Pedro Eduardo Menegasso – CRF 14.010

Presidente – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2014/2017

e-mail: menegasso@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: x.xxx.xxx-x

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013 e Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2015.

Raquel Cristina Delfini Rizzi Grecchi – CRF 13.146

Vice-presidente – mandato 2016/2017

Conselheira Efetiva – mandato 2014/2017

e-mail: raquel.cristina@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: x.xxx.xxx-x

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013 e Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2015.

Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Junior - CRF 13.9195

Secretário Geral – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: antonio.santos@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: xx.xxx.xxx

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 07 de dezembro de 2015.

Marcos Machado Ferreira - CRF 32.635

Diretor-tesoureiro – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2015 / 2018

e-mail: marcos.ferreira@crfsp.org.br

CPF: xxx.xxx.xxx-xx

RG: xxxxxxxx

Investidura: Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2013 e Ata da 11ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2015.

Relação de conselheiros do CRF-SP:

Pedro Eduardo Menegasso – CRF 14.010

Presidente – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2014/2017

e-mail: menegasso@crfsp.org.br

Raquel Cristina Delfini Rizzi Grecchi – CRF 13.146

Vice-Presidente – mandato 2016/2017

Conselheira Efetiva – mandato 2014/2017

e-mail: raquel.cristina@crfsp.org.br

Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr. CRF 13.195

Secretário Geral – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2016/2019

e-mail: antonio.santos@crfsp.org.br

Marcos Machado Ferreira CRF 32.635

Diretor Tesoureiro – mandato 2016/2017

Conselheiro Efetivo – mandato 2015/2018

e-mail: marcos.ferreira@crfsp.org.br

Cecília Leico Shimoda - CRF 10.100

Conselheira Efetiva – mandato 2015 / 2018

e-mail: cecilia.shimoda@crfsp.org.br

Célia Tanigaki - CRF 44.604

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: celia.tanigaki@crfsp.org.br

Claudia Aparecida De Mello Montanari CRF 16.594

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: claudia.montanari@crfsp.org.br

Danyelle Cristine Marini de Moraes CRF 25.937

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

E-mail: danyelle.marine@crfsp.org.br

Fábio Ribeiro da Silva – CRF 18.331

Conselheiro Efetivo – mandato 2015 / 2018

e-mail: fabio.silva@crfsp.org.br

Israel Murakami – CRF 21.228

Conselheiro Efetivo – mandato 2014/2017

e-mail: israel.murakami@crfsp.org.br

Luciana Canetto Fernandes – CRF 18.989

Conselheira Efetiva - mandato 2015/2018

e-mail: luciana.canetto@crfsp.org.br

Maria Fernanda Carvalho – CRF 11.828

Conselheira Efetiva – mandato 2014/2017

e-mail: maria.carvalho@crfsp.org.br

Priscila Nogueira Camacho Dejuste - CRF 23.919

Conselheira Efetiva – mandato 2016/2019

e-mail: priscila.dejuste@crfsp.org.br

Suplentes

Adriano Falvo – CRF 21.544

Conselheiro Efetivo – mandato 2016/2019

e-mail: adriano.falvo@crfsp.org.br

Rosana Matsumi Kagesawa Motta – CRF 17.593

Conselheira Suplente – mandato 2014/2017

e-mail: rosana.motta@crfsp.org.br

Conselheiros Federais

Marcelo Polacow Bisson – CRF 13.573

Conselheiro Federal – mandato 2016 a 2019

e-mail: marcelo.polacow@crfsp.org.br

Margarete Akemi Kishi – CRF 11.481

Conselheira Federal suplente – mandato 2016 a 2019

e-mail: margarete.kishi@crfsp.org.br

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A entidade não possui auditoria interna, entretanto a auditoria é realizada pelo CFF presencialmente ao menos uma vez ao ano, com intuito de verificar as contas de exercícios anteriores. O exercício de 2017 ainda não foi objeto de Auditoria pelo CFF.

O procedimento adotado no CRF-SP está previsto na Resolução do CFF nº 531/10, cabendo ainda, à Comissão de Tomada de Contas a função de fiscalizar, examinar e emitir parecer sobre as contas da entidade.

A implantação de controle interno, previsto no Art. 35, foi iniciada por meio da Consultoria prestada pela FIPE em 2016. No exercício de 2017, em razão da substituição das lideranças do departamento de Controladoria e da aprovação pelo Plenário das recomendações contidas no relatório de diagnóstico de departamento a área foi dividida em Contabilidade e Financeiro e deu-se início a revisão das atividades desenvolvidas e normativas utilizadas pelas áreas, para posterior aprimoramento da auditoria interna. Este por sua vez, foi postergado inicialmente para o segundo semestre de 2017. Posteriormente, face a proposta de reestruturação da Governança pela Diretoria no final de 2017, postergado para 2018.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Quando verificado qualquer ilícito administrativo, instaura-se o competente processo administrativo disciplinar a fim de apurar eventual falta, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Deliberação nº 17, de 08

de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE), de 12 de agosto de 2016, Poder Executivo - Seção I, pág. 134/135.

4.4.1 Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

Considerando o poder diretivo do CRF-SP, no que concerne às relações de emprego mantidas com os seus profissionais contratados mediante concursos públicos/processos seletivos, no sentido de disciplinar as condutas e punir desvios atinentes ao âmbito do trabalho, foi aprovada a Portaria nº 18, de 15 de agosto de 2016, que instituiu o Código de Conduta, assim como a Deliberação nº 17, de 08 de agosto de 2016, que instituiu o regime disciplinar para apurar eventuais transgressões.

No ano de 2017, foram concluídos três PADs, sendo um com pena de suspensão de três dias corridos, um arquivado por desligamento do funcionário e um arquivado por inconsistências no processo. Ainda há um PAD em tramitação.

4.5 Gestão de riscos e controles internos

Visando a fiscalização ininterrupta em todo o Estado, o Departamento de Fiscalização conta com 2 fiscais itinerantes destinados a cobrir eventuais ausências (férias, afastamentos etc.) de fiscais nas 44 áreas de fiscalização. Eventualmente, há o remanejamento para reforçar a ação de fiscalização em regiões com déficit de assistência farmacêutica.

O gerenciamento de risco atrelado ao cumprimento do Plano Anual de Fiscalização é realizado pela gerência e coordenadoria externa de fiscalização mediante avaliação do IDF mensal, intensificação da fiscalização em estabelecimentos irregulares e adequação gradativa das áreas de fiscalização.

Além das capacitações técnicas ao quadro de fiscais, manteve-se o acompanhamento mensal realizado pelos coordenadores do Departamento de Fiscalização acerca do cumprimento de prazo das inspeções demandadas, conclusão da rotina de fiscalização, erros envolvidos na lavratura de documentos fiscais, dentre outros, sendo que os descumprimentos são tabulados em planilhas individuais por fiscal para controle e adoção das medidas corretivas necessárias.

Com o objetivo de dar maior celeridade no andamento dos processos protocolizados no CRF-SP, evitando exigências posteriores aos protocolos, assim

como, de cumprir o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 5º do Decreto nº 9.094/2017, o departamento de atendimento conta com procedimentos padronizados a serem observados pelos agentes administrativos do serviço de protocolos. Já no ato de recepção do protocolo, o funcionário realiza pré-análise do processo, emitindo exigência por escrito quando os documentos apresentados, ou outras providências a serem tomadas pelo requerente, não são suficientes para sua tramitação. Em 2017, o número de protocolos autenticados foi de 95.936. O número de exigências pré-protocolos foi de 12.033, conforme disposto na tabela 4. Isso significa que 12,54% dos processos sofreriam exigência pós protocolo, que poderiam gerar morosidade na tramitação, se não houvesse a análise prévia no ato do serviço de protocolo. Este resultado foi semelhante ao de 2016, que resultou em 11,57%, se considerarmos o número de protocolos autenticados. Apesar da complexidade dos processos do CRF-SP e da ausência de padrões de qualidade para este tipo de serviço, nota-se que as instruções para os protocolos disponibilizadas para os usuários no site do CRF-SP podem ser melhoradas, assim como, a disponibilização de serviços eletrônicos.

Considerando a importância de manter a qualidade do serviço de protocolo, o CRF-SP conta com o monitoramento de não-conformidades. Portanto, quando o funcionário do atendimento não percebe a ausência de algum documento ou outro fato disposto nas instruções de trabalho, que inviabilize a tramitação do processo, o departamento responsável pela tramitação dos processos devolve ao atendimento com exigência, para que o funcionário que realizou a análise no serviço de protocolo, possa entrar em contato com o solicitante para resolver a pendência. Também é realizado o monitoramento do trabalho, no que se refere a dados internos, que não interferem substancialmente na tramitação do processo, mas que podem gerar algum tipo de retrabalho, tais como, erros de digitação nas observações do protocolo, erro na escolha do departamento destino do protocolo, entre outros.

Com relação às exigências pós-protocolos, considerando 1.557 exigências, podemos afirmar que em 2017, 1,62% dos processos houve maior tempo de tramitação e finalização da solicitação, tendo em vista que houve necessidade de contato com o usuário para resolver pendência. O resultado foi melhor que 2016, que resultou em 1,89%, ao considerarmos o número de protocolos autenticados.

Considerando a complexidade dos processos e os fatores externos e internos, pode-se afirmar que os resultados em 2017 foram satisfatórios.

A fim de diminuir o tempo para finalização do processo que sofre exigência pós-protocolo e resolver as pendências, o funcionário que fez o primeiro contato com o usuário no serviço de protocolo, entra em contato com o requerente por telefone ou e-mail avisando sobre a exigência e passando as orientações necessárias, concedendo um prazo ao usuário para cumprimento da exigência. Findo o prazo, se o requerente não cumpriu a exigência, o setor de exigências envia ofício por escrito, concedendo um novo prazo. Na hipótese de não cumprimento no prazo estabelecido no ofício, o protocolo é cancelado e arquivado. Em 2017, das 1.557 exigências, 1.381 foram resolvidas por telefone ou e-mail, o que corresponde a 88,7%. Somente em 176 casos foi necessário oficiar os interessados, dos quais 52 não cumpriram exigência do ofício e tiveram o protocolo cancelado, o que corresponde a 3,3%, resultado semelhante ao obtido em 2016 (3,2%). Diante dos resultados obtidos, conclui-se que o tratamento imediato das exigências por telefone e e-mail, continua sendo um meio eficaz na resolução das pendências no trâmite de documentos.

Tabela 18: Comparativo de número de exigências 2016 *versus* 2017

Tipo de Exigência	2016	2017	Diferença
Exigência pré-protocolo	11,57%	12,54%	0,97%
Exigência pós-protocolo	1,89%	1,62%	-0,27%

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Visando implantar, discutir e propor melhorias nos procedimentos técnicos do CRF-SP, o grupo farmacêutico jurídico, composto por advogados e farmacêuticos dos departamentos de fiscalização, atendimento e trâmite de documentos, se reúne sempre que surge uma nova regulamentação, ou, quando percebe-se uma falha ou dificuldade nos procedimentos e processos internos. O assunto é encaminhado para este grupo pelos próprios membros ou pela diretoria do CRF-SP. Em 2017 o grupo se reuniu em 6 oportunidades.

A realização de diversas ações para a comunidade, como SAF, Farmacêutico na Praça e palestras na comunidade dependem da atuação de farmacêuticos voluntários. Essa dependência traz 2 riscos aos processos: eventuais faltas de pessoas para execução e ocorrência de erros. Esses riscos podem comprometer o desempenho da Entidade no macroprocesso “ações para a

comunidade". Dessa forma, para gerenciar e diminuir a ocorrência desses problemas são adotadas algumas ações:

a. Ampla divulgação das ações para os farmacêuticos, explicando sua importância e os benefícios para a sociedade e profissão;

b. Valorização do trabalho do voluntário que participa da ação, por meio de emissão de certificados de honra ao mérito, publicação de matérias na Revista do Farmacêutico, portal e redes sociais sobre aqueles que se destacaram;

c. Disponibilização de capacitação aos voluntários por meio de palestras presenciais e *online* na Academia Virtual de Farmácia;

d. Disponibilização de materiais técnicos aos voluntários com orientações e procedimentos sobre as campanhas.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Nos termos do art. 12 da Lei nº 3.820/60 "o mandato dos membros dos Conselhos Regionais é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá a duração de quatro anos".

Entretanto, os Conselheiros devidamente investidos em seus mandatos, que se iniciam no 1º dia do ano, fazem jus à indenização de despesas, por meio de recebimento de diárias (prevista na Deliberação nº 8/16, regulamentada pela Portaria nº 29/16) e verba de representação (fixada pela Deliberação nº 8/16, regulamentada pela Portaria nº 5/17).

Também, há previsão para recebimento de jeton por participação em reuniões Plenárias ou de Diretoria, limitadas a duas e quatro reuniões mensais, respectivamente, regulamentado pela Deliberação nº 8/16. A norma disciplinadora prevê, ainda, a impossibilidade de cumulação do pagamento de jeton com diária, cabendo ao beneficiário optar por um ou outro.

Alguns Conselheiros, atuam como ministrantes, ocasião em que são remunerados por hora-aula, disciplinada na Deliberação nº 14/16.

Nos Apêndices (6 a 9) encontram-se as informações detalhadas destes rendimentos pagos aos Conselheiros nos exercícios de 2016 (R\$ 1.088.130,72) e 2017 (R\$ 1.078.803,73). Comparando-os, observa-se discreta redução, mesmo com a manutenção nas atividades regimentais desenvolvidas pela entidade.

A aquisição de passagem aérea para deslocamento no exercício de 2017, foi realizada por intermédio de empresas licitadas relacionadas abaixo:

- Aires Turismo Ltda. Me - CNPJ: 06.064.175/0001-49

Processo Administrativo nº 013/2016

Pregão Eletrônico nº 010/2016

Vigência do contrato: 01/07/2016 à 01/08/2017

- Arancibia Viagens Ltda. Me CNPJ: 89.624.373/0001-47

Processo Administrativo nº 030/2017

Pregão Eletrônico nº 024/2017

Vigência do contrato: 02/08/2017 a partir de 02/08/2018

O valor total de despesas com passagens aéreas se encontra registrado no elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.04.04.005.006 - Passagens Aéreas, Terrestres, Fluviais ou Marítimas e Despesas com Locomoção (Apêndice 10).

Ao final do exercício de 2017, a Diretoria eleita para o mandato 2018/2019, propôs redução de 50% do valor pago a título de verba de representação, aprovado pela Deliberação nº 39/17, na expectativa de manter a redução nos gastos dispendidos com referidos rendimentos no exercício de 2018.

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

No exercício de 2017, o CRF-SP contratou serviço de auditoria independente, atendendo recomendação do Relatório da Comissão de Sindicância nº 05/2017.

Foi contratada a empresa Metrópole Soluções Empresariais e Governamentais Eireli ME, CNPJ 07.843.902/0001-39, pelo valor total do Contrato de R\$ 26.500,00, por meio de Processo Administrativo Nº 084/2017 - Pregão Eletrônico nº 067/2017, para execução de trabalhos de análise, revisão e emissão de relatórios e pareceres, com o seguinte escopo:

I) Balancete contábil relativo ao exercício social de 2016;

II) Controle de suprimentos de fundos dos exercícios de 2010 a 2016, utilizados pelos funcionários do departamento de Controladoria e respectivo impacto nos balanços contábeis e de eventuais danos financeiros à entidade;

III) Apuração de eventuais impactos nas demonstrações contábeis e eventuais danos financeiros à entidade acerca da reabertura e eventuais alterações em lançamentos contábeis dos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015.

Entretanto, devido ao calendário aprovado para a execução do contrato, o trabalho de auditoria foi efetivamente realizado no exercício de 2018, ano em que também ocorreu o pagamento da empresa.

Diante dos apontamentos realizados durante a execução do contrato pela empresa de auditoria no início de 2018, foi possível aplicar novas melhorias às Demonstrações Contábeis do exercício de 2017 do CRF-SP, entre as quais se destaca a revisão do reconhecimento da Carteira de Recebíveis da Entidade e o provisionamento para demandas judiciais.

5 ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

As pessoas são consideradas pela gestão um dos principais pilares da Entidade, pois é a atuação dos colaboradores, sejam funcionários ou voluntários, que permite a realização das ações e o alcance dos objetivos estratégicos do CRF-SP.

Os recursos humanos do CRF-SP são o principal elemento de transformação nos processos de execução da missão e visão da Entidade, pois possuem forte relação de influência mútua com a atividade desenvolvida e a qualidade dos serviços prestados.

Assim, a concretização dos objetivos estratégicos passa, necessariamente, pela atuação dos funcionários, estagiários e aprendizes da autarquia e, portanto, a perspectiva do capital humano ocupa um papel importante no CRF-SP e está vinculado a um dos seus valores, o Reconhecimento.

O Departamento de Gestão de Pessoas é o responsável pelo controle de processos referentes a todas as subáreas que envolvem os recursos humanos descritas a seguir:

- ✓ Recrutamento e Seleção (convocação de empregados concursados, processo seletivo para empregados temporários e de livre provimento);
- ✓ Folha de pagamento e controle do ponto eletrônico;
- ✓ Gestão de benefícios e encargos;
- ✓ Gestão dos contratos de licitações (plano de saúde, plano odontológico, medicina do trabalho, vale refeição, vale alimentação, ginástica laboral, uniformes, equipamentos ergométricos);
- ✓ Gestão de contrato com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para estagiários e aprendizes, bem como o acompanhamento do desempenho dos mesmos;
- ✓ Orientação aos gestores e funcionários no que diz respeito à legislação trabalhista;
- ✓ Digitalização de prontuários de empregados;

- ✓ Guarda e fluxograma de PAD junto às comissões processantes indicadas pela diretoria do CRF-SP e sindicâncias relacionadas aos empregados do CRF-SP;

- ✓ Gestão dos processos relacionados aos empregados afastados por motivo de saúde;

- ✓ Gestão de contratos da bolsa auxílio educação;

- ✓ Participação na comissão de Processo Seletivo/Concurso Público;

- ✓ Participação e acompanhamento nas negociações do Acordo Coletivo e aplicação do acordado nos processos da autarquia;

- ✓ Organização de palestras educativas de qualidade de vida em parceria com a empresa licitada de plano de saúde;

- ✓ Gestão dos processos de homologação nas rescisões contratuais de empregados;

- ✓ Gestão do auxílio creche, auxílio funeral e empréstimo consignado;

- ✓ Integração dos novos funcionários.

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

O corpo de empregados do CRF-SP é constituído de três categorias:

- ✓ Empregados públicos de carreira: são admitidos por meio de concurso público;

- ✓ Cargos de livre nomeação e exoneração: são admitidos para função qualificada como de livre provimento e dispensa, nos termos do artigo 37, inciso II da Constituição Federal;

- ✓ Empregados com contrato temporário: são admitidos para substituição de vagas de empregados públicos de carreira que estão afastados por motivo de doença ou admitidos para desenvolvimento de um projeto específico que tem prazo determinado para finalização.

Observação: As funções gratificadas são aquelas que podem ser ocupadas por empregados públicos de carreira que recebem gratificação de função durante o período que exercem as atividades de gestão.

Em 2017, o CRF-SP teve um efetivo de 291 colaboradores conforme apresentado na Tabela 17.

Tabela 19. Distribuição do efetivo de colaboradores do CRF-SP de acordo com o cargo.

Tipologia do Cargo	Lotação		Ingresso no Exercício	Egresso no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Empregados Públicos de Carreira	267	267	18	20
Advogado	12	12	0	1
Agente Administrativo	146	146	8	10
Agente de Manutenção	5	5	2	2
Agente Operacional	4	4	0	0
Analista de Sistemas	6	6	2	0
Analista de Suporte	2	2	0	0
Arquiteto	1	1	0	0
Consultor	7	7	0	1
Contador	2	2	1	0
Desenvolvedor Web	2	2	1	1
Designer Gráfico	2	2	1	1
Farmacêutico Consultor	4	4	0	0
Farmacêutico Fiscal	62	62	3	3
Jornalista	4	4	0	0
Motorista	8	7	0	1
Técnico de Informática	1	1	0	0
Cargos de Livre Nomeação e Exoneração	12	12	4	5
Assessor	4	4	1	0
Assistente	2	2	0	2
Gerente	6	6	3	3
Empregados com Contrato Temporário	12	12	11	7
Advogado	2	2	2	1
Agente Administrativo	8	8	7	2
Analista de Sistemas	1	1	1	2
Bibliotecário	0	0	0	1
Consultor	1	1	1	0
Desenvolvedor Web	0	0	0	1
Total Geral	292	291	33	32

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

O Quadro 27 evidencia a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim da lotação efetiva do CRF-SP.

Quadro 27. Distribuição da lotação efetiva do CRF-SP em 2017.

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva	
	Área Meio	Área Fim
Empregados Públicos de Carreira	105	162
Empregados em Cargos de Livre Nomeação e exoneração	11	1
Empregados com Contrato temporário	6	6
Total de empregados	122	169

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

As características da força de trabalho do CRF-SP, impõem que sejam aplicados novos conceitos, técnicas e ferramentas de administração de carreiras, para que possam ser disponibilizados profissionais que possuam as competências necessárias.

Os cargos em comissão representam apenas 4,12% do quadro total. Estes profissionais estão em áreas que necessitam de especialistas no desenvolvimento de suas funções, alinhados às estratégias da Entidade, em situações que não foram identificadas pessoas com competências necessárias no quadro de funcionários de carreira. Dessa forma, a quantidade de cargos em comissão é inferior ao número de funcionários de carreira que exercem funções gratificadas (9,28%), visto que na existência de vagas, prioriza-se a ocupação por concursados.

A Tabela 20 apresenta um efetivo de colaboradores de 2017 agrupados em funções gratificadas e em cargos de livre nomeação e exoneração.

Apresenta-se na Tabela 21 a faixa etária dos colaboradores de acordo com os cargos.

Como pode se observar os empregados do CRF-SP são relativamente jovens, sua maioria (58,4%) está na faixa etária de até 40 anos. Diante do exposto, a previsão do tempo para aposentadoria dos servidores em sua grande parte é de 20 ou 25 anos, não havendo grandes impactos de imediato na força de trabalho.

O CRF-SP para compor seu quadro de recurso humano e cumprir seu papel social conta também com o programa de estágios e o programa de aprendizagem.

Tabela 20. Efetivo de colaboradores do CRF-SP agrupados em funções gratificadas e em cargos de livre nomeação e exoneração.

Tipologia do Cargo	Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
		Autorizada	Efetiva		
Funções Gratificadas					
Assessor	Advogado	0	0	0	1
	Consultor	1	1	0	0
Coordenador	Agente Administrativo	4	4	0	2
	Consultor	2	2	0	0
	Contador	0	0	0	1
	Farmacêutico Consultor	1	1	0	0
	Farmacêutico Fiscal	6	6	1	0
Gerente	Advogado	1	1	0	0
	Agente Administrativo	2	2	0	0
	Analista de Sistema	1	1	0	0
	Farmacêutico Fiscal	2	2	0	0
Gerente Geral	Contador	1	1	1	0
	Consultor	1	1	0	0
	Advogado	1	1	1	0
Superintendente	Farmacêutico Fiscal	3	3	0	0
	Farmacêutico Fiscal	1	1	0	0
Total		27	27	3	4
Cargos de livre nomeação e exoneração					
Assessor	Assessor	4	4	1	0
Assistente	Assistente	2	2	0	2
Gerente	Gerente	6	6	3	3
Total		12	12	4	5

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Tabela 21. Faixa etária dos colaboradores do CRF-SP de acordo com os cargos.

Empregados Públicos de Carreira	Até 30 anos	de 31 a 40 anos	de 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Advogado	3	8	3		
Agente Administrativo	38	54	49	12	1
Agente De Manutenção	1	1	2	1	
Agente Operacional			1	2	1
Analista De Sistemas	2	3	1	1	
Analista De Suporte			1	1	
Arquiteto		1			
Consultor	2	2	2	2	
Contador			1	1	
Desenvolvedor Web	1	1			
Designer Gráfico	1	1			
Farmacêutico Consultor		4			
Farmacêutico Fiscal	4	30	19	6	3
Jornalista		2	2		
Motorista		3	1	3	
Técnico de Informática	1				

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

O programa de estágio permite a troca de experiências entre os funcionários e os estagiários, bem como o intercâmbio de novas ideias, conceitos, planos e estratégias. Com visões diferenciadas e a energia típica dos jovens, questionamentos e novos pontos de vista podem vir à tona, gerando assim uma cultura de transformação inovadora.

Além de ter disposição para aprender e garra para vencer desafios, os estagiários, tanto de ensino médio quanto de nível superior, buscam no estágio o intercâmbio entre o que se absorve na sala de aula com a prática. Com isso, o CRF-SP se beneficia com a união da experiência do seu time de funcionários, a ousadia e atualização de informações que os estagiários trazem consigo.

Em 2017, o CRF-SP contou com 42 estagiários, sendo 26 estagiários de nível superior distribuídos conforme apresentado na Tabela 22. Sendo assim, além de atender o disposto na Lei nº 11.788/08 – Lei do Estágio, esta Entidade, cumpriu com o seu papel social e ajudou a formar as novas gerações de profissionais que o país necessita.

Tabela 22. Distribuição nos departamentos do CRF-SP dos estagiários de nível superior, no final de 2017.

Departamento	Curso	Quantidade de estagiários
Consultoria Jurídica	Administração	1
	Direito	2
Dívida Ativa	Direito	13
Comunicação	Designer Gráfico	1
Fiscalização	Direito	1
	Farmácia	1
Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação	3
Contabilidade	Ciências Contábeis	1
Secol	Farmácia	2
Logística e Transportes	Administração	1
Total		26

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017

Visando contribuir com a inserção de jovens iniciantes no mercado de trabalho, o CRF-SP faz contratações de Aprendiz, pois acredita que o ingresso em seu primeiro emprego é uma oportunidade de gerar transformação social ao jovem e à sua família por meio da geração de renda e da evolução deste jovem como futuro profissional.

O investimento dedicado a este jovem se reverte em benefícios a ele, ao CRF-SP e à sociedade. De acordo com o acompanhamento que receba de seu gestor e do desempenho que venha a apresentar, o aprendiz poderá se destacar como um futuro talento e contribuirá com o desenvolvimento da Entidade.

Mais que uma obrigação legal, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania.

O jovem contratado pelo CRF-SP como aprendiz ganha atenção diferenciada, principalmente no que diz respeito à sua formação profissional e desenvolvimento pessoal.

Dessa forma e para cumprimento da Lei nº 10.097/00, em 2017, foram contratados 7 jovens aprendizes. Tanto o aprendiz quanto a empresa são beneficiados com este programa de aprendizagem. Por meio destas contratações, o CRF-SP atua como uma Entidade socialmente responsável.

O nível de instrução dos colaboradores efetivos em 2017 encontra-se apresentado na Tabela 20.

Tabela 23. Distribuição do Grau de Escolaridade de acordo com os cargos.

Tipologia do Cargo	Primeiro Grau Incompleto	Primeiro Grau	Segundo Grau ou Técnico	Superior	Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência	Total Geral
Empregados Públicos de Carreira								
Advogado				9	3			12
Agente Administrativo			48	96	2			146
Agente de Manutenção		1	3	1				5
Agente Operacional	1		3					4
Analista de Sistemas				3	3			6
Analista de Suporte			1	1				2
Arquiteto				1				1
Consultor				5	1		1	7
Contador				1	1			2
Desenvolvedor Web				1	1			2
Designer Gráfico				1		1		2
Farmacêutico Consultor				3	1			4
Farmacêutico Fiscal				43	18	1		62
Jornalista				3	1			4
Motorista			4	3				7
Técnico de Informática				1				1
Cargos de Livre Nomeação e Exoneração								
Assessor				3	1			4
Assistente				1	1			2
Gerente				5			1	6
Empregados com Contrato Temporário								
Advogado				1	1			2
Agente Administrativo				7	1			8
Analista de Sistemas				1				1
Consultor				1				1
Total Geral	1	1	59	191	35	2	2	291

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

O CRF-SP tem consciência de que o grande desafio atual (organizacional e gerencial) é a obtenção do alinhamento com as estratégias e o comprometimento, integração e sinergia de todas as equipes e seus integrantes. E que este alinhamento e sinergia só serão obtidos se a gestão de pessoas for capaz de assegurar a presença de colaboradores motivados e com as competências necessárias a executar estas estratégias.

Selecionar profissionais que se adequam às necessidades da Autarquia muitas vezes é uma tarefa complexa, visto que a contratação de funcionários decorre de processo seletivo/concurso público. Portanto, uma alternativa para se ter pessoas comprometidas com a visão, missão e valores, bem como, capacitadas para exercer suas funções é investir no treinamento e desenvolvimento de habilidades. Além disso, a capacitação é uma forma de possibilitar o crescimento profissional e pessoal e com isso gerar satisfação em trabalhar na Entidade o que contribui com a diminuição da rotatividade.

Para atendimento ao plano estratégico e das competências organizacionais e visando ao aprimoramento de habilidades, conhecimentos e atitudes dos colaboradores vinculados às atividades desenvolvidas nesta entidade, o CRF-SP destina em seu Orçamento, conforme firmado em acordo coletivo, valores específicos para auxílio educação a seus empregados, destinado ao custeio de cursos de pós-graduação e cursos técnicos, em instituições particulares de ensino superior, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), desde que o curso seja correlato com qualquer atividade exercida no CRF-SP.

A concessão de tal benefício representa também um fator motivacional para que os empregados vislumbrem progressão na carreira com acesso a uma eventual Função Gratificada.

O Departamento de Gestão de Pessoas, em parceria com a sua operadora de saúde organizou palestras com temas de extrema importância para a saúde dos colaboradores, visando o bem-estar da equipe.

✓ **Palestras ministradas pela NotreDame**

- Reeducação alimentar – 13/04/2017
- Obesidade – Controle seu peso com saúde – 09/06/2017
- Depressão – 18/08/2017

- Outubro Rosa – Câncer de Mama – 20/10/2017
- ✓ **Palestra ministrada pela Assessora Técnica do CRF**
- Uso Racional de Medicamentos – 25/04/2017.

5.1.2. *Demonstrativo das despesas com pessoal*

As despesas realizadas com pessoal no exercício de 2017, totalizou R\$ 32.386.505,19, conforme Apêndice 11.

O detalhamento das despesas pode ser verificado, ainda, no Portal da Transparência do CRF-SP.

5.1.3. *Gestão de riscos relacionados ao pessoal*

Para dar clareza sobre a postura e conduta esperadas de seus colaboradores e evitar a ocorrência de falhas que possam comprometer o cumprimento de sua missão, visão e objetivos estratégicos foi instituído o Código de Conduta do CRF-SP por meio da Portaria nº 18, publicada em DOE de São Paulo em 31/08/2016, alterada pela Portaria nº 24, de 05 de outubro de 2016 (publicada no DOE do dia 06 de outubro de 2016, Poder Executivo, seção I, volume 126, número 189, pág. 244).

O documento está disponível no portal e *intranet* da Entidade, além de ter sido entregue na versão impressa a todos os colaboradores, que firmaram um termo de compromisso, declarando sua ciência e adesão ao regulamento. Além disso, foram ministradas palestras acerca dos principais aspectos e esclarecidas às dúvidas.

Este Código orienta a conduta ética dos agentes públicos em exercício no CRF-SP e tem por finalidade:

- I - Evidenciar as regras de conduta esperadas dos Agentes Públicos do CRF-SP;*
- II - Assegurar que as ações institucionais empreendidas pelos Agentes Públicos preservem a visão, a missão e os valores da Entidade e que os atos delas decorrentes reflitam probidade e conduta ética;*
- III – Proporcionar coerência e convergência às políticas, diretrizes e procedimentos internos do CRF-SP;*
- IV - Oferecer um conjunto de atitudes que orientem o comportamento dos*

Agentes Públicos e as decisões institucionais;

V - Resguardar o Agente Público de exposições desnecessárias ou acusações infundadas, de modo a consolidar o ambiente de segurança da Entidade;

VI - Contribuir para propiciar maior respeito e legitimação da sociedade quanto à atuação do CRF-SP, à retidão, honra e dignidade dos seus Agentes Públicos e à tradição dos serviços prestados pela Entidade.

Outro risco identificado pela gestão refere-se ao uso seguro e racional dos recursos tecnológicos e informações, dessa forma revisou-se a Política da Segurança da Informação, Portaria nº 19, de 15/08/2016 publicada no DOU de 03/09/2016.

5.1.4. Contratação de mão de obra temporária

O CRF-SP, quando necessário, firma contrato de trabalho por prazo determinado para atender demandas/serviços transitórios, nos termos do artigo 443, § 1º e § 2º, alínea “a”, da Consolidação das Leis do Trabalho. No exercício de 2017 apresentava-se os seguintes contratos temporários:

Quadro 28 Mão de Obra Temporária.

Cargo	Admissão	Término	Motivo
Bibliotecário	20/10/2016	03/03/2017	Desenvolvimento do projeto de organização do acervo do CRF-SP (biblioteca e documentos produzidos pela entidade)
Desenvolvedor Web	14/06/2016	14/06/2017	Desenvolvimento novo site do PAF - Programa de Assistência ao Farmacêutico
Advogado	13/07/2015	12/07/2017	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Agente Administrativo	01/02/2017	31/07/2017	Substituição funcionário afastado por motivo de licença maternidade
Agente Administrativo	15/08/2016	14/08/2017	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Analista de Sistemas	01/06/2016	30/11/2017	Desenvolvimento dos programas relacionados ao Convênio firmado entre o CRF-SP e CFF (FARMASIS)
Agente Administrativo	01/12/2016	15/12/2017	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Designer Gráfico	25/09/2017	22/12/2017	Demanda emergencial de desenvolvimento de material gráfico para o XIX Congresso Farmacêutico
Advogado	16/01/2017	15/01/2018	Desenvolvimento do Projeto Dívida Ativa

Continua

Cargo	Admissão	Término	Motivo
Analista de Sistemas	01/08/2016	12/01/2017	Desenvolvimento dos programas relacionados ao Convênio firmado entre o CRF-SP e CFF (FARMASIS)
Analista de Sistemas	01/02/2017	19/01/2018	Desenvolvimento dos programas relacionados ao Convênio firmado entre o CRF-SP e CFF (FARMASIS)
Agente Administrativo	06/11/2017	29/03/2018	Substituição funcionário afastado por motivo de licença maternidade
Agente Administrativo	01/04/2016	31/03/2018	Substituição funcionário afastado por motivo de saúde
Consultor Administrativo	19/06/2017	31/03/2018	Identificação da necessidade da criação do cargo com formação específica aguardando provimento por concurso público.
Agente Administrativo	06/11/2017	31/03/2018	Substituição funcionário afastado por motivo de licença maternidade
Agente Administrativo	06/11/2017	30/06/2018	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2015
Agente Administrativo	06/11/2017	30/06/2018	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2015
Agente Administrativo	13/11/2017	30/06/2018	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2015
Agente Administrativo	01/08/2017	31/08/2018	Término de candidatos aprovados no último Concurso Público nº 01/2015
Advogado	02/10/2017	01/10/2018	Demanda de atividades em decorrência do período eleitoral e substituição funcionário afastado por motivo de licença maternidade

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

5.2. Gestão da Tecnologia da Informação

O setor de Tecnologia da Informação é responsável por toda a arquitetura tecnológica do CRF-SP. Uma arquitetura tecnológica compreende todo o conjunto de *hardware/software* e gestão de dados necessário para manter em funcionamento todos os serviços da entidade que se estende por todo o estado de São Paulo.

A Tecnologia da Informação está intimamente ligada aos objetivos estratégicos da empresa provendo subsídios e apresentando propostas para que a entidade possa melhorar seus processos de trabalho.

No ano de 2017, o CRF-SP instituiu o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) rumando à construção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

O CGTI tem por objetivo ser um comitê gestor permanente com responsabilidades estratégicas e executivas com as seguintes competências:

- Coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias de Tecnologia da Informação.
- Aprovar planos e indicadores de desempenho de TI.
- Aprovar alocação de recursos orçamentários destinados à TI, bem como alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial.
- Realizar, com base em critérios definidos em normativo específico, priorização corporativa das demandas que tratem do provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TI de natureza corporativa, e de demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TI.
- Decidir sobre a classificação de soluções de TI em corporativas ou departamentais.

O CGTI iniciou suas atividades em maio de 2017, sendo que este Comitê se reuniu em 5 oportunidades, sendo a primeira para explanação das atribuições do Comitê, uma segunda oportunidade para apresentação dos projetos, na terceira reunião foram definidos os critérios de classificação e priorização dos projetos em andamento, recebendo pontuação de 0 a 4 por critérios técnicos relacionados:

- 1º Alinhamento às prioridades de gestão;
- 2º Impacto da não realização;
- 3º Público-alvo;
- 4º Maturidade da proposta;
- 5º Tempo de pendência da solicitação;
- 6º Retorno sobre o investimento;
- 7º Escala do projeto;
- 8º Complexidade técnica.

Em outras duas oportunidades os membros se reuniram para validar a planilha de classificação, visando ordenar os projetos para avaliação da alta direção.

5.2.1. Principais sistemas de informações

Sistema	Atendimento
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para o registro e controle de atendimentos, geração de protocolos e taxas para farmacêuticos e empresas inscritas
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Atendimento
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Inclusão de atendimentos, registro de protocolos, estatísticas de atendimento

Sistema	Atendimento Eletrônico
Objetivo:	Plataforma de serviços desenvolvido internamente para os inscritos no CRF
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Atendimento
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Manutenção de cadastro, emissão de boletos, comunicados de ausência e baixa de responsabilidade, inscrição em cursos online e emissão de certificados

Sistema	CAT Orientação Farmacêutica
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para registro das orientações farmacêuticas realizadas
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Fiscalização/Orientação
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Cadastro de orientações realizadas, consultas e emissão de relatórios

Sistema	Cobrança
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para controle de arrecadação do CRF-SP
Responsável técnico:	Gerência Geral Financeira, Contábil e Financeira
Responsável da área de negócio:	Superintendência
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de débitos, geração de anuidades, emissão de carnês

Sistema	DTI
Objetivo:	Sistema gerenciador de acesso aos usuários
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de TI
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Controle de permissões aos usuários nos sistemas

Sistema	Ética
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para suportar o processo de gestão dos processos éticos. Instaurados pelo Conselho Regional de Farmácia.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência da Secretaria Central das Comissões de Ética
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Controle de todos os PEDs instaurados pelo CRF-SP

Sistema	Eventos
Objetivo:	O Sistema desenvolvido internamente com o objetivo de automatizar e auxiliar os usuários no processo de inscrições para os diversos eventos organizados.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Eventos
Criticidade para a unidade:	Baixa
Principais funcionalidades:	Permite aos usuários do sistema organizar agenda de eventos, realizar inscrições, emitir boletos, acompanhar inscrições, emitir lista de presença e certificados.

Sistema	Fiscalização Interna
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para gerenciar o processo de fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência Geral de Fiscalização
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle dos processos internos de Fiscalização do CRF-SP

Sistema	Fiscalização Eletrônica Móvel
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para automatização do processo de fiscalização externa
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Fiscalização
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Inclusão de termos de visita, termos de intimação, fichas de verificação profissional e orientações

Sistema	Portal RM
Objetivo:	Controle das relações trabalhistas com os funcionários
Responsável técnico:	Totvs Tecnologia
Responsável da área de negócio:	Gerência de Gestão de Pessoas
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de ponto e folha de pagamento

Sistema	Jurídico
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente, para gerenciar os processos do jurídico e tarefas do departamento.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência Jurídica
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Execução fiscal, parcelamentos judiciais, controle de processos e seus respectivos acompanhamentos, agenda de prazos, controle de petições

Sistema	Denúncia
Objetivo:	Controlar as denúncias realizadas para o CRF-SP
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Fiscalização
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de denúncias e emissão de relatórios de encaminhamento para Fiscalização Eletrônica Móvel

Sistema	Processo Fiscal
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente responsável pela análise de recursos e multas punitivas dos inscritos PJ
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Processo Fiscal
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle e emissão de multas para empresas

Sistema	Siscont.NET
Objetivo:	Módulo adquirido da empresa Implanta para controle orçamentário.
Responsável técnico:	Implanta Tecnologia
Responsável da área de negócio:	Gerencia Contábil do CRF-SP
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de todas as etapas da execução das despesas e das receitas, inclusive com a retenção dos tributos quando ocorre o registro dos pagamentos.

Sistema	Sisdia
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente para controle dos pedidos de concessões de diárias, devidas quando os colaboradores ou funcionários do CRF-SP necessitam se deslocar para desempenhar suas atividades.
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Coordenador da Central de Deslocamento
Criticidade para a unidade:	Média
Principais funcionalidades:	Cadastramento, registro, cálculo e emissão de diárias

Sistema	Trâmite de Documento
Objetivo:	Sistema desenvolvido internamente responsável pelo andamento dos serviços solicitados pelos inscritos
Responsável técnico:	Gerência de TI
Responsável da área de negócio:	Gerência de Trâmite de Documentos
Criticidade para a unidade:	Alta
Principais funcionalidades:	Controle de todos os dados cadastrais dos inscritos no CRF-SP

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

O CRF-SP comprometido com a sociedade disponibiliza o portal da transparência e o serviço de informação ao cidadão – SIC, que se destina, por sua natureza legal, à obtenção de informação pontual e específica, consoante previsto no artigo 12, inciso III, do Decreto nº 7.724/12. Além disso, garante atendimento presencial em 32 unidades físicas distribuídas pelo Estado e atendimento eletrônico pelo site www.crfsp.org.br.

No ano de 2017, foram recebidas 08 solicitações de informação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, todas realizadas por pessoas físicas, sendo 04 (quatro) provenientes da cidade de São Paulo, 01 (uma) de Araçatuba, 01 (uma) de Campinas, 01 (uma) de Osasco e 01 (uma) de Sorocaba. O tempo médio de resposta foi de 14,25 dias (07 com avisos por e-mail e 01 pessoalmente), incluindo 01 (uma) prorrogação e 01 (um) indeferimento, sendo este último justificado pela impossibilidade de proceder com trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, cuja negativa de acesso está fundamentada nos termos do inciso III, do artigo 13 do Decreto nº 7.724/2012. Ressalta-se que até o presente momento, o CRF-SP não possui informações classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo “secreta”, “ultrassecreta” e “reservada”, nos termos do artigo 24 da Lei nº 12.527/11.

O Departamento de Fiscalização possui um Setor de Denúncia devidamente organizado para o recebimento das denúncias encaminhadas voluntariamente ao CRF-SP que envolvem profissionais e estabelecimentos farmacêuticos e que comprometam e coloquem em risco a saúde da população.

Qualquer cidadão pode fazer a denúncia, podendo inclusive ocorrer de maneira anônima. O sigilo do denunciante é sempre mantido. As denúncias sobre irregularidades profissionais podem ser realizadas via correio, por intermédio do e-mail denuncia@crfsp.org.br e do telefone 0800 77 02 273 e protocolos presenciais na sede, sub sedes ou seccionais do CRF-SP. Caso o denunciante se identifique e forneça seus contatos, será informado a respeito da tramitação do processo. No ano

de 2017 o CRF-SP recebeu 918 denúncias, sendo que 484 foram por telefone e anônimas, 409 foram via e-mail, 23 por farmacêuticos e 2 por outro profissional da saúde.

No caso de solicitação de orientação para a conduta na atividade profissional e apuração de denúncias referentes a eventuais afrontas ou lesões às prerrogativas e direitos dos farmacêuticos no exercício profissional o contato pode ser realizado via correio, por intermédio do e-mail prerrogativas@crfsp.org.br e por protocolos presenciais na sede sub sedes ou seccionais do CRF-SP.

O farmacêutico inscrito ainda pode contar com apoio da equipe de orientação farmacêutica para esclarecimentos sobre assuntos que envolvem a legislação e questões técnicas do âmbito profissional. São realizados atendimentos via telefone (11) 30671470, e-mail orientacao@crfsp.org.br e *chat* online por meio do portal do CRF-SP.

Para o atendimento de serviços o CRF-SP disponibiliza diversos canais. O atendimento pessoal é realizado por ordem de chegada, em todas as Seccionais, Sub sedes e na Sede. O serviço de atendimento por e-mail é realizado na Sede, de segunda a sexta-feira, cujas mensagens são respondidas, geralmente, em até 24 horas. O atendimento pelo *chat* é realizado na Sede, das 8h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira. O atendimento telefônico é realizado na sede, sub sedes e seccionais. No entanto, apenas a Sede possui sistema de monitoramento de ligações. O atendimento via *WhatsApp* é realizado na Sede, de segunda a sexta-feira.

Outro canal de comunicação é o “Fale com o Presidente” via e-mail diret@crfsp.org.br ou presencialmente em plantão regular semanal.

Também está disponível para população um aplicativo batizado de “Farmacêutico” disponível para *download* no Google Play e *App Store*, com objetivo ajudar a população a encontrar farmácias com certidão de regularidade, disponibilizando relevantes dados destes estabelecimentos e funcionalidade de navegação por GPS, dispõe de um canal com dicas e informações importantes sobre medicamentos para população, vídeos de interesse da população e notícias do setor farmacêutico, além de um canal para denúncias profissionais e sanitárias, como importantes do setor farmacêutico (Figura 7).

Figura 7. Aplicativo Farmacêutico



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

6.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

De acordo com a diretriz cartorial do planejamento organizacional, o CRF-SP se preocupa com a qualidade do atendimento prestado aos usuários. Para mensurar se ações promovidas na área da qualidade do atendimento estão sendo efetivas, o CRF-SP realiza pesquisas de satisfação dos atendimentos realizados pessoalmente, por *chat* e telefônico.

A pesquisa de satisfação do atendimento via *chat* foi realizada ao final do atendimento. Em 2017, 8.957 pessoas responderam à pesquisa de satisfação. O usuário respondeu se sua solicitação foi atendida e qual nota ele dava para o atendimento, de 1 a 5, sendo 5 a melhor nota. Entende-se que:

- ✓ Nota 1: péssimo
- ✓ Nota 2: ruim
- ✓ Nota 3: indiferente
- ✓ Nota 4: bom
- ✓ Nota 5: excelente

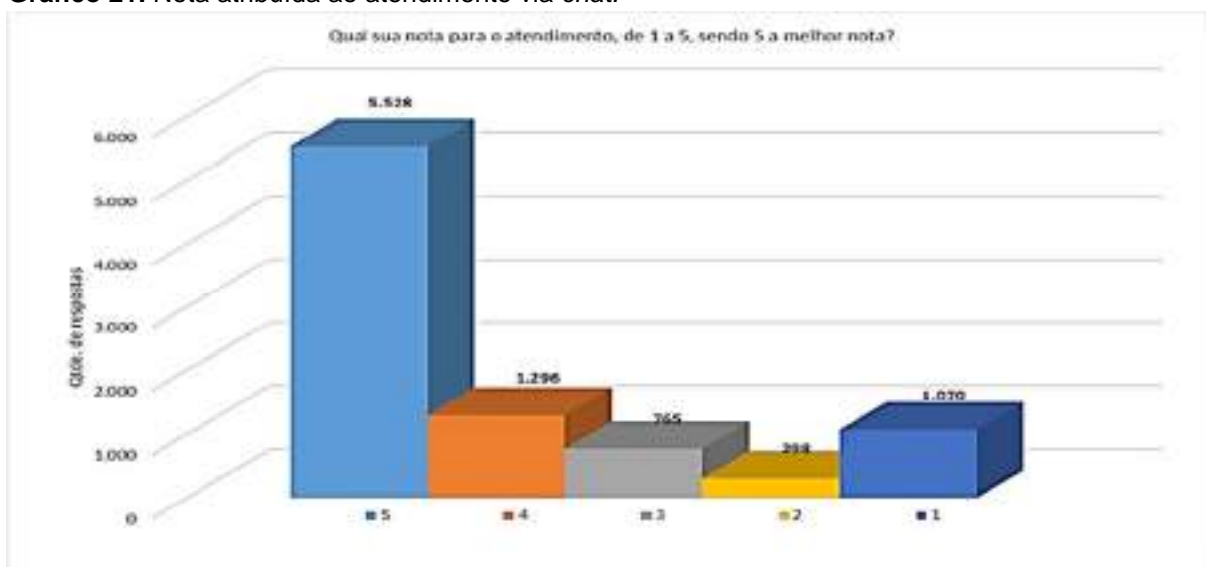
Os resultados obtidos estão ilustrados nos gráficos 20 e 21:

Gráfico 20. Atendimento à solicitação via *chat*.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 21. Nota atribuída ao atendimento via *chat*.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

De acordo com os gráficos 20 e 21, verifica-se que 79,67% das pessoas responderam que sua solicitação foi atendida. Com relação à qualidade do atendimento, verifica-se que 76,19% das pessoas responderam que estão satisfeitas, considerando os resultados das notas de 4 a 5.

A pesquisa de satisfação do atendimento telefônico foi enviada por e-mail aos farmacêuticos atendidos por telefone na central telefônica. Em 2017, 871 farmacêuticos responderam à pesquisa de satisfação. O farmacêutico respondeu se

sua solicitação foi atendida e qual nota ele dava para o atendimento, de 1 a 5, sendo 5 a melhor nota. Entende-se que:

- ✓ Nota 1: péssimo
- ✓ Nota 2: ruim
- ✓ Nota 3: indiferente
- ✓ Nota 4: bom
- ✓ Nota 5: excelente

Os resultados obtidos estão ilustrados nos gráficos 22 e 23.

Gráfico 22. Atendimento à solicitação via telefone



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 23. Nota atribuída ao atendimento via telefone



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

De acordo com os gráficos 22 e 23, verifica-se que 89,37% das pessoas responderam que sua solicitação foi atendida. Com relação à qualidade do atendimento, verifica-se que 84,66% das pessoas responderam que estão satisfeitas, considerando os resultados das notas de 4 a 5.

A pesquisa de satisfação do atendimento pessoal foi enviada por e-mail aos farmacêuticos atendidos em todas as unidades de atendimento do CRF-SP. Os itens avaliados pelos farmacêuticos são: tempo de espera para ser atendido, ambiente de espera e objetividade e clareza do funcionário que o atendeu. Nesta mesma pesquisa é questionado ao farmacêutico se ele já consultou as informações sobre procedimentos e formulários no site e se considera as informações claras e objetivas.

Em 2017, 2.713 farmacêuticos responderam esta pesquisa, cujo resultado está ilustrado nos Gráficos 24 a 28.

Gráfico 24. Tempo de espera do atendimento pessoal.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 25. Ambiente de espera do atendimento pessoal.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 26. Objetividade e clareza do funcionário no atendimento pessoal.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 27. Consulta prévia às informações no portal.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

Gráfico 28. Clareza e objetividade das informações do portal.



Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

De acordo com os resultados apresentados, utilizando os cálculos descritos no item 3.5, percebe-se que 81,08% das pessoas atendidas pelo CRF-SP estão

satisfeitas com o atendimento, cumprindo e ultrapassando a meta estabelecida na diretriz cartorial.

6.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Em 2016 foram realizadas modificações na área do sítio eletrônico do CRF-SP denominada “Portal da Transparência”, com a finalidade de garantir que todas as informações relacionadas à gestão da Entidade possam ser consultadas e acompanhadas pela sociedade. Desde então, essa área é constantemente atualizada, de forma a permitir acesso rápido e fácil às informações.

6.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Preocupado em promover aos portadores de necessidades especiais, acesso a todos os serviços do CRF-SP, a entidade tem buscado substituir os imóveis locados de suas seccionais por outros que possibilitem garantir acessibilidade, bem como tem reformado seus imóveis, tendo neste exercício promovido as seguintes adequações:

- ✓ Aquisição de novo imóvel térreo para a Seccional de Araçatuba, onde houve adequação do sanitário acessível com instalação de piso tátil no atendimento, botão de emergência, sinalização de piso para cadeirante no atendimento e sala de cursos e rampa para palco na sala de curso;

- ✓ Execução de rampa para acesso do conjunto 61 da sede do CRF-SP;

- ✓ Melhorias na acessibilidade da Seccional de São José dos Campos com instalação de novas barras de apoio nos sanitários (vertical e porta), torneiras automáticas com alavanca e espelho inclinado no sanitário feminino;

- ✓ Mudança de *layout* do atendimento da sede com adequações de um sanitário acessível, desnível em rampa 5% na entrada, instalação de piso tátil e troca de mesa de atendimento para atendimento da NBR9050;

- ✓ Finalização da instalação de plataforma acessível na Seccional de São José do Rio Preto.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este tópico visa evidenciar os resultados financeiros obtidos no exercício de 2017.

7.1 Desempenho financeiro no exercício

A entidade vem administrando seus recursos de forma a proporcionar a sua melhor e adequada aplicação dos mesmos. Em 2017 a entidade apurou um aumento no saldo financeiro de R\$ 5.149.125,86, alavancado pelo aumento da arrecadação e no controle de gastos. Fechando o ano desta forma, com estabilidade financeira.

7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O CRF-SP efetuou desde 2016, diversas ações de adequações às normas contábeis, tais como adequação nos critérios de reconhecimentos de receitas de Anuidades e Multas emitidas, e de reavaliação de Ativos.

Quanto aos tratamentos de mensuração e reconhecimento da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do ativo permanente, aplicou-se a partir de 2017 a NBC T 16.9, e a, depreciação/amortização para bens móveis e intangíveis. Todavia, não houve aplicação da referida norma para os bens imóveis.

Efetuu-se a mensuração e registro da depreciação/amortização de bens móveis e intangíveis, respectivamente, inclusive com ajustes patrimoniais à conta de ajustes de exercícios anteriores. Com a implementação de melhorias nos sistemas informatizados, ou seja, integração dos módulos “sistema patrimonial” e “sistema contábil”, será possível ao longo do exercício de 2018 efetuar maiores revisões e eventuais ajustes nos critérios de cálculo de depreciação/amortização.

A entidade efetuou a mensuração e reconhecimento de ativos e passivos, com adoção parcial da NBC T 16.10. Foram efetuados registros contábeis desde o exercício anterior, em 2016 da reavaliação dos bens moveis adquiridos anteriores ao ano de 2016 nos grupos: mobiliários em geral, máquinas e aparelhos, equipamentos

de informática, utensílios de copa e cozinha, equipamentos para áudio, vídeo e foto, ferramentas, aparelhos e equipamentos de comunicação, sistema de segurança e outros materiais permanentes. Os procedimentos adotados fundamentam-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ed. 6, Parte II, aprovado pela Portaria STN nº 700/14, item 7.1.1, e aprovados em Reunião Plenária de 22/08/2016, trecho ata 5.8

Quanto aos bens imóveis, por ora não se reconheceu os impactos de depreciação/amortização, no entanto, estes foram objeto de reavaliação a valor de mercado, realizada com correspondentes mensurações e registros contábeis no exercício anterior (2016), conforme procedimentos descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ed. 6, Parte II, aprovado pela Portaria STN nº 700/14, item 7.1.1, aprovado pela Diretoria e ratificado pelo Plenário do CRF-SP.

Desta forma, os itens do ativo permanente encontram-se relativamente atualizados em seus efeitos materiais.

Quanto à atualização do saldo da carteira de recebíveis, estão em andamento os trabalhos de depuração e refinamento pelos departamentos responsáveis, com vistas a aprimorar a mensuração para eventuais ajustes a valor presente, conforme itens 2.2.1.3 e 2.2.2.1 apresentados no Apêndice 1 – Nota Explicativa das Demonstrações Contábeis.

Todas as obrigações a pagar, processadas em aberto na data de 31/12/2017, são consideradas de curto prazo (prazo médio de até 30 dias) não havendo, desta forma, a necessidade de ajustes a valor presente.

a) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Para fins de estimativa de vida útil econômica dos bens levou-se em consideração o estado de conservação do bem, período de vida futura do bem em anos, período de utilização do bem em anos, o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros

b) Metodologia adotada na reavaliação para estimar a vida útil econômica de um ativo

Documentos base:

✓ documentação com a descrição detalhada referente a cada bem em avaliação;

- ✓ identificação contábil do bem;
- ✓ vida útil remanescente do bem, para que sejam estabelecidos os critérios de depreciação, amortização ou exaustão;
- ✓ identificação do responsável pela reavaliação;
- ✓ orçamentos para compor o valor atual de mercado.

Método utilizado:

- ✓ fatores que influenciam a reavaliação:
 - i) Estado de conservação do bem – (EC);
 - ii) Período de vida útil futura do bem, em anos (PVU);
 - iii) Período de utilização do bem, em anos (PUB).
- ✓ fórmula aplicada:
Fator de Reavaliação (FR) $FR = (4EC + 6PVU - 3PUB) / 100$
- ✓ valor do bem reavaliado:
(VBR) $VBR = \text{Valor do bem novo} \times \text{Fator de Reavaliação}$.

c) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão: conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

Para o cálculo de depreciação/amortização aplicou-se o método de quotas constantes, em função de meses incorridos até dezembro de 2017. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação/amortização foram calculadas e registradas sobre o novo valor.

Foram realizados ajustes patrimoniais à conta de ajustes de exercícios anteriores com seu reflexo. Ao longo do próximo exercício serão efetuadas maiores revisões e eventuais ajustes nos critérios de cálculo de depreciação/amortização, com a migração e parametrização da nova versão do sistema Implanta que integrará o módulo Patrimonial com o módulo Contábil.

d) Taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, amortização e exaustão

Utilizou-se como referencial as taxas constantes da Instrução Normativa/SRF nº 162/98, as quais foram aplicadas pelo método de quotas constantes, em função do número de meses incorridos até dezembro de 2017.

Nos casos de bens reavaliados, a depreciação ou a amortização foram calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil econômica remanescente.

A Tabela 24 apresenta as taxas de depreciação de bens móveis e de bens intangíveis, exceto para bens reavaliados.

Tabela 24. Taxas de depreciação de bens móveis e bens intangíveis.

Bens	Vida útil (ano)	Taxa de depreciação (%)
Bens móveis		
Biblioteca e videoteca	10	10
Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10	10
Equipamentos de áudio, foto e vídeo	5	20
Equipamentos de processamento de dados	5	20
Equipamentos diversos	10	10
Ferramentas e utensílios de manutenção	10	10
Instalações e benfeitorias	10	10
Mobiliário em geral e utensílios de escritório	10	10
Obras de arte e decoração	-	-
Utensílios de copa e cozinha	10	10
Veículos e acessórios	5	20
Bens intangíveis		
Sistema de informática	5	20

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, 2017.

e) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

As metodologias adotadas para avaliação, mensuração e registros contábeis, em seus efeitos materiais, estão abaixo representadas:

Disponibilidades:

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

Estoques:

Os valores de estoques demonstrados em 31/12/2017 referem-se a materiais utilizados nas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza, materiais de informática, material elétrico e outros, armazenados e registrados ao custo médio de aquisição.

O valor contábil desses itens é reconhecido como despesa quando do consumo dos materiais.

Créditos:

Os créditos foram registrados pelos seus valores originais de emissão, deduzidos de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

Imobilizado:

O ativo imobilizado foi reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição e, reavaliado por meio da apuração do valor justo do bem, ou valor presente, levando em consideração seu estado de conservação ou valor de mercado.

Intangíveis:

O ativo intangível foi reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição.

Dívidas (fornecedores, contas a pagar, obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais):

As obrigações foram registrados pelo seu valor original.

f) Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício

O impacto no resultado do exercício de 2017 (Demonstrativo de Variações Patrimoniais) decorrente de utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, em alinhamento com a NBC TSP 03, foi de R\$ 73.959.256,46 conforme abaixo sintetizado:

- ✓ Despesas de Depreciação/Amortização: R\$ 478.143,37
- ✓ Provisão p/ Perdas em Créditos Tributários: R\$ 72.426.113,09
- ✓ Provisão para Indenizações Trabalhistas: R\$ 220.000,00
- ✓ Provisão para Contingências de Riscos Fiscais: R\$ 835.000,00

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não há apuração de custos no âmbito do CRF-SP. Entretanto, a entidade atua com a locação de gastos por centro de custo por departamentos da estrutura orgânica, bem como, de comitês, Comissões, Grupos de Trabalho e Projetos, em observância à informação de alocação atestada pelos gestor responsável pela despesa.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis e suas notas explicativas estão apresentadas como Apêndices, 10 e 12 a 17, e evidenciam os resultados alcançados pelo CRF-SP, através do Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados, Demonstrativos de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados liquidados, Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Variações Patrimoniais.

As demonstrações do CRF-SP encontram-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, que estipula normas de finanças públicas.

É de suma importância ressaltar que nos demonstrativos que compõem as notas e quadros explicativos correspondentes, os valores estão apresentados de forma nominais e foram elaborados a partir da base de dados do sistema de contabilidade utilizado pela entidade.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Em que pese regimentalmente o controle interno seja desenvolvido pela Comissão de Tomada de Contas, conforme registrado na apresentação do presente relatório, nos termos do art. 35 da Resolução 531/10, o aprimoramento do controle interno, foi iniciado por meio da Consultoria prestada pela FIPE em 2016.

No exercício de 2017, foi inicialmente postergado para o segundo semestre do corrente ano. Posteriormente, face à proposta de reestruturação da Governança pela nova Diretoria, adiou-se para 2018, com a finalidade de otimização.

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve determinações ou recomendações específicas do Tribunal de Contas da União ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2017 foram proferidas recomendações por via de ata de reunião realizada pela equipe de Auditoria do CFF, especialmente, quanto à revisão da forma de ressarcimento de despesas com passagens rodoviárias quando da concessão de diárias, revisão dos redutores aplicados na concessão de diárias, relativamente à concessão de vale-refeição, fixados pela Portaria nº 16/16 e revisão da forma de instrução dos reembolsos de verba de representação dos diretores. Estas recomendações foram demandadas ao Departamento Jurídico e ao Departamento Financeiro para em conjunto revisarem as normativas que tratam dos itens em comento visando atender às recomendações até junho de 2018. As normativas revisadas serão submetidas à aprovação da Diretoria e do Plenário do CRF-SP.

A Comissão de Tomada de Contas também efetuou recomendações de melhoria, merecendo destaque:

a) atualização do levantamento da análise de viabilidade econômica de manutenção da frota alugada. Esta recomendação foi demandada para o Departamento de Gestão e Patrimônio que efetuou o estudo requerido e apresentou

relatório detalhado à Comissão de Tomada de Contas, concluindo pela manutenção da viabilidade econômica da medida;

b) adoção do limite prudencial de 95% do teto da Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas de pessoal em 47,5% da Receita Líquida Corrente, como medida preventiva. Esta recomendação foi demandada para os Departamentos de Gestão de Pessoas e Financeiro que mensalmente devem monitorar os gastos com pessoal e informar a Diretoria eventual inobservância do limite prudencial.

c) reapreciação do valor e da natureza de emprego da verba de representação: recomendação esta que restou acatada pela Diretoria e aprovada pelo Plenário na última Reunião Plenária de 2017, por meio da Deliberação nº 39/17, com redução em 50 % do valor pago a título de verba de representação.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No mês de abril de 2017 houve a instauração de sindicância (autos do processo nº 09/17) que concluiu pela necessidade de ressarcimento de numerário ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo na quantia total de R\$ 5.700,62 (cinco mil e setecentos reais e sessenta e dois centavos), já devidamente atualizados pela SELIC. Nos autos da sindicância os valores estão sendo pagos e o procedimento foi encaminhado ao MPF para análise acerca da necessidade em adotar outras providências, onde foi autuado sob o protocolo: PR-SP-00031152/2018.

9 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.1 Fundo de assistência

O fundo de assistência do CRF-SP foi criado nos termos do que dispõe os parágrafos 1º e 2º do artigo 27 da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960 e destina-se à assistência de seus membros necessitados quando enfermos ou inválidos. Podem ser beneficiados pelo Fundo de Assistência todos os profissionais descritos no artigo 14 da Lei nº 3.820/60, desde que o profissional: não esteja cumprindo penalidade ética disciplinar ou tenha sofrido a penalidade restritiva ao exercício da profissão nos últimos 3 anos; seja inscrito no CRF-SP e tenha contribuído com o pagamento de anuidade pelo menos no exercício anterior ao pedido; não possua débitos perante o CRF-SP, contraídos até o momento do início da invalidez ou enfermidade. É normatizado pelo Regulamento do Fundo de Assistência do CRF-SP, disponível em <http://portal.crfsp.org.br/index.php/orientacao-farmaceutica-2/legislacao/113-juridico/legislacao/963-regulamento-do-fundo-de-assistencia.html>. O Balanço Orçamentário, Apêndice 12, apresenta os valores destinados em 2017 ao fundo de assistência nos termos do § 1º, Art. 27 Lei nº 3820/60.

9.2 Planejamento para 2018

Em novembro de 2017 ocorreram as eleições para novo mandato da Diretoria do CRF-SP.

Com a eleição da nova Diretoria, esta, além de dar continuidade nas ações que vem sendo conduzidas pelas Gestões anteriores, optou por marcar esta nova etapa como uma “Gestão de Mudanças”.

Sendo assim, em 2018, a gestão do CRF-SP será focada na cultura organizacional e na busca de atender a todas as recomendações do TCU quanto à boa governança pública.

Suas ações serão focadas em cinco objetivos estratégicos a saber:

- Objetivo Estratégico 1: Gestão eficiente, eficaz e transparente;
- Objetivo Estratégico 2: Fiscalização orientativa e efetiva para a atuação ética e no cuidado à saúde;
- Objetivo Estratégico 3: Uso da tecnologia da informação para melhorar os

processos e o relacionamento com os usuários;

- Objetivo Estratégico 4: Reconhecimento do farmacêutico pela sociedade;
- Objetivo Estratégico 5: Atuação política e técnica em benefício da saúde.

Vale destacar que em cumprimento aos objetivos estratégicos e com uma administração eficiente, transparente e austera, será criada a Secretaria de Governança Corporativa que terá como finalidade garantir o gerenciamento de riscos e o sistema de controle interno, a Ouvidoria para ampliar o canal de comunicação com o cidadão, além de investimentos na área de Gestão de Pessoas como a proposta de um Plano de Cargos e Salários e migração gradativa para o sistema e-social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **Encerradas em 2017 e 2016** *Valores expressos em R\$*

Balanco Geral

Apresentação

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração de Variações Patrimoniais, bem como dos anexos discriminados na Lei nº 4.320/64 e normas do MCASP.

O Balanço Geral do CRF-SP encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, que estipula normas de finanças públicas. É de suma importância ressaltar que nos demonstrativos que compõem as NOTAS E QUADROS EXPLICATIVOS que se seguem, os valores estão apresentados de forma nominais e foram elaborados a partir da base de dados do sistema de contabilidade IMPLANTA, independentemente das diretrizes estabelecidas no sistema SIAFI/SIAFEM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Encerradas em 2017 e 2016

Valores expressos em R\$

1. Contexto Operacional

O **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, designado pela sigla **CRF-SP**, criado pela resolução nº 2, de 5 de julho de 1961, do Conselho Federal de Farmácia, conforme dispositivo na Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1.960, é uma entidade autárquica, possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinando-se a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina daqueles que exercem atividades profissionais farmacêuticas, na área de sua jurisdição.

Em complementação às suas atribuições fixadas na Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960 e 9.120, de 26 de outubro de 1995, poderá o CRF-SP promover atividades que tenham por objetivo contribuir para melhoria da Saúde Pública e da Assistência Farmacêutica, estimular a unidade da classe e executar programas atualizados do farmacêutico.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

O Balanço Geral do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP, constitui-se na prestação de contas das ações desenvolvidas a cada exercício financeiro. Os resultados gerais do exercício financeiro estão demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os Princípios Contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade e 531, de 27 de abril de 2010 do Conselho Federal de Farmácia e em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP) e aos Princípios Contábeis geralmente aceitos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Outras demonstrações contábeis julgadas relevantes foram inseridas nestas Notas Explicativas a fim de atender o maior número de usuários das informações governamentais. Tais demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados no Orçamento anual deste Conselho.

2.2 Práticas Contábeis

2.2.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante é demonstrado ao valor de realização.

2.2.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa tem a composição a seguir:

- a) Recursos em caixa e conta corrente;
- b) Aplicações financeiras: certificados de depósitos bancários - CDB Flex Empresarial, CDB Pós Fixado, ambos na Caixa Econômica Federal, além de CDB DI Pós Fixado no Banco do Brasil, demonstrados pelos valores aplicados e acrescidos de rendimentos incorridos até a data do Balanço.

2.2.1.1.a) – Disponível

Descrição	2017	2016
Bancos Conta Movimento	3.459,09	604.593,69
Bancos Conta Arrecadação	54.410,30	172.603,00
	-----	-----
Total	57.869,39	777.196,69

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

2.2.1.1.b) - Disponível Vinculado em Contas Vinculadas:

Descrição	2017	2016
Aplic. Automática	17.979.099,51	2.727.614,23
CDB	3.600.000,00	11.150.000,00
Poupança	32.437,20	1.865.469,32
	-----	-----
Total	21.611.536,71	15.743.083,55

Do total aplicado em conta poupança, no montante de R\$ 32.437,20 em 31/12/2017 e de R\$ 1.865.469,32 em 31/12/2016, estavam aplicados como reserva espontânea por conta de disputa judicial que exige depósito judicial ou reserva espontânea mantida pela entidade, em face de probabilidade de perdas no processo. Todavia no decorrer de 2017 os valores foram redirecionados visando melhor retorno rentabilidade, haja visto a entidade ter disponibilidade suficiente em caso de eventual desfecho contrário à expectativa.

O total de R\$ 17.979.099,51 em 31/12/2017, e de R\$ 2.727.614,23 em 31/12/2016, representam saldos de aplicações em contas de Aplicação Automática no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O total de R\$ 3.600.000,00 em 31/12/2017, e de R\$ 11.150.000,00 em 31/12/2016, representam saldos de aplicações em CDB no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Assim, como determina a Resolução CFF nr. 531 de 27/04/2010, as receitas arrecadadas estão aplicadas, além da caderneta de poupança, em títulos de renda fixa pré-fixada, uma vez observada notória vantagem de ganho financeiro em relação à caderneta de poupança, considerando e verificando continuamente a condição de liquidez, cobrança de impostos, taxas e emolumentos, inclusive quando do resgate do valor aplicado com relação ao prazo de carência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

2.2.1.2. Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros

Descrição	2017	2016
Adiantamentos de Salário, 13º salário, Férias e Outros	0,00	1.731,36
Responsável por Suprimentos	0,00	456.334,00
Salário maternidade	<u>0,00</u>	<u>10.698,91</u>
Total	0,00	468.764,27

Os valores correspondentes à rubrica Responsável por Suprimentos representam adiantamentos de recursos efetuados a funcionários da entidade para cobertura de pequenas despesas e que não envolvem transações de Folha de Pagamento.

Os valores relativos ao saldo total de R\$ 456.334,00, apurados em 2016 em Comissão de Sindicância nº 1/2016, cuja síntese consta expressa no ofício Jur 447/2017, foram reclassificados contabilmente em 2017 para o grupo “Créditos por Danos ao Patrimônio”, visando uma melhor apresentação das informações.

2.2.1.3. Créditos por Danos ao Patrimônio

Descrição	2017	2016
Reembolso de Suprimentos de Fundos a receber	<u>456.334,00</u>	<u>0,00</u>
Total	456.334,00	0,00

Os valores demonstrados nestas contas de suprimentos de fundos se explicam pelas apurações e apontamentos realizados conforme apurado em Comissão de Sindicância nº 1/2016, cuja síntese consta expressa no ofício Jur 447/2017, que integra a Prestação de Contas do exercício da entidade. Os valores em questão foram reclassificados contabilmente em 2017 do grupo “Responsável por Suprimento de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Encerradas em 2017 e 2016

Valores expressos em R\$

Fundos” para este grupo “Créditos por Danos ao Patrimônio”, visando uma melhor apresentação das informações.

As estimativas de perdas PCLD-Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa correspondentes foram constituídas em 2017, à luz de sinalização pelo Depto.de Consultoria Jurídica, quanto às expectativas de eventuais não realizações, considerando as correspondentes ações judiciais em andamento.

2.2.1.4. Devedores da Entidade/Diversos Responsáveis

Descrição	2017	2016
Pendências DP/RH	10.673,57	10.673,57
Cheques em Cobrança	0,00	0,00
Devedores Diversos	5.237,83	3.518,79
CFF-Conselho Federal de Farmácia	1.971,00	309.483,00
Reembolso de Arrec. a Receber-CFF	3.070,38	0,00
Créds. de contas de consumo	4.595,27	0,00
Depósitos Judiciais (bloqueios)	779,53	2.994,39
Diversos Responsáveis	<u>7.269,83</u>	<u>2.454,10</u>
Total	33.597,41	326.123,85

Os valores alocados em Pendências DP/RH, referem-se a empréstimo consignado de ex-funcionário (Fabio Damon) cobrado pelo Banco do Brasil, cuja cobrança encontra-se *sub judice* (Processo 0002709-94.2015.4.03.6100 – CP 365895).

Em Devedores Diversos representam pagamentos efetuados de condomínio e alugueres no período anterior às férias coletivas em Dez/2017.

Diversos Responsáveis em Apuração é composto por: a) cheque fraudado em 2016 cujo no montante em 31/12/2016 era de R\$ 973,00, em processo de análise junto ao Banco Caixa Econômica Federal. Este no entanto foi regularizado pelo banco em 23/03/2017; b) movimentação financeira/adiantamento, suprimentos de fundos de funcionários não prestados conta dentro do prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Encerradas em 2017 e 2016

Valores expressos em R\$

CFF-Conselho Federal de Farmácia: representam valores de tarifas bancárias decorrentes de arrecadação, a serem restituídas pelo Conselho Federal de Farmácia, nos termos da Resolução 531/2010, art. 18, §1º. Em 31/12/2016 representavam R\$ 309.483,00. Tendo recebido o ressarcimento em 06/12/2017 de R\$ 307.512,00, resultando um saldo remanescente em 31/12/2017 de R\$ 1.971,00.

2.2.1.4.1. Depósitos Judiciais

Descrição	2017	2016
Execução Fiscal - Pref. Mariápolis	0,00	2.994,39
Execução Fiscal Prefeitura.Miracatu	779,53	0,00
	-----	-----
Total	779,53	2.994,39

O valor do saldo à conta *Execução Fiscal Pref. Mariápolis* é decorrente de bloqueio Judicial - Bacen Jud., em 15/08/2016 de R\$ 2.994,39, no Banco do Brasil conta c/c 385-9 / 37.084-3, vinculado à Execução Fiscal n.º 001.01.2010.003656-9 Prefeitura Mariápolis/SP (2ª Vara Judicial de Adamantina). O valor correspondente foi levantado em 18/05/2017.

Por sua vez o valor do saldo à conta *Execução Fiscal - Prefeitura Miracatu* é decorrente de bloqueio Judicial - Bacen Jud., em 26/04/2017 de R\$ 779,53, no Banco do Brasil, vinculado à Execução Fiscal n.º 0000470-24.2009.8.26.0355 Prefeitura de Miracatu/SP. O valor em questão foi levantado em 12/12/2017, no valor atualizado de R\$ 865,04, com identificação e regularização de lançamento em 01/02/2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

2.2.1.5 – (-) Provisões para Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Descrição	2017	2016
(-) Provisão p/Perdas em Créditos Administrativos	<u>456.334,00</u>	<u>0,00</u>
Total	456.334,00	0,00

Os valores demonstrados em 31/12/2017 referem-se ao reconhecimento em 2017, em Ajuste de Exercícios Anteriores, relativos a estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa relacionados a processos administrativos.

2.2.1.6 - Estoques

Os valores de estoques demonstrados em 31/12/2017 referem-se a materiais utilizados nas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza, materiais de informática, material elétrico e outros, armazenados e registrados ao custo médio de aquisição.

Os saldos demonstrados nesta conta, tanto referente a 31/12/2017 quanto a 31/12/2016, refletem os saldos dos valores em estoque nas respectivas datas. O estoque é gerenciado via sistema de gestão patrimonial.

Descrição	2017	2016
Almoxarifado (Material de Consumo)	419.084,31	513.753,76
	-----	-----
Total	419.084,31	513.753,76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

2.2.1.3 - Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo referem-se a valores de anuidades, multas por infrações legais, multas eleitorais, multas éticas e parcelamentos, emitidos no exercício de 2016 a 2017, em cobrança administrativa, com expectativa de realização até o final do exercício seguinte, considerando os respectivos vencimentos.

RESUMO do Saldo de Recebíveis:

	<u>VLRORIG</u>	Curto Prazo	Longo Prazo	<u>(-)PCLD-Provisão</u>	<u>Saldo líquido</u>
VIG POR ANO	R\$ -				
Vigentes	21.526.712,27	21.526.712,27	-	14.632.832,39	R\$ 6.893.879,87
Vigentes	R\$ 146.011.728,82	-	146.011.728,82	127.774.842,53	R\$ 18.236.886,29
SALDOs em 31/12/2017.	R\$ 167.538.441,09	21.526.712,27	146.011.728,82	142.407.674,93	R\$ 25.130.766,16

2.2.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

2.2.2.1 Créditos a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo referem-se a valores de anuidades, multas por infrações legais, multas eleitorais, multas éticas e parcelamentos, emitidos no exercício de 2016 a 2017, em cobrança judicial, com expectativa de recebimento após o final do próximo exercício.

RESUMO do Saldo de Recebíveis:

	<u>VLRORIG</u>	Curto Prazo	Longo Prazo	<u>(-)PCLD-Provisão</u>	<u>Saldo líquido</u>
VIG POR ANO	R\$ -				
Vigentes	21.526.712,27	21.526.712,27	-	14.632.832,39	R\$ 6.893.879,87
Vigentes	R\$ 146.011.728,82	-	146.011.728,82	127.774.842,53	R\$ 18.236.886,29
SALDOs em 31/12/2017.	R\$ 167.538.441,09	21.526.712,27	146.011.728,82	142.407.674,93	R\$ 25.130.766,16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

2.2.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis que estão demonstrados ao custo de aquisição. Observando em especial, que no exercício anterior, de 2016, foram efetuadas as seguintes operações:

- a) Registros contábeis efetuados em 2016 da Reavaliação dos Bens Móveis adquiridos anteriores ao ano de 2016 nos grupos: Mobiliários em Geral, Máquinas e Aparelhos, Equipamentos de Informática, Utensílios de Copa e Cozinha, Equipamentos para áudio, Vídeo e Foto, Ferramentas, Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Sistema de Segurança e Outros Materiais Permanentes. Procedimentos amparados conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6^a Edição - Parte II - Portaria STN nº 700/2014, ITEM 7.1.1, e aprovados conforme Ata de Reunião Plenária de 22/08/2016 trecho 5.8.
- b) Registros contábeis efetuados em dezembro/2016 da Reavaliação a Valor de Mercado, dos Bens IMÓVEIS. Procedimentos amparados conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6^a Edição - Parte II - Portaria STN nº 700/2014, ITEM 7.1.1; aprovado pela Diretoria a ser ratificado pelo Plenário do CRF-SP.

Seguem abaixo os detalhamentos, tendo como referência de 31/12/2017 e 31/12/2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Bens Patrimoniais

a) Movimentação - Bens Patrimoniais - Valor do Custo Corrigido

	Bens Móveis	Bens Imóveis	Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	2.911.606,68	34.932.000,00	-	37.843.606,68
Adições/Aquisições	131.338,40	1.075.954,46	-	1.207.292,86
Reclassificações	- 251.108,68	-	251.108,68	-
Baixas/Ajustes	- 34.263,60	-	-	- 34.263,60
Reavaliações	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	2.757.572,80	36.007.954,46	251.108,68	39.016.635,94

Bens Patrimoniais

b) Movimentação - Bens Patrimoniais – Depreciações Acumuladas

	Bens Móveis	Bens Imóveis	Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 608.621,55	-	75.476,53	- 684.098,08
Adições no exercício	- 435.396,59	-	42.746,79	- 478.143,38
Reclassificações	-	-	-	-
Baixas/Ajustes	-	-	-	-
Reavaliações	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	-1.044.018,14	-	118.223,32	- 1.162.241,46

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

c) Composição - Valor do Custo Corrigido

Bens Móveis:

Descrição	2017	2016
Veículos e Acessórios	50.931,76	50.931,76
Máquinas, Motores e Aparelhos Diversos	251.669,24	260.306,56
Biblioteca e Videoteca	43.525,40	43.351,40
Obras de Arte e Decoração	8.344,64	1.594,64
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	621.275,57	585.901,59
Utensílios de Copa e Cozinha	42.345,17	41.616,31
Equipamentos de Processamento de Dados	1.330.113,04	1.264.162,79
Sistema de Informática	0,00	251.108,68
Equipamentos de Áudio, Foto e Vídeo.	74.108,63	75.834,46
Ferramentas e Utensílios de Manutenção	37.802,15	37.802,15
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	43.419,89	40.181,71
Equipamentos Diversos	26.506,99	27.477,24
Instalações e Benfeitorias	717,71	717,71
Outros Bens de Uso Duradouro	38.390,32	38.620,78
Aparelhos Equip. Comunicação	188.422,29	191.998,90
Total	2.757.572,80	2.911.606,68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

d) Composição - Valor do Custo Corrigido

Bens Imóveis:

Descrição	2017	2016
Campinas – Casa Rua Ibsen da Costa Manso, 30	421.000,00	421.000,00
Araraquara - Casa Terrea	927.000,00	927.000,00
S.J.R.Preto - Casa	1.131.000,00	1.101.000,00
Ribeirão Preto - Casa	734.000,00	734.000,00
Sorocaba - Casa	836.000,00	836.000,00
Piracicaba - Casa	685.000,00	685.000,00
Barretos - Casa	0,00	495.000,00
Marília - Casa	455.000,00	455.000,00
São José dos Campos - Casa	591.870,02	555.000,00
Bauru - Casa	642.000,00	642.000,00
Santo André - Casa	902.000,00	902.000,00
Presidente Prudente - Casa	581.000,00	581.000,00
Araçatuba - prédio misto	864.675,70	0,00
Regina Célia - Amaral Gurgel - sala 01	461.000,00	461.000,00
Regina Célia - Amaral Gurgel - sala 02	569.000,00	569.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 11	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 12	1.149.000,00	1.149.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 21	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 22	1.149.000,00	1.149.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 31	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 32	1.149.000,00	1.149.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 41	1.103.000,00	1.103.000,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 42	1.149.000,00	1.149.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 71	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 91	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 92	1.739.000,00	1.739.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 51	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 62	1.149.000,00	1.149.000,00
Edifício Centro Médico - Santos	459.000,00	459.000,00
Edifício Saint James - S.J. dos Campos	395.000,00	395.000,00
Edifício Centro Empr. Campos Salles - Araçatuba	164.000,00	164.000,00
Edifício Atlantis - Fernandópolis	65.000,00	65.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 61	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 81	1.103.000,00	1.103.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 82	1.739.000,00	1.739.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 52	1.149.000,00	1.149.000,00
Edifício Painel - Capote Valente - Sede - cjto. 72	1.149.000,00	1.149.000,00
Edifício Painel - Capote Valente, 481 - Loja	1.837.000,00	1.837.000,00
Edifício Painel – Cap. Valente, 481 - Sede-Cjto.01	1.344.408,74	1.200.000,00
Edifício Terra Boa – Sala 61 - Barretos	495.000,00	0,00
Total	36.007.954,46	34.932.000,00

Em 09/2017 houve aquisição de imóvel destinado à Seccional de Araçatuba, pelo valor de R\$ 800.000,00(oitocentos mil reais).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Demais adições de custos ao grupo de bens imóveis referem-se a gastos com benfeitorias, cujos valores foram agregados aos respectivos bens, considerando-se a consequente valorização.

No exercício de 2017 adotou-se o cálculo e reconhecimento contábil da depreciação e amortização, com aderência às NBCs(Normas Brasileiras de Contabilidade). Inclusive com ajustes patrimoniais à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores com seu reflexo, conforme demonstrativo de movimentações anterior. Observando-se que ao longo do próximo exercício serão efetuadas maiores revisões e eventuais ajustes nos critérios de cálculo de depreciação/amortização, em decorrência de melhorias de integração de módulo de sistemas de sistema patrimonial e parametrizado com o sistema contábil.

2.2.3 PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Está demonstrado ao custo de aquisição ou realização.

2.2.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Os fornecedores e contas a pagar a curto prazo correspondem aos saldos de Restos a Pagar processados de 2017 e 2016.

Os Restos a Pagar Processados correspondem a fornecedores a pagar nos meses subsequentes ao do encerramento do exercício, conforme rezam os Princípios Fundamentais de Contabilidade e a Lei nº 4.320, estando os lançamentos apropriados à esta conta pelo regime de competência.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:

Descrição	2017	2016
Restos a Pagar Processados	669.345,05	744.606,80
	-----	-----
Total	669.345,05	744.606,80

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

2.2.3.2 - Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo

As obrigações trabalhistas referem-se a valores de encargos sobre folha de pagamento de funcionários, todos com pagamentos efetuados dentro do mês de competência, não apresentando desta forma saldo a pagar ao final do exercício de 2017 e 2016.

2.2.3.3 – Obrigações Previdenciárias, Assistenciais e Fiscais a Curto Prazo

As obrigações previdenciárias, assistenciais e fiscais a curto prazo referem-se a retenções efetuadas nos pagamentos de funcionários e fornecedores, com recolhimentos em mês subsequente.

Descrição	2017	2016
Encargos IN SRF 480/04	3.577,31	0,00
INSS - Empresa	520,00	1.492,00
I.N.S.S.	117.425,33	124.695,29
IRRF	305.152,97	508,03
I.S.S.	2.631,81	4,60
Contribuição sindical	321,04	0,00
Pensão Alimentícia	227,44	00
Empréstimos Consignados CEF	34.709,64	0,00
Seguro de Vida	1.183,99	0,00
	-----	-----
Total	465.749,53	126.699,92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

2.2.3.4 – Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

Em 2017 foram apurados pelo Depto.de Consultoria Jurídica as informações relativas a provisões e contingências. Em atendimento às NBC(Normas Brasileiras de Contabilidade), efetuou-se o registro contábil das provisões, sendo inclusive com reflexo em Ajustes de Exercícios Anteriores. Para fins de reconhecimento e registro contábil, utilizou-se como referencial as probabilidades de perdas, cujas estimativas foram efetuadas pelo Depto. de Consultoria Jurídica, a saber:

Perdas prováveis: registro contábil da provisão

Perdas possíveis: apenas menção nestas notas, todavia sem o registro contábil da provisão, e,

Perdas remotas: apenas menção nestas notas, todavia sem o registro contábil da provisão.

As estimativas quanto à probabilidades de perdas ou êxito, e dos respectivos valores em risco, foram efetuadas pelos profissionais do Depto. de Consultoria Jurídica desta entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Natureza Processual	Objeto	Valor da Causa	Valor da Causa Atual	Probabilidade de Perda	Probabilidade de Término	Vi. em RISCO	Vi. Provisão p/ Perdas
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	3.872.672,17	5.955.852,16	Provável	Até 2018	439.814,59	440.000,00
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	28.339,00	63.136,80	Provável	Já Finalizado	6.313,68	6.000,00
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	5.789.551,18	8.677.069,79	Já Finalizado	Já Finalizado	359.571,39	360.000,00
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	44.331,64	119.570,72	Já Finalizado	Até 2018	-	-
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	4.216.883,70	6.611.152,87	Provável	Apartir de 2019	593.284,23	593.000,00
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	5.983,27	16.131,41	Possível	Até 2018	1.483,19	-
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	12.154.092,89	15.979.879,61	Possível	Apartir de 2019	291.114,97	-
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	1.050.544,00	108.324,34	Remota	Até 2018	4.698,58	-
CÍVEL	Diversos/ e/ou Arrecadação	1.219.512,83	2.036.779,61	Remota	Apartir de 2019	152.062,95	-
CÍVEL		28.381.910,68	39.567.897,30			1.848.343,57	1.399.000,00

CÍVEL	Danos morais / Danos mat	69.261,39	91.778,78	Provável	Até 2018	321.956,83	322.000,00
CÍVEL	Danos morais / Danos mat	140.488,95	220.878,80	Já Finalizado	Até 2018	2.704,06	3.000,00
CÍVEL	Danos morais / Danos mat	159.019,46	187.123,13	Possível	Apartir de 2019	9.780,41	-
CÍVEL	Danos morais / Danos mat	136.650,58	188.812,43	Remota	Até 2018	16.841,55	-
CÍVEL	Danos morais / Danos mat	265.992,20	399.108,79	Remota	Apartir de 2019	29.278,74	-
CÍVEL		771.412,58	1.087.701,93			380.561,59	325.000,00

TRIBUTÁRIO	e cancelamento de multas	18.280,00	45.160,78	Provável	Até 2018	4.516,07	5.000,00
TRIBUTÁRIO	Outros	1.000,00	1.315,45	Já finalizado	Já finalizado	-	-
TRIBUTÁRIO		19.280,00	46.476,23			4.516,07	5.000,00

TRABALHISTA		267.000,00	416.839,71	Provável	Até 2018	219.755,62	220.000,00
TRABALHISTA		239.002,77	287.730,98	Possível	Apartir de 2019	3.257.742,62	-
TRABALHISTA		21.000,00	30.606,66	Remota	Apartir de 2019	-	-
TRABALHISTA		770.229,71	1.875.686,37	Já finalizado	Já finalizado	-	-
TRABALHISTA		1.297.232,48	2.610.863,72			3.477.498,24	220.000,00

ADMINISTRATIVO	Outros	1.000,00	2.757,95	Já finalizado	Já finalizado	-	-
ADMINISTRATIVO		1.000,00	2.757,95			-	-

TOTAL GERAL		30.470.835,74	43.315.697,13			5.710.919,47	1.949.000,00
--------------------	--	----------------------	----------------------	--	--	---------------------	---------------------

Resumo das Provisões contábeis:			
Descrição:		2017	2016
Saldo anterior		-	-
Provisões a Curto Prazo		1.356.000,00	-
Provisões a Longo Prazo		593.000,00	-
Saldo final		1.949.000,00	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

3. Orçamento de 2017

O orçamento inicial do CRF-SP para o ano de 2017, elaborado segundo os conceitos técnicos formais estabelecidos na Lei nº 4.320/64 orçou as receitas e fixou a despesas nos montantes iguais a R\$ 70.510.000,00 (setenta milhões, quinhentos e dez mil reais). Durante o exercício de 2017 foi efetuada Reformulação, para mais em R\$ 815.535,00, e ficando com final de R\$ 71.325.535,00 (setenta e um milhões, trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos e trinta e cinco reais).

A abertura de créditos suplementares, no exercício de 2017, foi com base em recursos provenientes de excesso de arrecadação. Tendo como justificativas a estimativa de arrecadação de taxas de inscrições em concurso público, não orçadas para o exercício correspondente, no importe de R\$ 515.535,00, além de projeção de incremento na arrecadação de dívida ativa administrativa de R\$ 150.000,00 e de dívida ativa executiva de R\$ 150.000,00. Perfazendo assim o total de Reformulação para mais, em R\$ 815.535,00 (oitocentos e quinze mil e quinhentos e trinta e cinco reais).

O Orçamento de 2017 foi aprovado conforme deliberação da Reunião Plenária n. 11/2016 de 21/11/2016 (trecho 5.13) e a 1ª. Reformulação pela decisão da Reunião Plenária nº 11/2017 de 20/11/2017 (trecho 7.21).

Observadas as categorias econômicas e segundo suas fontes, as receitas foram orçadas nos montantes abaixo para os 2 (dois) últimos anos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Descrição	2017	2016
Receita Corrente	70.366.000,00	58.661.000,00
Receita de Contribuição	40.065.000,00	32.727.000,00
Receita Patrimonial	3.098.000,00	2.209.000,00
Receita de Serviços	23.643.000,00	20.522.000,00
Receitas Financeiras	155.000,00	46.000,00
Outras Receitas Correntes	3.405.000,00	3.157.000,00
Receita de Capital	144.000,00	780.000,00
Alienação de Bens	144.000,00	318.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	462.000,00
	-----	-----
Total das Receitas	70.510.000,00	59.441.000,00
Reformulação Orçamentária	<u>815.535,00</u>	<u>13.240.600,00</u>
TOTAL c/ Reformulação	71.325.535,00	72.681.600,00

Observadas as categorias econômicas as despesas foram fixadas nos montantes abaixo para os 2 (dois) últimos anos.

Descrição	2017	2016
Despesa Corrente	69.561.535,00	66.820.000,00
Despesa de Custeio	66.311.535,00	66.570.000,00
Transferências Correntes	250.000,00	250.000,00
Despesa de Capital	1.764.000,00	5.861.600,00
	-----	-----
Total Despesas c/Reformul.	71.325.535,00	72.681.600,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **Encerradas em 2017 e 2016**

Valores expressos em R\$

Durante o exercício financeiro de 2016, foi realizada 1 (uma) reformulação orçamentária, no valor de R\$ 13.240.600,00 (Treze milhões, duzentos e quarenta mil e seiscentos reais) considerando-se o Superávit Financeiro existente até o ano de 2015.

O orçamento inicial de 2016, no valor de R\$ 59.441.000,00 (Cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil reais) resultou no orçamento reformulado de R\$ 72.681.600,00 (Setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil e seiscentos reais).

Os valores desta reformulação de 2016 foram alocados na Categoria Econômica das Despesas Correntes e de Capital para manutenção do Orçamento Programa/2016.

Os valores oferecidos para reformulação orçamentária em 2016, consistem no superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme dispõe o art. 43 § 1º - inciso I, da Lei 4.320/64. A consideração da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores, justifica-se pela existência de saldos Financeiro/Orçamentário para honrar os compromissos assumidos.

Execução orçamentária dos exercícios

Conforme disposto no art. 102 da Lei nº 4.320/64, a qual estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços, o balanço orçamentário tem por objetivo demonstrar o comportamento da receita e despesa, face, à sua previsão e fixação, em confronto com a execução, gerando o Resultado Orçamentário do Exercício.

A seguir, encontra-se o resumo dos 2 últimos anos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Balanço Orçamentário

Descrição	2017	2016
Receitas Correntes	71.941.359,00	63.036.676,97
Receitas de Contribuições	39.024.611,34	36.869.332,61
Receita Patrimonial	2.635.509,81	3.125.899,06
Receitas de Serviços	11.241.115,08	20.707.200,53
Receita Patrimonial	2.635.509,81	3.125.899,06
Transfer. de Instit. Privadas	5.510,40	0,00
Outras Receitas Correntes	18.738.735,16	2.185.644,82
Receitas de Capital	0,00	206.504,27
Alienação de Bens	0,00	206.504,27
Outras Receitas	0,00	0,00
	-----	-----
Subtotal das Receitas	71.941.359,00	63.243.181,24
Déficit do período	-	3.034.866,02
	-----	-----
TOTAL	71.941.359,00	66.278.047,26

Descrição	2017	2016
Despesas Correntes	66.935.712,64	62.639.599,07
Despesas de Custeio	66.804.284,64	62.486.816,57
Transferências Correntes	131.428,00	152.782,50
Despesas de Capital	1.490.989,89	3.638.448,19
Investimentos	1.490.989,89	3.638.448,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00
	-----	-----
Subtotal das Despesas	68.426.702,53	66.278.047,26
Superávit do período	<u>3.514.656,47</u>	<u>-</u>
TOTAL	71.941.359,00	66.278.047,26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

<i>% de realização das Receitas</i>	100,9	106,4
<i>% de realização das Despesas</i>	95,9	91,2

A execução orçamentária dos anos de 2016 a 2017 acima sintetizadas demonstram a observância do cumprimento dos orçamentos elaborados atingindo as previsões de recebimentos e cumprimentos dos objetivos estabelecidos no orçamento aprovado. Esta comparação é efetuada em face dos valores com as devidas reformulações orçamentárias e não o seu valor original.

As receitas arrecadadas alcançaram em 2017 a cifra de R\$ 71.941.359,00 o que correspondeu a uma evolução de R\$ 8.698.177,76 ou 13,75% em relação à 2016, principalmente decorrente do incremento na arrecadação de contribuições (anuidades) no patamar de R\$ 2.155.278,73 ou 5,85 % e, incremento em Outras Receitas Correntes (nestas compreendidas inclusive a Dívida Ativa (Administrativa e Judicial)) no importe de R\$ 5.444.146,97 ou 40,95% no período 2017/2016.

Observe-se que a partir do exercício de 2017, inclusive, as arrecadações de Dívida Ativa (Administrativa e Judicial), foram reclassificadas contabilmente do grupo de *Receita de Serviços* para o grupo de *Outras Receitas Correntes*, sendo que este por sua vez é composto pela arrecadação de Multas de Infrações e de arrecadação de Dívida Ativa.

As despesas empenhadas pela entidade alcançaram em 2017 a cifra de R\$ **68.426.702,53** ante aos R\$ **66.278.047,26** de 2016, com crescimento de 3,24 % em relação a 2016, principalmente representado pelo incremento nas despesas de custeio em R\$ 4.317.468,07 – 6,91% no período 2017/2016. Justifica-se a relação percentual acima, o fato da redução de R\$ 2.147.458,30 – 144,03%, de 2017 em relação a 2016, dos gastos com Investimentos. Ou, justifica-se a relação percentual acima, pela maior participação em 2016, dos gastos com Investimentos, em relação aos gastos totais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Justificativa do Superávit/ Déficit Orçamentário do Exercício de 2017/2016.

Conforme o Demonstrativo do Balanço Orçamentário, no encerramento do exercício de 2017 foi apresentado um Superávit apurado no sistema Orçamentário no montante de R\$ 3.514.656,47 (três milhões, quinhentos e catorze mil reais, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), justificado pelo melhor desempenho da Arrecadação e aprimoramento de controle dos gastos, inclusive com reflexo de melhores desempenhos em processos em processos licitatórios.

Conforme o Demonstrativo do Balanço Orçamentário, no encerramento do exercício de 2016 foi apresentado um déficit apurado no sistema Orçamentário no montante de R\$ 3.034.866,02 (três milhões, trinta e quatro mil e oitocentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

Esse déficit reflete no Patrimônio do CRF-SP, sendo absorvido com a utilização de saldo financeiro acumulado em exercício anterior, para manutenção do Orçamento de 2016.

Segue demonstrativo sintetizado do resultado orçamentário:

Descrição	2017	2016
(+) Receitas Correntes	71.941.359,00	63.036.676,97
(-) Despesas Correntes	<u>66.935.712,64</u>	<u>62.639.599,07</u>
(=) Superávit Corrente	5.005.646,36	397.077,90
(+) Receitas de Capital	-	206.504,27
(-) Despesas de Capital	<u>1.490.989,89</u>	<u>3.638.448,19</u>
(-)Superávit /Déficit de Capital	1.490.989,89	(3.431.943,92)
(=) Superávit / Déficit	3.514.656,47	(3.034.866,02)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Conforme demonstração acima, verifica-se nas operações correntes um resultado positivo, evidenciando uma gestão orçamentária equilibrada entre as receitas arrecadadas e despesas de custeios empenhadas, liquidadas e pagas, tanto no exercício de 2017 quanto no de 2016.

Por sua vez, o déficit de 2016 encontra-se evidenciado nas operações de capital, ou seja, decorrente do resultado líquido nas ações de alienações e investimentos realizados.

Em 2016 as receitas de capital tiveram como fato gerador a venda de veículos que compunham a frota da entidade. Porém, as despesas de capital, compreendem as aquisições de imóveis, das quais se destacam a loja e o conjunto 01, ambos no edifício sede, novos mobiliários, equipamentos de telecomunicações, informática e outros, todos incorporados ao patrimônio da entidade, com o objetivo de propiciar melhorias nas atividades e excelência no atendimento à população e aos profissionais e entidades farmacêuticas.

Demonstrativo dos principais investimentos de capital em 2017 e 2016:

Descrição	2017	2016
Aquisição prédio misto - Araçatuba	800.000,00	0,00
Aquisição Loja Edifício Sede	0,00	1.600.000,00
Aquisição Cj 01 Edifício Sede	0,00	1.200.000,00
Instalações	414.287,38	270.444,14
Biblioteca	169,00	5.229,89
Obras de Arte e Decoração	6.750,00	0,00
Mobiliário em geral	27.576,20	116.035,55
Utensílios de copa e cozinha	1.309,39	7.859,34
Equipamentos de Informática/Proc.dados	187.938,13	251.780,38
Equipamento áudio, foto e vídeo	0,00	3.955,19
Ferramentas e Utensílios de Manutenção	321,67	1.267,20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016

Valores expressos em R\$

Equipamentos de Proteção	7.029,68	12.649,00
Aparelhos de Intercomunicação	0,00	136.560,00
Máquinas, Motores e Aparelhos Diversos	<u>45.608,44</u>	<u>32.667,50</u>
Total	1.490.989,89	3.638.448,19
(-) Alienações de Bens		
<i>Venda de Veículos</i>	<u>(0,00)</u>	<u>(206.504,27)</u>
(=) Operações de Capital (Líquido)	1.490.989,89	3.431.943,92

4. Balanço Financeiro

Abaixo encontra-se o resumo do resultado financeiro para os 2 últimos anos:

Descrição	2017	2016
Receitas Orçamentárias (Corrente e de Capital)	71.941.359,00	63.243.181,24
Receita Extra-Orçamentária:		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	22.831,55	0
Inscrição de Restos a Pagar Não Proc. (inscritos 2017/2016)	2.296.138,46	1.819.415,12
Inscrição de Restos a Pagar Proc. (inscritos 2017/2016)	669.345,05	744.606,80
Outros Recebimentos Extra-orçamentários	<u>19.057.339,75</u>	<u>21.703.414,77</u>
Subtotal	22.045.654,81	24.267.436,69
Total das Receitas	93.987.013,81	87.510.617,93
Despesas Orçamentárias (empenhadas: Correntes e de Capital)	68.426.702,53	66.278.047,26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Despesas Extra-Orçamentárias:

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.917,99	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Proc. (inscr. 2016/2015)	1.254.468,09	1.765.037,07
Pagamentos de Restos a Pagar Proc. (inscr. 2016/2015)	743.661,00	17.915,96
Outros Recebimentos Extra-orçamentários	18.408.138,34	20.796.759,15
Subtotal	20.411.185,42	22.579.712,18
Total das Despesas	88.837.887,95	88.857.759,44
Resultado Financeiro	5.149.125,86	(1.347.141,51)
Conciliação		
Saldo em espécie do Exercício Anterior - Caixa e Equivalente de Caixa	16.520.280,24	17.867.421,75
Saldo em espécie p/o Exercício Seguinte-Caixa e Equivalente de Caixa	21.669.406,10	16.520.280,24
Resultado Financeiro	5.149.125,86	(1.347.141,51)

A entidade vem administrando seus recursos de forma a proporcionar a sua melhor e adequada aplicação dos mesmos. Em 2017 a entidade apurou um aumento no saldo financeiro de R\$ 5.149.125,86, alavancado pelo aumento da arrecadação e no controle de gastos. Por sua vez em 2016, apresentou uma redução de seu saldo financeiro de R\$ 1.347.141,51, impactado principalmente pelos investimentos de capital já detalhados no item 6, no entanto fechando o ano de 2016 com estabilidade financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

5. Variações Patrimoniais

Abaixo encontra-se o resumo do resultado das variações patrimoniais relativo aos exercícios de 2017 / 2016.

Descrição	2017	2016
Receitas Orçamentárias arrecadadas	71.941.359,00	63.243.181,24
Mutações Patrimoniais Ativas Indep. da Exec. Orçamentária:		
Receitas do exercício a arrecadar / Outros	73.260.013,97	55.934.657,36
Reavaliação de Imobilizado –Bens Móveis:	0,00	1.116.418,31
Reavaliação de Imobilizado –Bens Imóveis:	0,00	6.771.202,77
Outras receitas patrimoniais e de ajustes patrimoniais/almojarifado.	318.875,43	318.875,43
Total Variações Patrimoniais Ativas	145.520.248,40	127.384.335,11
Despesas Orçamentárias (liquidadas)	65.125.233,20	61.052.783,69
Desp. Restos a Pagar Não Proc.2015 liquidadas em 2016, e de 2016 liquidadas em 2017.	1.254.468,09	1.765.037,07
Mutações Patrimoniais Passivas indep. da Exec. Orçamentária:		
Reavaliação de Imobilizado –Bens Móveis:	0,00	27.059,05
Reavaliação de Imobilizado –Bens Imóveis:	0,00	2.411.503,57
Perdas involuntárias c/Imobilizado–Bens Móveis	34.263,60	460.283,95
Estorno Despesa de Tarifas a receber-CFF	0,00	-309.483,00
Baixa p/Provisões de Recebíveis Incobráveis	174.772,94	0,00
Provisões p/Perdas com Recebíveis	72.426.113,09	0,00
Outras (almojarifado e outros).	-86.747,80	-39.959,86

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

Despesas de Depreciação/Amortização	478.143,37	0,00
Provisões p/Contingências	<u>1.055.000,00</u>	<u>0,00</u>
Total Variações Patrimoniais Passivas	140.461.246,49	65.367.224,47
Superávit patrimonial do Exercício	<u>5.059.001,91</u>	<u>62.017.110,64</u>

Acima demonstramos os impactos no Ativo Real Líquido da entidade, onde além das receitas e despesas orçamentárias o grande destaque das variações patrimoniais se refere à adequação quanto ao reconhecimento das receitas pelo regime de competência, ou seja, independentemente de sua efetiva arrecadação.

Outro fator relevante, relativo ao exercício anterior, no caso ref. 2016, está nos efeitos do reconhecimento de perdas estimadas em recebíveis, de despesas de Depreciação/Amortização e da constituição de Provisões para eventuais Contingências.

6. Patrimônio Líquido

O Patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente e eventuais ajustes de exercícios anteriores.

6.1 Evolução do Saldo Patrimonial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Encerradas em 2017 e 2016

Valores expressos em R\$

O resultado do exercício de 2017, apurado pela Demonstração das Variações Patrimoniais, foi de R\$ 5.059.001,91 (cinco milhões e cinquenta e nove mil e um reais e noventa e um centavos), atingindo-se após este e, após os ajustes elencados nos itens anteriores acima, o patrimônio líquido acumulado em 31/12/2017 de R\$ 82.014.199,63 (oitenta e dois milhões, catorze mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e três centavos).

Evolução do Saldo Patrimonial:

Descrição:	2017	2016
Saldo anterior do Patrimônio Líquido Acumul.	110.738.879,44	49.574.017,60
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(33.783.681,72)	(852.248,80)
Resultado do Exercício	<u>5.059.001,91</u>	<u>62.017.110,64</u>
Saldo final do Patrimônio Líquido Acumulado	89.014.199,63	110.738.879,44

7. Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar não processados referem-se aos saldos de despesas empenhadas no exercício, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços não foi concluído até o encerramento do Balanço. A partir de 2013, em cumprimento às normas da STN, mudou-se a forma do registro de Restos a Pagar Não Processados, não sendo contabilizados em contas patrimoniais, pois não se trata de uma obrigação presente, ou seja, até a data do balanço não houve a entrega do produto ou do serviço em questão, fato este que caracteriza a liquidação e obrigação do pagamento. Seu registro foi efetuado apenas em contas orçamentárias e o montante evidenciado no Passivo Financeiro, em quadro complementar do Balanço Patrimonial, em atendimento ao disposto na Lei nº 4.320/64.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

8. Passivo Financeiro

Descrição	2017	2016
Total do Passivo (CP e LP)	3.093.048,84	871.306,72
(-) Provisões a Curto Prazo	(1.356.000,00)	0,00
(-) Provisões a Longo Prazo	(593.000,00)	0,00
Restos a Pagar Não Processados	2.296.138,46	1.819.415,12
Restos a Pagar Não Processados de Exerc. Anterior	<u>40.250,00</u>	<u>0,00</u>
Total Passivo Financeiro	3.480.437,30	2.690.721,84

9. Cobertura de Seguros

A entidade possui cobertura de seguros para cobrir seus riscos ao patrimônio e de responsabilidades contra terceiros.

10. Ônus Reais e Garantias

A entidade não possui avais ou fianças evidenciadas no exercício de 2017.

11. Instrumentos Financeiros

Em face à característica da entidade, é vedado o uso de instrumentos financeiros conforme explicitado no decreto lei 93.972/86, restringindo-se as aplicações à caderneta de poupança e CDB, nos termos da Resolução CFF 531 de 27/04/2010, conforme explicitado no tópico 2.2.1.1.b).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerradas em 2017 e 2016
Valores expressos em R\$

São Paulo, 28 de maio de 2018.

Dr. Marcos Machado Ferreira
CRF-SP 32.635-4
Presidente

Dra. Danyelle Cristine Marini de Moraes
CRF-SP 25.937-3
Diretora Tesoureira

Dra. Patrícia Aparecida Simoni Barretto
Gerente Geral Financ. Contábil e Dív. Ativa
OAB-SP 132.302

Valmir Reckziegel
Gerente de Contabilidade
CRC-SP 1SP164.650/O-1

Apêndice 02

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Programação de Despesas Correntes e de Capital e Receitas a Realizar

Apresentação da programação orçamentária da despesa:

Conta	DOTAÇÃO INICIAL		SUPLEMENTAÇÃO		REDUÇÃO		ORÇADO FINAL	
	Exercício anterior	Exercício atual	Exercício anterior	Exercício atual	Exercício anterior	Exercício atual	Exercício anterior	Exercício atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	59.441.000,00	70.510.000,00	0,00	13.291.535,00	0,00	12.476.000,00	59.441.000,00	71.325.535,00
6.2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES	58.661.000,00	70.366.000,00	0,00	13.291.535,00	0,00	12.476.000,00	58.661.000,00	71.181.535,00
6.2.1.1.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	32.727.000,00	40.065.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.727.000,00	40.065.000,00
6.2.1.1.1.01.01 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.727.000,00	40.065.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.727.000,00	40.065.000,00
6.2.1.1.1.01.01.01 - ANUIDADES	32.727.000,00	40.065.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.727.000,00	40.065.000,00
6.2.1.1.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	2.209.000,00	3.098.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209.000,00	3.098.000,00
6.2.1.1.1.04.01 - RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	6.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	9.000,00
6.2.1.1.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.203.000,00	3.089.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.203.000,00	3.089.000,00
6.2.1.1.1.05 - RECEITAS DE SERVIÇOS	20.522.000,00	23.643.000,00	0,00	515.535,00	0,00	12.476.000,00	20.522.000,00	11.682.535,00
6.2.1.1.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.234.000,00	2.447.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.234.000,00	2.447.000,00
6.2.1.1.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	620.000,00	708.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620.000,00	708.000,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.790.000,00	5.935.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.790.000,00	5.935.000,00
6.2.1.1.1.05.06 - RECEITAS DIVERSAS	11.878.000,00	14.553.000,00	0,00	515.535,00	0,00	12.476.000,00	11.878.000,00	2.592.535,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	46.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	155.000,00
6.2.1.1.1.06.03 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	21.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	45.000,00
6.2.1.1.1.06.04 - JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00

6.2.1.1.1.06.07 - MULTAS DE MORA SOBRE ANUIDADES	25.000,00	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	106.000,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.157.000,00	3.405.000,00	0,00	12.776.000,00	0,00	0,00	3.157.000,00	16.181.000,00
6.2.1.1.1.08.01 - MULTAS DE INFRAÇÕES	2.214.000,00	2.695.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.214.000,00	2.695.000,00
6.2.1.1.1.08.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	11.000,00
6.2.1.1.1.08.03 - DÍVIDA ATIVA	914.000,00	699.000,00	0,00	12.776.000,00	0,00	0,00	914.000,00	13.475.000,00
6.2.1.1.1.08.03.01 - DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	837.000,00	668.000,00	0,00	3.956.000,00	0,00	0,00	837.000,00	4.624.000,00
6.2.1.1.1.08.03.02 - DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	77.000,00	31.000,00	0,00	8.820.000,00	0,00	0,00	77.000,00	8.851.000,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	780.000,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00	144.000,00
6.2.1.1.2.02 - ALIENACAO DE BENS	318.000,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	318.000,00	144.000,00
6.2.1.1.2.02.02 - ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.000,00
5.2.2.1.3.01 - SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR	0,00	0,00	13.240.600,00	0,00	0,00	0,00	13.240.600,00	0,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	59.441.000,00	70.510.000,00	18.494.783,83	6.586.446,87	5.254.183,83	5.770.911,87	72.681.600,00	71.325.535,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	59.441.000,00	70.510.000,00	18.494.783,83	6.586.446,87	5.254.183,83	5.770.911,87	72.681.600,00	71.325.535,00
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	56.191.000,00	68.746.000,00	15.551.183,83	6.392.446,87	4.922.183,83	5.576.911,87	66.820.000,00	69.561.535,00
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.857.200,00	24.686.000,00	3.084.943,94	2.532.292,00	635.000,00	503.120,00	24.307.143,94	26.715.172,00
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	15.543.200,00	18.411.000,00	2.481.460,48	1.056.772,00	365.000,00	25.520,00	17.659.660,48	19.442.252,00
6.2.2.1.1.01.01.02 - DESPESAS COM PESSOAL VARIÁVEL	1.354.000,00	1.163.000,00	60.000,00	154.520,00	270.000,00	32.100,00	1.144.000,00	1.285.420,00
6.2.2.1.1.01.01.03 - ENCARGOS PATRONAIS	4.960.000,00	5.112.000,00	543.483,46	1.321.000,00	0,00	445.500,00	5.503.483,46	5.987.500,00
6.2.2.1.1.01.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.115.800,00	26.135.000,00	9.196.239,89	3.668.726,87	2.026.582,29	4.568.700,87	26.285.457,60	25.235.026,00
6.2.2.1.1.01.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.065.000,00	5.700.366,00	1.296.800,00	291.338,33	103.000,00	0,00	5.258.800,00	5.991.704,33
6.2.2.1.1.01.01.04.02 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – RGPS - CFF	395.000,00	197.000,00	182.000,00	43.680,00	209.600,00	7.500,00	367.400,00	233.180,00
6.2.2.1.1.01.01.04.03 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	70.000,00	1.164.500,00	1.180.248,69	0,00	130.000,00	1.088.223,33	1.120.248,69	76.276,67
6.2.2.1.1.01.01.04.04 - USO DE BENS E SERVIÇOS	14.585.800,00	19.073.134,00	6.537.191,20	3.333.708,54	1.583.982,29	3.472.977,54	19.539.008,91	18.933.865,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04.001 - CONSUMO DE MATERIAL	1.385.000,00	1.336.000,00	504.400,00	155.250,00	228.200,00	309.000,00	1.661.200,00	1.182.250,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04.002 - DIARIAS	1.273.000,00	1.793.000,00	620.000,00	332.500,00	0,00	229.000,00	1.893.000,00	1.896.500,00
6.2.2.1.1.01.01.04.04.003 - SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	1.085.000,00	929.000,00	144.508,91	304.507,04	142.663,29	1.992,00	1.086.845,62	1.231.515,04

6.2.2.1.1.01.04.04.004 - VERBAS DE PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES	230.000,00	241.800,00	50.000,00	0,00	15.000,00	100.000,00	265.000,00	141.800,00
6.2.2.1.1.01.04.04.005 - SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	10.612.800,00	14.773.334,00	5.218.282,29	2.541.451,50	1.198.119,00	2.832.985,54	14.632.963,29	14.481.799,96
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.113.000,00	16.295.000,00	2.500.000,00	0,00	2.030.601,54	294.091,00	14.582.398,46	16.000.909,00
6.2.2.1.1.01.05.02 - CONTRIBUIÇÕES	14.113.000,00	16.295.000,00	2.500.000,00	0,00	2.030.601,54	294.091,00	14.582.398,46	16.000.909,00
6.2.2.1.1.01.06 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	855.000,00	1.380.000,00	770.000,00	185.000,00	230.000,00	86.000,00	1.395.000,00	1.479.000,00
6.2.2.1.1.01.06.01 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00	150.000,00	89.000,00
6.2.2.1.1.01.06.02 - SENTENÇAS JUDICIAIS	705.000,00	1.205.000,00	770.000,00	185.000,00	230.000,00	0,00	1.245.000,00	1.390.000,00
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	0,00	6.428,00	0,00	125.000,00	250.000,00	131.428,00
6.2.2.1.1.01.08.01 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00	250.000,00	0,00	6.428,00	0,00	125.000,00	250.000,00	131.428,00
6.2.2.1.1.01.08.01.03 - CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	250.000,00	250.000,00	0,00	6.428,00	0,00	125.000,00	250.000,00	131.428,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	3.250.000,00	1.764.000,00	2.943.600,00	194.000,00	332.000,00	194.000,00	5.861.600,00	1.764.000,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	3.250.000,00	1.764.000,00	2.943.600,00	194.000,00	332.000,00	194.000,00	5.861.600,00	1.764.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	190.000,00	510.000,00	270.000,00	0,00	106.000,00	0,00	354.000,00	510.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - BENS MOVEIS	560.000,00	454.000,00	673.600,00	94.000,00	226.000,00	94.000,00	1.007.600,00	454.000,00
6.2.2.1.1.02.01.04 - BENS IMÓVEIS	2.500.000,00	800.000,00	2.000.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	4.500.000,00	800.000,00

Análise crítica:

Apêndice 03

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Demonstrativo da Receita

Descrição dos repasses de receita:

Análise crítica:

Conta	2017					2016		
	Orçado	Receita Bruta	Repassé	Valor do Repasse	Diferença	Orçado	Receita Bruta	Diferença
6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	71.325.535,00	71.941.359,00		15.969.371,83	-615.824,00	59.441.000,00	63.243.181,24	-3.802.181,24
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	15.969.371,83				
6.2.1.2.1 - RECEITAS CORRENTES	71.181.535,00	71.941.359,00		15.969.371,83	-759.824,00	58.661.000,00	63.036.676,97	-4.375.676,97
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	15.969.371,83				
6.2.1.2.1.01 - RECEITA TRIBUTÁRIA	40.065.000,00	39.024.611,34		9.774.385,24	1.040.388,66	32.727.000,00	36.869.332,61	-4.142.332,61
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	9.774.385,24				
6.2.1.2.1.01.01 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.065.000,00	39.024.611,34		9.774.385,24	1.040.388,66	32.727.000,00	36.869.332,61	-4.142.332,61
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	9.774.385,24				
6.2.1.2.1.01.01.01 - ANUIDADES	40.065.000,00	39.024.611,34		9.774.385,24	1.040.388,66	32.727.000,00	36.869.332,61	-4.142.332,61
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	9.774.385,24				
6.2.1.2.1.01.01.01.001 - Anuidades Pessoas Físicas	24.369.000,00	24.282.649,03		6.077.278,21	86.350,97	20.955.000,00	22.355.708,68	-1.400.708,68

			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	6.077.278,21				
6.2.1.2.1.01.01.01.002 - Anuidades Pessoas Jurídicas	15.696.000,00	14.741.962,31		3.697.107,03	954.037,69	11.772.000,00	14.513.623,93	-2.741.623,93
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	3.697.107,03				
6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	3.098.000,00	2.635.509,81		0,00	462.490,19	2.209.000,00	3.133.837,81	-924.837,81
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.04.01 - RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	9.000,00	0,00		0,00	9.000,00	6.000,00	1.989,36	4.010,64
			--	0,00				
6.2.1.2.1.04.01.01 - Aluguéis	9.000,00	0,00		0,00	9.000,00	6.000,00	1.989,36	4.010,64
			--	0,00				
6.2.1.2.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.089.000,00	2.635.509,81		0,00	453.490,19	2.203.000,00	3.131.848,45	-928.848,45
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.04.02.01 - Correção Monetária Caderneta de Poupança	37.000,00	9.011,78		0,00	27.988,22	32.000,00	36.530,39	-4.530,39
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.04.02.02 - Juros Caderneta de Poupança	112.000,00	34.753,42		0,00	77.246,58	130.000,00	106.016,86	23.983,14
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.04.02.04 - Juros Aplicações em CDB e RDB	2.245.000,00	1.677.148,53		0,00	567.851,47	1.798.000,00	2.327.265,50	-529.265,50
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.04.02.06 - Outros Rendimentos	695.000,00	914.596,08		0,00	-219.596,08	243.000,00	662.035,70	-419.035,70
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.05 - RECEITAS DE SERVIÇOS	11.682.535,00	11.241.115,08		2.358.220,91	441.419,92	20.522.000,00	20.707.200,53	-185.200,53
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2.358.220,91				
6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.447.000,00	2.439.382,15		610.188,59	7.617,85	2.234.000,00	2.359.560,22	-125.560,22
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	610.188,59				
6.2.1.2.1.05.01.01 - Pessoa Física	986.000,00	954.194,16		238.596,74	31.805,84	878.000,00	956.101,34	-78.101,34

			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	238.596,74				
6.2.1.2.1.05.01.02 - Pessoa Jurídica	1.461.000,00	1.485.187,99		371.591,85	-24.187,99	1.356.000,00	1.403.458,88	-47.458,88
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	371.591,85				
6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	708.000,00	730.468,21		182.661,95	-22.468,21	620.000,00	696.232,69	-76.232,69
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	182.661,95				
6.2.1.2.1.05.02.01 - Pessoa Física	708.000,00	730.468,21		182.661,95	-22.468,21	620.000,00	696.232,69	-76.232,69
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	182.661,95				
6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.935.000,00	6.083.216,95		1.521.385,73	-148.216,95	5.790.000,00	5.897.933,44	-107.933,44
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.521.385,73				
6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	113.000,00	144.934,06		36.244,45	-31.934,06	100.000,00	134.313,75	-34.313,75
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	36.244,45				
6.2.1.2.1.05.03.02 - Pessoa Jurídica	5.822.000,00	5.938.137,66		1.485.141,28	-116.137,66	5.690.000,00	5.763.619,69	-73.619,69
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.485.141,28				
6.2.1.2.1.05.03.03 - Pessoa Jurídica - CR-Certidões de Regularidade	0,00	145,23		0,00	-145,23	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.05.06 - RECEITAS DIVERSAS	2.592.535,00	1.988.047,77		43.984,64	604.487,23	11.878.000,00	11.753.474,18	124.525,82
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	43.984,64				
6.2.1.2.1.05.06.01 - Inscrições em Congressos, Convenções, Eventos Similares, Seleções, Etc.	389.000,00	423.389,54		0,00	-34.389,54	24.000,00	864,02	23.135,98
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.05.06.02 - Stands em Congressos, Convenções, Eventos Similares,	1.300.000,00	0,00		0,00	1.300.000,00	0,00	5.301,50	-5.301,50
			--	0,00				
6.2.1.2.1.05.06.04 - Anúncio Publicitário e Patrocínio	40.000,00	576.965,00		0,00	-536.965,00	91.000,00	20.530,15	70.469,85
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				

6.2.1.2.1.05.06.07 - Receita de Ônus de Sucumbência	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	25.000,00	0,00	25.000,00
			--	0,00			
6.2.1.2.1.05.06.09 - Convênios	0,00	111.648,69	0,00	-111.648,69	0,00	223.297,80	-223.297,80
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.05.06.12 - Remessa de Documentos ao CFF	0,00	11.136,00	0,00	-11.136,00	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.05.06.13 - Multas aplicadas processos Licitatórios	0,00	27.506,89	0,00	-27.506,89	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.05.06.14 - Taxas de Inscrições em Concursos	515.535,00	532.273,01	0,00	-16.738,01	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.05.06.15 - Recuperação de Custos de Cota Parte	0,00	89.646,51	0,00	-89.646,51	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.05.06.99 - Outras Receitas Diversas	223.000,00	215.482,13	43.984,64	7.517,87	266.000,00	394.537,34	-128.537,34
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	43.984,64			
6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	155.000,00	295.877,21	73.975,68	-140.877,21	46.000,00	140.661,20	-94.661,20
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	73.975,68			
6.2.1.2.1.06.03 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	45.000,00	63.565,10	15.918,99	-18.565,10	21.000,00	43.319,83	-22.319,83
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	15.918,99			
6.2.1.2.1.06.03.01 - Pessoa Física	8.000,00	11.752,80	2.941,80	-3.752,80	6.000,00	7.140,01	-1.140,01
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2.941,80			
6.2.1.2.1.06.03.02 - Pessoa Jurídica	37.000,00	51.812,30	12.977,19	-14.812,30	15.000,00	36.179,82	-21.179,82
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	12.977,19			
6.2.1.2.1.06.04 - JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	4.000,00	3.491,50	872,88	508,50	0,00	1.705,00	-1.705,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	872,88			

6.2.1.2.1.06.04.01 - Pessoa Física	0,00	10,00	2,50	-10,00	0,00	10,00	-10,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	2,50			
6.2.1.2.1.06.04.02 - Pessoa Jurídica	4.000,00	3.481,50	870,38	518,50	0,00	1.695,00	-1.695,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	870,38			
6.2.1.2.1.06.07 - MULTAS DE MORA SOBRE ANUIDADES	106.000,00	228.820,61	57.183,81	-122.820,61	25.000,00	95.636,37	-70.636,37
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	57.183,81			
6.2.1.2.1.06.07.01 - Pessoa Física	36.000,00	156.832,20	39.191,30	-120.832,20	17.000,00	30.647,37	-13.647,37
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	39.191,30			
6.2.1.2.1.06.07.02 - Pessoa Jurídica	70.000,00	71.988,41	17.992,51	-1.988,41	8.000,00	64.989,00	-56.989,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	17.992,51			
6.2.1.2.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	5.510,40	0,00	-5.510,40	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.07.02 - TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	5.510,40	0,00	-5.510,40	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.07.02.01 - TRANSFERENCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	5.510,40	0,00	-5.510,40	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.07.02.01.001 - Transferências de Instituições Privadas p/Convênios	0,00	5.510,40	0,00	-5.510,40	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00			
6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.181.000,00	18.738.735,16	3.762.790,00	-2.557.735,16	3.157.000,00	2.185.644,82	971.355,18
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	3.762.790,00			
6.2.1.2.1.08.01 - MULTAS DE INFRAÇÕES	2.695.000,00	2.818.385,07	705.222,15	-123.385,07	2.214.000,00	2.013.346,94	200.653,06
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	705.222,15			
6.2.1.2.1.08.01.01 - Multa por infração legal	1.893.000,00	2.527.804,39	631.951,15	-634.804,39	1.661.000,00	1.748.083,81	-87.083,81
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	631.951,15			

6.2.1.2.1.08.01.02 - Multas de Processos Éticos	495.000,00	56.010,00		14.002,50	438.990,00	418.000,00	40.590,73	377.409,27
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	14.002,50				
6.2.1.2.1.08.01.03 - Multas Eleitorais	141.000,00	234.570,68		59.268,50	-93.570,68	17.000,00	224.238,58	-207.238,58
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	59.268,50				
6.2.1.2.1.08.01.04 - Multas Sobre Anuidades	165.000,00	0,00		0,00	165.000,00	118.000,00	0,00	118.000,00
			--	0,00				
6.2.1.2.1.08.01.05 - Juros de Mora	1.000,00	0,00		0,00	1.000,00	0,00	433,82	-433,82
			--	0,00				
6.2.1.2.1.08.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.000,00	0,00		0,00	11.000,00	29.000,00	0,00	29.000,00
			--	0,00				
6.2.1.2.1.08.02.01 - Indenizações	11.000,00	0,00		0,00	11.000,00	29.000,00	0,00	29.000,00
			--	0,00				
6.2.1.2.1.08.03 - DÍVIDA ATIVA	13.475.000,00	15.031.625,41		3.057.567,85	-1.556.625,41	914.000,00	172.297,88	741.702,12
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	3.057.567,85				
6.2.1.2.1.08.03.01 - DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	4.624.000,00	5.468.236,05		1.363.845,69	-844.236,05	837.000,00	161.758,86	675.241,14
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.363.845,69				
6.2.1.2.1.08.03.01.001 - Anuidades(dívida ativa adminsitrativa)	405.000,00	778.030,98		194.514,73	-373.030,98	471.000,00	117.593,89	353.406,11
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	194.514,73				
6.2.1.2.1.08.03.01.002 - Multa por infração legal(dívida ativa adminsitrativa)	150.000,00	271.653,31		67.913,48	-121.653,31	265.000,00	22.502,68	242.497,32
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	67.913,48				
6.2.1.2.1.08.03.01.003 - Multas de Processos Éticos	59.000,00	2.188,00		547,00	56.812,00	57.000,00	0,00	57.000,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	547,00				
6.2.1.2.1.08.03.01.004 - Multas Eleitorais	23.000,00	5.257,54		1.314,47	17.742,46	21.000,00	7.354,31	13.645,69
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.314,47				

6.2.1.2.1.08.03.01.005 - Multas sobre Anuidades	20.000,00	63.340,62		15.837,82	-43.340,62	17.000,00	5.987,81	11.012,19
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	15.837,82				
6.2.1.2.1.08.03.01.006 - Juros de Mora	11.000,00	63.270,61		15.819,36	-52.270,61	6.000,00	8.320,17	-2.320,17
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	15.819,36				
6.2.1.2.1.08.03.01.009 - Cobrança Parcelamentos Administrativos(Dív.Ativa Administr.)	3.956.000,00	4.284.494,99		1.067.898,83	-328.494,99	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.067.898,83				
6.2.1.2.1.08.03.02 - DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	8.851.000,00	9.563.389,36		1.693.722,16	-712.389,36	77.000,00	10.539,02	66.460,98
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.693.722,16				
6.2.1.2.1.08.03.02.001 - Anuidades(dívida ativa executiva)	19.000,00	17.497,79		3.578,24	1.502,21	40.000,00	9.703,78	30.296,22
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	3.578,24				
6.2.1.2.1.08.03.02.002 - Multa por infração legal(dív.ativa executiva)	7.000,00	1.625,64		284,90	5.374,36	32.000,00	835,24	31.164,76
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	284,90				
6.2.1.2.1.08.03.02.003 - Multas de Processos Éticos	4.000,00	0,00		0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
			--	0,00				
6.2.1.2.1.08.03.02.004 - Multas Eleitorais	1.000,00	2.622,66		546,24	-1.622,66	1.000,00	0,00	1.000,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	546,24				
6.2.1.2.1.08.03.02.009 - Cobrança Parcelamentos Judiciais(Dívida Ativa Executiva)	7.520.000,00	8.109.337,61		1.689.312,78	-589.337,61	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	1.689.312,78				
6.2.1.2.1.08.03.02.010 - Cobranças Judiciais(Dívida Ativa Executiva) - manuais	1.300.000,00	1.432.305,66		0,00	-132.305,66	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.08.05 - RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	888.724,68		0,00	-888.724,68	0,00	0,00	0,00

			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.08.05.02 - RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS - TRIBUTÁRIAS	0,00	888.724,68		0,00	-888.724,68	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.1.08.05.02.001 - Receitas de Sentenças Judiciais - Tributárias	0,00	888.724,68		0,00	-888.724,68	0,00	0,00	0,00
			CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA	0,00				
6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	144.000,00	0,00		0,00	144.000,00	780.000,00	206.504,27	573.495,73
			--	0,00				
6.2.1.2.2.02 - ALIENACAO DE BENS	144.000,00	0,00		0,00	144.000,00	318.000,00	206.504,27	111.495,73
			--	0,00				
6.2.1.2.2.02.02 - ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	144.000,00	0,00		0,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00
			--	0,00				
6.2.1.2.2.02.02.01 - Edifícios	144.000,00	0,00		0,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00
			--	0,00				

Notas Explicativas

Código	Título	Descrição
--------	--------	-----------

Apêndice 04

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Apresentação:

Análise crítica:

Grupo de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	EMPENHADO		LIQUIDADO		RESTOS A PAGAR		PAGO	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Vencimentos e Salários	13.718.256,80	14.824.095,68	13.718.256,80	14.824.095,68	0,00	0,00	13.718.256,80	14.824.095,68
6.2.2.1.1.01.01.03.001 - I.N.S.S	0,00	4.185.723,44	0,00	4.185.723,44	0,00	0,00	0,00	3.853.121,28
6.2.2.1.1.01.01.03.002 - F.G.T.S	0,00	1.538.612,18	0,00	1.538.612,18	0,00	0,00	0,00	1.538.612,18
Demais elementos do grupo	0,00	5.864.471,67	0,00	5.864.471,67	0,00	0,00	0,00	5.844.163,51
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.05.02.001 - Cota Parte	0,00	15.969.460,08	0,00	15.969.460,08	0,00	0,00	0,00	15.969.460,08
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Vencimentos e Salários	13.718.256,80	14.824.095,68	13.718.256,80	14.824.095,68	0,00	0,00	13.718.256,80	14.824.095,68
6.2.2.1.1.01.01.03.001 - I.N.S.S	0,00	4.185.723,44	0,00	4.185.723,44	0,00	0,00	0,00	3.853.121,28
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Auxílio Alimentação e Refeição	2.749.497,08	3.113.312,47	2.691.272,28	3.054.056,19	58.224,80	59.256,28	2.683.266,98	3.054.056,19
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde, Serviços Hospitalares e Farmacêuticos	2.024.634,92	2.142.642,85	1.974.550,36	1.952.015,35	50.084,56	190.627,50	1.934.286,60	1.952.015,35

Grupo de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	EMPENHADO		LIQUIDADO		RESTOS A PAGAR		PAGO	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
6.2.2.1.1.01.01.03.002 - F.G.T.S	0,00	1.538.612,18	0,00	1.538.612,18	0,00	0,00	0,00	1.538.612,18
6.2.2.1.1.01.01.01.004 - 13º Salário	1.301.770,60	1.501.398,74	1.301.770,60	1.501.398,74	0,00	0,00	1.301.770,60	1.501.398,74
6.2.2.1.1.01.01.01.003 - Ferias Vencidas e Proporcionais	1.274.844,36	1.496.857,15	1.274.844,36	1.496.857,15	0,00	0,00	1.274.844,36	1.496.857,15
6.2.2.1.1.01.04.04.005.020 - Serviços Postais	1.200.437,26	1.393.313,53	939.390,98	1.267.412,99	261.046,28	125.900,54	939.390,98	1.267.412,99
6.2.2.1.1.01.06.02.002 - Honorários de Sucumbência	0,00	1.381.962,43	0,00	1.381.962,43	0,00	0,00	0,00	1.381.962,43
6.2.2.1.1.01.04.04.005.030 - Precatório	598.354,23	1.228.116,52	598.354,23	1.228.116,52	0,00	0,00	598.354,23	1.228.116,52
6.2.2.1.1.01.04.04.005.026 - Prestação de Serviços de Limpeza	1.157.598,33	1.171.083,22	1.056.388,95	1.171.083,22	101.209,38	0,00	1.056.388,95	1.072.193,14
6.2.2.1.1.01.04.04.005.017 - Exposições, Congressos, Conferencias e Eventos Similares	143.315,67	1.153.239,59	91.525,67	1.109.412,93	51.790,00	43.826,66	91.066,92	1.035.464,13
6.2.2.1.1.01.04.04.005.033 - Locação de Veículos	1.022.998,91	1.120.960,02	934.737,09	1.029.235,70	88.261,82	91.724,32	934.737,09	1.029.235,70
6.2.2.1.1.01.04.04.005.009 - Serviço de Divulgação e Publicidade	193.757,87	933.991,06	193.163,87	536.831,06	594,00	397.160,00	190.375,62	536.831,06
Demais elementos do grupo	0,00	13.780.943,68	0,00	12.878.959,54	0,00	901.984,14	0,00	12.715.055,53

Grupo de Despesa	DESPESAS DE CAPITAL							
	EMPENHADO		LIQUIDADO		RESTOS A PAGAR		PAGO	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
4. Investimentos								
6.2.2.1.1.02.01.04.001 - Casas	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00

Grupo de Despesa	DESPESAS DE CAPITAL							
	EMPENHADO		LIQUIDADO		RESTOS A PAGAR		PAGO	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Demais elementos do grupo	3.638.448,19	690.989,89	3.405.848,45	205.330,87	232.599,74	485.659,02	3.397.731,07	205.330,87
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Apêndice 05

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2017			2016			2017			2016		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	0	0,00	0	1	2.160,00	0,00	0	0,00	0	1	2.160,00	0,00
b) Tomada de Preços	1	135.320,00	0,20	1	306.477,60	0,46	1	115.420,00	0,18	1	306.477,60	0,48
c) Concorrência	2	592.243,91	0,87	2	1.375.000,00	2,07	2	242.243,91	0,37	2	1.022.800,40	1,61
d) Pregão	456	13.064.461,92	19,09	576	11.440.855,03	17,26	456	11.374.740,37	17,38	576	10.165.666,88	15,96
e) Concurso	0	0,00	0	1	5.000,00	0,01	0	0,00	0	1	5.000,00	0,01
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
	459	13.792.025,83	20,2	581	13.129.492,63	19,8	459	11.732.404,28	17,9	581	11.502.104,88	18,1
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	258	3.939.996,14	5,76	292	5.448.382,22	8,22	258	3.600.355,50	5,50	292	5.216.613,42	8,19
j) Inexigibilidade	474	3.204.963,62	4,68	880	2.789.662,96	4,21	474	3.078.481,17	4,70	880	2.714.408,28	4,26
	732	7.144.959,76	10,4	1.172	8.238.045,18	12,4	732	6.678.836,67	10,2	1.172	7.931.021,70	12,5
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	185	215.750,74	0,32	131	226.660,43	0,34	185	215.750,74	0,33	131	226.660,43	0,36
	185	215.750,74	0,3	131	226.660,43	0,3	185	215.750,74	0,3	131	226.660,43	0,4
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	108	23.678.097,61	34,60	172	20.101.798,93	30,33	108	23.283.150,68	35,57	172	19.885.379,54	31,21
m) Diárias	902	2.501.272,95	3,66	3189	2.276.207,35	3,43	902	2.501.272,95	3,82	3189	2.266.069,80	3,56
	1.010	26.179.370,56	38,3	3.361	22.378.006,28	33,8	1.010	25.784.423,63	39,4	3.361	22.151.449,34	34,8
5. Total												
	2386	47.332.106,89	69,17	5245	43.972.204,52	66,35	2386	44.411.415,32	67,84	5245	41.811.236,35	65,62
6. Total Geral												
	2861	68.426.702,53	100	6091	66.278.047,26	100	2861	65.461.219,02	100	6091	63.714.025,34	100

Apêndice 6 - Rendimentos de Conselheiros na função de Diretoria - Ano calendário 2017

Favorecido	Cargo	Relação de Pagamentos (R\$)										
		Diárias	Jeton	Verba de Representação	Reembolsos	Subtotal	Verba de Representação (restos a pagar do exercício anterior)	Diárias (despesas exercício anterior)	Verba de Representação (despesas exercício anterior)	Total Rendimentos Isentos	Rendimentos Tributáveis - Prestação de serviços como Ministrante	Total
Raquel Cristina Delfini Rizzi Grecchi	Vice Presidente	124.108,45	0,00	22.070,16	0,00	146.178,61	0,00	58,85	761,35	146.998,81	0,00	146.998,81
Marcos Machado Ferreira	Diretor Tesoureiro	31.673,40	22.800,00	1.945,06	0,00	56.418,46	0,00	383,92	0,00	56.802,38	0,00	56.802,38
Pedro Eduardo Menegasso	Presidente	124.809,28	11.200,00	17.593,66	0,00	153.602,94	658,05	0,00	306,50	154.567,49	0,00	154.567,49
Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr.	Secretário Geral	106.352,88	0,00	6.869,53	0,00	113.222,41	0,00	117,70	0,00	113.340,11	0,00	113.340,11
Total Geral		386.944,01	34.000,00	48.478,41	0,00	469.422,42	658,05	560,47	1.067,85	471.708,79	0,00	471.708,79

Apêndice 7 - Rendimentos de Conselheiros - Ano calendário 2017

Favorecido	Relação de Pagamentos (R\$)									
	Diárias	Jeton	Reembolsos	Subtotal	Verba de Representação (restos a pagar do exercício anterior)	Diárias (despesas exercício anterior)	Reembolsos (despesas exercício anterior)	Total Rendimentos Isentos	Rendimentos Tributáveis - Prestação Serviços como Ministrante	Total
Fábio Ribeiro da Silva	5.875,18	20.000,00	33,90	25.909,08	0,00	2.805,14	0,00	28.714,22	1.120,00	29.834,22
Célia Tanigaki	0,00	8.800,00	0,00	8.800,00	0,00	0,00	0,00	8.800,00	0,00	8.800,00
Israel Murakami	72.315,78	0,00	0,00	72.315,78	0,00	3.275,94	0,00	75.591,72	0,00	75.591,72
Adriano Falvo	47.521,33	0,00	283,61	47.804,94	0,00	0,00	0,00	47.804,94	700,00	48.504,94
Cecília Leico Shimoda	46.339,42	0,00	0,00	46.339,42	0,00	0,00	0,00	46.339,42	0,00	46.339,42
Claudia Aparecida de Melo Montanari	57.865,51	0,00	0,00	57.865,51	0,00	854,72	0,00	58.720,23	0,00	58.720,23
Danyelle Cristine Marini de Moraes	85.706,66	0,00	0,00	85.706,66	0,00	1.740,26	0,00	87.446,92	0,00	87.446,92
Luciana Canetto Fernandes	69.395,73	0,00	0,00	69.395,73	0,00	1.975,66	0,00	71.371,39	0,00	71.371,39
Maria Fernanda Carvalho	85.530,20	0,00	0,00	85.530,20	0,00	3.777,56	0,00	89.307,76	0,00	89.307,76
Priscila Nogueira Camacho Dejuste	55.032,34	0,00	0,00	55.032,34	0,00	235,40	0,00	55.267,74	0,00	55.267,74
Rosana Matsumi Kagesawa	34.017,26	0,00	108,97	34.126,23	0,00	1.784,37	0,00	35.910,60	0,00	35.910,60
Total Geral	559.599,41	28.800,00	0,00	588.825,89	0,00	16.449,05	0,00	605.274,94	1.820,00	607.094,94

Apêndice 8 - Rendimentos de Conselheiros na função de Diretoria - Ano calendário 2016

Favorecido	Cargo	Relação de Pagamentos (R\$)										
		Diárias	Jeton	Verba de Representação	Reembolsos	Subtotal	Verba de Representação (restos a pagar do exercício anterior)	Diárias (despesas exercício anterior)	Verba de Representação (despesas exercício anterior)	Total Rendimentos Isentos	Rendimentos Tributáveis - Prestação de serviços como Ministrante	Total
Raquel Cristina Delfini Rizzi Grecchi	Vice Presidente	148.961,64	0,00	48.784,14	0,00	197.745,78	5.258,35	0,00	162,29	203.166,42	0,00	203.166,42
Marcos Machado Ferreira	Diretor Tesoureiro	39.128,70	10.800,00	1.225,72	0,00	51.154,42	0,00	376,20	589,79	52.120,41	0,00	52.120,41
Pedro Eduardo Menegasso	Presidente	118.839,33	13.200,00	19.484,39	35,00	151.558,72	0,00	214,00	6.643,97	158.416,69	0,00	158.416,69
Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr.	Secretário Geral	132.110,49	0,00	7.896,29	0,00	140.006,78	0,00	2.471,20	0,00	142.477,98	0,00	142.477,98
Total Geral		439.040,16	24.000,00	77.390,54	35,00	540.465,70	5.258,35	3.061,40	7.396,05	556.181,50	0,00	556.181,50

Apêndice 9 - Rendimentos de Conselheiros - Ano calendário 2016

Favorecido	Relação de Pagamentos (R\$)									
	Diárias	Jeton	Reembolsos	Subtotal	Verba de Representação (restos a pagar do exercício anterior)	Diárias (despesas exercício anterior)	Reembolsos (despesas exercício anterior)	Total Rendimentos Isentos	Rendimentos Tributáveis - Prestação Serviços como Ministrante	Total
Fábio Ribeiro da Silva	27.222,54	17.600,00	151,16	44.973,70	0,00	1.881,00	0,00	46.854,70	2.080,00	48.934,70
Célia Tanigaki	1.919,60	17.600,00	0,00	19.519,60	0,00	0,00	0,00	19.519,60	0,00	19.519,60
Israel Murakami	57.479,25	1.600,00	192,25	59.271,50	0,00	0,00	0,00	59.271,50	1.320,00	60.591,50
Adriano Falvo	38.929,59	0,00	378,83	39.308,42	0,00	0,00	0,00	39.308,42	2.840,00	42.148,42
Cecília Leico Shimoda	37.829,81	0,00	0,00	37.829,81	0,00	0,00	0,00	37.829,81	0,00	37.829,81
Claudia Aparecida de Melo Montanari	43.420,96	0,00	0,00	43.420,96	0,00	407,96	0,00	43.828,92	0,00	43.828,92
Danyelle Cristine Marini de Moraes	77.050,74	0,00	0,00	77.050,74	0,00	815,92	112,85	77.979,51	240,00	78.219,51
Luciana Canetto Fernandes	50.249,92	0,00	251,75	50.501,67	0,00	1.235,60	0,00	51.737,27	1.280,00	53.017,27
Maria Fernanda Carvalho	68.741,64	0,00	0,00	68.741,64	0,00	1.988,00	0,00	70.729,64	0,00	70.729,64
Priscila Nogueira Camacho Dejuste	60.148,28	0,00	0,00	60.148,28	4.900,00	0,00	0,00	65.048,28	0,00	65.048,28
Rosana Matsumi Kagesawa	12.081,57	0,00	0,00	12.081,57	0,00	0,00	0,00	12.081,57	0,00	12.081,57
Total Geral	475.073,90	36.800,00	0,00	512.847,89	4.900,00	6.328,48	112,85	524.189,22	7.760,00	531.949,22

Apêndice 10

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	70.366.000,00	71.181.535,00	71.941.359,00	759.824,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	40.065.000,00	40.065.000,00	39.024.611,34	-1.040.388,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.065.000,00	40.065.000,00	39.024.611,34	-1.040.388,66
ANUIDADES	40.065.000,00	40.065.000,00	39.024.611,34	-1.040.388,66
Anuidades Pessoas Físicas	24.369.000,00	24.369.000,00	24.282.649,03	-86.350,97
Anuidades Pessoas Jurídicas	15.696.000,00	15.696.000,00	14.741.962,31	-954.037,69
RECEITA PATRIMONIAL	3.098.000,00	3.098.000,00	2.635.509,81	-462.490,19
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	9.000,00	9.000,00	0,00	-9.000,00
Alugueis	9.000,00	9.000,00	0,00	-9.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.089.000,00	3.089.000,00	2.635.509,81	-453.490,19
Correção Monetária Caderneta de Poupança	37.000,00	37.000,00	9.011,78	-27.988,22
Juros Caderneta de Poupança	112.000,00	112.000,00	34.753,42	-77.246,58
Juros Aplicações em CDB e RDB	2.245.000,00	2.245.000,00	1.677.148,53	-567.851,47
Outros Rendimentos	695.000,00	695.000,00	914.596,08	219.596,08
RECEITAS DE SERVIÇOS	23.643.000,00	11.682.535,00	11.241.115,08	-441.419,92
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.447.000,00	2.447.000,00	2.439.382,15	-7.617,85
Pessoa Física	986.000,00	986.000,00	954.194,16	-31.805,84
Pessoa Jurídica	1.461.000,00	1.461.000,00	1.485.187,99	24.187,99
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	708.000,00	708.000,00	730.468,21	22.468,21
Pessoa Física	708.000,00	708.000,00	730.468,21	22.468,21

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	5.935.000,00	5.935.000,00	6.083.216,95	148.216,95
Pessoa Física	113.000,00	113.000,00	144.934,06	31.934,06
Pessoa Jurídica	5.822.000,00	5.822.000,00	5.938.137,66	116.137,66
Pessoa Jurídica - CR-Certidões de Regularidade	0,00	0,00	145,23	145,23
RECEITAS DIVERSAS	14.553.000,00	2.592.535,00	1.988.047,77	-604.487,23
Inscrições em Congressos, Convenções, Eventos Similares, Seleções, Etc.	389.000,00	389.000,00	423.389,54	34.389,54
Stands em Congressos, Convenções, Eventos Similares,	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	-1.300.000,00
Anúncio Publicitário e Patrocínio	40.000,00	40.000,00	576.965,00	536.965,00
Receita de Ônus de Sucumbência	125.000,00	125.000,00	0,00	-125.000,00
Convênios	0,00	0,00	111.648,69	111.648,69
Parcelamentos Administrativos	3.806.000,00	0,00	0,00	0,00
Cobrança Judicial - Parcelamentos	8.670.000,00	0,00	0,00	0,00
Remessa de Documentos ao CFF	0,00	0,00	11.136,00	11.136,00
Multas aplicadas processos Licitatórios	0,00	0,00	27.506,89	27.506,89
Taxas de Inscrições em Concursos	0,00	515.535,00	532.273,01	16.738,01
Recuperação de Custos de Cota Parte	0,00	0,00	89.646,51	89.646,51
Outras Receitas Diversas	223.000,00	223.000,00	215.482,13	-7.517,87
FINANCEIRAS	155.000,00	155.000,00	295.877,21	140.877,21
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	45.000,00	45.000,00	63.565,10	18.565,10
Pessoa Física	8.000,00	8.000,00	11.752,80	3.752,80
Pessoa Jurídica	37.000,00	37.000,00	51.812,30	14.812,30
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	4.000,00	4.000,00	3.491,50	-508,50
Pessoa Física	0,00	0,00	10,00	10,00
Pessoa Jurídica	4.000,00	4.000,00	3.481,50	-518,50
MULTAS DE MORA SOBRE ANUIDADES	106.000,00	106.000,00	228.820,61	122.820,61

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Pessoa Física	36.000,00	36.000,00	156.832,20	120.832,20
Pessoa Jurídica	70.000,00	70.000,00	71.988,41	1.988,41
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	5.510,40	5.510,40
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	5.510,40	5.510,40
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	5.510,40	5.510,40
Transferências de Instituições Privadas p/Convênios	0,00	0,00	5.510,40	5.510,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.405.000,00	16.181.000,00	18.738.735,16	2.557.735,16
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.695.000,00	2.695.000,00	2.818.385,07	123.385,07
Multa por infração legal	1.893.000,00	1.893.000,00	2.527.804,39	634.804,39
Multas de Processos Éticos	495.000,00	495.000,00	56.010,00	-438.990,00
Multas Eleitorais	141.000,00	141.000,00	234.570,68	93.570,68
Multas Sobre Anuidades	165.000,00	165.000,00	0,00	-165.000,00
Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.000,00	11.000,00	0,00	-11.000,00
Indenizações	11.000,00	11.000,00	0,00	-11.000,00
DÍVIDA ATIVA	699.000,00	13.475.000,00	15.031.625,41	1.556.625,41
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	668.000,00	4.624.000,00	5.468.236,05	844.236,05
Anuidades(dívida ativa admsitrativa)	405.000,00	405.000,00	778.030,98	373.030,98
Multa por infração legal(dívida ativa admsitrativa)	150.000,00	150.000,00	271.653,31	121.653,31
Multas de Processos Éticos	59.000,00	59.000,00	2.188,00	-56.812,00
Multas Eleitorais	23.000,00	23.000,00	5.257,54	-17.742,46
Multas sobre Anuidades	20.000,00	20.000,00	63.340,62	43.340,62
Juros de Mora	11.000,00	11.000,00	63.270,61	52.270,61
Cobrança Parcelamentos Administrativos(Dív.Ativa Administr.)	0,00	3.956.000,00	4.284.494,99	328.494,99
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	31.000,00	8.851.000,00	9.563.389,36	712.389,36
Anuidades(dívida ativa executiva)	19.000,00	19.000,00	17.497,79	-1.502,21

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Multa por infração legal(dív.ativa executiva)		7.000,00	7.000,00	1.625,64	-5.374,36	
Multas de Processos Éticos		4.000,00	4.000,00	0,00	-4.000,00	
Multas Eleitorais		1.000,00	1.000,00	2.622,66	1.622,66	
Cobrança Parcelamentos Judiciais(Dívida Ativa Executiva)		0,00	7.520.000,00	8.109.337,61	589.337,61	
Cobranças Judiciais(Dívida Ativa Executiva) - manuais		0,00	1.300.000,00	1.432.305,66	132.305,66	
RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS		0,00	0,00	888.724,68	888.724,68	
RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS - TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00	888.724,68	888.724,68	
Receitas de Sentenças Judiciais - Tributárias		0,00	0,00	888.724,68	888.724,68	
RECEITA DE CAPITAL		144.000,00	144.000,00	0,00	-144.000,00	
ALIENACAO DE BENS		144.000,00	144.000,00	0,00	-144.000,00	
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		144.000,00	144.000,00	0,00	-144.000,00	
Edifícios		144.000,00	144.000,00	0,00	-144.000,00	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		70.510.000,00	71.325.535,00	71.941.359,00	615.824,00	
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		70.510.000,00	71.325.535,00	71.941.359,00	615.824,00	
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPEAS CORRENTES	68.746.000,00	69.561.535,00	66.935.712,64	65.125.233,20	64.455.888,15	2.625.822,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.686.000,00	26.715.172,00	26.412.902,97	26.412.902,97	26.059.992,65	302.269,03
REMUNERAÇÃO PESSOAL	18.411.000,00	19.442.252,00	19.281.507,00	19.281.507,00	19.281.507,00	160.745,00
Vencimentos e Salários	14.631.000,00	14.981.200,00	14.824.095,68	14.824.095,68	14.824.095,68	157.104,32
Gratificação por Exercício de Cargos e Funções	789.000,00	836.380,00	836.376,79	836.376,79	836.376,79	3,21
Ferías Vencidas e Proporcionais	1.344.000,00	1.497.100,00	1.496.857,15	1.496.857,15	1.496.857,15	242,85
13º Salário	1.275.000,00	1.503.700,00	1.501.398,74	1.501.398,74	1.501.398,74	2.301,26
Adicional Noturno	22.000,00	19.100,00	19.007,57	19.007,57	19.007,57	92,43

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Rescisão do Contrato de Trabalho	350.000,00	604.772,00	603.771,07	603.771,07	603.771,07	1.000,93
DESPESAS COM PESSOAL VARIÁVEL	1.163.000,00	1.285.420,00	1.218.965,88	1.218.965,88	1.218.965,88	66.454,12
Ferias - Abono Pecuniário	155.000,00	122.900,00	122.801,49	122.801,49	122.801,49	98,51
Serviços Extraordinários	350.000,00	399.520,00	399.499,10	399.499,10	399.499,10	20,90
Diárias de Empregado	658.000,00	763.000,00	696.665,29	696.665,29	696.665,29	66.334,71
ENCARGOS PATRONAIS	5.112.000,00	5.987.500,00	5.912.430,09	5.912.430,09	5.559.519,77	75.069,91
I.N.S.S	3.650.000,00	4.244.500,00	4.185.723,44	4.185.723,44	3.853.121,28	58.776,56
F.G.T.S	1.300.000,00	1.539.000,00	1.538.612,18	1.538.612,18	1.538.612,18	387,82
P.A.S.E.P	162.000,00	204.000,00	188.094,47	188.094,47	167.786,31	15.905,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.135.000,00	25.235.026,00	22.951.284,39	21.140.804,95	20.824.370,22	2.283.741,61
BENEFICIOS A PESSOAL	5.700.366,00	5.991.704,33	5.675.802,37	5.360.654,27	5.360.654,27	315.901,96
Vale Transporte	420.000,00	420.000,00	380.061,76	319.352,04	319.352,04	39.938,24
Auxilio Alimentação e Refeição	3.041.366,00	3.306.366,00	3.113.312,47	3.054.056,19	3.054.056,19	193.053,53
Plano de Saúde, Serviços Hospitalares e Farmacêuticos	2.195.000,00	2.195.000,00	2.142.642,85	1.952.015,35	1.952.015,35	52.357,15
Plano Odontológico	44.000,00	70.338,33	39.785,29	35.230,69	35.230,69	30.553,04
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – RGPS - CFF	197.000,00	233.180,00	221.546,39	216.846,39	216.846,39	11.633,61
Auxílio Educação	36.000,00	33.000,00	32.897,62	32.897,62	32.897,62	102,38
Auxilio Creche	135.000,00	134.500,00	134.401,11	134.401,11	134.401,11	98,89
Serviço de Seleção, Treinamento e Orientação Profissional de Funcionários	26.000,00	65.680,00	54.247,66	49.547,66	49.547,66	11.432,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.164.500,00	76.276,67	76.253,46	76.253,46	76.253,46	23,21
Indenizações Trabalhistas	1.139.500,00	76.276,67	76.253,46	76.253,46	76.253,46	23,21
Indenizações Cíveis	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	19.073.134,00	18.933.865,00	16.977.682,17	15.487.050,83	15.170.616,10	1.956.182,83
CONSUMO DE MATERIAL	1.336.000,00	1.182.250,00	1.007.738,60	869.352,39	869.352,39	174.511,40
Material de Expediente	120.000,00	189.000,00	186.312,86	98.216,27	98.216,27	2.687,14

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Domésticos	45.000,00	108.000,00	83.627,76	54.909,72	54.909,72	24.372,24
Material de Higiene, Limpeza, Conservação e Utensílios						
Moveis e Imóveis	26.000,00	42.900,00	36.201,44	35.966,44	35.966,44	6.698,56
Material e Acessório para Manutenção e Conservação de Bens						
Gêneros de Alimentação	80.000,00	83.400,00	68.324,10	63.984,96	63.984,96	15.075,90
Vestuários, Uniformes, Calçados, Tecidos e Aviamentos	15.000,00	15.000,00	2.587,86	2.587,86	2.587,86	12.412,14
Material de Copa e Cozinha	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Peças, Acessórios para Informática e Comunicação em Geral	45.000,00	45.000,00	30.006,85	20.623,06	20.623,06	14.993,15
Bandeiras, Flâmulas, Insígnias e Placas	2.000,00	2.000,00	1.440,00	1.440,00	1.440,00	560,00
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	489.000,00	425.000,00	409.148,02	401.534,37	401.534,37	15.851,98
Peças, Acessórios e Materiais para Manutenção de Veículos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Material para Festividades e Homenagens	13.000,00	15.950,00	14.793,71	14.793,71	14.793,71	1.156,29
Carteirinhas de Profissional Farmacêutico	490.000,00	245.000,00	175.296,00	175.296,00	175.296,00	69.704,00
DIÁRIAS	1.793.000,00	1.896.500,00	1.726.319,29	1.726.319,29	1.726.319,29	170.180,71
Diárias de Diretoria	900.000,00	730.000,00	684.807,76	684.807,76	684.807,76	45.192,24
Diárias do Plenário	510.000,00	640.000,00	569.315,11	569.315,11	569.315,11	70.684,89
Diárias com as Comissões	350.000,00	469.000,00	435.212,47	435.212,47	435.212,47	33.787,53
Outros Tipos de Diárias	33.000,00	57.500,00	36.983,95	36.983,95	36.983,95	20.516,05
SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	929.000,00	1.231.515,04	1.164.071,91	1.164.071,91	1.101.332,18	67.443,13
Remuneração a Estagiários	374.000,00	449.000,00	435.473,59	435.473,59	393.436,98	13.526,41
Remuneração de Serviços Pessoais sem Vínculo Empregatício	90.000,00	114.008,00	94.420,00	94.420,00	94.420,00	19.588,00
INSS sobre Remuneração de Serviços Prestados	15.000,00	22.992,00	18.884,00	18.884,00	18.884,00	4.108,00
Locação de Bens Móveis e Imóveis	390.000,00	585.515,04	580.350,07	580.350,07	559.646,95	5.164,97
Indenizações, Restituições e Reposições	60.000,00	60.000,00	34.944,25	34.944,25	34.944,25	25.055,75
VERBAS DE PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES	241.800,00	141.800,00	114.141,01	114.141,01	111.278,41	27.658,99
Verba de Representação	165.000,00	65.000,00	51.341,01	51.341,01	48.478,41	13.658,99
Jeton	76.800,00	76.800,00	62.800,00	62.800,00	62.800,00	14.000,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	14.773.334,00	14.481.799,96	12.965.411,36	11.613.166,23	11.362.333,83	1.516.388,60
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	20.000,00	20.000,00	2.857,56	2.857,56	2.857,56	17.142,44
Locação de Bens Móveis, Imóveis ou Intangíveis	560.000,00	474.984,96	322.925,48	302.549,02	301.190,46	152.059,48
Seguros em Geral	30.000,00	30.000,00	14.920,68	4.588,68	4.588,68	15.079,32
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros.	272.000,00	254.000,00	212.672,14	212.672,14	212.672,14	41.327,86
Serviços de Comunicação em Geral	400.000,00	315.000,00	267.048,93	260.232,68	260.232,68	47.951,07
Passagens Aéreas, Terrestres, Fluviais ou Marítimas e Despesas com Locomoção	650.000,00	817.500,00	800.966,82	788.567,16	746.482,18	16.533,18
Móveis e Imóveis	450.000,00	477.000,00	474.133,75	340.131,93	320.229,69	2.866,25
Serviço de Manutenção e Atualização de Software	45.000,00	308.000,00	276.984,11	245.785,73	238.558,21	31.015,89
Serviço de Divulgação e Publicidade	2.150.000,00	1.050.000,00	933.991,06	536.831,06	536.831,06	116.008,94
Serviço de Impressão e Encadernação	211.000,00	211.000,00	204.047,53	158.225,61	158.225,61	6.952,47
Cursos - Reciclagem e Treinamento	200.000,00	97.000,00	56.984,04	42.103,66	42.103,66	40.015,96
Serviço de Medicina do Trabalho	60.000,00	83.700,00	61.951,37	55.691,06	55.691,06	21.748,63
Suprimento de Fundos	400.000,00	290.000,00	215.750,74	215.750,74	215.750,74	74.249,26
Serviços Bancários	450.000,00	405.000,00	240.820,81	240.820,81	240.820,81	164.179,19
Eventos, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	150.000,00	267.970,50	213.020,53	197.814,53	191.519,91	54.949,97
Indenizações, Restituições e Reposições	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Exposições, Congressos, Conferencias e Eventos Similares	1.700.000,00	1.202.529,50	1.153.239,59	1.109.412,93	1.035.464,13	49.289,91
Impostos, Taxas, Multas e Pedágios	1.000.000,00	1.009.000,00	889.800,31	879.231,27	878.105,67	119.199,69
Custas Processuais	550.000,00	343.000,00	225.065,74	225.065,74	225.065,74	117.934,26
Serviços Postais	1.230.000,00	1.406.435,00	1.393.313,53	1.267.412,99	1.267.412,99	13.121,47
Contrato de Empresa de Taxi	200.000,00	200.000,00	162.095,78	138.541,60	138.541,60	37.904,22
Serviços de Segurança	150.000,00	50.000,00	32.559,71	29.844,36	29.844,36	17.440,29
Serviços de Microfilmagem, Digitalização e Arquivo de Doc.	180.000,00	165.000,00	138.009,75	126.526,13	126.526,13	26.990,25
Serviços de Internet	95.000,00	136.050,00	94.278,39	86.895,19	86.895,19	41.771,61

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
Prestação de Serviços de Limpeza	1.162.334,00	1.217.334,00	1.171.083,22	1.171.083,22	1.072.193,14	46.250,78
Fretes Transportes e Encomendas	10.000,00	17.900,00	4.513,14	4.393,14	4.393,14	13.386,86
Reprodução de Documentos	1.000,00	2.241,00	2.241,00	2.241,00	2.241,00	0,00
Convênios	50.000,00	70.200,00	45.067,69	45.067,69	45.067,69	25.132,31
Precatório	300.000,00	1.230.800,00	1.228.116,52	1.228.116,52	1.228.116,52	2.683,48
Revista do Farmacêutico - Impressão	300.000,00	300.000,00	282.057,89	282.057,89	282.057,89	17.942,11
Processo Eleitoral	200.000,00	200.000,00	90.571,54	0,00	0,00	109.428,46
Locação de Veículos	1.190.000,00	1.190.000,00	1.120.960,02	1.029.235,70	1.029.235,70	69.039,98
Assessoria de Imprensa	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração a Menores Aprendizizes - Art. 429 da CLT	156.000,00	185.555,00	179.761,99	164.671,23	164.671,23	5.793,01
Serviços de Planejamento e Operacionalização de Concursos	0,00	453.600,00	453.600,00	218.747,26	218.747,26	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	16.295.000,00	16.000.909,00	15.969.460,08	15.969.460,08	15.969.460,08	31.448,92
CONTRIBUIÇÕES	16.295.000,00	16.000.909,00	15.969.460,08	15.969.460,08	15.969.460,08	31.448,92
Cota Parte	16.295.000,00	16.000.909,00	15.969.460,08	15.969.460,08	15.969.460,08	31.448,92
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.380.000,00	1.479.000,00	1.470.637,20	1.470.637,20	1.470.637,20	8.362,80
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	175.000,00	89.000,00	88.674,77	88.674,77	88.674,77	325,23
DEA - Despesas de Exercícios Anteriores	175.000,00	89.000,00	88.674,77	88.674,77	88.674,77	325,23
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.205.000,00	1.390.000,00	1.381.962,43	1.381.962,43	1.381.962,43	8.037,57
Pagamento de Sentenças Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Honorários de Sucumbência	1.200.000,00	1.385.000,00	1.381.962,43	1.381.962,43	1.381.962,43	3.037,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.000,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	0,00
SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	250.000,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	0,00
Fundo de Assistência § 1º, Art. 27 Lei 3820/60	250.000,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	131.428,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	1.764.000,00	1.764.000,00	1.490.989,89	1.005.330,87	1.005.330,87	273.010,11
INVESTIMENTOS	1.764.000,00	1.764.000,00	1.490.989,89	1.005.330,87	1.005.330,87	273.010,11

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	510.000,00	510.000,00	414.287,38	101.545,72	101.545,72	95.712,62
Obras em Andamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Instalações	500.000,00	500.000,00	414.287,38	101.545,72	101.545,72	85.712,62
BENS MOVEIS	454.000,00	454.000,00	276.702,51	103.785,15	103.785,15	177.297,49
Veículos e Acessórios	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas, Motores e Aparelhos Diversos	15.000,00	45.850,00	45.608,44	1.435,00	1.435,00	241,56
Insígnias, Flâmulas e Bandeiras	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Biblioteca e Videoteca	12.000,00	12.000,00	169,00	169,00	169,00	11.831,00
Obras de Arte e Decoração	1.000,00	7.000,00	6.750,00	6.750,00	6.750,00	250,00
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	150.000,00	106.500,00	27.576,20	24.126,20	24.126,20	78.923,80
Utensílios de Copa e Cozinha	5.000,00	5.000,00	1.309,39	1.309,39	1.309,39	3.690,61
Equipamentos de Processamento de Dados	235.000,00	224.000,00	187.938,13	64.939,48	64.939,48	36.061,87
Equipamentos de Áudio, Foto e Vídeo.	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios de Manutenção	3.000,00	3.000,00	321,67	0,00	0,00	2.678,33
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10.000,00	49.650,00	7.029,68	5.056,08	5.056,08	42.620,32
Desenvolvimento de Softwares	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00
Casas	700.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00
Edifícios	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	70.510.000,00	71.325.535,00	68.426.702,53	66.130.564,07	65.461.219,02	2.898.832,47
SUPERÁVIT	0,00	0,00	3.514.656,47	0,00	0,00	-3.514.656,47
TOTAL	70.510.000,00	71.325.535,00	71.941.359,00	66.130.564,07	65.461.219,02	-615.824,00

DESpesas	ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
----------	---------------	--------------------	-----------------------	------------------------	------------------------	-------------------	------------------

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2017

MARCOS MACHADO FERREIRA
PRESIDENTE
CRF-SP 32.635-4
xxx.xxx.xxx-xx

DANYELLE CRISTINE MARINI DE MORAIS
DIRETORA TESOUREIRA
CRF-SP 25.937-3
xxx.xxx.xxx-xx

VALMIR RECKZIEGEL
GERENTE DE CONTABILIDADE
CRC-SP 1SP164650/O-1
xxx.xxx.xxx-xx

Apêndice 11

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gastos com Pessoal, Encargos e Benefícios:

Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade*	2016	2017
Vencimentos e Vantagens Fixas	16.294.871,76	17.822.351,57
Retribuições	-	-
Gratificações	753.342,73	836.376,79
Adicionais	19.227,74	19.007,57
Indenizações	530.969,43	603.771,07
Benefícios Assistenciais e Previdenciários	10.052.967,15	11.809.778,85
Demais Despesas Variáveis	1.114.209,21	1.218.965,88
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Decisões Judiciais	1.118.248,69	76.253,46
TOTAL	29.883.836,71	32.386.505,19

Apêndice 12

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	71.941.359,00	63.243.181,24	Despesa Orçamentária	68.426.702,53	66.278.047,26
RECEITA REALIZADA	71.941.359,00	63.243.181,24	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.296.138,46	1.819.415,12
RECEITAS CORRENTES	71.941.359,00	63.036.676,97	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	669.345,05	744.606,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.024.611,34	36.869.332,61	CRÉDITO EMPENHADO PAGO	65.461.219,02	63.714.025,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	39.024.611,34	36.869.332,61	DESPESAS CORRENTES	64.455.888,15	60.316.294,27
ANUIDADES	39.024.611,34	36.869.332,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.059.992,65	23.593.638,62
RECEITA PATRIMONIAL	2.635.509,81	3.133.837,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.824.370,22	20.946.772,29
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS		1.989,36	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15.969.460,08	14.255.013,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.635.509,81	3.131.848,45	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.470.637,20	1.368.087,38
RECEITAS DE SERVIÇOS	11.241.115,08	20.707.200,53	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.428,00	152.782,50
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.439.382,15	2.359.560,22	DESPESA CAPITAL	1.005.330,87	3.397.731,07
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	730.468,21	696.232,69	INVESTIMENTOS	1.005.330,87	3.397.731,07
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	6.083.216,95	5.897.933,44			
RECEITAS DIVERSAS	1.988.047,77	11.753.474,18			
FINANCEIRAS	295.877,21	140.661,20			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	63.565,10	43.319,83			
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.491,50	1.705,00			
MULTAS DE MORA SOBRE ANUIDADES	228.820,61	95.636,37			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.510,40				
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	5.510,40				
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.510,40				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.738.735,16	2.185.644,82			
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.818.385,07	2.013.346,94			
DÍVIDA ATIVA	15.031.625,41	172.297,88			
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	5.468.236,05	161.758,86			
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	9.563.389,36	10.539,02			
RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	888.724,68				
RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS - TRIBUTÁRIAS	888.724,68				
RECEITA DE CAPITAL		206.504,27			
ALIENACAO DE BENS		206.504,27			
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		206.504,27			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	22.045.654,81	24.267.436,69	Pagamentos Extraorçamentários	20.411.185,42	22.579.712,18
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.296.138,46	1.819.415,12	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.254.468,09	1.765.037,07
Inscrição de Restos a Pagar Processados	669.345,05	744.606,80	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	743.661,00	17.915,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	22.831,55		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.917,99	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	19.057.339,75	21.703.414,77	Outros Pagamentos Extraorçamentários	18.408.138,34	20.796.759,15
Saldo em espécie do Exercício Anterior	16.520.280,24	17.867.421,75	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	21.669.406,10	16.520.280,24
Caixa e Equivalente de Caixa	16.520.280,24	17.867.421,75	Caixa e Equivalente de Caixa	21.669.406,10	16.520.280,24
Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr's Vinculados		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	110.507.294,05	105.378.039,68		110.507.294,05	105.378.039,68

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2017

MARCOS MACHADO FERREIRA
PRESIDENTE
CRF-SP 32.635-4
xxx.xxx.xxx-xx

DANYELLE CRISTINE MARINI DE MORAIS
DIRETORA TESOUREIRA
CRF-SP 25.937-3
xxx.xxx.xxx-xx

VALMIR RECKZIEGEL
GERENTE DE CONTABILIDADE
CRC-SP 1SP164650/O-1
xxx.xxxx.xxx-xx

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	0,00	1.586.815,38	1.065.618,35	1.065.618,35	521.197,03	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	31.743,88	31.743,88	31.743,88	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.555.071,50	1.033.874,47	1.033.874,47	521.197,03	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	0,00	232.599,74	188.849,74	188.849,74	3.500,00	40.250,00
INVESTIMENTOS	0,00	232.599,74	188.849,74	188.849,74	3.500,00	40.250,00
TOTAL:	0,00	1.819.415,12	1.254.468,09	1.254.468,09	524.697,03	40.250,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESAS CORRENTES	0,00	736.489,42	735.543,62	945,80	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	483.447,52	483.447,52	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	253.041,90	252.096,10	945,80	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CAPITAL	0,00	8.117,38	8.117,38	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	8.117,38	8.117,38	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	744.606,80	743.661,00	945,80	0,00

Apêndice 15

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	29.015.967,70	67.123.450,01	PASSIVO CIRCULANTE	2.500.048,84	871.306,72
DISPONÍVEL	21.669.406,10	16.520.280,24	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	465.749,53	126.699,92
CREDITOS A CURTO PRAZO	6.893.879,88	49.291.527,89	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	33.597,41	797.888,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	669.345,05	744.606,80
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	419.084,31	513.753,76	OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	DESPESAS DIVERSAS	0,00	0,00
	0,00	0,00	PROVISOES A CURTO PRAZO	1.356.000,00	0,00
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	8.954,26	0,00
ATIVO NAO-CIRCULANTE	56.091.280,77	44.486.736,15	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	593.000,00	0,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	18.236.886,29	6.643.129,47	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	18.236.886,29	6.643.129,47	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	37.721.509,12	37.843.606,68	OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MOVEIS	2.757.572,80	2.911.606,68	PROVISOES A LONGO PRAZO	593.000,00	0,00
BENS IMOVEIS	36.007.954,46	34.932.000,00	DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	1.044.018,14	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGIVEL	132.885,36	0,00		0,00	0,00
SOFTWARES	251.108,68	0,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	118.223,32	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	3.093.048,84	871.306,72

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	15.885.955,72	15.885.955,72
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	66.128.243,91	94.852.923,72
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.014.199,63	110.738.879,44
TOTAL	85.107.248,47	111.610.186,16	TOTAL	85.107.248,47	111.610.186,16
ATIVO FINANCEIRO	21.700.982,51	16.924.658,59	PASSIVO FINANCEIRO	3.480.437,30	2.690.721,84
ATIVO PERMANENTE	63.406.265,96	94.685.527,57	PASSIVO PERMANENTE	1.949.000,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				79.677.811,17	108.919.464,32

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	18.220.545,21	14.233.936,75

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2017

MARCOS MACHADO FERREIRA
PRESIDENTE
CRF-SP 32.635-4
xxx.xxx.xxx-xx

DANYELLE CRISTINE MARINI DE MORAIS
DIRETORA TESOUREIRA
CRF-SP 25.937-3
..***-**

VALMIR RECKZIEGEL
GERENTE DE CONTABILIDADE
CRC-SP 1SP164650/O-1
..***-**

Apêndice 16

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTES	71.941.359,00	63.036.676,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.024.611,34	36.869.332,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	39.024.611,34	36.869.332,61
ANUIDADES	39.024.611,34	36.869.332,61
RECEITA PATRIMONIAL	2.635.509,81	3.133.837,81
RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS	0,00	1.989,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.635.509,81	3.131.848,45
RECEITAS DE SERVIÇOS	11.241.115,08	20.707.200,53
EMOLUMENTOS COM A INSCRIÇÃO	2.439.382,15	2.359.560,22
EMOLUMENTOS COM A EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS	730.468,21	696.232,69
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	6.083.216,95	5.897.933,44
RECEITAS DIVERSAS	1.988.047,77	11.753.474,18
FINANCEIRAS	295.877,21	140.661,20
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	63.565,10	43.319,83
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	3.491,50	1.705,00
MULTAS DE MORA SOBRE ANUIDADES	228.820,61	95.636,37
TRANSFERENCIAS CORRENTES	5.510,40	0,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	5.510,40	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.510,40	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.738.735,16	2.185.644,82
MULTAS DE INFRAÇÕES	2.818.385,07	2.013.346,94
DÍVIDA ATIVA	15.031.625,41	172.297,88
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	5.468.236,05	161.758,86
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	9.563.389,36	10.539,02
RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	888.724,68	0,00
RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS - TRIBUTÁRIAS	888.724,68	0,00
OUTROS INGRESSOS	19.080.171,30	21.703.414,77
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO PAGO	65.461.219,02	63.714.025,34
DESPESAS CORRENTES	64.455.888,15	60.316.294,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.059.992,65	23.593.638,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.824.370,22	20.946.772,29
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15.969.460,08	14.255.013,48
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.470.637,20	1.368.087,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.428,00	152.782,50
OUTROS DESEMBOLSOS	20.411.185,42	22.579.712,18
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	6.154.456,73	1.844.085,29
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENACAO DE BENS	0,00	206.504,27
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	206.504,27
DESEMBOLSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INVESTIMENTOS	1.005.330,87	3.397.731,07
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.005.330,87	-3.191.226,80
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.149.125,86	-1.347.141,51

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	16.520.280,24	17.867.421,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	21.669.406,10	16.520.280,24

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2017

 MARCOS MACHADO FERREIRA
 PRESIDENTE
 CRF-SP 32.635-4
 ..***_**

 DANYELLE CRISTINE MARINI DE MORAIS
 DIRETORA TESOUREIRA
 CRF-SP 25.937-3
 ..***_**

 VALMIR RECKZIEGEL
 GERENTE DE CONTABILIDADE
 CRC-SP 1SP164650/O-1
 ..***_**

Apêndice 17

CRF/SP

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	145.520.248,40	127.384.335,11	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	140.461.246,49	65.367.224,47
CONTRIBUICOES	50.722.733,41	43.898.830,08	PESSOAL E ENCARGOS	32.160.790,27	30.919.690,79
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	50.722.733,41	43.898.830,08	REMUNERACAO A PESSOAL	20.500.472,88	18.712.650,87
CONTRIBUICOES	50.722.733,41	43.898.830,08	REMUNERACAO A PESSOAL - RGPS	20.500.472,88	18.712.650,87
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	13.876.624,89	30.644.809,92	ENCARGOS PATRONAIS	5.944.173,97	5.796.095,61
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	13.876.624,89	30.644.809,92	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	5.944.173,97	5.796.095,61
VALOR BRUTO DE EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	13.876.624,89	30.644.809,92	BENEFICIOS A PESSOAL	5.716.143,42	6.410.944,31
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	295.877,21	0,00	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	5.716.143,42	6.410.944,31
JUROS E ENCARGOS DE MORA	67.056,60	0,00	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	34.478.878,59	31.395.904,61
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVICOS	67.056,60	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.031.730,91	1.187.085,18
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	228.820,61	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	1.031.730,91	1.187.085,18
MULTAS SOBRE ANUIDADES	228.820,61	0,00	SERVICOS	32.969.004,31	30.208.819,43
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	5.510,40	0,00	DIARIAS	1.728.708,53	1.586.654,73
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	5.510,40	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.278.212,92	1.163.211,23
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	5.510,40	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.521.985,58	12.132.371,42
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	8.094.125,35	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	17.440.097,28	15.326.582,05
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	7.887.621,08	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	478.143,37	0,00
REAVALIACAO DE IMOBILIZADO	0,00	7.887.621,08	DEPRECIACAO	435.396,58	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00	206.504,27	AMORTIZACAO	42.746,79	0,00
GANHOS COM ALIENACAO DE INVESTIMENTOS	0,00	206.504,27	TRANSFERENCIAS CORRENTES	131.428,00	152.782,50
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	80.619.502,49	44.746.569,76	CONTRIBUIÇÕES A FUNDO	131.428,00	152.782,50
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	7.432,49	309.948,42	FUNDO DE ASSISTÊNCIA § 1º, ART. 27 LEI 3820/60	131.428,00	152.782,50
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	7.432,49	309.948,42	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	72.635.149,63	2.898.846,57
OUTRAS RECEITAS	888.724,68	0,00	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	72.600.886,03	2.438.562,62
RECEITAS DE OUTRAS SENTENÇAS JUDICIAIS	888.724,68	0,00	REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	2.438.562,62
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	79.723.345,32	44.436.621,34	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	174.772,94	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS ADMINISTRATIVAS	74.614.818,41	44.255.396,45	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA C/ AJUSTE DE PERDAS DE CRED. E DE INVEST. E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS	72.426.113,09	0,00
DÍVIDA ATIVA	5.102.586,24	172.297,88	PERDAS INVOLUNTARIAS	34.263,60	460.283,95
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	5.940,67	8.927,01	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	34.263,60	460.283,95
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.055.000,00	0,00
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	1.055.000,00	0,00
			VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	220.000,00	0,00
			VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS	835.000,00	0,00
Total das Variações Ativas :	145.520.248,40	127.384.335,11	Total das Variações Passivas :	140.461.246,49	65.367.224,47
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	5.059.001,91	62.017.110,64
Total	145.520.248,40	127.384.335,11	Total	145.520.248,40	127.384.335,11

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2017

MARCOS MACHADO FERREIRA
PRESIDENTE
CRF-SP 32.635-4
..***_**

DANYELLE CRISTINE MARINI DE MORAIS
DIRETORA TESOUREIRA
CRF-SP 25.937-3
..***_**

VALMIR RECKZIEGEL
GERENTE DE CONTABILIDADE
CRC-SP 1SP164650/O-1
..***_**

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.194.180,61	137.168,26	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00